

Subtopia

Requalificação e Remate da frente poente de Vila Nova de Santo André

Luís Miguel Sil Almeida



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
apresentada ao Departamento de Arquitectura, FCTUC
sob a orientação do Professor Doutor Nuno Grande
Setembro de 2017

Subtopia

Requalificação e Remate da frente poente de Vila Nova de Santo André

A presente dissertação foi escrita segundo o Acordo Ortográfico de 1990 e referenciada de acordo com a Norma Portuguesa 405 por escolha do autor.

*«A good plan is the beginning and the “end”...
Because every good plan is organic. That means that its
development in all directions is inherent and inevitable.»*

Frank Lloyd Wright, «In the Cause of Architecture»
(1928)

Agradecimentos

Ao professor Nuno Grande pela atenção, disponibilidade, preocupação (e paciência) em todas as fases de desenvolvimento do trabalho;

Ao professor António Rochette que se disponibilizou em seguir, com zelo, o processo de Atelier de Projecto II e cuja transmissão de conhecimentos na área da Geografia foi um contributo importante para o desenvolvimento do trabalho;

Ao grupo de colegas, Walldmar, Inês, Daniela, David, Bárbara e Effie, que esteve comigo em Atelier de Projecto II pelos diálogos, recolha e troca de informação, apoio e inter-ajuda;

À Ana Baía, ao Ivan, ao Gonçalo, ao Miguel e à Daniela Silva pelos momentos de descontração, conversas, brincadeiras e ajuda, por me terem acompanhado nesta parte da jornada e cuja amizade me proporcionou belas memórias que ficarão comigo para sempre;

À Carolina pelas palavras carinhosas e de incentivo nos momentos menos bons;

Ao meu padrinho e, principalmente, aos meus pais que me acompanham desde o início apoiando-me em todas as oportunidades, incentivando e ajudando sempre e no melhor que podem. Eles são a minha referência e o meu suporte na minha formação enquanto pessoa, e que me guiam sempre no intuito de chegar mais longe.

Resumo

Sines e Vila Nova de Santo André são duas cidades do litoral alentejano que distam uma da outra cerca de quinze quilómetros. Vila Nova de Santo André (Cidade Nova) foi fundada a partir do grande pólo industrial e portuário de Sines. Neste momento, esta já conta com cerca de metade da população empregada neste pólo. Embora o crescimento demográfico das duas cidades se revele, actualmente, lento são factos comuns a ambas as condicionantes (que apesar de diferentes são) limitativas à expansão urbana. Esta senão for prevista e planeada de forma equilibrada, a degradação das áreas envolventes será facto recorrente dos processos de “desurbanização” e degradação destes espaços. Sines, em certo momento, esteve apoiada nas suas envolventes marítimas e periféricas agrícolas. Mas, à custa da expansão urbana motivada pelo complexo portuário e industrial as mesmas foram submetidas a transformações (e transfigurações) que em torno levaram à descaracterização dos ambientes das respectivas envolventes, com a construção dos equipamentos industriais e do novo pólo urbano nas periferias agrícolas/rurais, resultando na eliminação da dicotomia entre a cidade e o campo – *Subtopia*.

Decorrente do trabalho académico em grupo de ligação entre as duas cidades, em Atelier de Projecto II orientado pelo Professor Doutor Nuno Grande no âmbito da Trienal de Arquitectura Lisboa 2016, a proposta apresentada nesta dissertação trata o desenvolvimento de um sector particular do projecto referido: a requalificação e remate da frente urbana poente da Cidade Nova.

Para a realizar recorreu-se à referência de modelos utópicos da história da urbanística moderna para nos orientar num possível desenvolvimento que pudesse desbloquear o potencial envolvente das duas cidades, marcado pelos seus espaços naturais ricos e ecossistemas diversificados. Com a proposta de expansão, através de um sistema regulado reunindo diversas actividades estando em destaque a agrícola (ou agro-industrial), coloca-se a hipótese da inter-relação entre os vários ambientes envolventes no sentido da (re)caracterização destes espaços valorizando-os quer através dos seus elementos artificiais quer naturais.

Palavras-chave: Expansão; Descaracterização; (re)caracterização; *Subtopia*; agricultura; espaço natural; indústria; *New-Town*; Vila Nova de Santo André; Sines; ligação; dicotomia; urbano; rural

Abstract

Sines and Vila Nova de Santo André are two cities located on Alentejo's coastline that stand apart about fifteen kilometres from each other, with the foundation of the latter established by the large port and industrial complex of Sines. At the moment, this New Town possesses almost half of the population employed on the complex. Though the current demographic growth of both cities is registered in low numbers, it remains common irreversible facts to both that the conditions for urban sprawl (albeit different) are limiting. If not foreseen and planned in a balanced way, the degradation of the surrounding areas will become a recurrent fact on the processes of de-urbanization and degradation of said areas. At one point, Sines was supported by its maritime and peripheral agricultural environment. But, at the expense of the urban sprawl motivated by the port and industrial complex, these were submitted to various transformations (and transfigurations) that led to the de-characterization of the environments of its respective surroundings, by the construction of the necessary industrial equipment's and the new urban settlement, thus erasing a clear distinction between town and country – Subtopia.

From the academic group proposal of an urban connection between cities, developed in Atelier de Projecto II with the guidance of Prof Dr Nuno Grande in scope of the Lisbon Trienal de Arquitectura 2016, the following project of this thesis treats the development of a sector of the referred proposal. The Requalification of the New Town's west urban front.

To achieve this, we relied on the reference of utopian models well established in the history of urban planning to guide us in a possible development that could unlock the surrounding potential of both cities, marked by their rich natural surroundings and diversified ecosystems. Through the proposal of a controlled urban expansion, in a grid system combining several activities with emphasis on agriculture (or agro-industrial), we set out the hypothesis of the interrelation between the various surrounding environments in the sense of a re-characterization of these valuing both artificial and natural elements.

Key Words: Sprawl; decharacterization; recharacterization; Subtopia; agriculture; natural space; industry; New-Town; Vila Nova de Santo André; Sines; connection; dichotomy; urban; rural

Índice

Introdução	15
Parte I. O Lugar	23
1. Sines, Desenvolvimento territorial e urbano	25
2. Vila Nova de Santo André	40
3. O Território entre Sines e Vila Nova de Santo André	63
Parte II. Conceitos de Referência e Casos-de-Estudo	67
1. Os efeitos da industrialização na paisagem rural, a descaracterização e o surgimento de uma nova paisagem: <i>Subtopia</i>	69
1.1 A ideia da cidade-jardim, Ebenezer Howard (1898-1902)	75
1.1.1 Das novas cidades-jardim ao período entre guerras.....	81
1.2 Da experiência das <i>Garden-Cities</i> à <i>Subtopia</i>	83
1.2.1 O problema do crescimento de Londres e a proposta do « <i>Green-Belt</i> ».....	87
1.2.2 As <i>New-Towns</i> inglesas	93
1.2.3 <i>Subtopia</i> e <i>Townscape</i>	95
1.3 A condição de <i>Subtopia</i> na paisagem urbana de Vila Nova de Santo André.....	111
2. Utopias Suburbanas, dois casos de estudo	121
2.1 Plano Geral para a Cidade de Magnitogorsk, URSS (1930).....	123
2.2 <i>Broadacre City</i> , EUA (1935)	135
2.3 Análise formal aos casos de estudo	143
Parte III. Os Projectos	147
1. Ligando a Vila Velha à Vila Nova, através de uma agro-cidade reticular	149
2. Requalificação e Remate da frente poente de V. N. de Stº André	163
Considerações Finais	174
Bibliografia	180
Fonte das Imagens	190
Anexo 1, Fotografias das maquetes realizadas.....	210
Anexo 2, Painel de Apresentação em Seminário Projecto Tese.....	226
Anexo 3, Painéis de Apresentação em Laboratório de Projecto.....	230

Introdução

O trabalho que foi desenvolvido (objecto desta dissertação) incide no projecto e análise dos aspectos recentes que melhor evidenciam o carácter ténue das áreas de fronteira entre o rural e o urbano, entre os quais se identificam: a alteração dos processos de produção e dos mercados de trabalho e a integração entre agricultura, indústria e áreas protegidas. Estes paradigmas dualistas têm sido objectos de amplos debates e ensaios críticos muitas vezes utilizados pelas ciências sociais e urbanas. O resultado de ambos chega pelo consentimento geral de que não se deve atribuir à dicotomia entre o urbano e o rural um valor interpretativo podendo quando muito aceitar-se como uma forma convencional de agregar questões.

No entanto, é esta relação dicotómica entre os ambientes rurais e urbanos que enquadra a paisagem que se encontra à margem dos ambientes urbanos. A paisagem marginal (ou marginalizada), entendida também como territórios expectantes, contaminados e metamorfoseados, consequentes de investimentos interrompidos (por vezes esquecidos) e/ou abrandamentos prolongados são geradores de apropriações espontâneas com resultados em ambientes urbanos, periféricos e rurais marginalizados.

A falta de planeamento, projecto e investimento como princípios reguladores do espaço/território, a descontinuidade ou desinteresse de intervenções iniciadas ou em fase conclusiva de utilização limitada são também promotoras e geradoras de conflitos sociais, por vezes causadoras de marginalização urbana e social.

Na relação de ambientes apropriados e consequentes de uma marginalização assistimos com maior frequência em zonas periféricas de centros urbanos, próximas de grandes vias rodoviárias, na maior parte, em áreas agrícolas ou rurais à elaboração de planos urbanos localizados. Contudo, o ordenamento espacial como planificação global regula e define o território construído, ou a construir, cujo objectivo é a reunião dos elementos (edifícios, anúncios, tráfego, vegetação, água e toda a natureza) que concorrem para a criação de um ambiente. Este ordenamento espacial procura como resultado: o entretecimento desses elementos de maneira a despertar emoção e interesse.

Neste sentido, no campo de actuação da arquitectura está apontado um fenómeno que Ian Nairn denomina “*subtopia*”: uma fusão das palavras “subúrbio” e “utopia”. O autor refere que “*subtopia*” é a anulação da individualidade ao tentar criar um cenário padrão medíocre para áreas centrais, subúrbios, rurais ou selvagens. Para este autor, “*subtopia*” passa a representar uma profecia de fracasso.¹ Perante este fenómeno, as propostas devem ser direccionadas numa conjugação interdisciplinar de acordo com o território construído, formalizando propostas de ligação dos diversos ambientes recaracterizando-os.

«A arquitectura integra, portanto, o ambiente. Constitui domínio da tarefa do arquitecto o conjunto de intervenções que contribuem directamente para a estruturação desse ambiente. O desafio da arquitectura reside, assim, na reorganização destes códigos, segundo novas relações, e na proposta de lhes conferir novos sentidos.»²

¹ Pavesi, Lorenza - *Ian Nairn e o manifesto subtopia*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, Nº5, Janeiro de 2007, p. 139-145; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em: «http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf/ref_4_risco5.pdf»

² Sousa Morais, João - *Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vicentina*; Lisboa, Editorial Estampa, 1995; p. 25

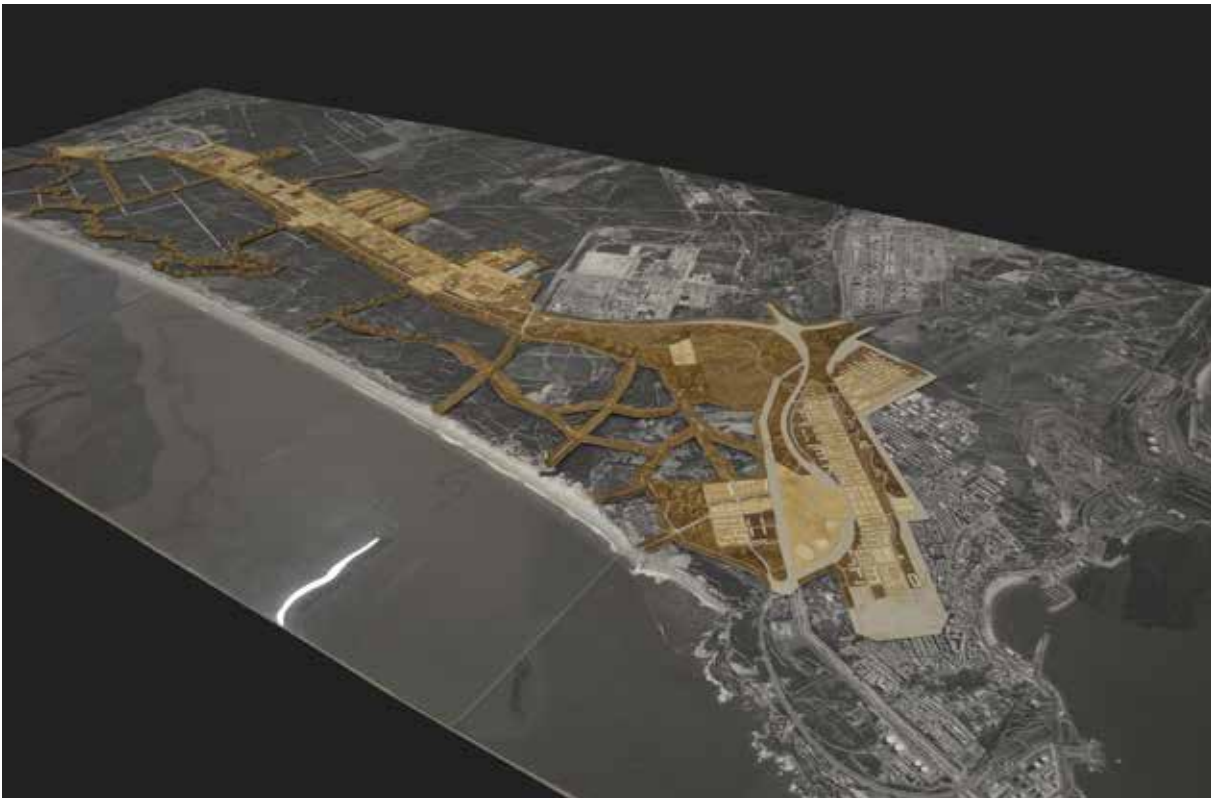


Fig. 1 Maquete da proposta de grupo

A tarefa do arquitecto representa deste modo um «(...) *trabalho sobre conjuntos ambientais em todas as escalas dimensionais.*»³

A conjugação das preocupações e princípios enunciados no território operativo real da arquitectura incidu no projecto, e nesta dissertação, sobre o litoral alentejano. Em específico, a faixa compreendida entre as cidades de Sines e Vila Nova de Santo André assim como todas as idiosincrasias que constituíram o campo operativo no âmbito do exercício académico. É importante referir que a este esteve inerente o desafio lançado pela Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016 no qual teve como objectivo «*integrar o aproveitamento de recursos existentes, o potencial programático do lugar, e as relações e contextos (...) do próprio território (...)*».⁴

Na actualidade, o núcleo urbano de Sines está apoiado no seu complexo industrial e portuário que compreende em si três grandes equipamentos: o Porto Industrial e Logístico (APS - Administração do Porto de Sines) que ocupa e conforma grande parte da frente marítima a sul, estendendo-se ao interior do território (*interland*); a Refinaria de Sines (GALP Energia) localizada a nascente da cidade conta com uma rede de *pipelines* destinada ao transporte de gases, líquidos e gasosos que comunica com o porto; e, a Central Termoeléctrica (EDP) também junto à costa.

Devido à relevância destes equipamentos no território e as condições logísticas associadas que estão apoiadas em princípios de maior rentabilidade, o conjunto estabeleceu (com o decorrer do tempo) uma relação conflituosa com o núcleo urbano; estando o porto a limitar o contacto deste com o Oceano Atlântico e as infra-estruturas de *pipelines*, de ligação à respectiva refinaria, a coroar o núcleo urbano.

Em contraponto, a Vila Nova de Santo André constitui um núcleo urbano de construção recente (apenas com 45 anos) cuja fundação é partilhada com o complexo industrial e portuário. Localizada cerca de 15 quilómetros a norte de Sines, a única relação física que estabelece com esta cidade é através de uma via rodoviária. Contudo, contém cerca de metade da população empregada no complexo de Sines e com o projecto de expansão do equipamento portuário em curso este número poderá vir a aumentar.

A relação desta Cidade Nova com o território é diferente da de Sines. A faixa costeira que percorre desde Sines à Lagoa de Santo André (a norte da Cidade Nova) com uma largura de cerca de dois quilómetros compreende um território protegido, de fauna vegetal e animal rica com um ecossistema singular que em torno condiciona a relação com as praias e o seu potencial balnear.

O exercício proposto na disciplina de Atelier de Projecto II, de onde decorre a proposta desta dissertação, centra no reconhecimento da relação existente entre as duas cidades, a actividade industrial, o território protegido e no aproveitamento dos recursos de toda uma extensão de terreno fértil entre ambas. O exercício denominado de “Ligando Sines a Santo André” consiste numa expansão urbana linear apoiada na ligação rodoviária existente que através de um sistema regulador/ordenador tem como objectivo a inter-relação entre os diversos ambientes e actividades, dando ênfase à actividade agrícola.

Neste trabalho é descrita a proposta elaborada pelo grupo constituído pelos seguintes elementos: Bárbara Brandão, Daniela Pereira, David Coelho, Effie Arapakou, Inês Batanete, Luís Miguel Sil e Walldmar Pereira. Em conjunto, desenvolvemos uma possível proposta urbana seguindo

3 Gregotti, Vittorio - *Território da Arquitectura*; São Paulo (Brasil), Editora Perspectiva S.A., 3ª Edição, 2001; pág. 61

4 Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016 - *The Form of Form*, Concurso Prémio Universidades Trienal de Lisboa Millenium BCP, p. 2; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em: «www.trienaldelisboa.com/pt/theformofform»



Fig. 2 Maquete da proposta de grupo apresentada à Trienal

os objectivos enunciados conforme um esquema em malha ortogonal. O resultado desta vem na representação gráfica – planta e perfis –, à escala do território e na representação em maquete.

Em particular, foi por nós desenvolvido um trabalho individual num sector desta proposta. Em Vila Nova de Santo André foi apontado um local delicado predominantemente urbano, marcado por um pequeno conjunto de equipamentos subdesenvolvidos e pela apropriação da população dos terrenos livres e férteis para a agricultura.

Esta área urbana particular estabelece a relação do ambiente urbano e do ambiente rural (ou natural) abrangido pelas áreas de protecção costeiras. Mas, a condição marginal desta área leva a considerar esta relação dicotómica entre ambientes e, apesar do seu potencial, permanece expectante e numa condição de *Subtopia*. Conseguindo identificar esta condição, o projecto proposto tem como objectivo a (re)caracterização desta área através de uma requalificação dos seus equipamentos e da consolidação da actividade agrícola que é relevante neste contexto, consoante o mesmo paradigma do desenho urbano da proposta de grupo.

Mediante a metodologia necessária decorrente da autonomia do campo de actuação da arquitectura, a componente histórica constituir-se-á como matéria fundamental num caminho de análise confrontando a coordenação do todo com a dialéctica das etapas sucessivas. Ainda no contexto da actuação, os modelos ou referências constituem ferramentas essenciais nas abordagens à metodologia de projecto. É de referir que os modelos convertem-se em pesquisa e hipótese de trabalho oferecendo a característica de estabelecer relações finitas num dado contexto, apresentando-os como puro instrumento projectivo.

O planeamento formal do séc. XX evoluiu das premissas teóricas utópicas que lhe serviram de modelos para experimentar e consolidar. Neste planeamento foram aplicados e desenvolvidos uns e no seu conjunto está assinalado a política urbana britânica da *New Towns Act* nas suas três fases de desenvolvimento. Este exemplo também veio a dar o seu contributo nas operações de planeamento executadas em Portugal e foram uma base de aproximação à definição da cidade de Vila Nova de Santo André na sua execução enquanto forma nova e localização.

A referência a paisagens marginais (ou marginalizadas) vem no sentido da arquitectura com a sua diversificação formal enquanto actos arquitectónicos construídos dispersos mas que configuram o território estruturando-o. Isto é, o território enquanto suporte é indissociável durante o processo de urbanização dado que a uma determinada intervenção está associada a alteração da sua geografia.

No desenvolvimento do trabalho de grupo, a orientação do geógrafo Pr. Dr. António Rochette, no âmbito da disciplina de Suportes Físicos para a Arquitectura e Urbanismo, foi relevante para a compreensão desses mesmos suportes geográficos que descrevem as características (e dinâmicas) do ecossistema singular presente na faixa litoral de Sines a Vila Nova de Santo André.

É com o reconhecimento do valor das outras áreas disciplinares que o trabalho foi desenvolvido, propondo-se uma expansão equilibrada ligando a cidade histórica (com todas as intervenções ocorridas) à cidade construída (consequente da industrialização). Esta última com todo o processo interrompido por acontecimentos adversos.

O “território” da arquitectura compreende intervenções que podem ir das estruturas rurais, periféricas, urbanas e industriais até ao desenho do território no sentido mais amplo, pressupondo uma série de transformações do ambiente em que o homem intervém.

Na forma de intervir recorre-se quase sempre a modelos reais ou utópicos (porque nunca foram realizados devido a diversas condições) mas que comparando com as condições operativas do trabalho de arquitectura podem ser usados como base de ensaio na correlação das mesmas

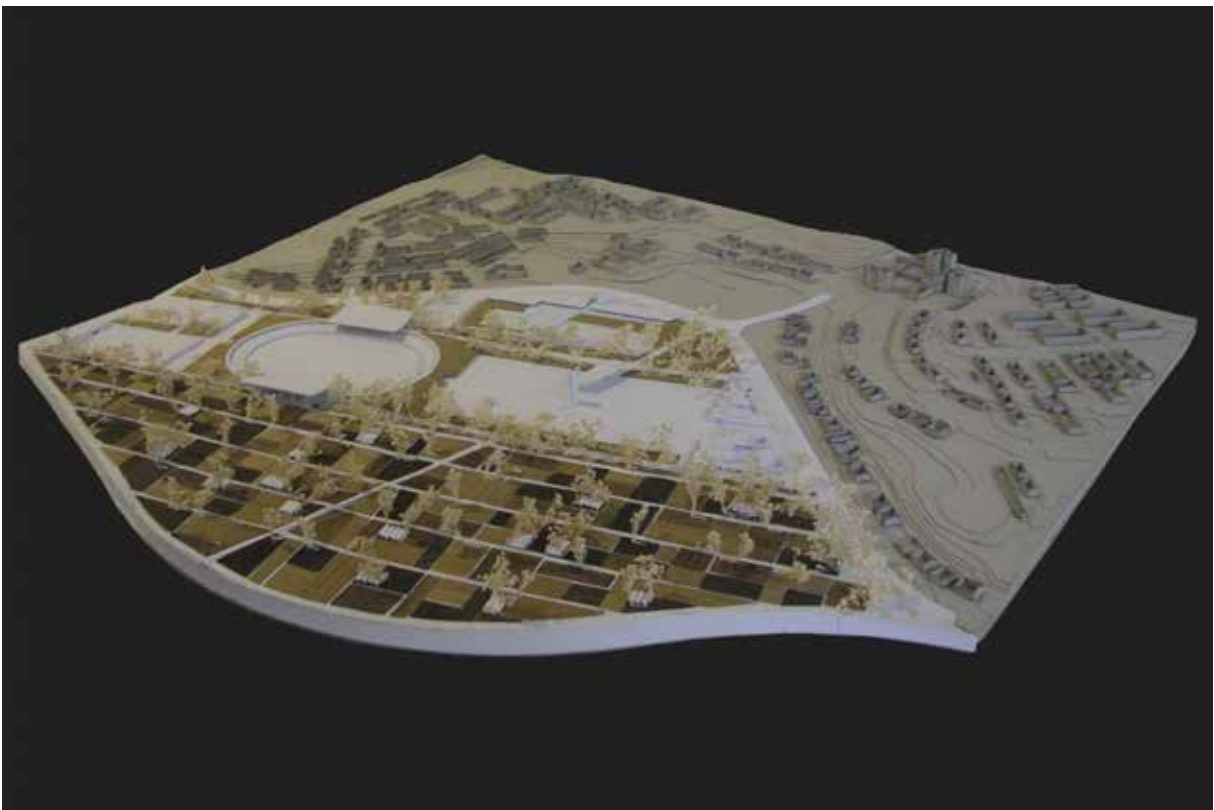


Fig. 3 Maquete da proposta individual

circunstâncias. Como referência na realização das propostas foram analisados dois casos-de-estudo: o Plano geral para a Cidade de Magnitogorsk, desenvolvido pelo Grupo OSA; e, a proposta da *Broadacre City* desenvolvida pelo arquitecto Frank Lloyd Wright.

O plano de Magnitogorsk previu uma expansão linear pelo vale dos Montes Urais fazendo a ligação de forma contínua entre a indústria e o campo em consonância com o território envolvente rural. Numa outra dimensão, também no princípio do equilíbrio e sustentabilidade no desenvolvimento e crítica à cidade construída e sobredimensionada, o trabalho teórico de Frank Lloyd Wright sobre a *Broadacre City*. Estes exemplos induziram ao desenvolvimento das propostas de trabalho.

Os constrangimentos naturais foram decisivos na articulação dos planos sendo um a consequência do outro. A atenção dada aos elementos existentes, as constantes histórico-sociais e naturais do(s) lugar(es) na articulação com as propostas foram direccionadas no sentido de evitar uma conflitualidade entre a paisagem e o perfil dos espaços intervencionados.

Em suma, o seguinte trabalho apresenta a investigação que conduziu o desenvolvimento de um sector da proposta de grupo no sentido de uma possível (re)caracterização. Esta atenta numa área urbana com um contexto particular que revela grande potencial. Contudo, antes dos referidos projectos surge a contextualização.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três partes. A primeira aborda o objecto-de-estudo onde se apoia a nossa intervenção, compreendendo ambos os núcleos urbanos e o território envolvente. É abordado com mais ênfase a Cidade Nova por constituir o objecto-de-estudo particular. Na compreensão destes recorreu-se a vários meios escritos, cartográficos, videográficos, electrónicos e fotográficos, numa conjugação interdisciplinar, de modo a esclarecer o presente estado dos núcleos urbanos e território adjacente assim como compreender o respectivo desenvolvimento territorial e urbano. A segunda parte aborda o tema central, a condição de *Subtopia*, recorrendo à bibliografia condizente ao estado da arte. É feita a sua relação com a paisagem do nosso objecto-de-estudo particular e apresentados os dois casos-de-estudo que constituem a referência na elaboração das propostas. Na terceira parte são apresentadas e descritas as propostas, suportadas pelos respectivos elementos gráficos que acompanham integralmente este trabalho. Em anexo encontram-se as respectivas representações gráficas dos projectos que abrangem da escala do território à escala urbana.

Parte I
O Lugar



Fig. 4 Imagem panorâmica actual de Sines

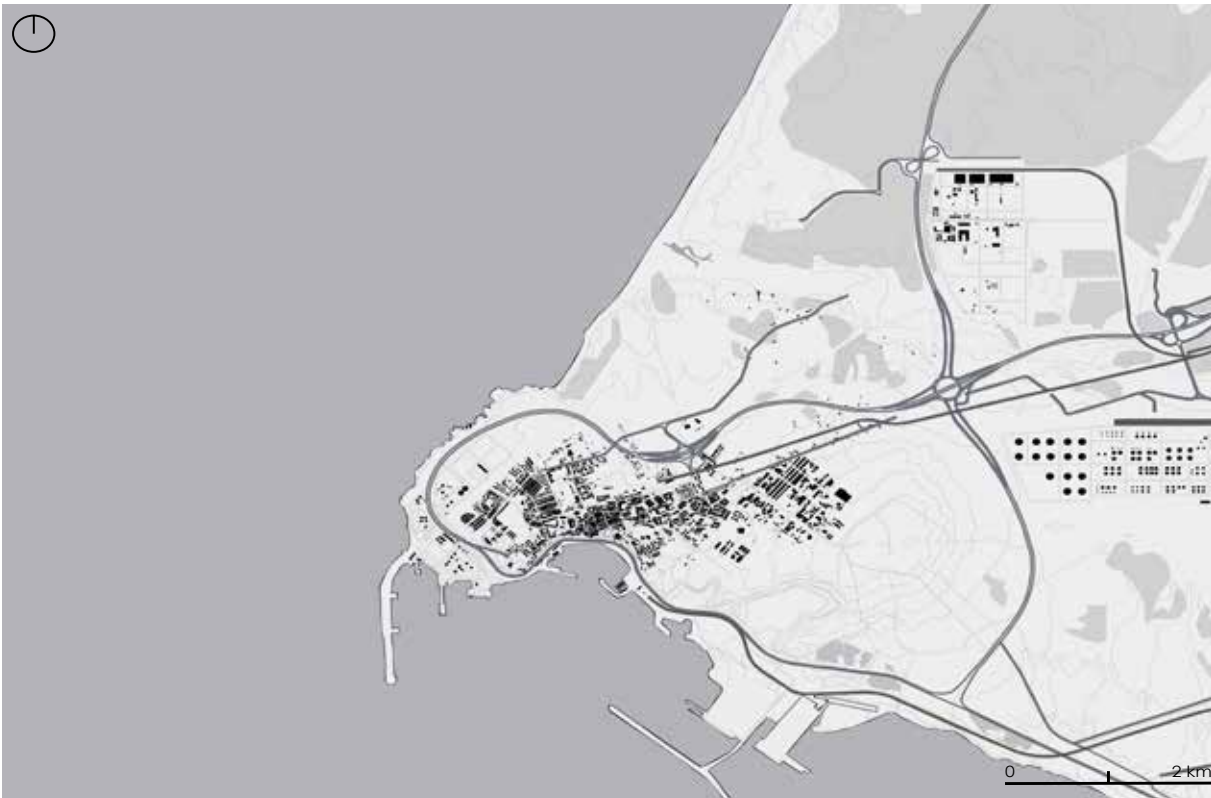


Fig. 5 Planta da situação actual da Cidade de Sines com a infraestrutura industrial e portuária

1. Sines, Desenvolvimento territorial e urbano

A presença do mar e da actividade portuária marca a identidade da cidade de Sines. O património construído e classificado resume-se entre outros, ao Castelo de Sines, à Igreja de Nossa Senhora das Salas e a Igreja Matriz de S. Salvador a poente do castelo.

O território do município de Sines ⁵ está localizado na faixa litoral sul-oeste do Alentejo. Durante as primeiras décadas do século XX foi palco de transformações político-territoriais e administrativas até estabilizar no seu actual perímetro concelhio. Actualmente na sua composição municipal e administrativa tem duas grandes freguesias, Porto Covo e Sines. A cidade com o nome homónimo é a sede do concelho e a de maior densidade populacional e urbana; na actualidade com aproximadamente 18298 habitantes com uma densidade de 70hab/Km² ⁶ e Porto Covo com cerca de 1032 habitantes ⁷ e com uma densidade de 21,3hab/km², ambas numa área total de 203,30 km². É limitada a norte e a este pelo município de Santiago do Cacém, a sul por Odemira e a oeste pelo litoral do Oceano Atlântico.

Sines destaca-se desde os tempos mais remotos pela sua baía natural, abrigada pelo cabo proeminente, no limite meridional da extensão costeira que se desenha desde o Sado até ao cabo de Sagres, propicia à fixação de povos e actividades piscatórias contínuas. Hoje inclui o extenso porto de atracagem de navios petroleiros de grande calado, actividades de carga e descarga de contentores entre outros.

Os povoados anteriores à formação de Portugal com alguma expressão, são da época romana, desenvolvendo para além das pescas, a indústria artesanal de preparado de peixe - *guarum* - e cujos vestígios arqueológicos ⁸ foram encontrados a nascente do castelo de Sines. Contudo este assentamento não configurava uma estrutura urbana romana. Esta estaria dependente da urbe romana de Miróbriga em Santiago de Cacém, a cerca de 16 quilómetros de distância, ou seja a cerca de meio dia de viagem a pé. Apesar de tudo o desenvolvimento social e urbano que possa ter existido neste local ⁹, foi só no reinado português, durante o século XIV que este local obteve o estatuto de Vila do reino ¹⁰ desligando-se de Santiago do Cacém, na condição de erguer uma estrutura

5 «Uma das hipóteses de origem da toponímia de Sines deriva, aliás, do étimo latino «*sinus*», que significa baía ou seio (...)»
Município de Sines - *História de Sines*, [Consultado a: 23 Janeiro de 2016], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/311>»

6 INE (2015). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Alentejo* (PDF). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 95. [Consultado em 3 de Novembro de 2015], Disponível em: «http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros»

7 INE, *op. cit.*

8 «No período romano, Sines torna-se também um centro de produção de salga de peixe, função em que é progressivamente substituída pela Ilha do Pessegueiro, cujo canal era outro raro ponto abrigado da costa alentejana.»
Município de Sines - *Centro Histórico de Sines*, [Consultado a: 23 Janeiro de 2016], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/698>»

9 «São reconhecidos vestígios da Alta Idade Média com a presença visigótica e posteriormente a ocupação muçulmana até finais do século XIII.»
Município de Sines - *Centro Histórico de Sines*, [Consultado a: 23 Janeiro de 2016], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/698>»

10 «A vila de Sines situava-se na comarca de Ourique, uma área onde a Ordem de Santiago da Espada detinha vários domínios senhoriais e judiciais (...) senhoriais laicos por via de doações régias (...)»
Município de Sines - *Arquivo Municipal de Sines nos Séculos XVII-XIX*, [Consultado a: 17 Abril de 2017], Disponível em: «http://45.33.69.154/index.php/?sf_culture=pt»



Fig. 6 Planta da primeira estrutura urbana da Vila de Sines, c. Séc. XVII

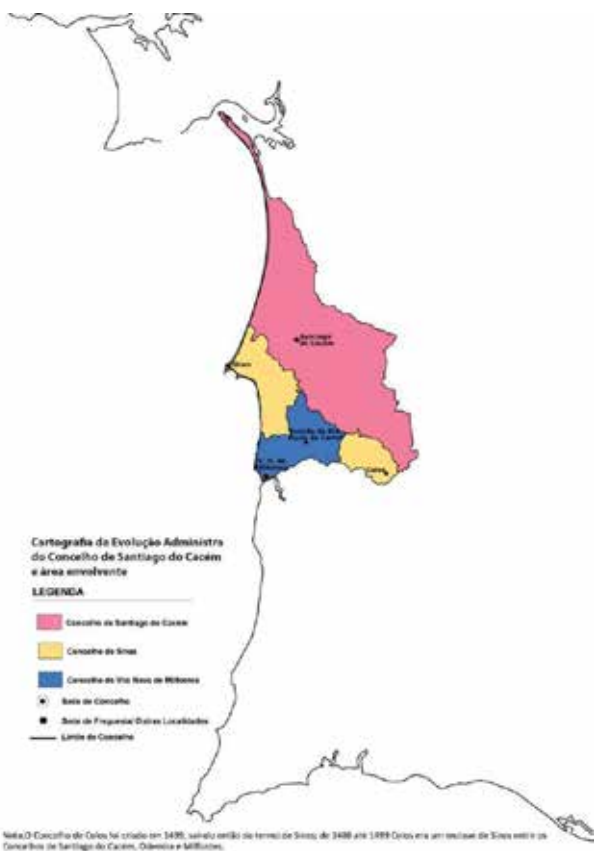


Fig. 7 Evolução do perímetro territorial administrativo de Sines e Santiago do Cacém, Séc. XV

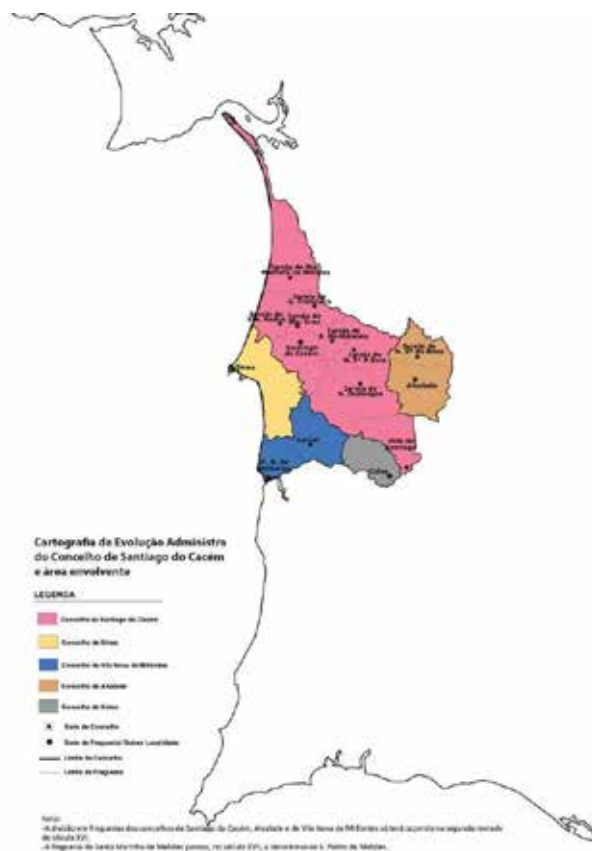


Fig. 8 Evolução do perímetro territorial administrativo de Sines e Santiago do Cacém, Séc. XVI

defensiva castelã a inserir na rede defensiva da costa portuguesa, numa altura em que o comércio marítimo estava em expansão a par com a manifesta pirataria corsária que vagueava por estes mares e a necessidade de fixar gentes para a proteger.

Contudo é a partir do século XVI, período das descobertas marítimas que Sines é elevado a município com uma delimitação territorial maior que a actual ¹¹. Só no período compreendido entre o século XV ¹² e finais do século XVIII que a vila de Sines viu a sua primeira forma urbana consolidada, do tipo “vila nova” medieval (Figura 6) desenvolvida próxima do castelo e da primitiva igreja de S. Salvador ¹³ (actual matriz). A configuração urbana desta vila é de desenvolvimento linear e paralelo, estendendo-se no sentido nascente-poente, estruturada num sistema axial segundo os eixos norte-sul correspondendo à actual rua Cândido dos Reis ou Rua Direita, cruzando com o eixo nascente-poente, no sentido Santiago do Cacém-Oceano Atlântico, afirmada pela actual rua Teófilo Braga. No cruzamento destes eixos está configurada uma pequena praça (Praça Tomás Ribeiro) constituindo actualmente este núcleo o centro histórico e património da cidade.

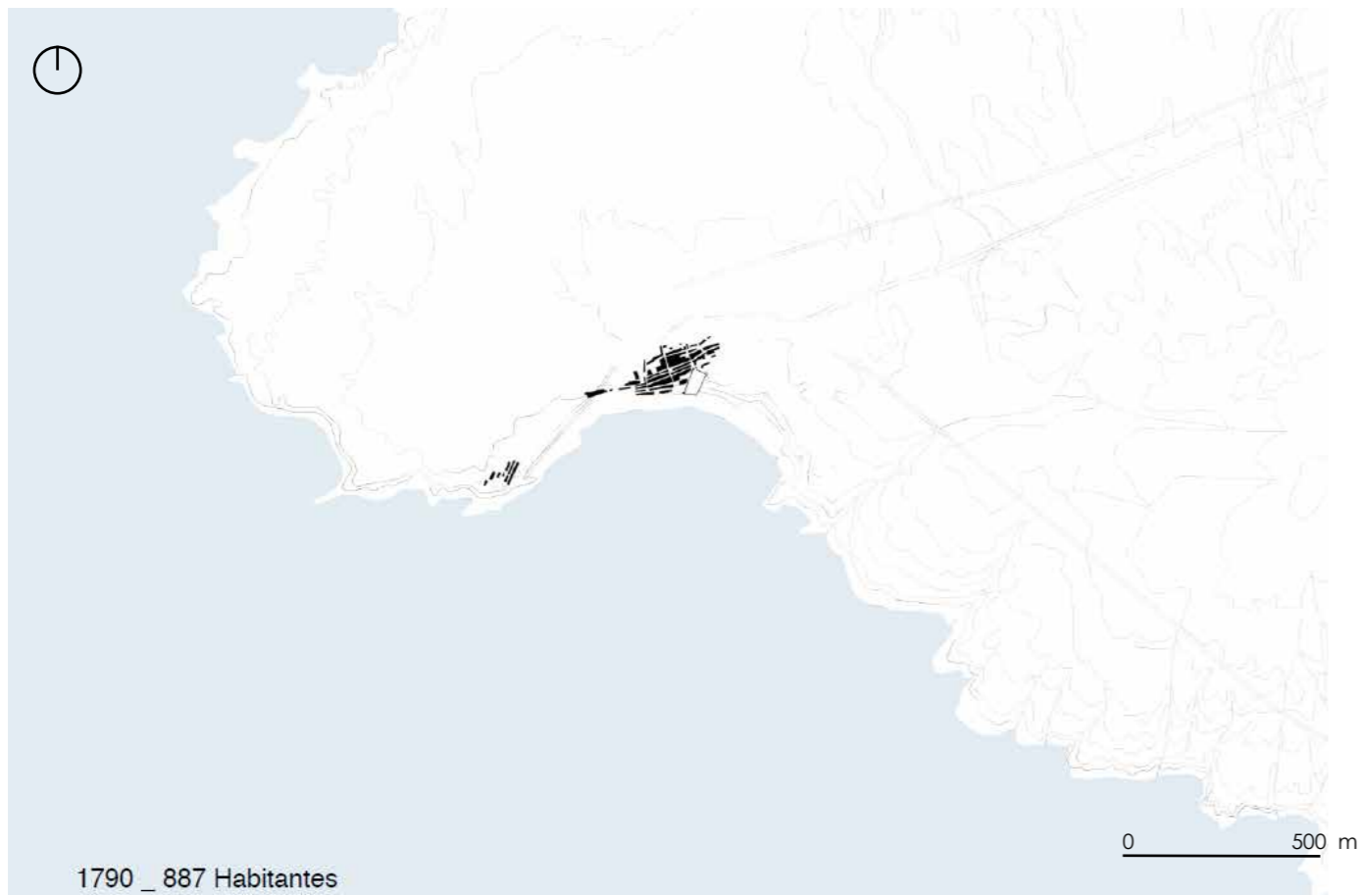
Esta primeira estrutura urbana até aos finais de 1960 teve uma evolução muito lenta na sua forma e desenvolvimento urbanos. Entre meados do século XIX e meados do século XX a população do município aumentou mais do dobro, i.e. de cerca de 3148 habitantes em 1864 aumenta para 8816 habitantes em 1960. Neste período o concelho de Sines foi objecto de alterações sociais, políticas e administrativas e de perímetro territorial, a referir: após a primeira elevação a concelho nos anos de 1830, perde o estatuto de município, passando a integrar-se no município de Santiago do Cacém, reduzido à freguesia de S. Salvador, com as alterações introduzidas pelos liberais e deixando de pertencer à Ordem de Santiago com a abolição das ordens religiosas em 1834. No entanto, apesar das alterações ocorridas e das invasões francesas terem condicionado um potencial desenvolvimento é a partir das últimas décadas do século XIX que paradoxalmente esta vila conhece um aumento populacional. Este território de cujas actividades se concentravam na sua maior grandeza, na pesca e na agricultura, conhece a partir dos inícios do século XX o primeiro desenvolvimento industrial de transformação de cortiça, a construção de fábricas (cerca de oito) e a utilização do porto da baía de Sines para a exportação do produto manufacturado; actividade que irá esmorecer na década de 1930.

Ainda no desenvolvimento daquela que tinha sido uma freguesia de Sines, Porto Covo a meados do século XVIII, época pombalina, será concessionada a investimento privado a Jacinto Bandeira, a construção de dois portos e a edificação de uma vila. À morte do investidor o projecto não terá continuidade ficando marcadas apenas duas ruas paralelas e praças centrais, num claro traçado em grelha pombalina e que ainda hoje é visível.

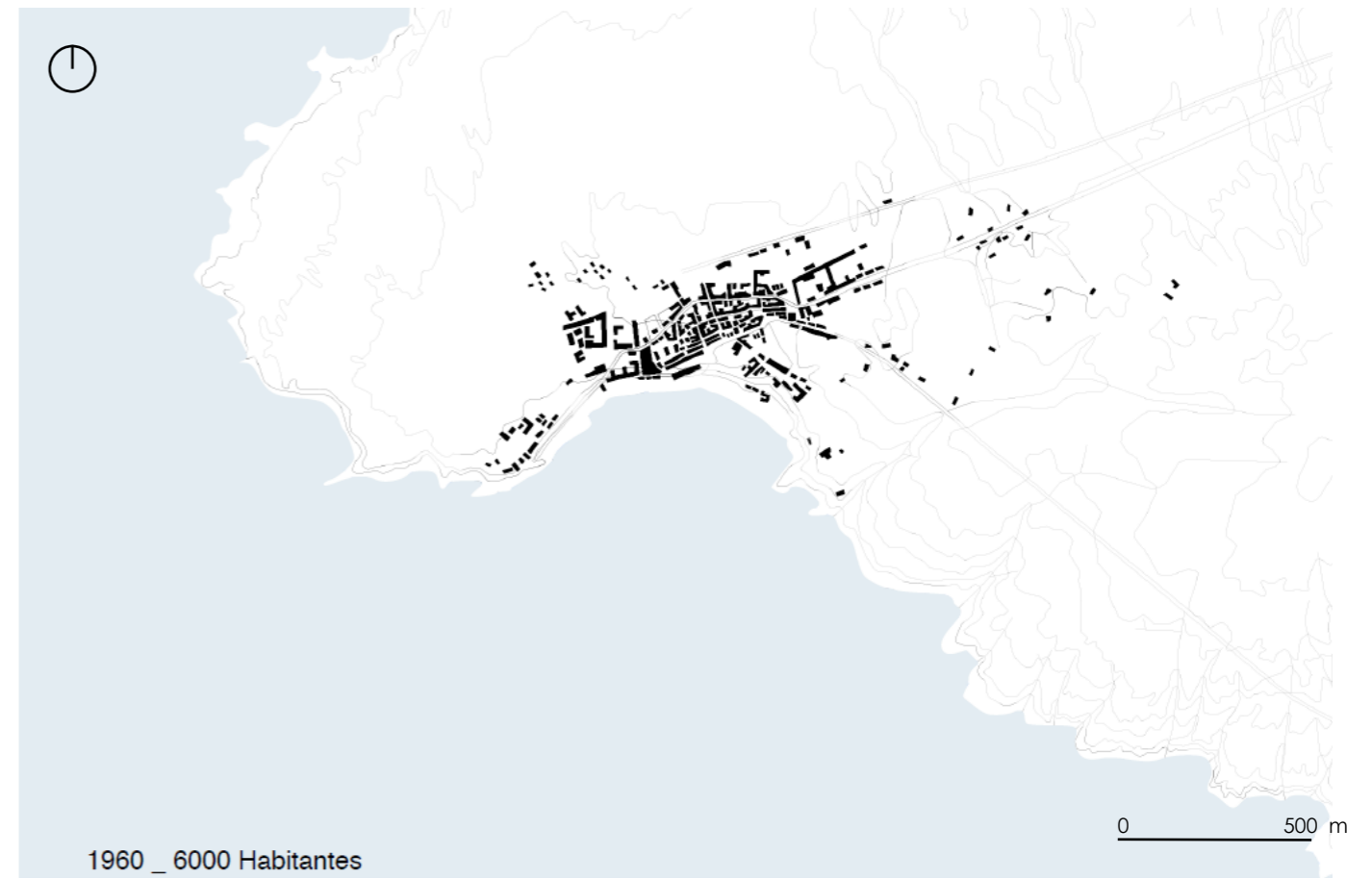
11 «Inclua, além das duas freguesias actuais, Colos a Este, Cercal do Alentejo e Vila Nova de Mil Fontes a Sul(...)»
Município de Santiago do Cacém - *Arquifolha, Jornal Trimestral com Notícias do passado*, Publicação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém - Arquivo, nº 13, 2012, pp. 1-18 [Consultado a: 10 Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/13-Arquifolha-n.º13.pdf>»

12 «A povoação recebeu o Foral Novo em Julho de 1521 (...) este Foral de Sines refere-se à rdem de Santiago como detentora do domínio territorial de Sines e receptora da dízima do passado (...)»
Município de Sines - *Arquivo Municipal de Sines nos Séculos XVII-XIX*, [Consultado a: 17 Abril de 2017], Disponível em: «http://45.33.69.154/index.php/?sf_culture=pt»

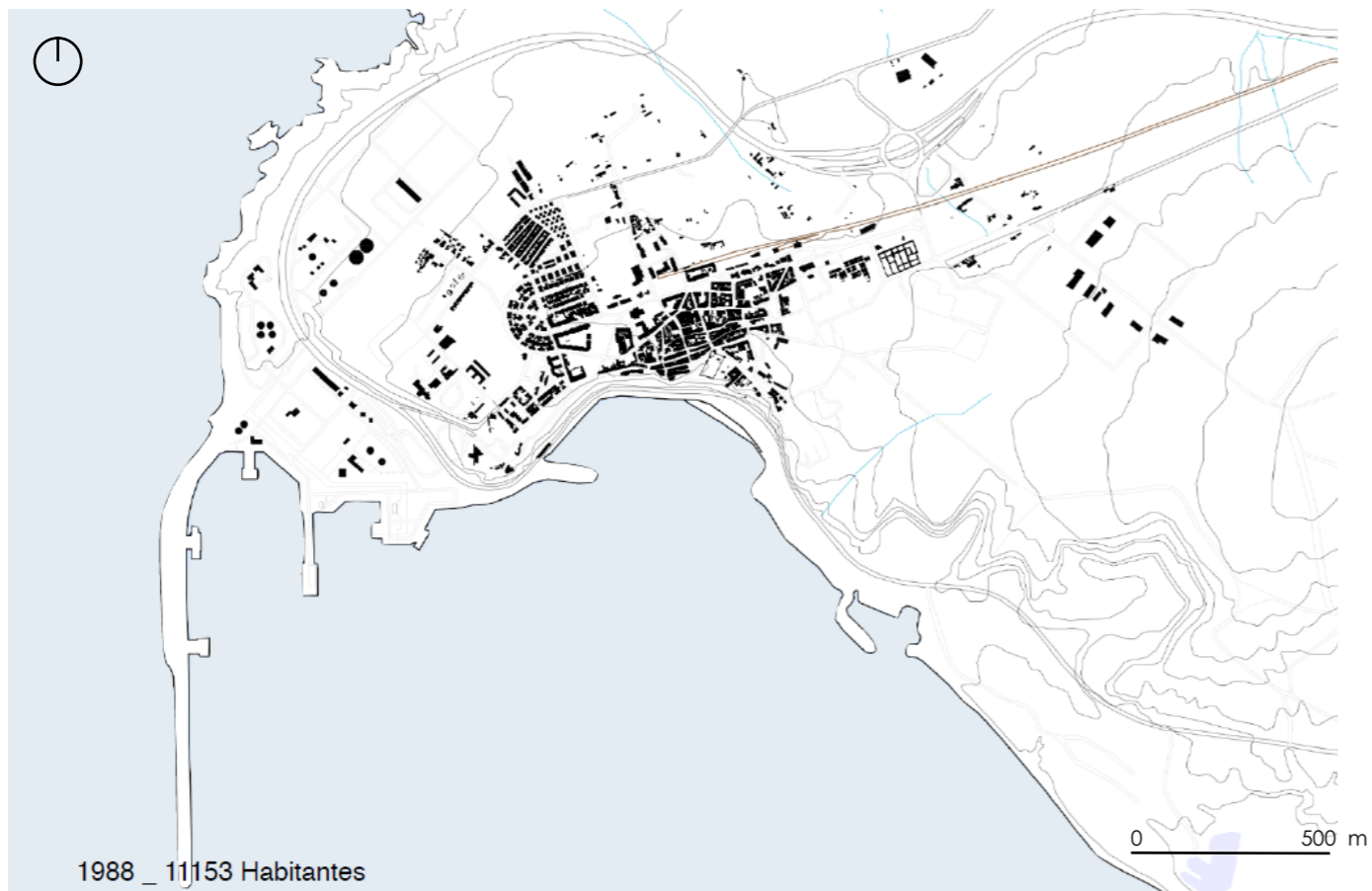
13 «A construção primitiva da Igreja Matriz remonta à Idade Média(...)No início do século XVIII, a igreja é já pequena (...) é profundamente remodelada na década de 30 (...)»
Município de Sines – *A Igreja Matriz de S. Salvador*, [Consultado a: 17 Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/705>»



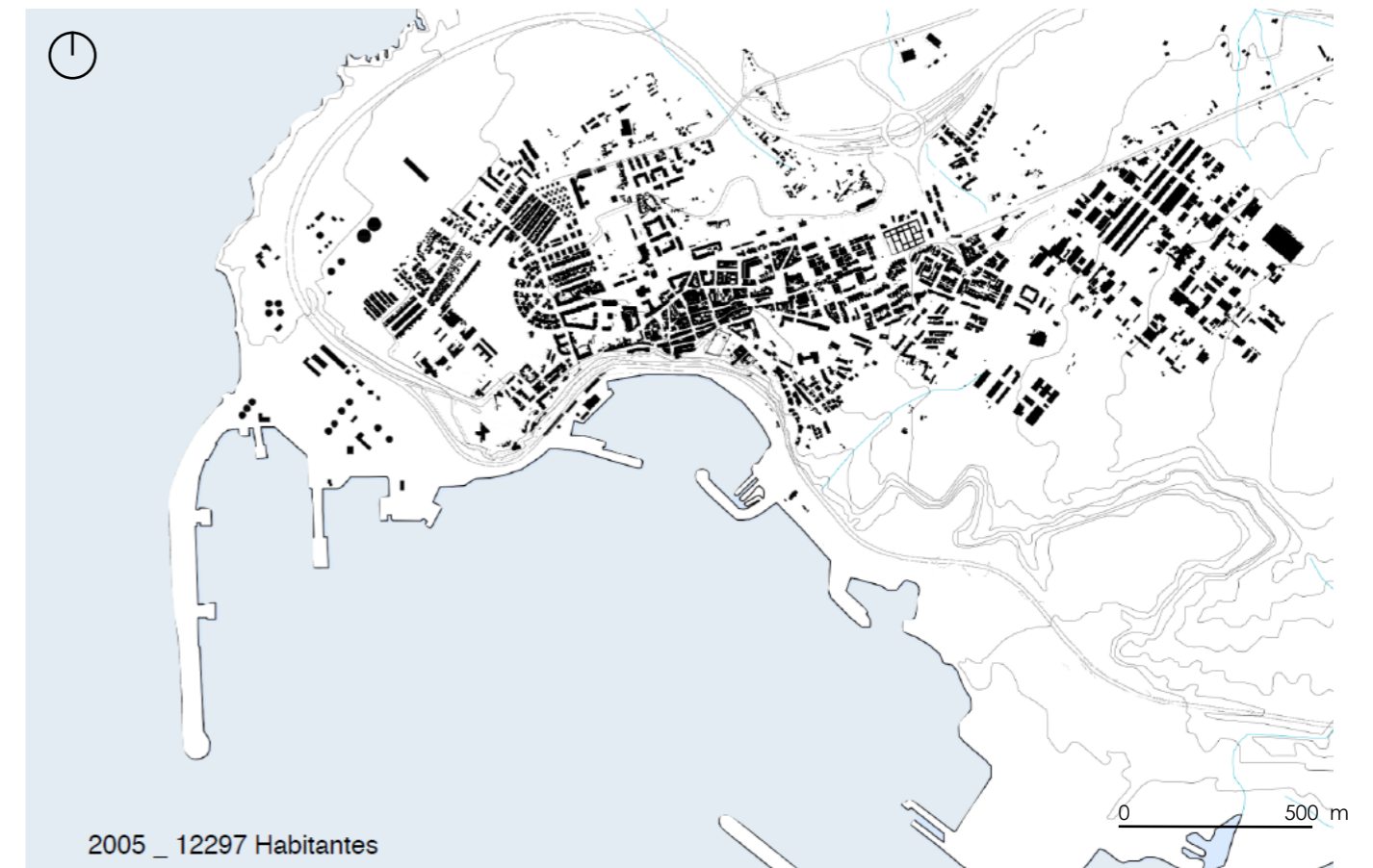
9.



10.



11.



12.

Figs. 9 a 12 Evolução do núcleo urbano de Sines

Sines recebe em inícios do século XX a restituição do estatuto municipal em 1914 a par com a indústria da cortiça que vinha a desenvolver-se e o início de alguma actividade turística. Juntamente com as pescas e a agricultura constituíam as bases do desenvolvimento económico e social até meados de 1960 apesar de pouco se distinguir do restante Alentejo.

A cidade neste processo evolutivo recebeu também a infra-estrutura de caminhos-de-ferro¹⁴. Esta infra-estrutura atravessou vários reveses desde o seu planeamento nos finais do século XIX. Após longas e complexas negociações - alterações políticas internas como a implantação da República seguidas das reduzidas condições económicas do Estado Português, da complexidade dos trabalhos, condicionados pela primeira guerra mundial - foi finalmente inaugurada em 1936.

Esta linha há muito reclamada pelas populações, foi planeada para servir o Baixo Alentejo ligando Sines a Beja, com o intuito de permitir o escoamento dos produtos para o porto, beneficiando a região e ao mesmo tempo aumentando a rentabilidade. Contudo, o ramal incompleto acabou por não ter a ligação ao porto de Sines nem a Beja. Sofrendo com a forte concorrência do transporte rodoviário agravado pelas deficiências que o caminho-de-ferro apresentava em relação à estrada acaba por encerrar na década de 1960.

Entre esta década e a seguinte Sines teve um crescimento de apenas 7% e de meados de 1970 até 2001 conhece uma explosão demográfica de cerca de 90%. Com este crescimento, a saturação da área urbana e das zonas envolventes tornam-se os factos mais relevantes dos últimos quarenta anos, a par com o crescimento do sector secundário (actualmente com cerca de 31%) e do sector primário (com cerca de 55%) que teve um decréscimo de cerca de 14%¹⁵. O aumento exponencial deste município, mais objectivamente da cidade de Sines centrou-se sobretudo a partir das políticas reformistas de Marcelo Caetano, implementadas no país e posteriormente interrompidas em meados de 1970. (Figuras 9 a 12)

Com a morte do Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar em 1970 e Marcelo Caetano a exercer funções interinas a partir de 1968 até à sua nomeação oficial em 1970, como Presidente do Conselho de Ministros, o país viveu um clima de abertura política moderada até 1974, ficando conhecida por “Primavera Marcelista”. Esta oscilou entre os inícios de uma renovação social, política, económica e a preocupação em seguir as linhas mestras do salazarismo conservador, em especial na manutenção das colónias africanas. Portugal era na altura um país conservador, centralista e colonialista. Em 1972 com a descoberta do petróleo em Cabinda, no Norte de Angola, e com o Canal do Suez encerrado¹⁶ abriu-se uma nova esperança económica nacional. As alterações que estavam sendo introduzidas incidiram entre outras, na economia nomeadamente na liquidação do

14 O troço ferroviário até Sines foi inaugurado em 14 de Setembro de 1936. Com a abertura do novo troço todos os comboios que serviam Santiago do Cacém foram prolongados até Sines. O ramal ainda não servia o porto de Sines, uma vez que as obras de construção ainda se tinham iniciado.

Souza, J. Fernando – *A Conclusão do Ramal de Sines*, Gazeta dos Caminhos-de-ferro, Revista Quinzenal Fundada em 1888, Nº 1170, Ano XLVIII, 16 de Setembro de 1936, pp. 483-485 [Consultado a: 8 de Abril de 2017], Disponível em: «http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Gazeta-CF/1936/N1170/N1170_master/GazetaCFN1170.pdf»

15 Município de Sines – *Relatório e Memória Descritiva do Plano de Urbanização de Sines*, [Consultado a: 10 Abril de 2017], Disponível em: «http://www.sines.pt/uploads/document/file/3167/PU_Sines_-_Relat_rio.pdf»

16 A consequência do conflito armado no qual opôs Israel a uma frente de países árabes, levou ao encerramento do Canal do Suez (e ao consequente embargo petrolífero aos Estados Unidos, no qual constituiu um factor preponderante na posterior crise do petróleo de 1973) e à alteração das rotas marítimas para os navios, passando a deslocação destes a contornar o continente africano em vez de atravessar pelo mar vermelho. Macalister, Terry - *Background: What caused the 1970's oil price shock?*; 3 de Março de 2011 [Consultado a: 27 de Setembro de 2016] Disponível em: «<https://www.theguardian.com/environment/2011/mar/03/1970s-oil-price-shock>»



Fig. 13 Panorâmica da Vila de Sines na década de 1960



Fig. 14 Panorâmica da Vila de Sines em 1975

Condicionalismo Industrial¹⁷ herdado de Salazar, com a abertura a algum investimento estrangeiro. O lançamento dos Projectos como o Porto de Sines e a Barragem do Alqueva (parado pelas alterações políticas nacionais de Abril de 1974) e a tentativa da aproximação à CEE¹⁸. As referidas reformas económicas vão ter grande impacto nesta região do litoral alentejano concentrando-se em Sines e na freguesia de Santo André a norte, no concelho de Santiago do Cacém, com a construção do complexo industrial multisectorial, petroquímico, actividades portuárias e a construção de uma Cidade Nova: Vila Nova de Santo André. Estes factores foram geradores de um aumento populacional e urbano provocando o decréscimo da actividade agrícola (esta era sazonal e de baixos salários) e levando ao êxodo rural e às transformações da paisagem.

A questão político-administrativa regional vem condicionar a (pouca) acção dos municípios de Sines e Santiago do Cacém, traduzidos nos interesses supranacionais.

Na dinâmica dos Planos de Fomento¹⁹ introduzida no país a partir de 1953, só com o III e IV Planos(1968-1973)²⁰ é que se inverteu a lógica da política económica até então vigente; defendendo a produção industrial orientada para a exportação, dando prioridade à industrialização e à concentração industrial (modelos dos pólos de crescimento de Perroux)²¹. Apesar de ter sido testado noutros países e não ter tido o sucesso esperado, em Portugal ainda era considerado como modelo de referência capaz de propagar crescimento e desenvolvimento à região de Sines. É neste contexto de política económica²² que o governo de Marcelo Caetano, por iniciativa do engenheiro António Martins (primeiro director a par com o arquitecto Guilherme Câncio Martins²³ do Gabinete da Área de Sines - GAS), decide construir o Pólo de Desenvolvimento de Sines. Este Pólo teria uma grande infra-estrutura portuária associada a um complexo ligada sobretudo ao

17 «Esta lei foi publicada em 1931 pelo decreto lei nº 19354, (...) compete ao Ministro do Comércio e Comunicações depois de consultado o Conselho Superior Técnico das Industrias autorizar: A instalação de novos estabelecimentos industriais (...). A montagem ou substituição de tecnologia nas empresas de que resulte aumento de produção; a transferência de licenças de exploração, arrendamento ou alienação de estabelecimentos a estrangeiros ou a empresas estrangeiras. A lei do Condicionamento Industrial serviu para eliminar a concorrência interna das empresas já existentes em cada ramo (...)» Armando, José – *Estado Novo*, 20 de Fevereiro de 2001 [Consultado a: 15 de Abril de 2017] Disponível em: «<http://www.prof2000.pt/users/trinita/Armando/Ruralismo.htm>»

18 Estas negociações com início em 1969, resultaram na celebração de um acordo em 1972, em causa estava a manutenção das colónias portuguesas. Mattoso, José (dir.) - *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974) Vol. VII*; Círculo de Leitores Lda. e Autores, 1ªEdição, Junho de 1994; pp. 455-470

19 Em 1953 surge o primeiro de quatro planos de fomento. Assemelhando-se aos planos quinquenais soviéticos (contudo nunca passando disso) os planos de fomento tinham como propósito definir sectores e projectos da economia a investir por parte do Estado. Mattoso, José (dir.), *op. cit.*; pp. 455-470

20 A implementação deste novo plano veio confirmar a internacionalização da economia portuguesa, o desenvolvimento da indústria privada como sector dominante da economia nacional, o crescimento do sector terciário e conseqüente incremento urbano. Mattoso, José (dir.), *op. cit.*; pp. 455-470

21 «François Perroux elaborou a “teoria dos pólos de crescimento” em 1955, quando estudou a concentração industrial em França, em volta de Paris e, na Alemanha ao longo do Vale do Rhur.» Patrício, Maria Teresa - *A estratégia política e económica do Estado Português num pólo de crescimento, O Projecto de Sines*, Revista Sociologia-Problemas e Práticas do ISCTE, Nº10, 1991, pp. 9-19 [Consultado em: 15 de Janeiro de 2017]; Disponível em: «<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1071>»

22 «Nascido da revisão do Plano energético nacional no final dos anos 60, o complexo industrial de Sines tutelado pelo Gabinete da Área de Sines (GAS), foi criado em 1971. “(...) o país precisava de uma nova política industrial, eram precisas ideias e objectivos, porque o modelo que tínhamos estava esgotado.(...)» Martins, Guilherme Câncio apud. Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>»

23 Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>»

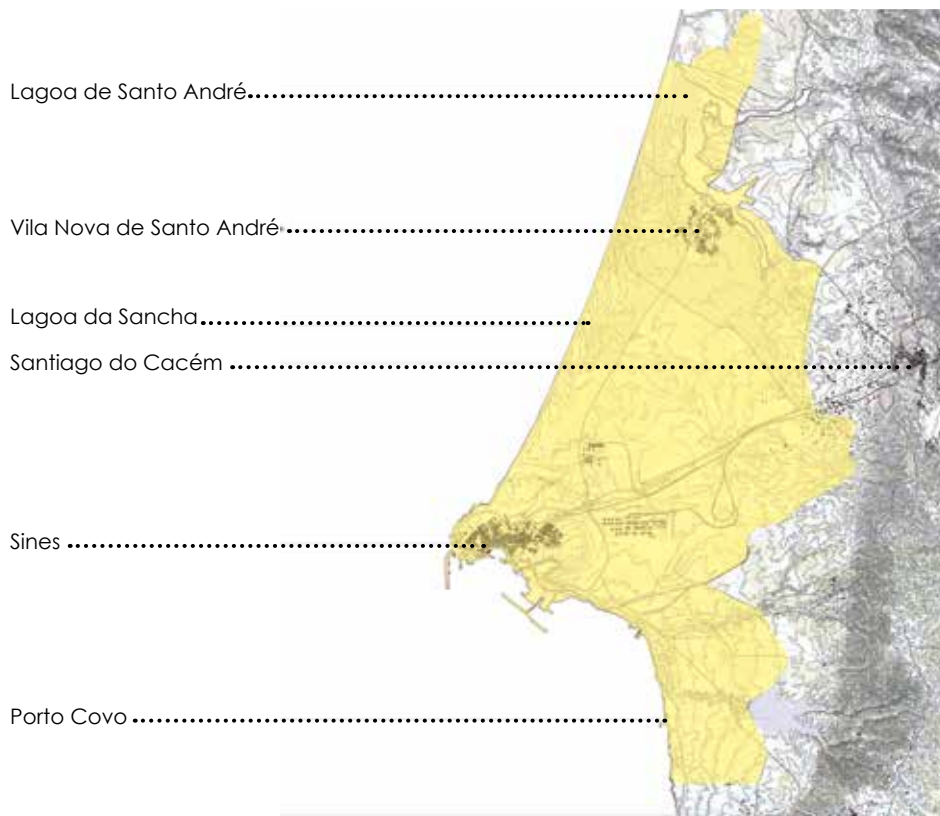


Fig. 15 A amarelo está representado o perímetro territorial de actuação do Gabinete da Área de Sines

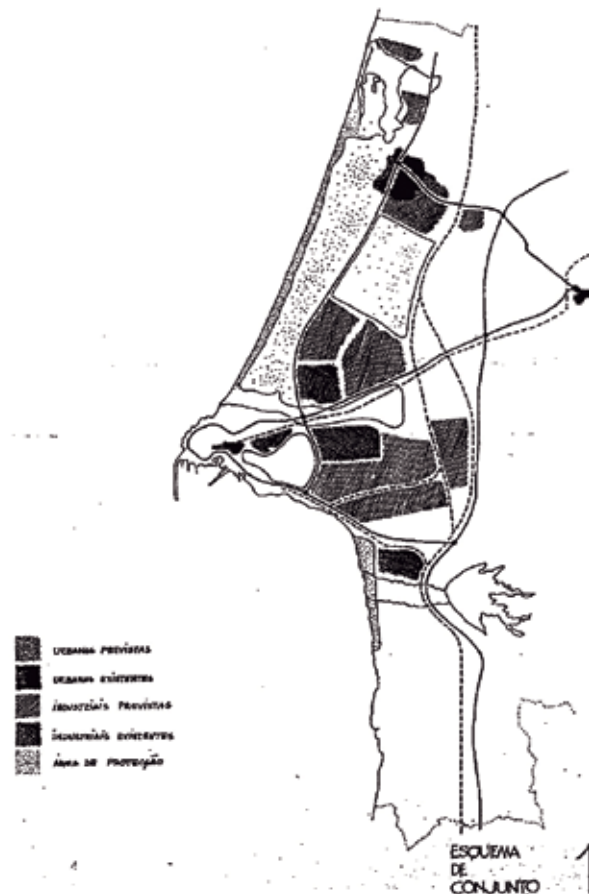


Fig. 16 Primeiro esquema de ordenamento territorial

sector energético, potenciando o reforço do sector industrial. Nesta condição, foi criada a entidade estatal com poderes executivos e de gestão territorial regional a agir sobre os territórios destes dois municípios. Com a promulgação do Dec-Lei 71/270 de 19 de Junho é criada a estrutura designada por GAS²⁴, conferida de poderes de gestão, implantação e execução do megaprojecto industrial petroquímico e dos seus congéneres.

Mesmo após a democratização do Estado Português este organismo manteve competências na gestão do complexo nas áreas do planeamento e ordenamento do território mormente nas zonas rurais expropriadas a serem ocupadas pelo complexo e ainda em Sines, Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André. Na acção construtiva e de desenvolvimento económico são observadas questões de condicionamento quer da actual cidade de Sines quer na parte norte desta cidade, assim como as alterações significativas na sua baía e na faixa sul do território municipal de Santiago do Cacém perpendicular à costa atlântica, desde a Lagoa de Santo André até Sines, numa extensão aproximada de 15 quilómetros.

Toda esta acção assentou na complexidade de concretização do projecto. Para garantir o seu sucesso era necessária que a intervenção fosse controlada pela administração central²⁵. Esta era a única entidade administrativa dotada de meios humanos e materiais exigidos, nomeadamente para a construção de infra-estruturas portuárias, para elaboração de planos urbanísticos e de reordenamento do território, para construção de infra-estruturas rodoviárias, saneamento, oleodutos (*pipelines*), para planeamento e construção da logística de transporte e das actividades industriais então previstas.²⁶

A escolha de Sines para a localização do empreendimento baseou-se nas características geofísicas do local: um porto de águas profundas, dada a existência de batimétricas muito acentuadas, permitiria receber navios de grande calado; baixo custo das expropriações dos terrenos²⁷ para a implantação do complexo; capacidade desta região para dissipar a grande poluição gerada pelo complexo; baixa densidade demográfica e económica; a proximidade geográfica de importantes riquezas naturais (como as minas de Aljustrel) e futura possibilidade de vir a tratar e processar as pirites em Sines.

Além de Sines foram estudados outros locais para a instalação do complexo portuário e industrial tais como as localidades de Vila Praia de Âncora e Peniche. Contudo «(...) *Entre razões ecológicas e reivindicações da população, acabou por ser Sines a escolha devido à disponibilidade de espaço que apresentava.*». ²⁸

24 PORTUGAL. Arquivo Distrital de Setúbal-DigitArq [Em linha].Setúbal: ADSTB, 2009-. [Consultado a: 17 de Outubro de 2016]. Atualização diária. Disponível em WWW:URL:<http://adstb.dgarq.gov.pt>

25 «(...) *Aproveitando a posição da costa portuguesa, procura-se descongestionar a industria pesada para um ponto meridional, cuja localização permite desconcentrar o trabalho sem que a capital perca o controlo social e financeiro(...)*»
Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 172

26 Esta situação desencadeou desde o início uma forte contestação por parte das autarquias locais de Sines e de Santiago do Cacém devido à apropriação por parte da administração central das suas competências na gestão do território.
Município de Santiago do Cacém - *1º encontro nacional sobre o complexo de Sines : consolidar, construir o futuro. - Sines : Câmara Municipal,[1986] Fundo Regional - Alentejo Litoral; [Consultado em: 9 de Abril de 2017]; Disponível em: <<http://servicos.cmsantiagocacem.pt/catalogo/plinkres.asp?Base=ISBD&Form=ISBD&StartRec=0&RecPag=5&NewSearch=1&SearchTxt=%22TCO%201%BA%20encontro%20nacional%20sobre%20o%20complexo%20de%20Sines%20%3A%20consolidar%2C%20construir%20o%20futuro%22%20%2B%20%22TCO%201%BA%20encontro%20nacional%20sobre%20o%20complexo%20de%20Sines%20%3A%20consolidar%2C%20construir%20o%20futuro%24%22>>*

27 «*Em 24 de Novembro de 1970 (diário dpo Governo nº 273, I série, Dec-Lei 576), foi alterada a politica dos Solos de forma a tornar mais acessível a expropriação de terrenos que viabilizassem a concretização do projecto (...)*»
Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 14

28 Oliveira, Florbela, *op. cit.* p. 14



Figs. 17; 18; 19 e 20 Enquadramento de Sines antes das obras do complexo: a Baía; a vista a partir do castelo, a praia de banhos e a actividade piscatória



Figs. 21; 22; 23 e 24 Enquadramento de Sines durante as obras do complexo coordenado pelo GAS: a reconversão da Baía e da costa; e, a construção dos cais do porto industrial

A área de actuação do GAS, abrangia cerca de 41 mil hectares, delimitada por uma linha que saindo do Oceano Atlântico, seguia o limite norte do concelho de Santiago do Cacém até à vertical 152 da quadrícula cadastral, descia a referida vertical até ao Barranco das Fontainhas, continuando pelo mesmo Barranco até ao limite do concelho de Sines e acompanhando depois esse limite para sul e oeste até ao Oceano Atlântico.²⁹ (Fig. 15, p. 33)

O projecto inicial previa além das construções industriais e portuárias também a fundação de uma Cidade Nova, operária a localizar a norte do complexo, a Vila Nova de Santo André. Esta opção justificava-se pelo aumento demográfico previsto, associado ao desenvolvimento industrial, portuário e ao número de postos de trabalho a criar. Em face das expectativas criadas para tal aumento populacional, foi necessário um aglomerado com uma capacidade para 100 mil habitantes, que possibilitasse ainda condições de expansão urbana, que fosse protegida da poluição industrial, uma vez que os ventos da região são predominantemente de noroeste e afectariam a Vila de Sines.

Por outro lado, esta vila, uma vez construídas as infra-estruturas portuárias e industriais, não disporia de condições de expansão urbana necessárias. Contudo, os atrasos na execução da Cidade Nova provocaram o crescimento da Vila de Sines conhecendo profundas transformações, com mais dificuldade e mais tardiamente do que o previsto surgiu a Vila Nova de Santo André.

As modificações ocorridas reflectiram-se num território com reduzidas marcas da intervenção humana que evoluiu para um território reconfigurado por uma intensa paisagem industrial, sobretudo na então Vila e concelho de Sines. Com a construção do Porto de Sines foram instaladas as indústrias básicas, refinação de petróleo (GALP), petroquímica (REPSOL) e mais tarde uma central termo eléctrica (EDP). O projecto industrial e portuário previa a implantação de outras indústrias³⁰ que acabaram por não se fixarem. O território recebe um crescimento económico e demográfico nunca antes atingido. Foram várias as causas apontadas para o insucesso deste ambicioso projecto: a crise petrolífera de 1973, a mudança de regime político em 1974, a abertura do canal do Suez em 1975 e a destruição do molhe oeste do Porto de Sines no inverno de 1978/79.

Até a implantação do complexo industrial e portuário, a Vila de Sines vivia da pesca, da indústria conserveira e da actividade turística balnear no verão sendo estas as mais expressivas. A Vila Nova de Santo André não existia, apenas a pequena aldeia a nascente da actual cidade. Santiago do Cacém era também uma vila de carácter agrário e de grandes latifundiários, cuja economia assentava nas actividades agro-florestais apesar das funções urbanas em matéria de Saúde e Justiça. As obras do complexo industrial provocaram uma intensa emigração para Sines, para os centros urbanos circundantes: Santiago do Cacém e mais tarde para Vila Nova de Santo André. A população emigrada (maioritariamente jovens em idade activa), vieram de todo o país, sobretudo dos distritos de Lisboa e Setúbal e mais tarde das ex-colónias africanas. O intenso fluxo populacional gerou défices acentuados na habitação, serviços e equipamentos para responder às necessidades da população (em particular na Vila Nova de Santo André), provocando um aumento generalizado do custo de vida, com maior incidência na habitação e alimentação. Embora o projecto e as perspectivas não tivessem atingido as metas planeadas a concretização parcial e a instalação em 2004 das infra-estruturas portuárias e áreas logísticas para a recepção de mercadorias contentorizadas e os fluxos populacionais induzidos alteraram a base económica deste território com reflexos na economia

29 PORTUGAL. Arquivo Distrital de Setúbal-DigitArq [Em linha].Setúbal: ADSTB, 2009-. [Consultado a: 17 de Outubro de 2016]. Atualização diária. Disponível em «WWW:URL:http://digitarq.adsb.arquivos.pt/details?id=119934»

30 Fábrica de Transformação das Pirites Alentejanas, Industria automóvel e celulose. Campanião, Bertolino - *A Expansão Urbanística de Santo André*, O Leme, Jornal 475, Santiago do Cacém, 1ª Quinzena de Dezembro de 2007, p. 8

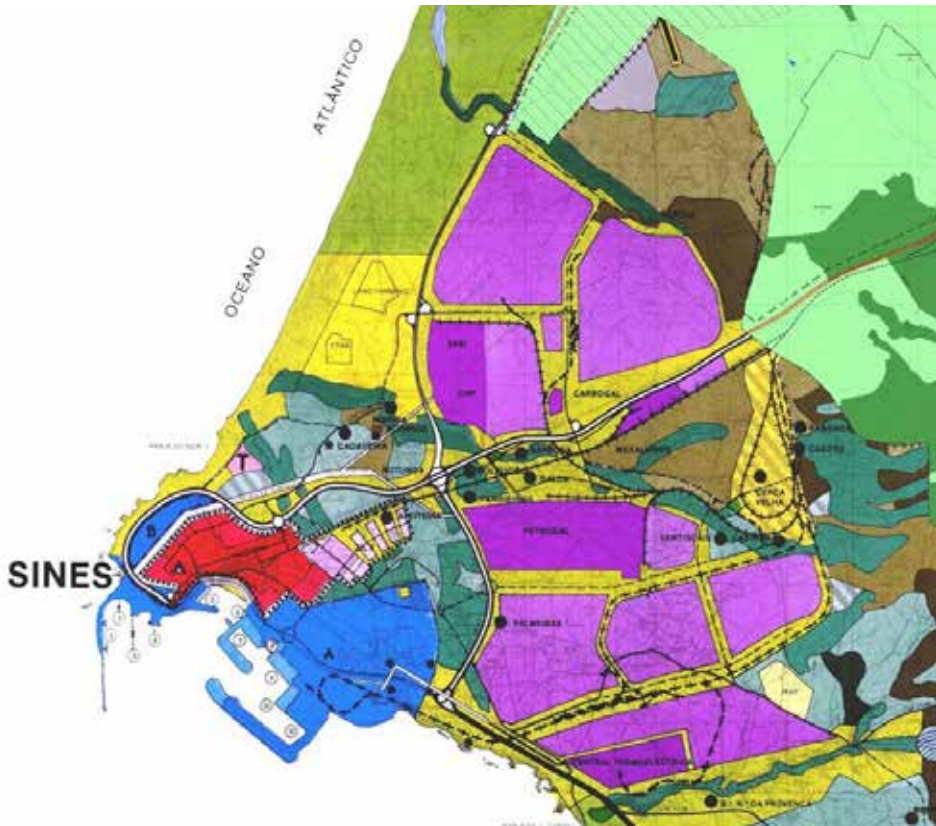


Fig. 25 Plano Director Municipal de Sines em vigor



Fig. 26 Mapa global do complexo portuário e industrial consoante o PDM de Sines

nacional. Aliás acompanhando as alterações económicas, e a crescente terciarização da economia nacional, a mudança mais radical ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. A população empregada no sector primário no concelho de Santiago do Cacém representava em 1970, 59% dos activos, e no concelho de Sines 51%, baixando estes valores para 28,5% em 1981 e depois para 6,3% e 4% em 2011.

A população empregada no sector secundário tem hoje um peso ligeiramente superior em Vila Nova de Santo André, pelo facto da sua origem estar relacionada com o complexo industrial e os seus habitantes estarem maioritariamente aí empregados. Porém, a cidade de Sines apresenta uma percentagem elevada da população activa no sector secundário, demonstrando a relevância do sector industrial para os residentes destas duas cidades, cujo peso é superior à média nacional. Ao contrário, na cidade de Santiago do Cacém predomina a população empregue no sector primário. Estes dados não significam que as respectivas cidades ofereçam mais ou menos postos de trabalho em determinados sectores pois, como veremos, os movimentos pendulares de saída são intensos na freguesia de Vila Nova de Santo André e de Santiago do Cacém com destino à de Sines.

Para concluir a análise, Sines foi elevada a cidade em 12 de Julho de 1997 apresentando um número elevado de equipamentos desportivos, culturais e industriais. Ao longo dos últimos anos adquiriu reputação na área cultural, devido à frequência e qualidade da programação municipal.

Na área da educação a cidade tem oferta de ensino regular, profissional e ensino artístico. Actualmente assiste-se à “transformação” da cidade pelos projectos e obras em curso ou já concluídas, destacando-se as realizadas no âmbito das parcerias para a regeneração urbana, que alteraram a qualidade da imagem do centro histórico e da sua frente marítima: reclassificação da Avenida Vasco da Gama, desqualificação e posterior transformação de um troço da IP8 que contorna o cabo de Sines em avenida panorâmica e a construção do Pavilhão Multiusos.

Na área comercial a cidade destaca-se por ter uma elevada oferta de grandes e médias superfícies ligadas ao sector alimentar, bem como na área da restauração e hotelaria.

Quanto aos serviços descentrados da Administração Central, tem serviços relacionados com a segurança pública (Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia Marítima) e ainda o Centro de Saúde, Segurança Social, Finanças, Registo Civil, Conservatória, Notários e Posto de Correios.

O porto é contíguo à cidade, mas não está inserido no perímetro urbano, ocupando com a Zona de Actividades Logísticas (ZAL) uma área de 20km². A direcção do porto é assegurada pela Administração do Porto de Sines, entidade com jurisdição sobre aquele território.

A cidade está sujeita a grande pressão induzida pelo complexo industrial, (Fig. 26) portuário e pela oferta turística que é verificada na cidade. Apesar do município dispor de instrumentos de Ordenamento do Território nomeadamente: o Plano Director Municipal de Sines (PDMS, Fig. 25), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor que permitem um crescimento populacional do concelho até 30 mil habitantes, a cidade está coroada com uma cintura de infra-estruturas instaladas em conjunto com a via rodoviária panorâmica, os corredores de esteiras dos oleodutos (*pipelines*) e áreas *non-edificandi*. A essa envolvimento industrial e a área de reserva natural e de protecção da orla costeira, constituem formas restritivas e limitativas do desenvolvimento urbano da cidade.

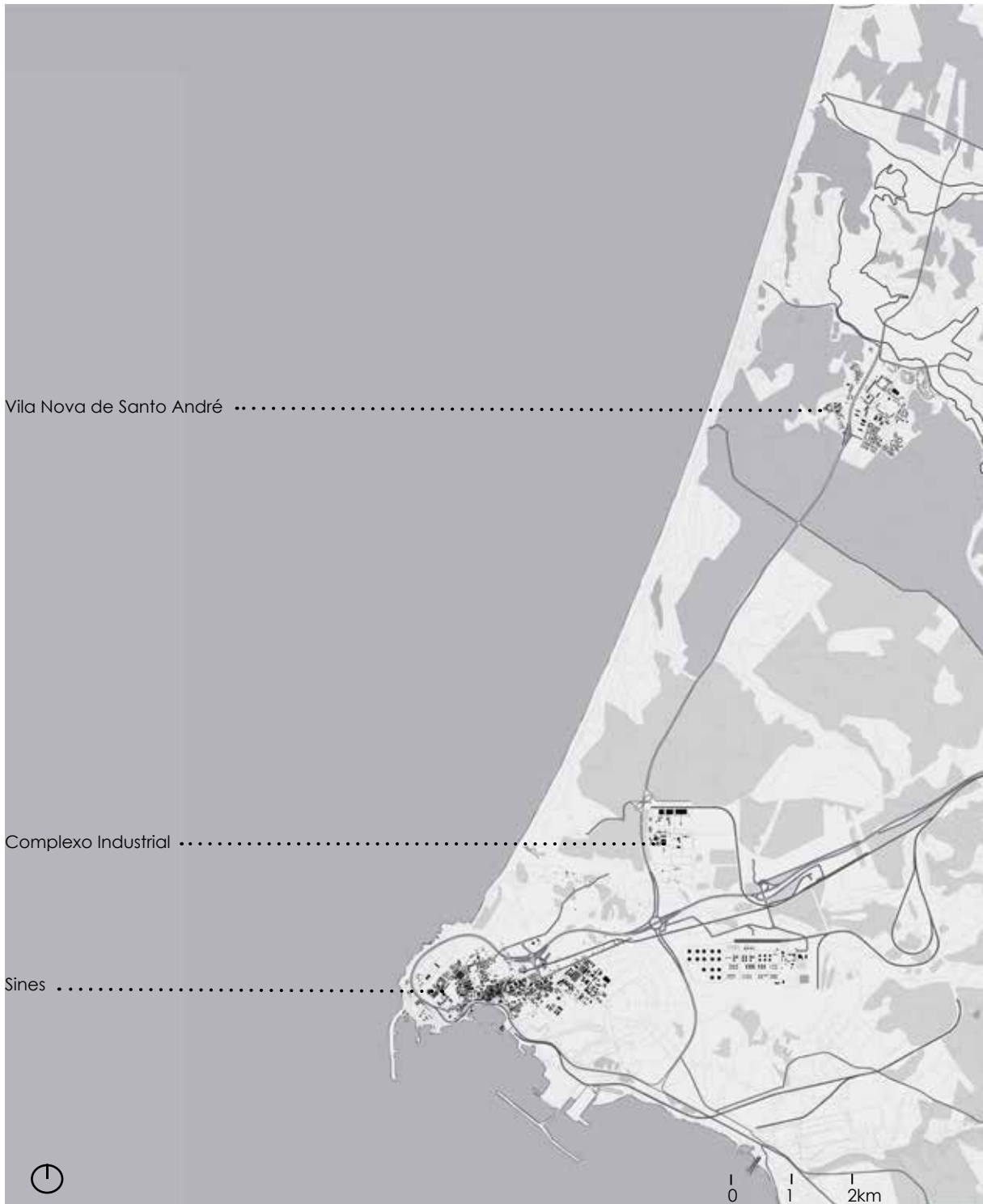


Fig. 27 Relação entre a Vila Nova de Santo André e Sines

2. Vila Nova de Santo André

«O que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas a presença de uma alma de cidade (...) a colocação de casas aldeãs, cada uma com a sua própria história, converte-se num todo conjugado. Este conjunto vive, respira, cresce, adquire um rosto particular, uma forma e uma história internas.»³¹

«Como se faz nascer uma cidade sem história?»³²

A cidade de Vila Nova de Santo André ao contrário de Sines é de construção recente, erguida de raiz, não possui património histórico construído classificado. Tem menos de cinquenta anos, mas tem uma história recente urbana e social nascida da euforia política e económica de desenvolvimento industrial que tardava a chegar ao país.

No percurso foi confrontada pelos reveses dos tempos, das incertezas, das alterações políticas e de tensões sociais reflectidas na sua conformação, desenvolvimento urbano e populacional. A cidade de fundação a partir dos últimos quarenta anos estará para sempre associada à construção do grande complexo industrial e multissetorial de Sines, aos conceitos das *New-Towns* inglesas e ao urbanismo moderno. Implantada em território municipal de Santiago do Cacém, na sub-região do Alentejo Litoral, é actualmente sede de Junta de Freguesia de Santo André, portanto com autonomia administrativa. Esta cidade começou por ter inicialmente um estatuto dúbio relativamente à categoria de aglomerado populacional em que se inseria. Foi elevada a Vila em 20 de Junho de 1991. Era até essa data denominada de Cidade Nova, uma vez que era essa a designação que a acompanhava desde a sua concepção. Pouco mais de uma década após a primeira categoria, a 1 de Julho de 2003, foi elevada a sede de Junta de Freguesia³³ e a categoria de cidade, passando então a cidade de Vila Nova de Santo André.³⁴

Esta cidade, juntamente com outros povoados compõem a actual freguesia de Santo André, é uma das oito³⁵ freguesias que compõe o concelho de Santiago do Cacém. Situada a 12 quilómetros

31 Spengler apud. Chueca Goitia, Fernando - Breve história do urbanismo; Editorial Presença, Lisboa (1982), 9ª Edição, 2014; p.17

32 Arq. Guilherme Câncio Martins in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão, via RTP2, 1996

33 Esta estava localizada na actual Aldeia de Santo André.
Mendes, Cristina Galhardo - *Percursos de Integração, Identidade e Pertencas, Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém*; Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta; Dezembro de 2012; p. 33

34 Para classificar um aglomerado urbano de cidade é necessário que este tenha mais de 8,000 eleitores e que possua pelo menos metade dos seguintes equipamentos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de Bombeiros, Casa de Espectáculos, centro cultural, museu, biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimentos de ensino pré-primário, infantários, ensino preparatório e secundário, transportes públicos urbanos e suburbanos e parques ou jardins públicos. Podem ainda ser classificados de cidades aglomerados com importância histórica, cultural ou arquitectónica, Lei n.º 11/82 de 2 de Junho. Ao reunir estas condições foi aprovado o projecto-lei N.º356/IX e Vila Nova de Santo André elevada a Cidade.
Mendes, Cristina Galhardo, *op. cit.* p. 33

35 Eram onze as freguesias do Concelho de Santiago do Cacém. Com a recente reorganização administrativa territorial autárquica – Lei 22/2012, e das alterações introduzidas pela Lei n.º 75/2013, União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água.
União das Freguesias (2013). *Reorganização Administrativa das Freguesias em Portugal*, [Consultado em 9 de Abril de 2017 Disponível em: «http://uniaofreguesias.codigo-postal.pt/santiago-do-cacem

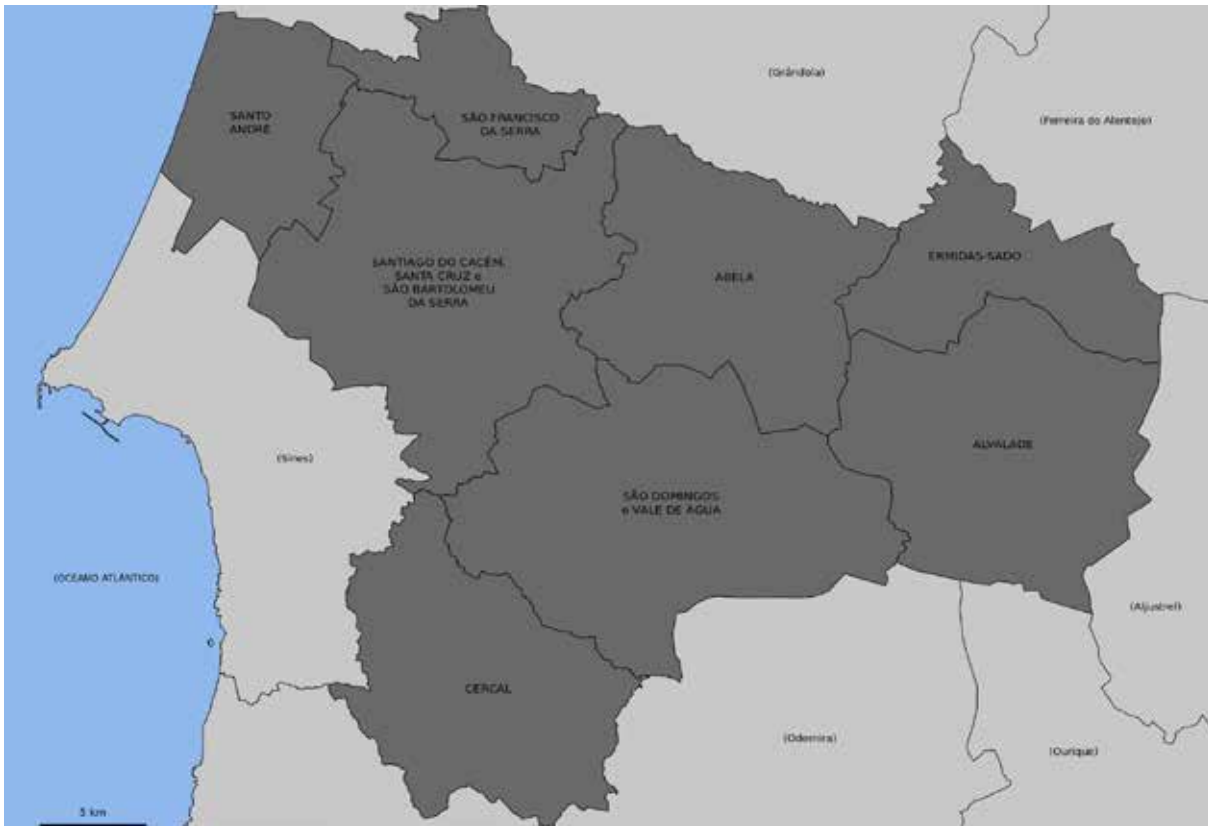


Fig. 28 Freguesias de Santiago do Cacém após a reorganização administrativa de 2013



Fig. 29 Delimitação territorial da Freguesia de Santo André



Fig. 30 Perímetro delimitador das Reservas Naturais

da sede do concelho e a 15 quilómetros de Sines, tem uma área total de 74,30km² com cerca de 11 mil habitantes e uma densidade populacional de 143,3hab/Km²³⁶.

Está descrita no Plano Director Municipal de Santiago do Cacém (PDMSC) como Área Predominante Urbana, com uma população predominantemente registada a noroeste. É delimitada a oeste pelo Oceano Atlântico, a sul pelo Município de Sines e a norte pelo Município de Grândola.

É nesta freguesia que se localiza a maior parte da extensão total da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLAS)³⁷, facto que lhe confere um importante estatuto de localização ecológica e um potencial turístico. Estende-se até ao Município de Sines ao longo da orla costeira (Fig. 30) e comporta actualmente enormes desafios no que respeita aos condicionalismos de expansão urbanística, embora o actual perímetro urbano da cidade, dada a sua grande espacialidade verificada e sentida, apresente um potencial de crescimento urbano e populacional segundo os parâmetros estabelecidos no actual Plano Director Municipal de Santiago do Cacém (PDSC).

A localidade é servida por uma via rodoviária³⁸ regional que se estende até Sines. Com quatro faixas de rodagem (duas em cada sentido, com separador central), concessionada, mas cujas obras até à data estão interrompidas, limitando a rodovia a uma faixa de cada lado, provocando enormes constrangimentos. Esta via acede à IP8 e à auto-estrada do Sul (A2), dispondo ainda de ligações a Santiago do Cacém e a Troia através de estradas municipais e também às praias. Em relação aos transportes públicos está limitada a autocarros (insuficientes), predominando o transporte privado.

Vila Nova de Santo André não dispunha, no seu início, de serviços de proximidade nem de equipamentos. Estes eram assegurados em parte pelo extinto Gabinete da Área de Sines (GAS). Porém, ao longo dos anos foi adquirindo infra-estruturas e serviços. Actualmente os equipamentos disponíveis respondem às necessidades dos residentes, embora a cidade de Santiago do Cacém com menos habitantes, mas sede do concelho, tenha oferta superior de equipamentos e serviços de proximidade. A cidade está provida de equipamentos desportivos e culturais; contudo das três cidades é a única sem piscinas públicas (apesar de existirem dois tanques desactivados). À semelhança de Sines, Vila Nova de Santo André foi adquirindo alguma reputação na área cultural devido à qualidade da programação associativa, distinguindo-se entre outros o Festival Internacional de Teatro do Alentejo (FITA) e uma estação de Rádio Local da Junta de freguesia “Rádio Cidade Nova”.

Esta cidade é o maior aglomerado da freguesia e tem a sua origem toponímica na actual aldeia de Santo André, situada sensivelmente a três quilómetros. Há contudo imprecisões no que respeita à data da criação da freguesia. Algumas referências³⁹ situam-na ainda no século XIV ou XV, nomeadamente nos reinados de D. João I ou do seu sucessor D. Duarte. Como facto comprovado, a freguesia existia no século XVI com uma população que vivia essencialmente da agricultura e da exploração dos recursos naturais da Lagoa de Santo André. Desde o século XIX, a cultura mais importante na zona era o arroz. Esta durou até à data de 1974 quando o GAS determinou a sua

36 INE (2015). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Alentejo* (PDF). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 95. [Consultado em 3 de Novembro de 2015], Disponível em: «http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros»

37 Mendes, Cristina Galhardo *Percursos de Integração, Identidade e Pertencas, Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém*; Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta; Dezembro de 2012; p. 33

38 Município de Santiago do Cacém – *Plano Director Municipal de Santiago do Cacém*, [Consultado a: 4 de Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.cm-santiagocacem.pt/ordenamento-do-territorio/planeamento-urbanistico/planos-em-vigor/>»

39 Macedo, António Pe. Apud. Mendes, Cristina Galhardo - *Percursos de Integração, Identidade e Pertencas, Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém*; Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta; Dezembro de 2012; p. 33



Fig. 31 Enquadramento à chegada do local da construção da Cidade Nova (c. 1972)



Fig. 32 Limpeza dos terrenos da Cidade Nova com os primeiros pavilhões para albergar os construtores/operários

suspensão devido à crescente contaminação dos produtos químicos nas águas da lagoa. A freguesia tinha na sua composição três aldeias⁴⁰ em 1830, com cerca de 938 habitantes e nos inícios da década de 1970 a população era de 2058 habitantes, cerca do dobro, passados 30 anos⁴¹. Em 2010, a população aumentou cinco vezes passando para cerca de 11 mil habitantes. Estes números revelam que após um crescimento lento ao longo de cem anos verifica-se uma explosão demográfica alterando de forma abrupta o lento crescimento e metabolismo social caracterizador.

A referida explosão demográfica está directamente relacionada aos seguintes factos: à industrialização da área de Sines e à construção das infra-estruturas portuárias; ao êxodo rural verificado a partir dos inícios da década de 1970 nesta região, oriundos quer dos concelhos vizinhos quer das grandes cidades de Lisboa e Setúbal, posteriormente, a partir de meados de 1974 com a chegada das pessoas das ex-colónias africanas; e, à construção da Cidade Nova operária em Santo André.

A década de 1970 marca profundamente a mudança que ocorreria em toda a área envolvente quer a nível das infra-estruturas habitacionais, de serviços e industriais, quer ao nível populacional e conseqüentemente sociocultural e económico. O próprio contexto político português da altura, na ausência de um regime mais democratizado, permitiu uma intervenção mais autoritária e abrangente na área, ignorando tanto preocupações que surgiram na época, noutros pontos altamente industrializados da Europa relativamente à concentração industrial, como interesses locais e regionais. Vila Nova de Santo André parte de um processo de planeamento e construção conturbado que se pode afirmar a três fases: «(...) da responsabilidade do arquitecto Guilherme Câncio Martins a localização da cidade (de 1971 a 1974); do arquitecto Francisco Silva Dias a estrutura da cidade (de 1975 a 1980); e, do arquitecto Luís Vassalo Rosa o espaço público (de 1981 a 1984).»⁴² Inicialmente o GAS viveu tensões geradas pelos residentes e naturais das então Vilas de Sines e Santiago do Cacém, com a chegada da enorme mole de pessoas e operários para a construção do complexo industrial e portuário de Sines.

«O projecto industrial de Sines vem, por substituição, selar um irreversível quadro de contemporaneidade na região (...) Sines queria manter o modelo que lá estava: uns velhotes a jogar às cartas e uns tipos nas redes a pescar. Quando chegava ao verão, tinham três ou quatro mil turistas, faltavam-lhes água potável, não tinham condições (...)»⁴³

«Sines era um estaleiro com obras da refinaria, do Porto, da auto-estrada. Eram cerca de 6 ou 7 mil trabalhadores, quase todos homens, as chatices que isto dava na pacatez da Vila, a tensão social com as mulheres, as tabernas cheias, o aumento da prostituição, em 1977, tive que impor um recolher obrigatório ao mandar encerrar os estabelecimentos à meia-noite.»⁴⁴

40 «Um antes difícil de imaginar, entre a lezíria e o ferragial, o pomar, a vinha e a pesca à linha. Um antes em que os lugares tinham nomes estranhos: Giz, Brescos, Cebolas, Deixa-o-Resto, Azinhal.»

Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; p.25; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>»

41 Município de Sines - *Arquivo Municipal de Sines nos Séculos XVII-XIX*, [Consultado a: 17 Abril de 2017], Disponível em: «http://45.33.69.154/index.php?sf_culture=pt»

42 Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 51

43 Martins, Guilherme Câncio apud. Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; p.25; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>»

44 Francisco do Ó Pacheco foi presidente da Câmara Municipal de Sines entre 1976 e 1997. Pacheco, Francisco do Ó apud. Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; p.25; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>»

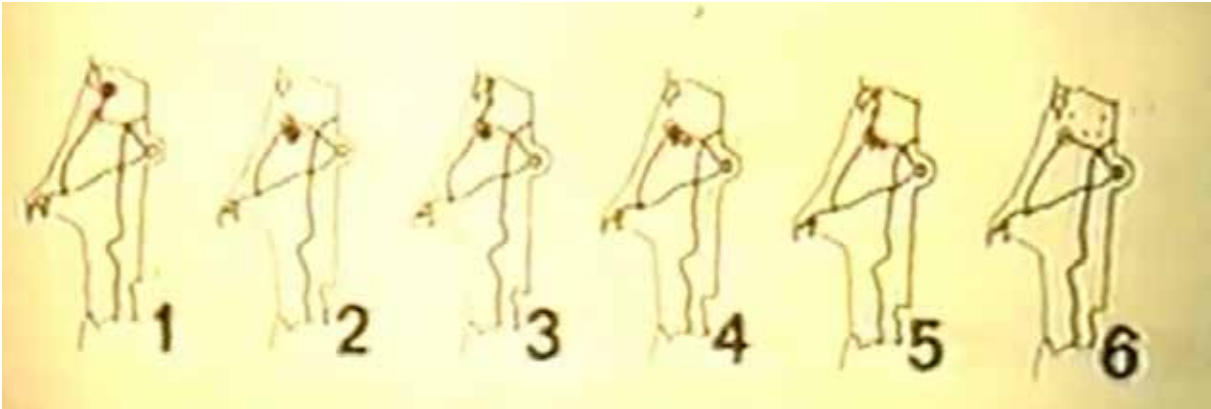


Fig. 33 As seis opções estudadas para a localização da Cidade Nova com esquema viário de ligação a Sines e Santiago do Cacém

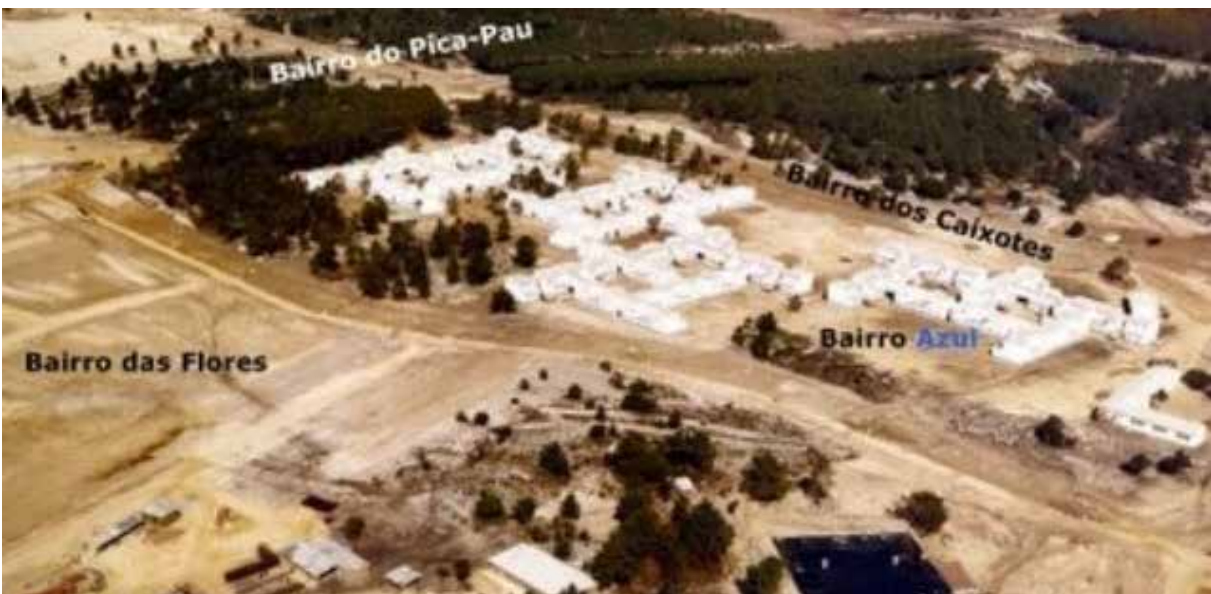


Fig. 34 A primeira construção da Cidade Nova - "Bairro Azul".



Fig. 35 e 36 Panorama actual do Bairro Azul

Dadas as prioridades para as obras de Sines, em paralelo aos processos de expropriação e da afirmação administrativa do GAS, a Cidade Nova padecia de indecisões quanto à sua localização e planeamento. Em causa estiveram um conjunto de condicionamentos relacionados com as áreas de salvaguarda da orla costeira e os estudos de impacto ambiental que tardavam. Estes relacionados com o ecossistema da lagoa e a fixação de areias levaram ao adiamento da implantação urbana no actual local. Por outro lado, estavam as incertezas quanto à inocuidade de referências identitárias da Nova Cidade. Os autores chegaram a colocar a hipótese de um desenvolvimento urbano expansivo entre Sines e Santiago⁴⁵; porém esta foi afastada. Entre as razões estiveram o relevo acentuado de Santiago do Cacém, o coroamento da indústria de Sines e as dificuldades de expropriação do solo urbano.⁴⁶ (Fig. 33)

Para os responsáveis do planeamento urbanístico a tarefa tanto era «*aliciante*» como «*angustiante*».⁴⁷ Esteve configurada uma área sem quaisquer vestígios da presença humana, de solo arenoso e um extenso pinhal tudo num relevo dunar: “*nem um moinho temos, umas ruínas, isto aqui é um deserto*”⁴⁸ A opção que se configurava como possível foi começar a construir a cidade a partir dos seus próprios operários/construtores. Os primeiros que provisoriamente ali se instalaram para a construção do núcleo urbano. Nestas dúvidas branqueadas pelo vazio, o primeiro assentamento deu-se pela mão e gizado pelo arquitecto Faria da Costa, autor do projecto “Bairro Azul” 1972-1973, implantando-se nas dunas do local, onde veio a desenvolver-se a Cidade Nova. (Fig. 34) A referência que tanto se procurava acabou por ser a marca no território do primeiro assentamento humano recente desta cidade. Este primeiro edifício projectado para ser construído num curto espaço de tempo foi idealizado num sistema construtivo de pré-fabricação em elementos de betão armado (com elementos em série) para uma rápida edificação. Destinado a albergar operários do grande empreendimento urbanístico este foi levantado em menos de um ano.

O “colectivo” como inicialmente era chamado, estava destinado a dormitórios e a alguns serviços do GAS. O conjunto desenha uma planta conjugada por blocos de dois pisos (rés-do-chão e andar) colocados perpendicularmente entre si, numa axialidade linear e quadrangular configurando pequenos pátios ou pracetas, para a convivência e relacionamento dos primeiros “habitantes” temporários. Este conjunto de edifícios relacionavam-se fisicamente entre si com passagens em túnel (Fig. 36) entre pracetas e podiam ser acedidos a partir de acessos verticais exteriores conformados por escadas. (Fig. 35) Contudo era um “gueto” sem limites ou muros. A cerca natural deste era o extenso ambiente de pinhal envolvente, em processo pontual de desmatização que configuravam os primeiros percursos em “terra batida” e mesmo assim, não se avistando sequer, deste ponto, o mar ali perto. A referência do areal dominante em Santo André será constante e recorrente por todos os

45 Arq. Guilherme Câncio Martins in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão, via RTP2, 1996

46 «A capacidade de acolhimento da região foi estudada, revelando-se insuficiente. Previu-se, à partida, a construção de 250 fogos em Sines e 150 fogos em Santiago do Cacém. À medida que a população chegava, distribuía-se por ambos os aglomerados e pelas aldeias da região. (...) O desenvolvimento intenso dos centros urbanos existentes foi abandonado pelas dificuldades de expropriação do solo urbano; a estrangulação sofrida em Sines, devido à proximidade da zona industrial, dos acessos rodoviários e ferroviários necessários, entre o porto e a indústria e as esteiras de pipes; à topografia acidentada de Santiago do Cacém, que torna difícil o seu desenvolvimento (...).»
Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 19

47 Arq. Francisco Silva Dias in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

48 Arq. Francisco Silva Dias, *op. cit*

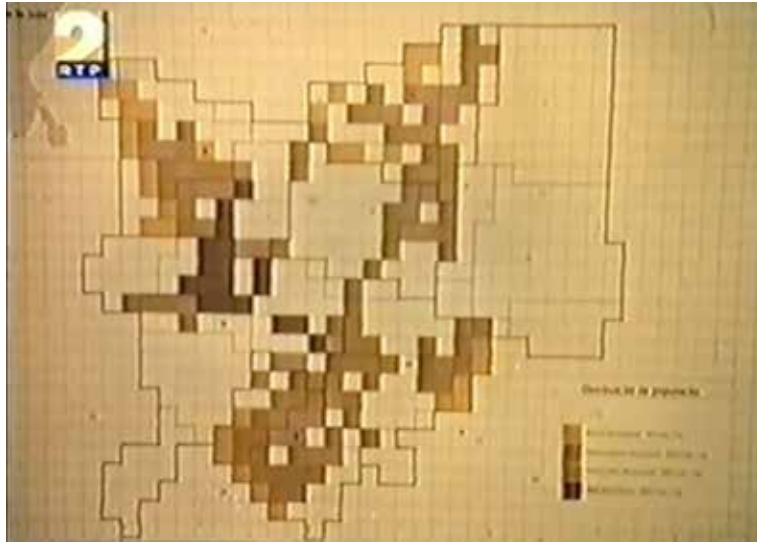


Fig. 37 Primeiro esquema matemático para a definição e catalogação do território de implantação; Programa: Ver Artes (Emissão RTP 2, 1996)

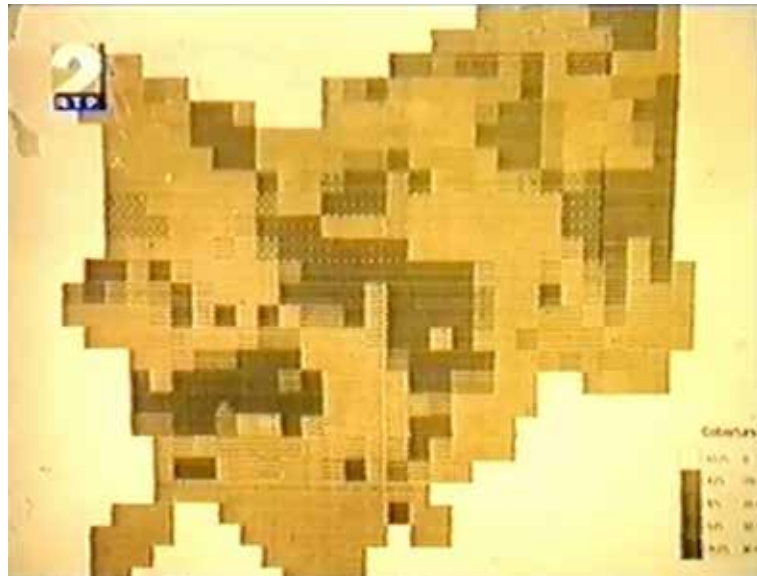


Fig. 38 Esquema matemático com as diversas manchas que definem uso e ocupação; Programa: Ver Artes (Emissão RTP 2, 1996)

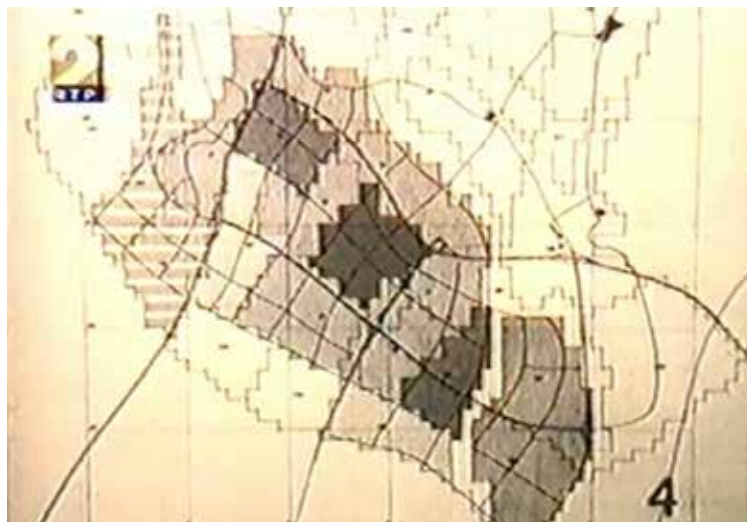


Fig. 39 Esquema tardio que mostra a sobreposição do esquema matemático com a malha urbana estipulada na segunda fase do planeamento
Programa: Ver Artes (Emissão RTP 2, 1996)

que vivenciaram este local desde os seus inícios. A povoação mais próxima era a já referida aldeia de Santo André que descansava quando os trabalhadores regressavam e Sines ficava a 15 quilómetros num percurso ainda em construção.

Desta primeira fase não se conhece se já existia um plano para a futura cidade. Conhece-se apenas a existência de um primeiro modelo matemático em quadrícula que apontava, através dos gradientes mais acentuados a possível localização do centro ou centros. De acordo com os parâmetros ou alternativas que eram formuladas⁴⁹, o território foi dividido em hectares e cada um era classificado pelo valor paisagístico agrícola, características do solo, etc. «*Foi a partir destes dados que se foi estabelecendo a localização preferencial da cidade.*»⁵⁰ O primeiro plano que se conhece data já de 1974 e configurava a matriz de quadrícula linear que durante o seu processo foi sofrendo ajustamentos até ao seu estado actual. (Fig. 37)

Em 1974, a revolução marcou a mudança política portuguesa, a partir do 25 de Abril deste ano, com a destituição de todo o aparelho governativo do anterior regime, seguido da descolonização. Portugal vivia um período de grandes incertezas políticas e sociais. O modelo político tardava em definir-se ou a afirmar-se. Os ideais socialistas e comunistas ganhavam voz e terreno com maior destaque no Alentejo. O poder apesar de tudo continuava centralizador. Os projectos de investimento em curso caminhavam numa marcha lenta a par com a sucessão de governos provisórios num Processo Revolucionário em Curso (PREC). Sines estava com o processo construtivo em curso e o Gabinete da Área de Sines a braços com a crise petrolífera e com a abertura do canal do Suez.

Neste ponto era colocada a questão se deveria ser parado todo o processo ou continuar⁵¹ e a decisão foi seguir em frente. Já tinha sido feito muito investimento com muitas pessoas e empresas envolvidas e outras centenas que já tinham condicionado a sua vida naquela esperança. Assim durante o III Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves (de 30 de Setembro de 1974 a 26 de Março de 1975), decide-se a continuidade do processo de construção de Sines e da Cidade Nova. Foram feitas as primeiras alterações ao corpo directivo do GAS, passando a coordenar o Plano Urbano da Nova Cidade, o arquitecto Francisco Silva Dias já familiarizado com o processo. Os modelos e as referências que vinham a ser tomadas na intervenção e planeamento urbanístico foram as *New Towns* inglesas da terceira geração. Especialmente a de Milton Keynes associada à experiência que este arquitecto trazia dos planos urbanos realizados em Chelas e Olivais, zona periférica de Lisboa.

A previsão era uma cidade para 100 mil pessoas em contraponto às *New Towns* da terceira fase que foram desenhadas e construídas para populações que variavam entre os 200 mil e os 250 mil habitantes. A Cidade Nova, acreditava-se na altura, para a centena de milhar de habitantes num curto espaço de tempo. A primeira fase no que respeita ao nível do povoamento ficou muito aquém do inicialmente calculado e a segunda fase nunca se verificou.

49 Arq. Luís Vassalo Rosa in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

50 «*O território foi dividido em hectares e cada um era classificado pelo valor paisagístico; agrícola; características do solo; etc. Foi a partir destes dados que foi estabelecida a localização preferencial da nova cidade.*»
Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 20

51 O arquitecto Francisco Silva Dias tomou as rédeas da segunda fase do projecto em 1975 e participou em várias sessões de esclarecimento: «*Punha-se em causa se o projecto deveria continuar ou ser suspenso, porque era um “elefante branco” (...)*»
Silva Dias, Francisco apud. Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; 17 de Agosto de 2014 [Consultado: 27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>

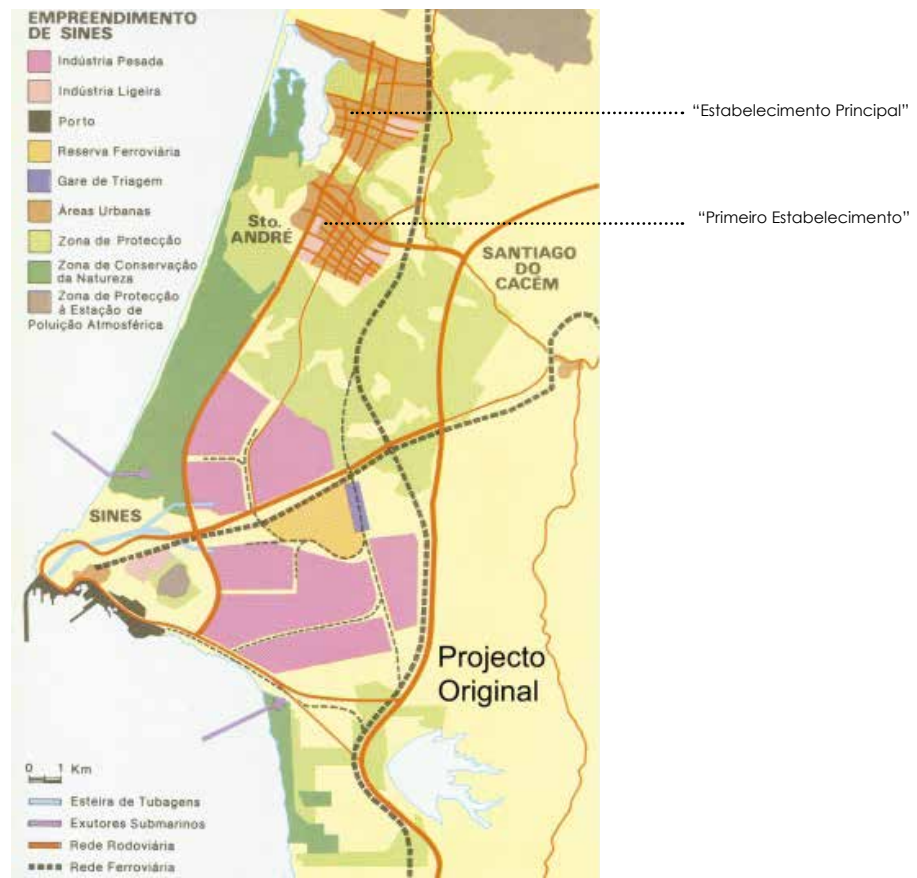


Fig. 40 Esquema da proposta original



Figs. 41; 42; 43 e 44 Primeira fase da construção

No segundo Plano Geral de 1972 a cidade deveria distribuir-se por três núcleos separados entre si pelos braços da Lagoa de Santo André, ocupando uma área que na sua maior dimensão, no sentido norte-sul, atingiria cerca de 9 quilómetros e distaria cerca de 15 quilómetros de Sines. O núcleo norte deveria compreender 25 mil habitantes. O núcleo central teria o mesmo número e seria o centro de gestão urbanística do total da população. O núcleo sul, por sua vez teria dois centros, cada um com 25 mil habitantes. Segundo Rodrigues⁵², o plano de 1972 adequava-se ao conceito de cidade «*polinucleada e hierarquizada*» apresentando um núcleo principal e três centros secundários.

Apesar de todas as preocupações com o planeamento e a estruturação da Cidade Nova, o ponto de partida ou a centralidade orgânica encontrava-se ainda indefinida. A necessidade de construção de alojamentos era premente face ao crescente número de pessoas que diariamente eram contratadas pelas empresas do grande pólo industrial. A chegada de um grande número de ex-colonos⁵³ e a necessidade de os alojar também constituía uma preocupação social quer para as entidades empregadoras quer para o governo. Estes para além de desalojados constituíam uma mão-de-obra mais qualificada acelerando o processo de construção de habitação. Este processo correspondeu ao que foi chamado de “Primeiro Estabelecimento” e que no futuro se ligaria ao “Estabelecimento Principal”⁵⁴ do projecto urbano da Nova Cidade, que nunca se concretizou. (Fig. 40) O arquitecto Silva Dias tem também o propósito de consolidar o “Primeiro Estabelecimento”. Nesta fase, seguindo as políticas do GAS foram lançados seis grandes projectos de habitações entregues a gabinetes externos; mas cuja localização não viesse a comprometer um possível desenvolvimento estruturado, conhecido pelo primeiro assentamento. Estes primeiros povoados foram dispersados e localizados: o primeiro a poente da actual via rodoviária regional (ER-256-1), contíguos ao primeiro assentamento - o Bairro Azul - e construído outro núcleo mais a nascente.

O primeiro assentamento foi constituído por habitações unifamiliares, em banda e em blocos multifamiliares, todos construídos entre os anos de 1974 a 1978, nomeadamente: na zona poente, o pólo habitacional da Atalaia Norte (1974 a 1976) com 250 fogos, o Atalaia Sul (1974 a 1978) desenhado pelo arquitecto Silva Pereira com 246 fogos e ao lado na mesma orientação solar o Bairro Pôr-do-Sol pelo arquitecto Silva Pereira com 297 fogos; a nascente, junto ao Bairro azul nasceria o Bairro das Flores, desenhado para um processo de auto construção com 359 fogos e paralelamente ao Bairro Azul, a Norte, o edifício Porto Velho, também conhecido por “caixotes” (1975 – 1977) com 288 fogos; e, a norte foi construído o Bairro da Petrogal, também conhecido como Bairro da Várzea (1976 – 1977) constituído por habitações unifamiliares em lotes individuais com 250 fogos. Todos apoiados por um equipamento comercial de bens de primeira necessidade, promovido em associação dos moradores numa espécie de cooperativa, localizada no Bairro Azul. Todo este assentamento num total aproximado de 1690 fogos e para uma população média de 6000

52 Rodrigues, Maria João - *O Preconceito no Conteúdo da Cidade: A cidade Nova de Santo André no projecto Estruturante de Sines*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa, 1997

53 «*Chegaram em barcos e aviões num movimento que durou poucos meses. Ficaram conhecidos como os 'retornados'. (...) Meio milhão de pessoas (...) foram integrados na sociedade portuguesa durante o período que vai do verão de 1974 ao verão de 1975, fruto da descolonização imposta pelo fim da ditadura (...)*»

Almeida, São José – *Retornados, Uma história de sucesso por contar*; 20 de Abril de 2014 [Consultado:27 de Novembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408> »

54 Arq. Luís Vassalo Rosa in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

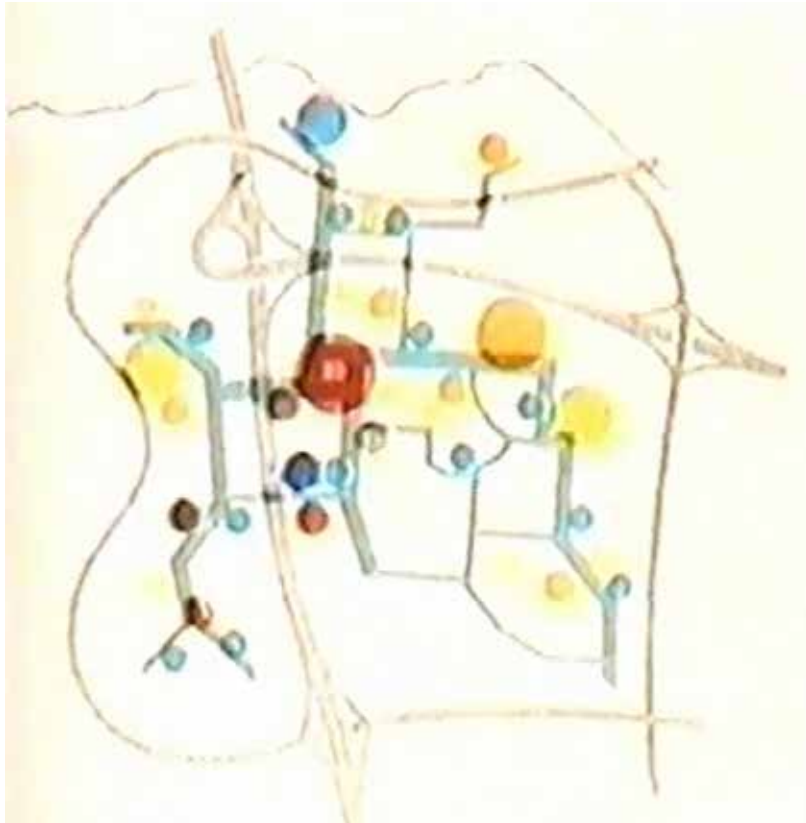


Fig. 45 Esquema das ruas pedonais, praças e comércio de proximidade (2ª fase, arq. Silva Dias)



Fig. 46 Esquema urbano com a praça central e equipamentos a azul

peças⁵⁵. Tudo num sistema inicial de dispersão urbana, embora, nesta fase ainda fosse constituída por alguma população flutuante e as casas serviam também para fixar pessoas.⁵⁶ (Ver planta da Fig. 47, pág. 54)

De 1975 a 1981, na fase de readaptação ao plano original são construídas as primeiras escolas do ensino básico, com projecto da arquitecta Maria do Carmo Bastos⁵⁷, localizada a poente entre os Bairros da Atalaia Norte e Sul e o Bairro Pôr-do-sol consolidando este primeiro núcleo.

Em 1976 muita coisa havia mudado no panorama nacional e internacional, como os próprios responsáveis do GAS admitiram anos mais tarde. Em 1981 existiam na freguesia de Santo André 2310 habitações e dez anos mais tarde esse número ascendeu às 4592 habitações. Em 2001, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) o número de habitações subia para 5324, indicando um aumento de apenas 16% em comparação com os cerca de 100% dos dez anos anteriores. O ligeiro aumento indicava já uma estabilização deste novo centro urbano. Contudo e face às novas perspectivas que se desenhavam com a vinda de novas indústrias a integrar o pólo industrial de Sines há um novo impulso na segunda fase de construção de habitação em 1978, edificando-se mais blocos habitacionais e bairros residenciais.

Paralelamente definia-se agora uma malha que estruturasse toda a cidade e os núcleos habitacionais já construídos (tal como tinha sido feito em Milton Keynes, com a malha a adaptar-se integrando os povoados existentes, mais antigos) e lhe desse sentido de cidade⁵⁸. Estabeleceu-se um sistema axial encontrando assim aquela que veio a ser a base estruturante de todo o plano urbanístico⁵⁹. Estes eixos definidos na direcção nascente-poente (actual Avenida de Santiago) paralelo aos Bairros Azul e Porto-Velho, de ligação ao primeiro povoado a poente (Atalaias e Pôr-do-sol), cruzando com o eixo norte-sul (actual Avenida de Sines) e em paralelo à grande via rodoviária regional estruturaram a malha da Cidade Nova, num desenvolvimento longitudinal linear, num estabelecimento de quadrículas e numa delas foram integradas o edifício Porto Velho, Bairro Azul e Bairro das Flores, ordenando assim o que se dizia “dispersão”. O objectivo era que tudo convergisse para uma grande praça central, (Figs. 45 e 46) que os percursos citadinos fossem facilmente memorizáveis e se desenvolvessem em torno de elementos centrais e mais marcantes (como por exemplo o parque central⁶⁰ e o liceu). Esta tentativa de dar “referências” de algo que nascia do nada foi feita apenas parcialmente, uma vez que a “falta do remate”, a grande praça imaginada (elemento tradicionalmente percebido como espaço “de festa e de encontro” de trocas de bens materiais e bens simbólicos, com liberdade de acesso e informalidade de uso) nunca chegou a ser realizada.⁶¹

55 Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; pp. 52-60

56 Arq. Francisco Silva Dias in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

57 Arq. Manuel Graça Dias, *op. cit*

58 Ibidem

59 Ib.

60 O parque central estava em fase de projecto pelo arquitecto João José de Araújo.
Arq. Francisco Silva Dias in: Programa, *op. cit*

61 Ib.



Fig. 47 Mapa das diferentes fases do Planeamento da Cidade Nova

Perante as novas perspectivas da instalação industrial iniciou-se a segunda fase da construção de edifícios habitacionais agora agarrados à malha estruturante e rodoviária da cidade. Acrescia a preocupação da humanização daquele ambiente característico e natural, deixando que a cidade convivesse com os pinheiros no seu interior num ambiente integrador.⁶²

Diversos bairros foram lançados a partir de 1978, a referir: o do Liceu com 198 fogos; o Bairro das Torres, também conhecido por CNP (Companhia Nacional de Petróleo) de Diogo Lino Pimentel com 98 fogos (este bairro foi à época um dos mais modernos com elevador, o conjunto formava uma pequena praça ladeada com espaços comerciais); o edifício Pantera com 298 fogos; o Bairro Pica-Pau, projecto de Paiva Lopes com 678 fogos; o Bairro dos Serrotes, projecto de Ruy d'Atouguia (desconhece-se o número de fogos); o Bairro do Horizonte; e, o Bairro do Pinhal, também conhecido por Bairro Branco, projecto de Tomás Taveira com 400 fogos, já dos inícios da década de 1980⁶³. Nesta que foi a última fase dum processo dinâmico e construtivo, de renovada esperança urbana e económica, perante as perspectivas de desenvolvimento que se desenhavam, muitas das empresas construtoras concorriam com preços baixos de construção. Estas não conseguindo fazer frente aos encargos decorrentes dos trabalhos associados ao aumento dos custos verificados na altura, faliam, retomando-se os trabalhos com outras empresas.⁶⁴ (Fig. 47)

No início da década de 1980 chega ao Gabinete da Área de Sines o arquitecto Vassalo Rosa, com uma visão de maior contenção formal em relação a tudo o que se vinha desenrolando e com uma outra dinâmica daquela que vinha sendo colocada. A anunciada previsão da instalação da fábrica Ford e a construção de mais indústrias nomeadamente das pirites alentejanas, uma siderurgia, indústrias ligadas aos adubos e a construção da central do carvão levaram ao desenho das novas estratégias. Ante a necessidade de repensar o enquadramento legal do Complexo de Sines em 1980, com o Dec-lei 480/80 de 17 de Outubro, houve uma nova reestruturação do Gabinete da Área de Sines conferindo-lhe a característica de departamento de planeamento urbano. Com a criação no GAS do Departamento de Planeamento do Centro Urbano (DPCU) procedeu-se na altura à elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento que não chegou a ser aprovado. O anterior plano foi revisto e introduzidas novas alterações estratégicas como a criação de uma administração local; a densificação da estrutura central da cidade, denominado “Plano de Densificação”, com a previsão de atingir cerca de 35 mil habitantes que permitiria configurar novas formas de organização e expansão da cidade⁶⁵; e, a continuação da ideia de uma estrutura urbana linear, mas «*sem destruir a presença da natureza na sua preponderância*».⁶⁶

62 Arq. Francisco Silva Dias in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

63 Este Bairro, cuja construção era constituído por edifícios de quatro pisos, inicialmente seria para albergar os trabalhadores da fábrica Ford que deveria ter sido instalada na zona.
Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; pp. 52-60

64 «(...) a construção de alguns fogos foi levada a cabo num clima perturbado por acidentes de percurso relacionados com a falência de empresas de construção civil (...) as cicatrizes destes incidentes estão patentes no centro urbano: rachas profundas nas paredes e muitos edifícios mal construídos, ou terminados à pressa por empresas arruinadas (...)»
Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; 17 de Agosto de 2014 [Consultado: 27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422> »

65 Segundo Rodrigues, os novos planos deveriam encorajar a tradicional convivência motivada pela conjugação do comércio e da habitação e proporcionar aquela promiscuidade que favorece a sociabilidade.
Rodrigues, Maria João - *O Preconceito no Conteúdo da Cidade: A cidade Nova de Santo André no projecto Estruturante de Sines*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa, 1997

66 Arq. Luís Vassalo Rosa in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

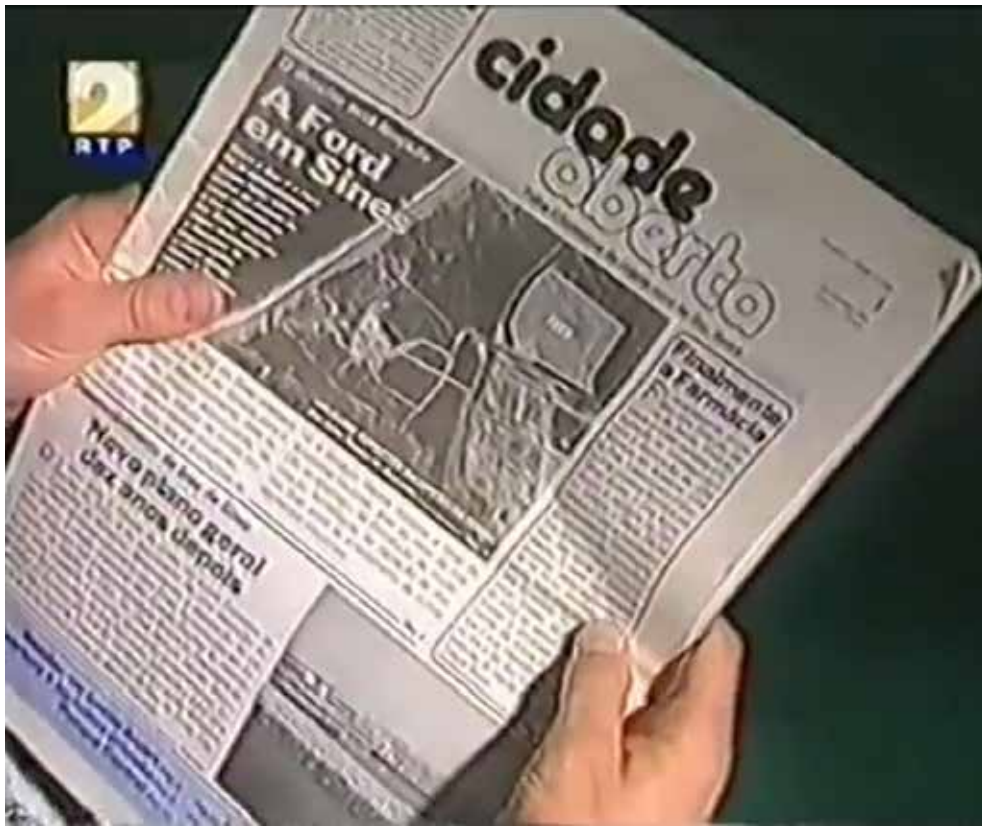


Fig. 48 Jornal "Cidade Aberta"
Programa: Ver Artes (Emissão RTP 2, 1996)



Fig. 49 Proposta de densificação (3ª Fase)
Programa: Ver Artes (Emissão RTP 2, 1996)

Outros arquitectos foram convidados para desenhar partes da Nova Cidade como por exemplo entre outros Álvaro Siza, Alexandre Alves Costa e demais.

A partir de 1981, o Departamento de Planeamento do Centro Urbano (DPCU) coordena uma série de estratégias investindo no que chamaram de “cultura de rua”. Os espaços públicos deviam fomentar o convívio e a ligação com a natureza. A ideia que tinha sido colocada no plano de Silva Dias era para ser continuada e desenvolvida. Com os espaços verdes, os serviços de redes, os parques e a criação de corredores de pinhais que ainda são visíveis. Todavia, o desenho urbano foi orientado no sentido de promover e clarificar a distinção de percursos, na separação do trânsito entre peões e ciclovias em faixas adjacentes às vias rodoviárias. Os resultados das novas experiências «(...) deram lugar a experiências mais radicais no sentido da criação de uma malha mais densa, complexa e sobreposta, e desligada do ambiente natural.»⁶⁷

Em Santo André já com uma população de aproximadamente 10 500 habitantes, nos inícios da década de 1980, e com 35% dos quais abaixo dos 15 anos (INE) e uma oferta habitacional superior à procura, assiste-se a uma tentativa de dinamização urbana. Procurou-se acima de tudo «a humanização de um conjunto populacional com múltiplos problemas».⁶⁸ Neste sentido foi pedida a colaboração da população na participação da construção da cidade. O arquitecto Álvaro Siza iria desenhar a sede da Administração Local iniciando estudos e concepção que não tiveram seguimento.⁶⁹

Com o propósito de dar voz às pessoas a publicação do jornal “Cidade Aberta”, (Fig. 48) visava melhorar vários aspectos da cidade editando artigos, opiniões e críticas. Passados dez anos daquele que foi o primeiro “assentamento” do Bairro Azul, a cidade ainda não possuía uma toponímia de ruas. Os locais da cidade eram conhecidos pelos nomes dos bairros, das suas características físicas ou cromáticas, dos nomes das empresas que os promoviam ou construíam e pela orientação solar dos pontos cardeais. Na chamada construção conjunta” da cidade, foi concebido um plano, colocando na designação toponímica o enraizamento assimilado pelos residentes que configuravam as localizações de partes ou locais da cidade. Em colaboração com o Banco de Dados, o Departamento de Planeamento do centro Urbano (DPCU) pede a colaboração das escolas e a participação dos seus alunos. A partir da análise, estatísticas e desenhos elaborados pelas crianças das suas “imagens mentais”, chegou-se à construção e mapeamento toponímico da cidade, salientando-se que na informação reproduzida, era “ouvida” e assimilada as relações familiares e de vizinhança. Como exemplo, a partir da análise e dos relatos escritos no documento⁷⁰, o edifício Pantera tem a origem do seu nome no cromatismo e composição geométrica, elaborado pelo artista Eduardo Nery, cuja cor dominante é a rosa. O Bairro Pôr-do-Sol, porque estava localizado a poente, ou Bairro dos Serrotes porque a composição das coberturas inclinadas lembravam os dentes de um serrote.

Não havia outra forma de identificar um local sem as chamadas referências do tempo, da história e da presença humana que o pudesse caracterizar. Também por ser uma cidade recente de cujos edifícios são na sua maioria de habitação e em geral serem formalmente todos idênticos e

67 Arq. Manuel Graça Dias in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

68 Rodrigues, Maria João - *O Preconceito no Conteúdo da Cidade: A cidade Nova de Santo André no projecto Estruturante de Sines*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa, 1997

69 Rodrigues, Maria João, *op. cit.*

70 Gabinete da Área de Sines – *Imagem da Cidade Nova de Santo André, Percepcionada pelos Alunos das Escolas*; Banco de Dados, Abril de 1982; Arquivo da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Santo André



Fig. 50 Vista da Praça da Concórdia



Fig. 51 Vista da Área Comercial e Zona Industrial Ligeira (ZIL)



Fig. 52 Vista do Bairro das Torres e Atalaia Norte

da mesma época. Ainda na eleição de preferências, estas direccionavam-se para o Bairro Azul que passou a estabelecer a sede da administração local da cidade, da Guarda Nacional Republicana, do Jardim Infantil, dos Correios entre outros serviços e por ser o mais antigo edifício logo a referência de uma das centralidades da cidade. Seguido das “Torres” ou da Atalaia reunindo comércios como café, barbearia, mercado, papelaria e supermercado.

Já as vias de circulação apresentavam neste estudo um nível de percepção mais baixo, mal definidas e nos mapas elaborados pelas crianças poucas aparecem com nomes. As mais importantes e mais percebidas (embora por poucos alunos) são as Avenidas de Santiago e Sines, associando-as às primeiras, logo atribuem mais importância e conhecimento.

Nos finais de 1983, com a finalização da construção da Central de Carvão em S. Torpes, a cidade entra numa fase de estabilização em que as indústrias de automóvel, das pirites e dos adubos anunciadas deixaram apenas o rasto de uma potencial concretização. O Gabinete da Área de Sines deixa de ter trabalho para fazer e com uma estrutura de cerca de 10 mil trabalhadores⁷¹ entra numa fase de recessão. A sua extinção foi efectuada pelo Dec-Lei 228/89 de 17 de Julho e confirmado pelo despacho A-17/90-XI de 24 de Janeiro de 1991. O GAS entra em fase de liquidação e muitos dos seus trabalhadores são integrados nos serviços estatais, municipais e regionais. O porto de Sines passa a ter uma administração própria e Vila Nova de Santo André passa para a gestão municipal de Santiago do Cacém.

A cidade da Vila Nova de Santo André não apresenta um centro porque este nunca chegou a ser desenhado apesar de na terceira fase ser planeada a construção de uma Administração Local. A localização de um centro orgânico embora prevista no modelo matemático inicial, que seria próximo da lagoa de Santo André⁷², nunca veio a ser concretizada. Isto ocorreu devido a vários factores, salientados pela urgência inicial da construção de habitação, sempre antecipando a fase da definição e conclusão de um plano e de uma estrutura administrativa, apoiada no próprio Gabinete da Área de Sines. Esta foi sempre uma entidade sem rosto, abstracta, marcada por avanços, recuos e convulsões político-sociais e por uma falta de visão ponderada, alimentada por manifestos investimentos não concretizados. A preocupação inicial de criar uma cidade operária “dormitório”, na melhor das hipóteses resumiu-se a uma mega urbanização monofuncional residencial e alguns serviços que mesmo estes tardaram na composição desta estrutura urbana. Apesar de ser considerada Cidade Nova faltou-lhes desde o início uma identidade (e a única era o pólo industrial de Sines), um referencial que configurasse autonomia. Inicialmente construída nos princípios da “dispersão” mantém ainda hoje esse carácter de uma cidade polinucleada, dispersa pela sua super espacialidade e inserida num ambiente de pinhal e areia. A cidade, acreditava-se na altura, viria a acolher em duas fases 100 mil habitantes num curto espaço de tempo tendo ficado aquém do calculado. A cidade construída foi sendo fruto de atropelos e esperanças nunca concretizadas ou alcançadas. Desde o início, Santo André foi mesa de ensaios e experimentalismos quer ao nível de desenho urbano quer ao nível da arquitectura dos edifícios, estranhos à maior parte dos seus habitantes, quase todos desenraizados das ex-colónias e/ou emigrados dos povoados rurais ou das grandes urbes.

71 PORTUGAL. Arquivo Distrital de Setúbal-DigitArq [Em linha].Setúbal: ADSTB, 2009-. [Consultado a: 17 de Outubro de 2016]. Atualização diária. Disponível em WWW:URL:<http://adstb.dgarq.gov.pt>

72 Arq. Luís Vassalo Rosa in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996



Fig. 53 Avenida de Santiago e Zona Comercial

Actualmente é uma pequena cidade na relação espaço/número de habitantes, propensa a manter e a criar núcleos de concentração mono-classicista. Cândio Martins, o primeiro arquitecto do plano geral urbanístico, referiu em 1996 que os actos de apropriação que se verificaram, longe de serem negativos, são encarados como um sinal de pertença e identificação da localidade, numa clara fase de normalidade.⁷³

A cidade na caracterização do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém (PDMSC), refere que esta constitui um sistema urbano de Nível I (alínea a, artº 3) a par com a sede do município, com espaços consolidados (central) e alguns espaços residenciais; apresentando ainda áreas residenciais a consolidar a par dos chamados Espaços de actividades económicas e Espaços de expansão confirmando a percepção que se tem da cidade face à sua grande espacialidade, admitindo um aumento populacional e habitacional “equilibrado”. Estão ainda previstas a consolidação e estruturação do povoamento seguindo os princípios da concentração do povoamento e do controlo da edificação dispersa (artº 59, alínea a, PDMSC). O próprio regulamento admite, perante a sua horizontalidade e falta de uma presença marcante, a edificação de dois marcos urbanos, não referindo de que tipo mas que dêem identidade ao centro urbano e facilitem a orientação (artº 78, alínea f). Destaca-se ainda neste documento a clarificação espacial, os chamados Espaços de uso (desportivos ou outros) classificados, mas apenas uma pequena área está consolidada (Pavilhão gimnodesportivo).

Na leitura deste espaço estão incluídos os equipamentos desportivos composto por um campo de futebol sem bancadas, limitado por uma cerca em betão pré-fabricado e na cabeceira norte um Pavilhão Gimnodesportivo, de construção recente. Próximo ao arruamento, um equipamento com oito campos de ténis e um ginásio. Ao lado destes, uma infra-estrutura (actualmente desactivada com dois pequenos tanques/piscinas), tudo numa envolvência de pinhal, pontuada com apropriações de espaços para actividades agrícolas de subsistência, num ambiente desordenado.

Por tudo o que foi o desenvolvimento urbano da cidade há ainda a referir que a imagem da cidade é alvo de recentes transformações e melhoramentos ligados a projectos de requalificação do espaço público, concretizado no âmbito das parcerias para a Regeneração Urbana (Câmara Municipal do Cacém 2011). Das três cidades é a única que dispõe de uma rede de ciclovias no seu interior com cerca de 11 quilómetros de extensão. Na área da educação a cidade tem oferta até ao 12º ano público e é das três com ensino superior, pelo Instituto PIAGET, apesar de privado.

A área comercial satisfaz as necessidades da população. Com destaque na oferta de médias superfícies comerciais ligadas ao sector alimentar, constituindo esta área um pólo de alguma concentração e socialização, próximo da área central que se estende numa faixa linear até ao limite urbano sul.

Possui serviços de proximidade, já referidos, uma delegação ou Gabinete Municipal onde são prestados alguns serviços, Junta de Freguesia, Centro de Saúde e Bombeiros Voluntários, concentrados no chamado Bairro Azul.

Conta ainda com unidades hoteleiras e algumas unidades de Alojamento Local, além de um parque de campismo com capacidade para 900 pessoas na Lagoa de Santo André.

73 «(...) Santo André já tem clandestinos, já tem uma série de sinais de apropriação da própria cidade (...) está a entrar numa situação de normalidade. Santo André é actualmente um subúrbio com alguma qualidade (...)»
Arq. Guilherme Cândio Martins in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão, via RTP2, 1996



Fig. 54 Representação das Áreas Protegidas



Fig. 55 Representação dos Sítios de Importância Comunitária

3. O território entre Sines e V. N. de Santo André

As transformações originadas pela instalação do complexo industrial e multisectorial de Sines começaram por se operar na própria paisagem. Território de reduzidas marcas de intervenção do homem passou-se para um território reconfigurado por uma intensa presença industrial e urbana revelando os efeitos das actividades antrópicas.

O suporte físico e a respectiva ambiência podem identificar-se em duas grandes zonas, arenoso e dunar, na extensão da costa e no desenvolvimento para o interior com solos de transição que suportam a flora, animadas pelo ecossistema característico deste local.

Esta plataforma de grande unidade geomorfológica e de grande permeabilidade enquadra zonas de solos peculiares facilmente enlameáveis, linhas de água que dão origem a vales pouco acentuados, visualmente marcantes e estruturantes nesta plataforma e que constituem zonas de drenagem e corredores de água nas épocas de maior pluviosidade. Existem também zonas de equilíbrio da humidade relativa nas épocas de maior estio que se verificam neste território, potenciando a actividade agrícola e o cultivo, dadas as relações solo-humidade. A temperatura, a precipitação e a humidade do ar destacam esta área com valores médios anuais de 16° a 17,5° c, traduzindo num arrefecimento nocturno a concentrar-se nas áreas mais deprimidas.⁷⁴ O sentido do vento norte-nordeste incute uma componente determinante na paisagem, como é testemunho a forma “em almofada” que adquire a vegetação com porte mais significativo. No inverno manifesta-se a maior percentagem das “calmas” e em Agosto a nortada faz-se sentir com mais incidência. Também pela direcção dos ventos, esta faixa encontra-se pouco afectada pela poluição produzida no complexo industrial. A poluição apesar de configurada à zona de Sines tem-se revelado grande fonte de conflito, opondo a população à sua presença, apesar da indústria e actividades portuárias representarem a maior fonte de empregabilidade e rendimento.

A leste desta área de reserva natural, (Fig. 54) estendem-se os referidos terrenos expropriados e de cujo coberto vegetal, em parte é comum à área de reserva, constituído pela grande extensão arbórea de pinheiros⁷⁵ e alguns sobreiros.

Este coberto vegetal apresenta sinais de intervenções (desflorestação) para instalação de um aeródromo não concluído; além de percursos e faixas de bloqueio a incêndios (chamados aceiros), de zonas dispersas de exploração agrícola e exploração agro-industrial com alguma extensão de estufas. O solo desta faixa entre as duas cidades, com cerca de 15 quilómetros é constituído por solo arenoso⁷⁶ a partir da orla costeira até à referida rodovia e de transição⁷⁷ para leste, com um relevo pouco acidentado, dunar, em relação à sua extensão.

74 Sousa Morais, João - *Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vicentina*; Lisboa, Editorial Estampa, 1995

75 Catalogados como matos xerófitos (Vegetação Lenhosa).
CCDR, Alentejo - *Programa Regional de Ordenamento do Território da região do Alentejo*, [Consultado a: 2 de Outubro de 2015] Disponível em: «<http://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ord/prot-alentejo>»

76 CCDR, Alentejo, *op. cit.*

77 Ibidem

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

Entidade responsável: ICNF

RAMSAR

SÍTIOS RAMSAR - CONSERVAÇÃO DAS ZONAS ÚMIDAS

«Atuam representativos do ecossistema, de valores fenológicos e florísticos e com importância para a conservação de aves aquáticas e peixes»



Fig. 56 Rede RAMSAR

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

Entidade responsável: ICNF

Rede Natura: ZPE

ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL

«destinam-se essencialmente a garantir a conservação dos espaços de aves, o seu habitat»

«No mesmo caso de intervenção incluem duas ZPE: Lagoa de São João e Lagoa de Santa Joana»



Fig. 57 Rede Natura, Zonas de Protecção Especial

O encaixe da rodovia em troços de vales artificiais ao longo do percurso constitui de alguma forma, barreiras dissipadoras de ruídos, juntamente com a vegetação arbórea, logo de protecção ao ecossistema natural.

Durante a fase de planeamento e construção quer do complexo industrial quer da Cidade Nova, o território entre as cidades de Sines e Vila Nova de Santo André foi objecto de expropriações por parte do Estado, passando os terrenos, após a liquidação do GAS, para a alçada do estado e da gestão municipal. Estes terrenos, a nascente à via regional (ER256-1) apresentam um potencial e uma alternativa à expansão urbana das duas cidades, apoiadas pela via regional, mantendo-se livre de qualquer intenção ou intervenção urbanística na área de protecção da orla costeira e reserva natural, adjacente a poente da rodovia. Esta, paralela à orla costeira, afastada cerca de 3 quilómetros representa o limite da área da reserva natural, comum às duas freguesias de Sines e Santo André.

A reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSA) foi criada pelo Dec-Lei 10/2000 de 22 de Agosto, com o objectivo de proceder à conservação do elevado valor ecológico destas duas zonas húmidas e das suas áreas envolventes, nomeadamente enquanto áreas importantes para a reprodução, invernada e migração das aves. O estatuto de protecção visa também a protecção do complexo dunar envolvente e da faixa marítima adjacente que alberga uma fauna marinha característica, integradas anteriormente na Lista de Sítios da Convenção de RAMSAR (Zonas húmidas de importância internacional, Fig. 56)⁷⁸, através do Dec-Lei 384-B/99 de 23 de Setembro, estabelecendo aí Zonas de Produção Especial (Fig. 57) para as aves selvagens “Lagoa da Sancha” e “Lagoa de Santo André” que integram a Rede Natura 2000.

78 Município de Santiago do Cacém – *Plano Director Municipal de Santiago do Cacém*, [Consultado a: 4 de Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.cm-santiagocacem.pt/ordenamento-do-territorio/planeamento-urbanistico/planos-em-vigor/>»

Parte II
Conceitos de Referência e Casos-de-Estudo



Fig. 58 Representação da primeira actividade industrial no meio rural junto ao rio
Philip James de Loutherbourg and William Pickett: *Iron Works, Colebrookdale*, 1805; aquatint



Fig. 59 Modificação da paisagem rural pela proliferação da actividade industrial

1. Os efeitos da Industrialização na paisagem rural, a descaracterização e o surgimento de uma nova paisagem: *Subtopia*

«A representação mais comum da chamada Revolução Industrial é um relato que associa a urbanização à concentração de mão-de-obra, carvão, máquinas a vapor, indústria têxtil, siderurgias, bairros operários, subúrbios operários e chaminés a espalhar fumaça negra pelo ar. Este frenesim tinha como contrapartida o abandono dos campos e a própria industrialização da agricultura para a produção intensiva de ovelhas, trigo ou o que fosse.»⁷⁹

Na primeira parte da dissertação foi abordado o objecto de estudo que constituiu a base para o desenvolvimento das propostas de projecto, em grupo e individual. Nesta abordagem, entre outras questões, foi possível determinar, através da observação (e análise) dos diversos suportes descritivos que o território costeiro envolvente a Sines (Santo André incluído) teve o seu maior momento de transformação quando foi criada, pelo Estado, uma entidade logística com o objectivo da instalação de um megaequipamento industrial e portuário. Devido à industrialização intensa do território de Sines as dinâmicas da paisagem rural envolvente também foram alvo de alterações graduais, nas quais se destacaram as medidas de reserva de uma grande parte do território.

As grandes transformações das paisagens (urbanas e rurais) ocorreram com a Revolução Industrial. A Grã-Bretanha foi a plataforma desta Revolução, a Alemanha e a França seguiram-se a partir de 1830. A transformação das paisagens foi um processo gradual que se foi intensificando. Numa primeira fase, a invenção da primeira máquina de fição impulsionada pela energia hidráulica⁸⁰ condicionou a implantação da indústria. Esta ficou dispersa pelo território e esteve condicionada, pois dependia da força motriz de um curso de água natural.⁸¹ A mudança desta condição viria com a máquina a vapor.

A máquina a vapor (concebida e patenteada em 1777) foi, por sua vez, a causa das transformações da indústria e (em consequência) do território. Esta máquina, para além de equipar todas as indústrias, precisou de ser alimentada e a sua energia seria o carvão. Em resultado desta necessidade, a indústria da exploração mineira também se transformou aumentando a sua produção e com este crescimento produziu alterações nas paisagens envolventes com a construção de bairros operários.⁸²

O desenvolvimento industrial está directamente relacionado com o processo de expansão urbana, resultante do crescimento demográfico das cidades. Este fenómeno exerce grande poder de atracção da população rural, facto que desencadeia fluxos migratórios para a cidade. Londres, por

79 Domingues, Álvaro - *Vida no Campo*; Porto, Edição Dafne Editora, 1ª Edição, 2011; p. 41

80 Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p. 3

81 Benevolo, Leonardo - *As origens da urbanística moderna*, colecção dimensões; Lisboa, Editorial Presença, 1981; p. 15

82 Benevolo, Leonardo, *op cit*, p.15



Fig. 60 Intensificação da população e do movimento na cidade de Londres devido ao aumento da população
A Pilgrimage, (1872) gravura de Gustave Doré



Fig. 61 Vista dos subúrbios de Londres sem qualquer ordenamento

exemplo, passa de cerca de um milhão de habitantes em 1800 para cerca de dois milhões de habitantes em 1841.⁸³

Uma das consequências desta expansão urbana reflectiu-se na sobrelotação acrescentando transformações ao espaço urbano. Os subúrbios rurais são os campos de acção desses actos de colonização industrial e habitacional. A dinâmica da industrialização alimenta uma actividade, a especulação imobiliária privada dos construtores e proprietários dos solos - chamados de *jerrybuilders*⁸⁴ - e mesmo as habitações nos centros urbanos chegam a ser adaptadas para acomodar o maior número de pessoas por compartimento.

Foi na Europa que ocorreram as primeiras transformações nos modos de produção, embora alguns países fossem caracterizados por uma industrialização tardia como o caso português, cujo desenvolvimento se intensificou após a segunda guerra mundial.

Outros aspectos da industrialização foram o desenvolvimento das infra-estruturas, transporte, comunicações e diversos ramos de serviços que trouxeram também aspectos negativos como as carências higiénicas. Estas, relativamente suportáveis no campo, tornaram-se insuportáveis na cidade pela contiguidade e o número elevadíssimo das habitações.

Esta azáfama da industrialização, da expansão urbana crescente, da degradação das condições higiénico-sanitárias e das condições sociais e laborais foi acompanhada de um conjunto de manifestações nas diversas áreas, principalmente ao nível urbano e social cujas propostas aparecem como forma de consciencializar o avanço cada vez mais desconexo de todo este processo.

Segundo Françoise Choay a cidade cresceu sem *geometrismo*⁸⁵ e sem ordem até aos inícios do século XX. É só a partir do final da primeira guerra mundial que se começaram a aplicar princípios formais ao que se começa a entender por urbanismo.⁸⁶ Contudo, o planeamento ou ordenamento das chamadas periferias ou subúrbios continuam sem uma visão de planeamento.

Estas, entendidas como áreas expectantes urbanas, vão sendo palco de intervenções pontuais, na maior parte dos casos descaracterizando quer a paisagem urbana quer a paisagem rural, surgindo uma terceira paisagem sem característica, nem campo nem cidade.

No contexto nacional, a Revolução Industrial teve um efeito semelhante na Inglaterra mas a uma escala menor. Todavia, a paisagem que no presente se enquadra decorre das transformações que se fizeram notar num espaço temporal mais recente, precisamente da década de 1960 até à actualidade.

Em Portugal a segunda industrialização chegou tarde e é na década de 1960 que a indústria começou a ter maior impacto na economia portuguesa. A indústria chegou a ter um peso equivalente a dois terços do PIB – Produto Interno Bruto – em relação à agricultura, que na década anterior era superior.⁸⁷

83 Choay, Françoise, - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ªEdição; p. 3

84 Benevolo, Leonardo, *op cit*, p. 34

85 Geometrismo é uma variante de geometricismo. Neste caso, a autora refere que o crescimento urbano deu-se com uma ordem na qual não estava subjacente uma base geométrica orgânica.
Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ªEdição; p. 13

86 Choay, Françoise, *op cit*, p. 3

87 «Em 1963, ano em que pela primeira vez o valor da produção industrial superou o da produção agrícola, a Europa ocidental viu nascer em Portugal a sua última nação industrial. (...) grande parte da nova estrutura da economia portuguesa foi criada entre 1953 e 1973. A produção quase triplicou durante esse período. A agricultura, que contribuía com 34% do PIB e empregava 43 % da população em 1958, passou a representar 16% da produção total e 34% da população em 1973. A abertura ao comércio externo (importação e exportação) passou de 41 para 56% do PIB.»
Cézar das Neves apud. Menezes, Filipe Ribeiro - *Salazar, Uma Biografia Política*; Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010, 4ªEdição; p. 588

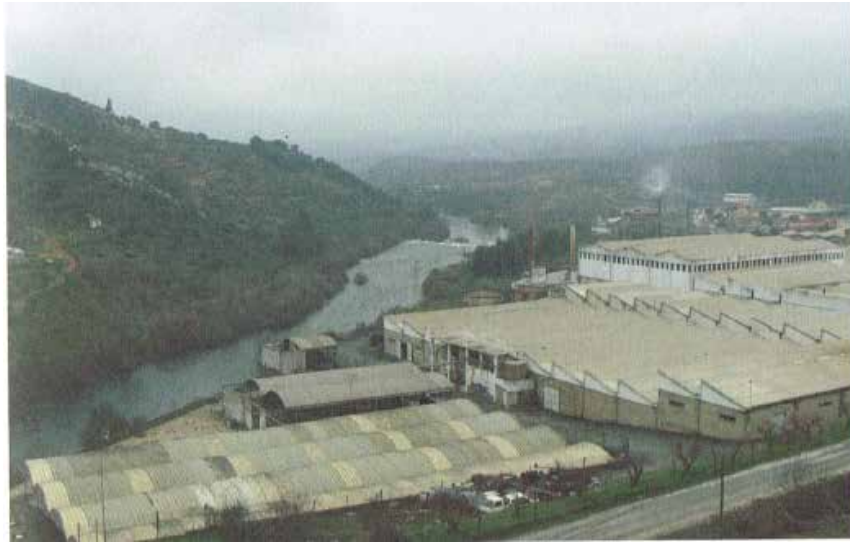


Fig. 62 Actividade industrial do Cachão



Fig. 63 A paisagem envolvente do Complexo Industrial de Sines



Fig. 64 Viaduto a atravessar os campos agrícolas

O peso da indústria, por sua vez, produziu várias transformações no tecido urbano nacional e absorveu uma grande parte da população pelas melhores condições que a esta vinham associadas. Estas condições eram os salários mais elevados e o emprego certo durante mais tempo do ano, enquanto na actividade agrícola os salários eram mais baixos como forma de produção a custos menores dos produtos a abastecer as cidades.⁸⁸

Este processo de industrialização (e modernização), que acontecia num primeiro momento próximo dos centros urbanos, provocou um êxodo rural da população para a cidade.

Neste processo as indústrias também se implantaram próximas de outros centros urbanos menos povoados como por exemplo o Vale do Ave. Este gesto, em alternativa, diminuiu a (já enfraquecida) actividade agrícola reduzindo ainda mais a mão-de-obra nesta actividade.

Nesta dinâmica as paisagens sofreram alterações, descaracterizando quer as cidades quer os subúrbios ou ainda algumas paisagens rurais.⁸⁹ Nesta senda muitos dos povoados rurais foram sendo gradativamente descaracterizados pela sobreposição de (em certos casos pequena) indústria à actividade agrícola. Em alguns casos, pela dimensão da actividade industrial, este processo é ainda mais intenso, como por exemplo em Sines. (Fig. 63)

Esta transformação não resultou só do processo da industrialização no contexto nacional. Outros factores também contribuíram como por exemplo: a emigração quer para os países da Europa quer para as antigas colónias.

Estas modificações verificaram-se também nas décadas seguintes acentuando mais esta descaracterização. Estas trouxeram novas alterações económicas e em especial a grande concentração social na faixa litoral do país, aumentando ainda mais os perímetros urbanos nos subúrbios gerando várias conurbações. As distinções claras de outrora, de paisagens quer urbanas quer rurais, tornaram-se híbridas e esbatidas por estas concentrações.

Álvaro Domingues descreve este processo a que chama “desruralização”, como produto de um urbanismo ávido de mostrar uma modernidade. Este urbanismo está pontuado por actos desenfreados e soltos, suportados por uma economia repentina que faz desta apenas o princípio dessa forma de arquitectar o território. O autor relembra também, ainda de forma idílica (mas não saudosista), a clareza e a simplicidade daqueles princípios que eram o palco dos espaços rurais.⁹⁰

As marcas identitárias dos campos agrícolas e dos povoados (refere o autor) há muito que foram acometidos por acções da construção de elementos arquitectónicos díspares sem qualquer relação com o meio. Sejam estes elementos: um viaduto a atravessar campos agrícolas, (Fig. 64) uma torre de habitação colectiva num povoado sereno; ou até ao fundo da horta a implementação de uma unidade industrial com uma profusão de tubos e chaminés a lançar fumos dando a entender nesta uma actividade produtiva muito laboriosa.

O estudo e a investigação, por outros autores, de imagens semelhantes às descritas (em contextos e países diferentes) não são apenas recentes. Este estudo analítico é o tema principal do que Ian Nairn na sua obra denominou de “*Subtopia*” (1955), descrevendo os ambientes construídos do período da pós-segunda guerra mundial em Inglaterra. Porém, a estes ambientes particulares são associados outros assuntos que advieram desse processo de industrialização.

88 Cézár das Neves apud. Menezes, Filipe Ribeiro - *Salazar, Uma Biografia Política*; Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010, 4ª Edição; p. 589

89 Domingues, Álvaro - *Vida no Campo*; Porto, Edição Dafne Editora, 1ª Edição, 2011; p. 91

90 Domingues, Álvaro, , *op cit*, pp. 69-121



Fig. 65 Descaracterização da paisagem rural pela sobreposição da actividade industrial



Fig. 66 Cartaz de propaganda ao modo de vida saudável da cidade-jardim

“*Subtopia*” é um acrónimo que o referido autor cunhou para denominar a condição de uma paisagem suburbana (ou periurbana) descaracterizada. No contexto britânico o efeito da industrialização constituiu apenas um dos factores que o autor considerou responsável pela transformação quer dos ambientes urbanos quer dos ambientes rurais. O enfoque deste autor incidiu, principalmente, nas decisões tomadas pelo organismo do aparelho de estado destinado ao desenvolvimento e planeamento urbano nacional.⁹¹

As preocupações deste eram legítimas. Com o aumento da população urbana britânica, suscitado pelo progresso industrial e as renovadas perspectivas de vida houve a preocupação em equilibrar o diferencial entre a população urbana e a rural limitando o crescimento da capital e redistribuindo o excesso pelas áreas suburbanas em novos assentamentos. Contudo, para Ian Nairn a lacuna deste projecto arrojado caiu sobre a primeira fase de construção dos novos assentamentos urbanos. A legislação formulada esteve apoiada no modelo utópico da cidade-jardim de Ebenezer Howard, ao promover a relação equilibrada entre os ambientes. Mas, o não reconhecimento do lugar no planeamento levou, em contrapartida, à expansão urbana e à «(...) *diluição entre os tipos de paisagem – cidade e campo, campo e subúrbio, subúrbio e área selvagem.*».⁹² (Fig. 65)

1.1 A ideia da cidade-jardim, Ebenezer Howard (1898-1902)

No enfoque do desenvolvimento equilibrado é importante analisar propostas urbanísticas que procuraram um equilíbrio entre o crescimento económico e os problemas sociais integrados no desenho da paisagem, como os ideais de Ebenezer Howard para o movimento das cidades-jardins na Inglaterra.

Este autor referiu que afinal havia uma terceira via em relação às duas realidades: vida no campo e vida na cidade. A estas duas realidades, representadas nas suas vantagens por dois ímanes cada um atraindo para si a população, vem interpor-se uma nova forma de vida que participa das duas outras. Neste terceiro íman o autor procurou a integração das qualidades de ambas as realidades dicotómicas, o campo pela «*excelente qualidade ambiental*» e abundância de espaço e a cidade pelas «*oportunidades constituídas por empregos e serviços*».⁹³

O modelo proposto teve um sentido: o conforto humano face às realidades da sua época. E. Howard defendeu que a terceira via era a mais saudável a todos os níveis: social, económico, higienista e na proximidade da relação casa/trabalho. Nesta terceira via abordou os ciclos da regeneração de todos os elementos da vida afirmando que o homem vem da terra e volta para esta. Nesta ideia foi lançado o modelo do meio equilibrado, com relações de troca e convivência entre as necessidades do trabalho, do modo de habitar e de interagir com todos, ou seja entre os seres humanos e o território. Deste modo, E. Howard afirmava ter encontrado a terceira atracção: a relação cidade/campo.

91 Pavesi, Lorenza - *Ian Nairn e o manifesto subtopia*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, N°5, Janeiro de 2013, p. 139-145; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em: «http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf/ref_4_risco5.pdf»

92 Pavesi, Lorenza – *Contra-ataque a Subtopia, Ian Nairn e os caminhos do urbanismo inglês*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, N°6, Fevereiro de 2013, p. 139-145; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em: «http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf/ref_4_risco5.pdf»

93 Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 44

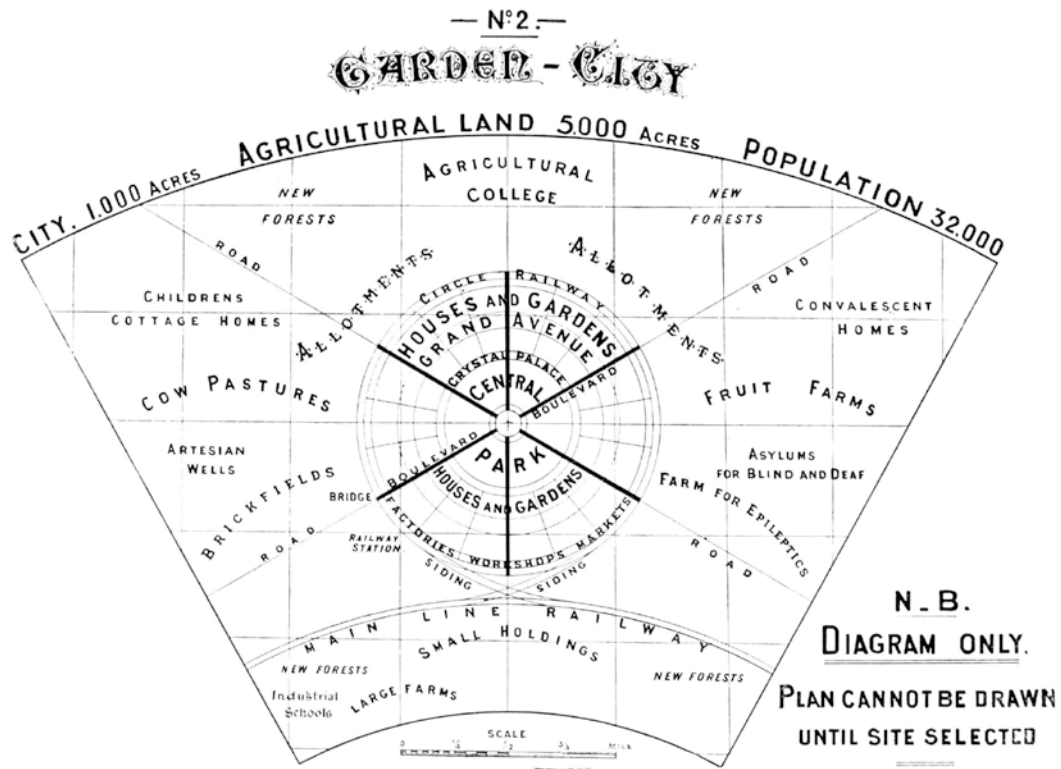


Fig. 67 Diagrama do modelo da cidade-jardim para 32 000 habitantes de Ebenezer Howard

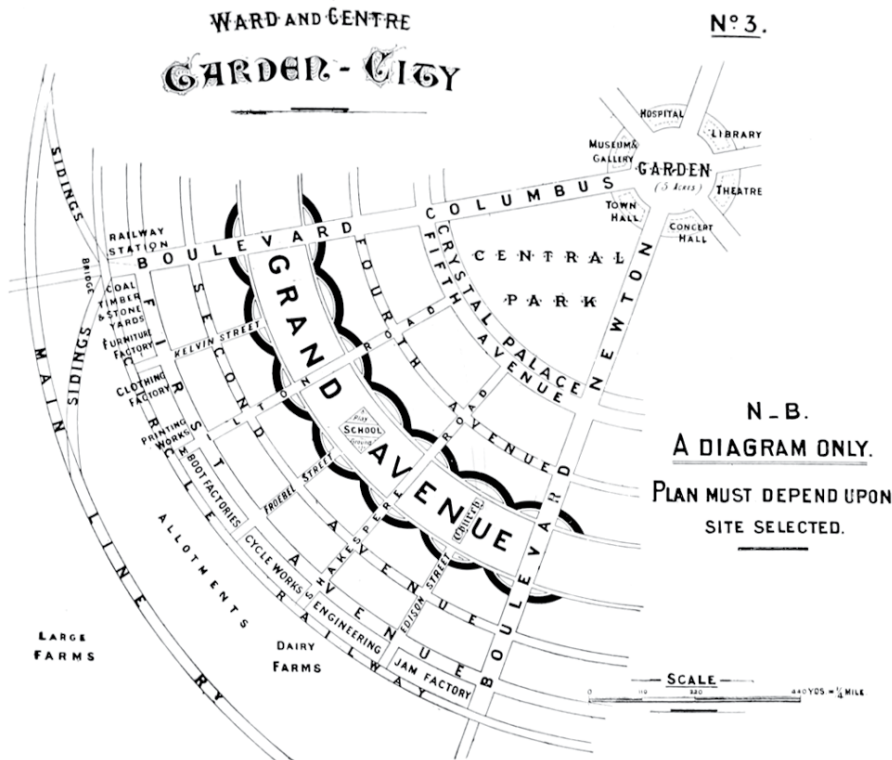


Fig. 68 Secção do modelo da cidade-jardim, do centro às quintas (atravessando a avenida principal)

Neste princípio o autor colocou a questão de «*Como deter a maré da migração da população para as cidades e devolver essa população à terra?*». ⁹⁴

«*The rural migration to the cities, which between 1851 and 1901 reduced the percentage of workforce employed in agriculture from 21.7 to 8.7 percent, was seen as threatening to the health and stability of Great Britain.*» ⁹⁵

O modelo criado por este autor teve a apresentação pública na obra *Tomorrow: a Peacefull Path to Real Reform* (1898) o qual defendia uma reforma do desenvolvimento urbano. Este modelo estava estruturado a partir da compra de uma propriedade por quatro homens de posses ⁹⁶ como garantia do empréstimo bancário para a compra desta propriedade. O retorno do valor com juros acrescidos e lucro seria pago por cada proprietário que se dispusesse a integrar esta futura cidade.

Ainda na obra, o autor descreve o planeamento definindo a estrutura a partir do centro público. Esta estrutura seria de forma crescente estruturada em anéis até ao último onde definia a instalação industrial periférica. Toda a cidade circular estava projectada segundo um esquema viário radial e o último anel era circundado pela via ferroviária com proximidade das indústrias, destinada ao transporte de passageiros e mercadorias.

Contextualizado com o que esteve a ser desenvolvido na época, o autor desenhou seis *boulevards* com 36 metros de largura e definiu uma ideia de ocupação de casas - cada lote teria uma habitação unifamiliar - distribuídas de forma circular com ruas de servidão. (Fig. 68) Para o comércio, o autor apresentou vantagens conjuntas de monopólio e de concorrência; no entanto referindo que a indústria privada ou individual seriam respeitadas.

Neste modelo E. Howard imagina uma cidade para uma população com um efectivo de 32 000 habitantes. (Fig. 67) Na eventualidade da referida atingir o efectivo estipulado seria então criada uma nova cidade nos mesmos princípios. Desta forma permitiria o controlo económico e financeiro de cada cidade e da correspondente cintura agrícola (após cada coroa industrial). Portanto, na concepção de E. Howard a cidade modelo seria uma municipalidade gestora de todos os espaços – *unified land ownership*. ⁹⁷

Na sua concepção do modelo fez acompanhar a proposta com desenhos diagramáticos (ilustrados pelo próprio) esquematizando como seriam elaborados os novos aglomerados urbanos e as relações que estabeleciam entre estes, assim como a relação destes num conjunto de várias cidades.

«*Su idea (Ebenezer Howard) no estaba centrada tanto en los espacios verdes como en su condición urbana de vida e trabajo que incorporada el cultivo. De hecho, en el contexto en que se desarrolló la propuesta, el mismo concepto de garden city era más cercano a la idea de ciudad huerto o ciudad campina que lo que hoy entendemos como ciudad jardín, como un conjunto de casas con un pequeño jardín.*» ⁹⁸

⁹⁴ Howard, Ebenezer apud. Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p. 221

⁹⁵ Fishman, Robert - *Urban Utopias in the Twentieth Century Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright and Le Corbusier*; Cambridge (Mass.) MIT Press, 1982; p. 55

⁹⁶ Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p. 221

⁹⁷ Gossop, Chris - *From Garden Cities to New Towns - An Integrative Planning Solution?*; 42nd ISOCaRP, 2006; 2006 [Consulta: 4 Nov. 2016]; Disponível em: http://www.isocarp.net/data/case_studies/760.pdf

⁹⁸ Pulido, Javier Castellano - *El Patrimonio Fértil, Transferencias entre el paisaje agrario y la arquitectura de los crecimientos urbanos*; Prova Final de Doutoramento em Expresión Gráfica, Cartografía y Proyecto Urbano; Universidad de Granada, Junio 2015; p. 298

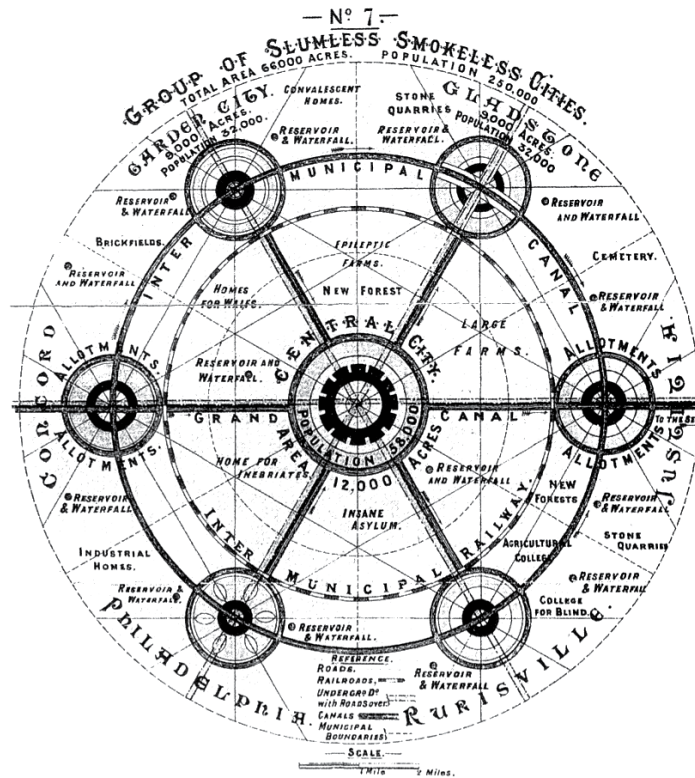


Fig. 69 Esquema de relação do conjunto de várias cidades-jardim formando um aglomerado maior para 280 000 habitantes

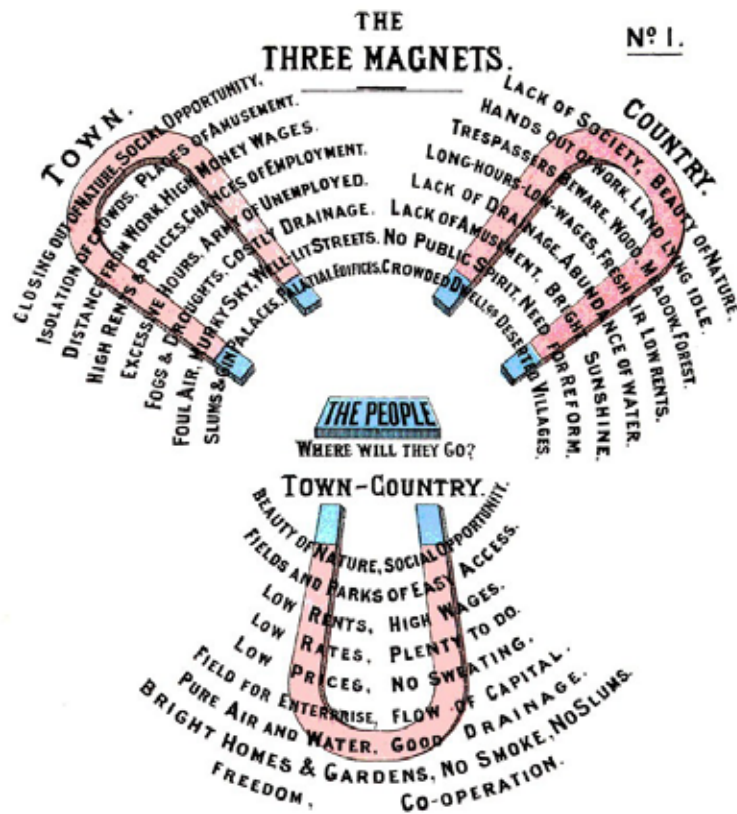


Fig. 70 Esquema dos três ímanes demonstrando as vantagens e desvantagens da cidade e do campo

Desta proposta viria a concretizar-se a cidade-jardim de Letchworth, a norte de Londres e nesta primeira experiência viria a confirmar-se uma realidade em relação «*aos princípios da propriedade colectiva dos solos, baseada em contractos de enfiteuse.*»⁹⁹

Todavia, a não definição e afirmação de um sistema agrícola para a cintura verde, a falta de um plano no sector industrial e o excesso do desenho no arranjo paisagístico contrariaram a visão de E. Howard. Da imagem de uma cidade dentro de um imaginário de ordem social e produtiva partiu-se para o lado mais pitoresco, cunhando a imagem do lote de habitação unifamiliar com o seu jardim privado em torno da envolvente vegetal. Deste modo, obteve-se um objectivo meramente contemplativo.

A concepção do autor para que todo o solo envolvente (campos agrícolas e o anel verde) fosse de um colectivo, ou seja propriedade da comunidade de cada cidade e gerida pela municipalidade tinha como objectivo o arrendamento da parte agrícola aos interessados. Por sua vez, os ganhos obtidos pela exploração desta parte agrícola seriam reinvestidos no bem-comum. No anel verde não estavam, porém, definidos nem limites nem uma largura para este.

O limite periférico da cidade seria o anel contendo a indústria, o comércio e outros serviços. A indústria estaria limitada na emissão de fumos poluentes, pois o seu funcionamento seria conseguido pela energia eléctrica. Por seu lado a indústria também suportaria a maior parte da despesa energética baixando o custo desta a fornecer às habitações.

E. Howard no seu modelo produziu também propostas numa perspectiva de futuro. É de salientar que o autor tinha estipulado na cidade-jardim que na hipótese da consolidação desta (ou seja tivesse atingido os 32 000 habitantes) não invadiria a zona agrícola. Para que não acontecesse tal situação ele previa que os terrenos envolventes fossem de propriedade colectiva. Contudo salienta-se no modelo deste autor uma questão: E. Howard não refere como seria adaptado o seu modelo às cidades existentes. Ele apenas vem a afirmar que estas já cumpriam a função a que estavam destinadas. Ainda mais, o autor refere que as cidades existentes devem ser reestruturadas e se houvesse esta consciência a revolução social que ele previa começaria rapidamente.¹⁰⁰ (Fig. 69)

O pensamento de E. Howard torna-se actual na medida em que as preocupações dele na integração entre a cidade e o campo – os três ímanes (Fig. 70) – eram uma estratégia de planeamento regional e esta era para evitar o fluxo migratório em direcção às grandes cidades. Estas apresentavam-se na época como auto-organizadas e interligadas por um sistema de transporte público eficiente, indústrias e cinturões agrícolas. Estes últimos absorviam os resíduos urbanos.

«(...) o lixo da cidade será utilizado nas parcelas agrícolas da propriedade, possuídas agrícola por vários indivíduos, na forma de grandes quintas, sítios, lotes, pastagens, ...»¹⁰¹

Portanto, no modelo de E. Howard estava a síntese conciliadora entre o socialismo e o individualismo. O autor não acreditava no liberalismo do estado inglês nem na actuação do estado socialista controlador de todas as actividades.¹⁰²

99 Delfante, Charles; *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*; Lisboa, Instituto PIAGET 1997; p. 299

100 Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p. 226

101 Choay, Françoise, *op cit*, p. 223

102 Ibidem



Fig. 71 Plano da primeira cidade-jardim de Letchworth, 1903

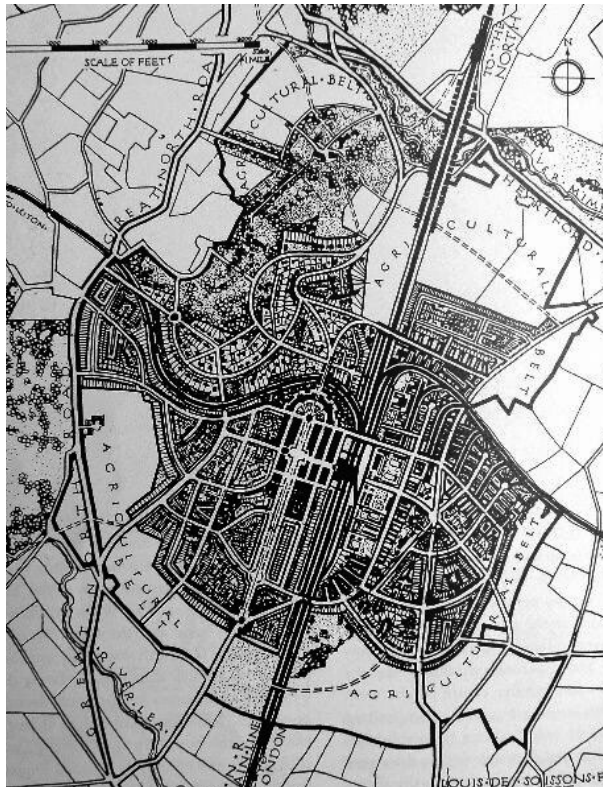


Fig. 72 Plano da segunda cidade-jardim de Welwyn, 1920

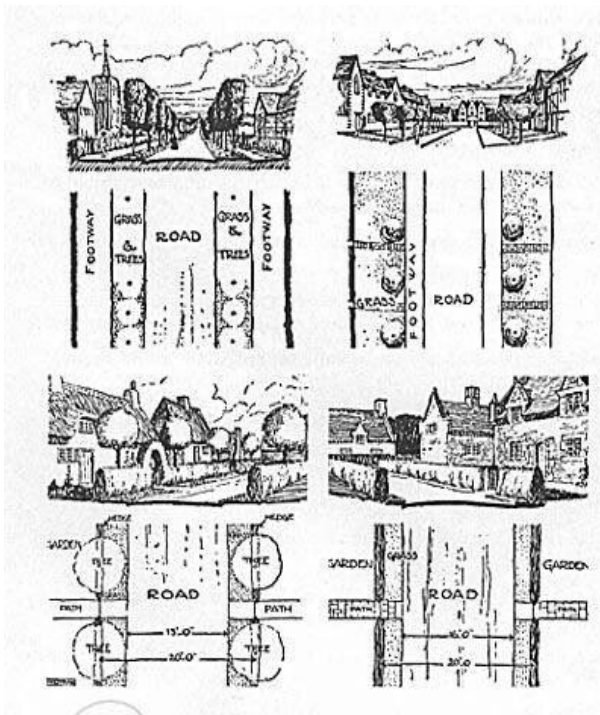


Fig. 73 Perfis-tipo das ruas que configuram os bairros de Letchworth, pretendia-se o estabelecimento deste por todos os modelos



Fig. 74 Comparação entre dois ambientes do modelo da cidade-jardim, o primeiro (cima) na cidade de Letchworth com o segundo (baixo) no maior subúrbio-jardim de Londres, Hampstead

Deste modelo podemos concluir que a intenção de E. Howard não era criar um subúrbio jardim, mas uma grande entidade cidade/campo em combinação permanente; onde ambas as realidades estariam distribuídas em dimensões controladas de um total de 2 400 ha para 32 000 habitantes. Neste total a repartição não seria equitativa, com 2 000 ha e 2 000 habitantes para a parte agrícola e 400 ha e 30 000 habitantes para a parte urbana - dividida em seis bairros de 5 000 habitantes. A zona agrícola, por sua vez, agiria como amortecedor contra o crescimento descomedido.

1.1.1 Das novas cidades-jardim ao período entre guerras

Após ter sido formado em 1899 *The Garden-Cities Association* a partir de 1903 pôde ser adquirido em Letchworth o primeiro terreno. E. Howard encarregou o projecto da primeira cidade-jardim aos arquitectos Raymond Unwin e Barry Parker e estes propuseram um traçado orgânico adaptado ao terreno, à escala humana e com uma referência às cidades medievais que eram próximas do campo.

Nesta primeira experiência o traçado das ruas, simples e informal, diferente das configurações geométricas clássicas serviam as parcelas de terreno destinado à construção das habitações unifamiliares. Estas habitações, destinadas às diversas classes sociais, foram afastadas entre si e recuadas do limite frontal do terreno para acomodar os jardins fronteiros. (Fig. 73) As ruas, com acessos secundários, foram dotadas com bolsas de inversão de marcha – *cul-de-sac* – e ladeadas com passeios relvados, arbustos e árvores. O objectivo deste gesto era a continuidade do espaço verde público. Além destes aspectos a cidade foi pensada como auto-suficiente nas relações com a indústria e as terras agrícolas novamente diferentes da ideia de subúrbio.

Em Welwyn foi projectada e construída uma segunda cidade-jardim. (Fig. 72) Esta, traçada por outro arquitecto – Louis de Soissons – introduziu o cuidado com a preservação das condições ambientais projectando amplos espaços verdes, principalmente na periferia da cidade central ao longo dos limites das cinturas agrícolas.¹⁰³

Após a primeira guerra mundial, o movimento das cidades-jardim tornou-se gradualmente num movimento de planeamento das novas cidades em Inglaterra. Este planeamento, por sua vez, também serviu de modelo em países da Europa como França, Alemanha, Holanda e estendeu-se aos Estados Unidos.¹⁰⁴

No entanto, a política habitacional na Inglaterra teve um cunho imediatista e visou a construção de um maior número de habitações sem qualquer visão abrangente. Somente após a Segunda Guerra Mundial se aprova um programa que partilhava (nos seus princípios) similitudes com os planos de Ebenezer Howard: o programa das *New-Towns*.

Apesar do sucesso parcial de Letchworth ter sido real,¹⁰⁵ a ideia da cidade-jardim foi incompreendida e era comum confundi-la com os subúrbios-jardim que se espalharam (por exemplo) nos arredores de Londres. E. Howard tentou clarificar esta incompreensão com as suas propostas.

103 Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p. 220

104 No contexto do planeamento urbano americano, o crescimento exponencial das cidades levou ao desenvolvimento de novos bairros suburbanos que seguiam, em parte, o modelo de E. Howard. Estes foram criticados pelo arquitecto Frank Lloyd Wright quando desenvolveu o seu modelo da *Broadacre City*.

105 Delfante, Charles - *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*; Lisboa, Instituto PIAGET 1997; p. 299



Fig. 75 Expansão do subúrbio-jardim de Hampstead, Londres, conforme o modelo da casa unifamiliar do conceito de E. Howard. Deste, apenas foi retirado o princípio da casa unifamiliar com jardim próprio.

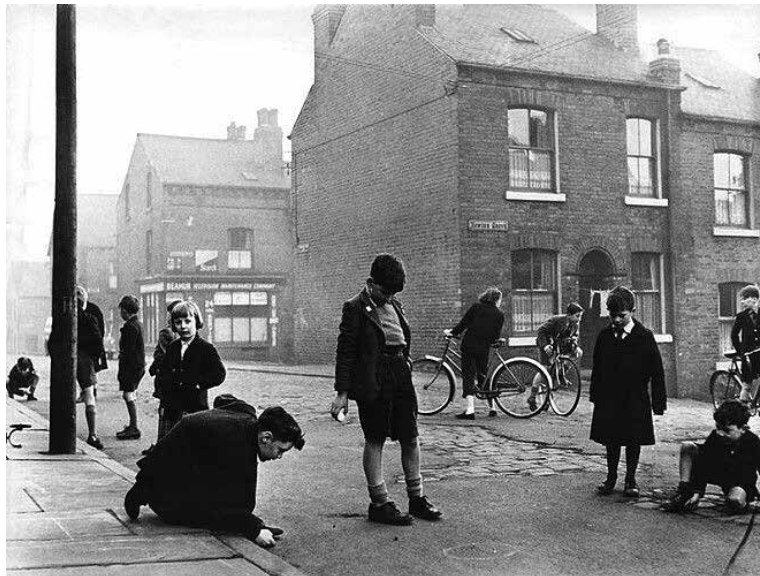


Fig. 76 Ambiente nos subúrbios da classe operária de Londres.



Fig. 77 A falta de um dispositivo ordenador na periferia urbana de modo a controlar o crescimento industrial levou à degradação dos espaços públicos.

O progresso da civilização industrial tinha transformado o subúrbio próximo dos centros urbanos numa amálgama de campo, indústria e habitação de construção duvidosa. Entre 1850 e 1920 a existência dos subúrbios foi possível devido ao caminho-de-ferro. Todavia, os que ficavam mais próximos da cidade central teriam a mesma condição de subúrbio-jardim.¹⁰⁶ Veio-se a verificar mais tarde em Londres, com a ousada iniciativa de Franck Rick – como líder do metro londrino – que este transporte também desempenhou um papel importante no desenvolvimento suburbano desta cidade no séc. XX.¹⁰⁷

A emissão de fumos poluentes pela indústria foi destruindo lentamente os campos agrícolas, os parques e jardins próximos que ainda subsistiam. Estes eram invadidos pela indústria para serem depósitos de lixos e detritos da mesma. Estes campos, parques e jardins deixaram, por seu lado, de serem o entrave à colonização desregrada da indústria.

Estas novas colonizações de áreas suburbanas ou periurbanas, apenas tiveram como propósito o combate à sobrelotação e à falta de higiene desmesuradas. Estas novas cidades-jardim, cujo propósito foi amplamente desviado, ampliaram os perímetros urbanos. Por algum tempo, o padrão das ruas das novas áreas residenciais permaneceram regulares e quase não se distinguiu o existente da cidade central.

Os princípios comunitários e de relação entre classes, que fundamentavam o conceito da cidade-jardim, foram subvertidos. Estas novas cidades suburbanas começaram a serem vistas como periféricas ou monofuncionais. Estas eram cidades dormitórios ou cidades de aristocratas industriais, enfim comunidades segregadas apartadas da cidade não só pelo espaço mas também pela estratificação de classes. Em alguns casos, estas comunidades foram dedicadas às elites, diferentes de outras áreas suburbanas, próximas das grandes cidades quando estavam dependentes destas e dependentes economicamente da indústria ou de outra entidade empregadora. Para o proletariado, estas novas comunidades representavam o regresso ao campo onde só pernoitavam. Todavia, as novas comunidades constituíram-se segundo o princípio de E. Howard, em unidades de vizinhança. Em torno, com este princípio foram estabelecidas novas relações de trocas sociais gerando grupos culturais, porque os teatros, as óperas e os locais de diversão ficaram na cidade.¹⁰⁸

1.2 Da experiência das *Garden-Cities à Subtopia*

Em Inglaterra, no período entre guerras, formou-se um autêntico movimento de opinião à volta da ideia da cidade-jardim. A razão para este debate prendeu-se no insucesso parcial que se verificou no exemplo demonstrativo do axioma de E. Howard. Este movimento não só implicou a sensibilização de ambas as camadas sociais para este tema, mas também deu lugar a uma profunda revisão teórica por parte de alguns pioneiros da disciplina do *townplanning*.

106 Mumford, Lewis - *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*; São Paulo (Brasil), Livraria Martins Fontes Editora Lda (Ensino Superior), 1982, 2ªEdição; p.533

107 Mumford, Lewis - *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*; São Paulo (Brasil), Livraria Martins Fontes Editora Lda (Ensino Superior), 1982, 2ªEdição; p. 544

108 Mumford, Lewis, *op. cit.* p.533

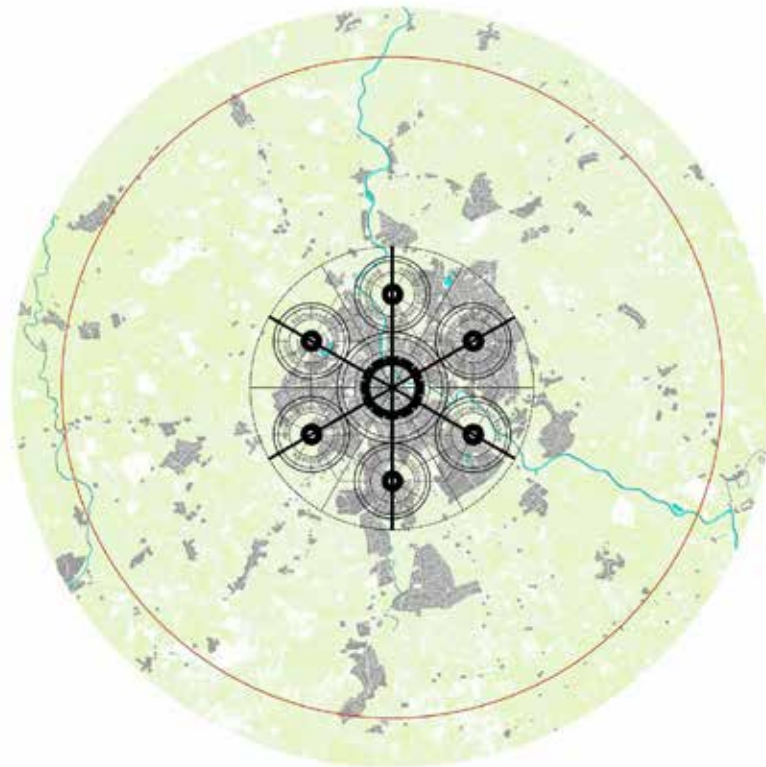


Fig. 78 Ensaio da aplicação do modelo de E. Howard com uma sobreposição deste na área metropolitana de Londres.



Fig. 79 Proposta para o plano regional de comunicações ferroviárias e viárias, assim como a adaptação ao caso de Letchworth.

Através de um crescimento na produção de estudos foi realizada a transição do conceito, que era suportado por um ingênuo pragmatismo filantrópico de E. Howard (substancialmente indiferente à política), para uma visão técnica da programação urbanística e territorial. Por sua vez, esta visão apelou à intervenção directa do colégio estatal no campo da planificação, através da colocação em prática de instrumentos legislativos mais avançados.

Nesta fase de transição foi constituído pela *Town Planning Institute* um novo ensaio teórico denominado de “laboratório de pensamento”.¹⁰⁹ Desta experiência inédita fizeram parte Thomas Adams, Raymond Unwin e Patrick Abercrombie e estes originaram linhas de pensamento em estreita dialéctica entre si.

Apesar das novas reflexões que se começaram a desenvolver, o sentido da inédita “experiência laboratório” estava na relação destas com os enunciados de E. Howard em particular com a última tentativa de colocar em prática os princípios guia da edificação da cidade-jardim, Welwyn Garden-City.

Os terrenos onde se construiu Welwyn Garden-City foram adquiridos pela entidade privada *The Garden-Cities Association*¹¹⁰ (já referida) por etapas sucessivas em hasta pública. Em Abril de 1920 a associação já tinha adquirido cerca de 962 hectares e posteriormente tinha iniciado a construção deste aglomerado. Porém, a condicionante (assim como de Letchworth) residiu no facto de ser um empreendimento privado. Devido a esta circunstância este assentamento esteve acondicionado por mais que um factor externo, sobretudo pelo desenvolvimento da ferrovia que ironicamente também beneficiava desta estrutura para a concretização deste. (Fig. 79)

Desde a criação destas cidades (Letchworth e Welwyn) até à redacção da legislação em 1946 o processo foi moroso. A evolução da ideia começou lentamente e em paralelo com as duas guerras mundiais, dificultando mais o processo. Em todo esse processo houve uma série de comités que contribuíram para a criação da acta das novas cidades de 1946 – *New Towns Act* – estando, entre os mais importantes, o Comité *Barlow* que redigiu o *Barlow Report* em Janeiro de 1940. Neste relatório foi colocado pela primeira vez o problema existente nas grandes cidades: a sobrelotação. Neste foram indicadas as desvantagens das grandes aglomerações urbanas¹¹¹ e a urgência de impedir o crescimento desmesurado das grandes cidades.

Este comité propôs a dispersão dos grandes aglomerados através de cidades-jardins funcionalistas, subúrbios-jardim, cidades-satélites ou outras formas apropriadas. A esta proposta juntou-se o conceito da cidade-jardim auto-sustentável com os princípios urbanistas da Carta-de-Atenas.

Contudo, o princípio do “Laboratório de Pensamento” era mais abrangente. Em finais de 1940 Lord Reith foi encarregado do Ministério das Obras. Lord Reith, da análise (e estudo) do *Barlow Report* decidiu outorgar maior autoridade e hierarquia à instituição, convertendo-a em

109 Benevolo, Leonardo – *História da Arquitectura Moderna*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1976; p.648

110 Após esta última tentativa o nome da associação foi alterado para *Town and Country Planning Association*. Gossop, Chris - *From Garden Cities to New Towns - An Integrative Planning Solution?*; 42nd ISoCaRP, 2006; 2006 [Consulta: 4 Nov. 2016]; Disponível em: «http://www.isocarp.net/data/case_studies/760.pdf»

111 « (...) a salutar demonstração de Raymond Unwin em *Nothing Gained by Overcrowding* deve ser agora revidada por uma advertência cheia de reservas (...) A estrada outrora modesta, cuja largura romana de 4,5 metros permaneceu como padrão quase até à invenção do Parkway, exige agora milhares de hectares, com direitos de passagens maiores que os exigidos (...)» Mumford, Lewis - *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*; São Paulo (Brasil), Livraria Martins Fontes Editora Lda (Ensino Superior), 1982, 2ª Edição; p.547

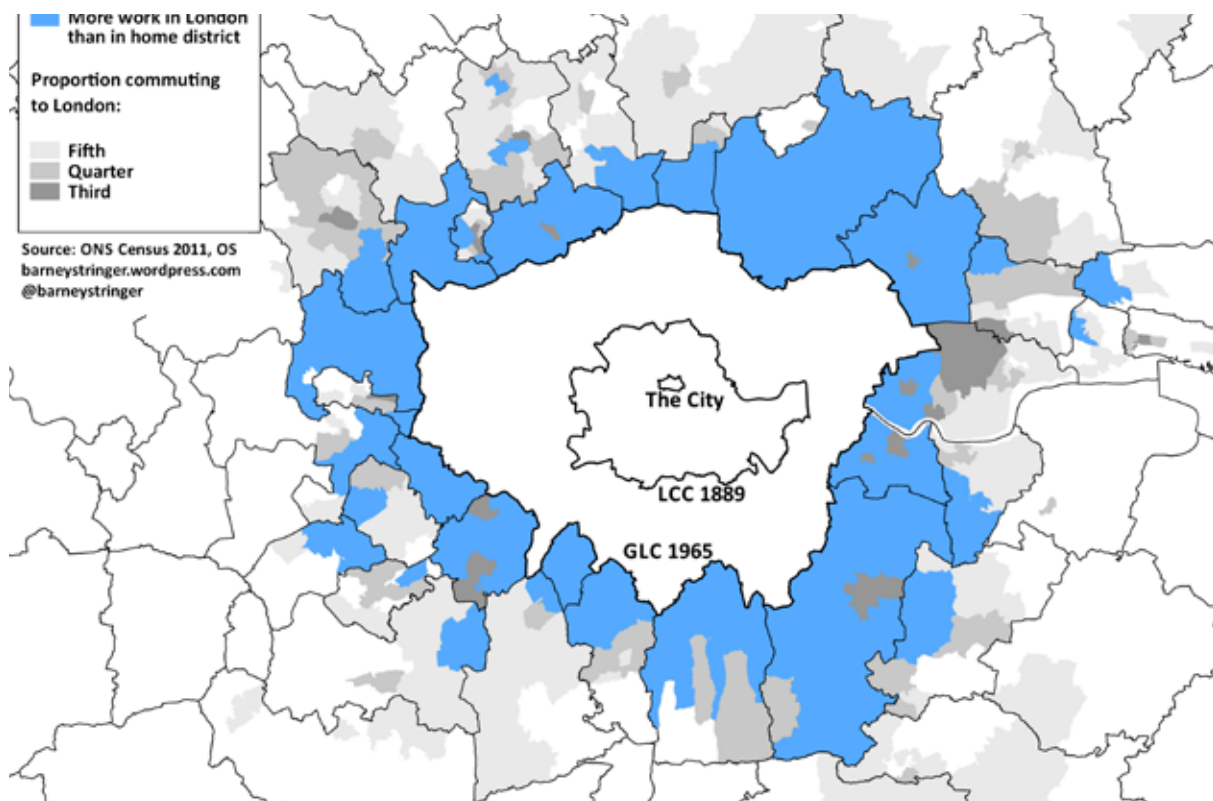


Fig. 80 Diagrama da evolução/crescimento da população à volta de Londres a partir dos finais do século XIX



Fig. 81 Planta analítica social e funcional da grande Londres por Patrick Abercrombie, 1942.

Ministério das Obras e Planeamento. Neste são produzidos dois relatórios: o *Uthwatt Report* que estabelece relações entre o controlo dos usos bem como do valor da terra e o *Scott Report* que estabelece as cotas para a protecção da agricultura e das zonas campestres.¹¹²

O ministério ficou encarregado também do estudo para o *County of London Plan* (1943), efectuado por J. H. Forshaw e Patrick Abercrombie, onde se apresentaram várias sugestões para promover a descentralização. Em consequência deste, em 1944 P. Abercrombie encarregou o *Greater London Plan* indicando as quantidades de população que deveriam ter nas diferentes áreas. Inclusivamente foram sugeridos os lugares onde se deveriam localizar as novas cidades para descongestionar Londres. Em Outubro de 1945 criou-se o *New Towns Committee*, presidido por Lord Reith, com o propósito de investigar as questões gerais referentes à organização, fundação, desenvolvimento e administração para a criação das *New Towns*. Após oito meses de estudos exaustivos foi emitido um relatório com as localizações e criação das novas cidades e com esta instrumentalização aprovou-se a “*New Town Act*” em 1946.¹¹³

É importante notar, como já foi referido, que antes do *Greater London Plan*, as duas novas cidades não obedeciam a um plano de desenvolvimento regional e este não foi contemplado nas informações do *New Towns Committee*. Só a partir deste plano é que foi tomada esta consciência.¹¹⁴

No final da segunda guerra mundial, na Grã-Bretanha, as condições habitacionais, económicas e sociais eram muito precárias. Esta era uma situação que se vinha arrastando desde há várias décadas. Existia um excesso de população nas grandes cidades e o número de desempregados registado era alarmante. Na cidade as condições de trabalho eram deficitárias, com a vida e o movimento condicionadas pela malha arcaica desta. Por vez desta malha, o comércio, o trabalho e a habitação estavam apinhados. O acesso à luz solar e ao ar fresco estavam obstruídos e o contacto com qualquer forma natural era praticamente inexistente. Havia uma carência de natureza nas cidades.¹¹⁵

Outro dos problemas existentes nas grandes cidades residiu no acesso cada vez mais condicionado do veículo motorizado, que em torno desta congestão passou a movimentar-se lentamente. As viagens que se faziam eram cada vez mais intensas e longas com a evidente perda de energia, tempo e dinheiro.

1.2.1 O problema do crescimento de Londres e as propostas do «Green-Belt»

Não vamos alongar na descrição de todo o processo de debate, influências e levantamentos que recaíram sobre o aparelho do estado e das populações. Apenas se resume os factos essenciais que resultaram na intervenção sobre a grande cidade e as consequências desta intervenção sobre a paisagem urbana da capital britânica.

112 Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 51

113 Mendes, Maria Clara, - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 51

114 Mumford, Lewis - *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*; São Paulo (Brasil), Livraria Martins Fontes Editora Lda (Ensino Superior), 1982, 2ªEdição; p.533

115 Benevolo, Leonardo – *História da Arquitectura Moderna*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1976; pp.647-650

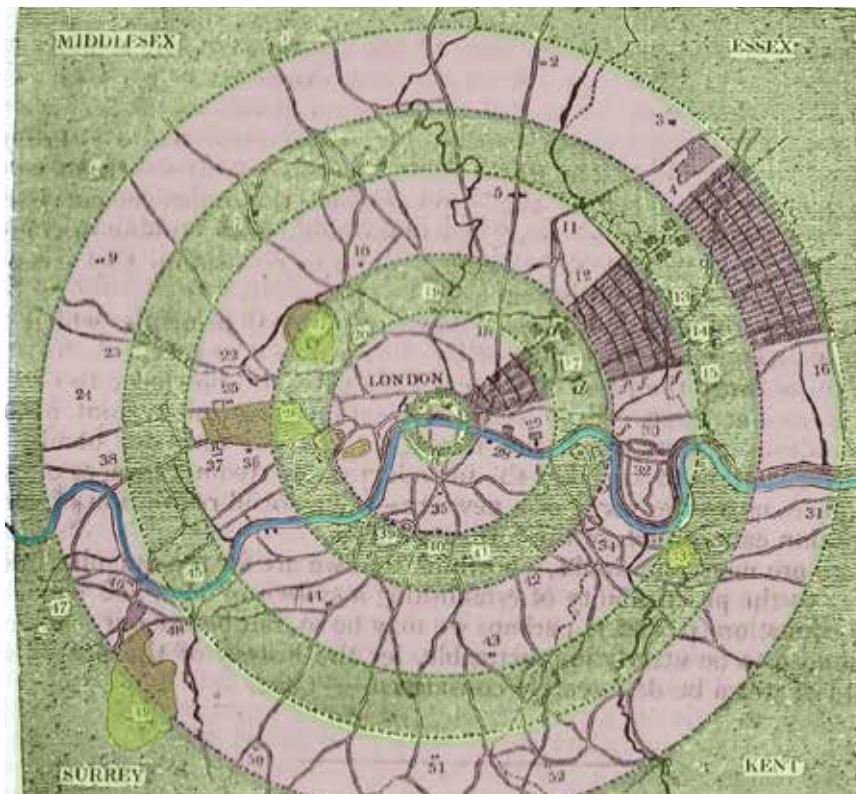


Fig. 82 Antes da proposta de R.Unwin foi elaborado o plano para as áreas rurais e de espaço verde da Grande Londres, 1829.

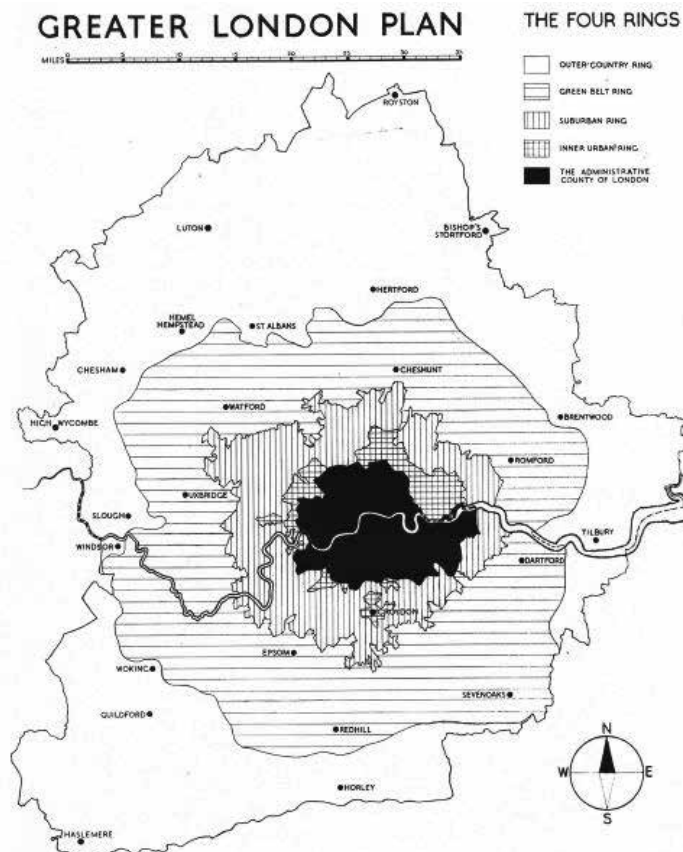


Fig. 83 Plano de desconcentração da Grande Londres de P. Abercrombie e JH Forshaw com a proposta do “Green Belt” e a localização das “New Towns”.

A primeira intervenção realizada sob a nova legislação incidiu sobre a zona da Grande Londres, onde se registaram os maiores problemas já referidos anteriormente. Destas questões relembra-se apenas o crescimento demográfico (sobrelotação) desta cidade. No início do séc. XIX, o efectivo desta tinha ultrapassado o milhão de pessoas, um século depois o número superava os seis milhões (1901), e três décadas mais tarde o censo de 1939 registava a ultrapassagem da barreira dos oito milhões de pessoas.¹¹⁶

A intenção para a criação de um dispositivo que regulasse o crescimento urbano face às zonas rurais surgiu antes da proposta de E. Howard. Em 1890, um ano após a criação do *London County Council* – organismo destinado ao controlo da cidade – foi proposto por este a criação de uma união física das zonas verdes criando um sistema integrado. A ideia do primeiro protótipo surgiu em 1901: o *Park Belt* elaborado por Raymond Unwin. Este seria um grande parque que circundaria a cidade e além de conseguir uma importante reserva das zonas verdes poderia limitar a expansão desregrada das cidades.¹¹⁷

Após as difíceis tarefas em que P. Abercrombie teve de concretizar, o encargo da redacção do *Greater London Plan* foi elaborado conjuntamente com J. H. Forshaw (1942) ficando aprovado em 1944 e publicado no ano seguinte.¹¹⁸

A relevância deste plano deveu-se aos relatórios de escala nacional, já referidos, o *Barlow* (1940), o *Scott* (1941) e o *Uthwatt* (1942). Estes eram centrados respectivamente nas questões da descentralização industrial, na valorização dos terrenos agrícolas e nos critérios da expropriação.

O desenho do novo sistema metropolitano teve por base uma estrutura de anéis concêntricos que em torno ampliavam a intenção de R. Unwin e encerravam o tecido urbano de Londres em quatro cinturões: o *inner urban ring*, o *suburban ring*, o *green belt ring* e o *outer country ring*. (Fig. 83) No primeiro anel, mais próximo da periferia londrina, previa-se uma diminuição da densidade edificatória e a distribuição de 400 000 habitantes. O segundo anel (já em parte edificado) estava destinado a racionalização do existente. No terceiro anel esteve previsto um cinturão verde onde se reuniam todas as estruturas verdes, dos jardins de lazer aos campos agrícolas. Este anel (na sua função) actuaria como um pulmão, fornecendo a cidade de ares renovados e equilibrando as trocas destes com a emissão dos fumos poluentes da actividade industrial. O terceiro e o quarto anel estariam dotados de equipamentos para a ocupação dos tempos livres e que abrangeriam as órbitas mais exteriores, como a fundação das novas cidades para absorver a descentralização da população metropolitana.¹¹⁹

Este modelo físico foi regulado por alguns princípios fixados em cinco pontos que se voltaram a colocar e em torno converteram-se em máximas adquiridas no debate urbanístico. Estes princípios foram: o bloqueio às indústrias nos centros urbanos, a descentralização da habitação e do aparelho produtivo para os anéis mais externos, o bloqueio da imigração, maior controlo público sobre o uso do solo e a potenciação das funções portuárias.¹²⁰

116 Benevolo, Leonardo – *História da Cidade*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1983; p.672

117 A partir do reconhecimento dos casos de sucesso norte-americanos que o *Park Movement* impulsionava como o *Boston Emerald Necklace* desenhado por Olmsted e o *Chicago Park Sistem*.
Benevolo, Leonardo – *História da Cidade*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1983; p.677

118 Benevolo, Leonardo, *op. cit.* p.678

119 Ibidem

120 Ib.



Fig. 84 Ambiente urbano constante de habitação, pontuada por vezes com um comércio de esquina

Todavia, os limites desta aproximação reside, sobretudo, numa visão substancialmente estática do desenvolvimento metropolitano. Como tal pretendia-se com este sistema reduzir toda a classe dinâmica demográfica produtiva ao interior de um dispositivo “fechado”. A realidade dos factos foi encarregando-se de desmentir as expectativas desta estratégia de reequilíbrio. Com efeito, a construção das novas cidades na periferia não veio acompanhada pela prevista descongestão da área central. Pelo contrário, com estas a área metropolitana veio a sofrer um ulterior incremento edificatório sob o impulso dos processos da terciarização da cidade.

No plano arquitectónico o resultado foi monótono. Na paisagem distinguiam-se filas de casas repetitivas, de formas similares e com poucas variações que se estendiam ao longo das rodovias. Esta evidência era a de um “desenho” urbano em que não era possível identificar um fim. No exemplo de uma rua, o início desta era igual ao fim da mesma. Notavam-se nestas paisagens uma repetição e por vezes essas filas de casas eram intervaladas por um cruzamento ou um afastamento entre as mesmas. Uma pequena loja ou mercearia era encontrada a grandes distâncias constituindo assim o único ponto de destaque. Como tal, esta paisagem produzia no receptor uma impressão deprimente.¹²¹

Por todas estas razões mencionadas (e com o propósito de evitar maiores consequências)urgia a criação do *New-Towns Act* com o objectivo de instrumentalizar e planificar as novas cidades. Era pretendido com este instrumento legal que estas fossem auto-suficientes (e que se auto-abastecessem) sendo dotadas de um sistema urbano equilibrado nas relações entre o habitat, o espaço público, os percursos (pedestre e automóvel), as áreas ajardinadas e de lazer. Portanto, cidades com vida própria em todos os seus aspectos: habitação, indústria, comércio, escolas e demais.

Os “intelectuais da época” estavam alarmados com o desenvolvimento registado, a legislação de 1909 (reafirmada em 1925) conferia ao poder local meios para desenvolver planos de expansão, mas não lhes conferia poderes para os deter quando estes fossem considerados prejudiciais aos interesses colectivos.¹²²

Apesar das tentativas feitas ao longo do tempo para estabelecer uma ideia sobre o planeamento da ocupação dos solos esta não produzia grande impacto. As áreas periféricas continuavam a ser colonizadas pela habitação. A ideia da cidade-jardim, para além dos dois casos concretos, não reflectiu grandes alterações de pensar a cidade ou de tratar a sua expansão. Perante o esquema de E. Howard, apenas o íman da cidade atraía e somava mais população. A cidade, em torno, consumia mais o espaço envolvente desta. O pensamento teria que ser, então, mais abrangente, à escala do território.

Contudo, apesar da evolução, do congestionamento e crescimento que se verificava na época, o maior problema era central, ou seja, estava na cidade de Londres. A capital para além da sobrelotação, dos problemas e inquietações gerava tensões a nível social e a estes foi acrescentado outro problema com consequências mais dramáticas: o conflito bélico que assolava a Europa e mais particularmente a Inglaterra. Devido a este, a capital foi alvo de bombardeamentos incrementando as tensões sociais que se viviam com o desemprego, as precárias condições e o desalojamento.

121 Mumford, Lewis - *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*; São Paulo (Brasil), Livraria Martins Fontes Editora Lda (Ensino Superior), 1982, 2ªEdição; pp.544 a 550

122 Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 49

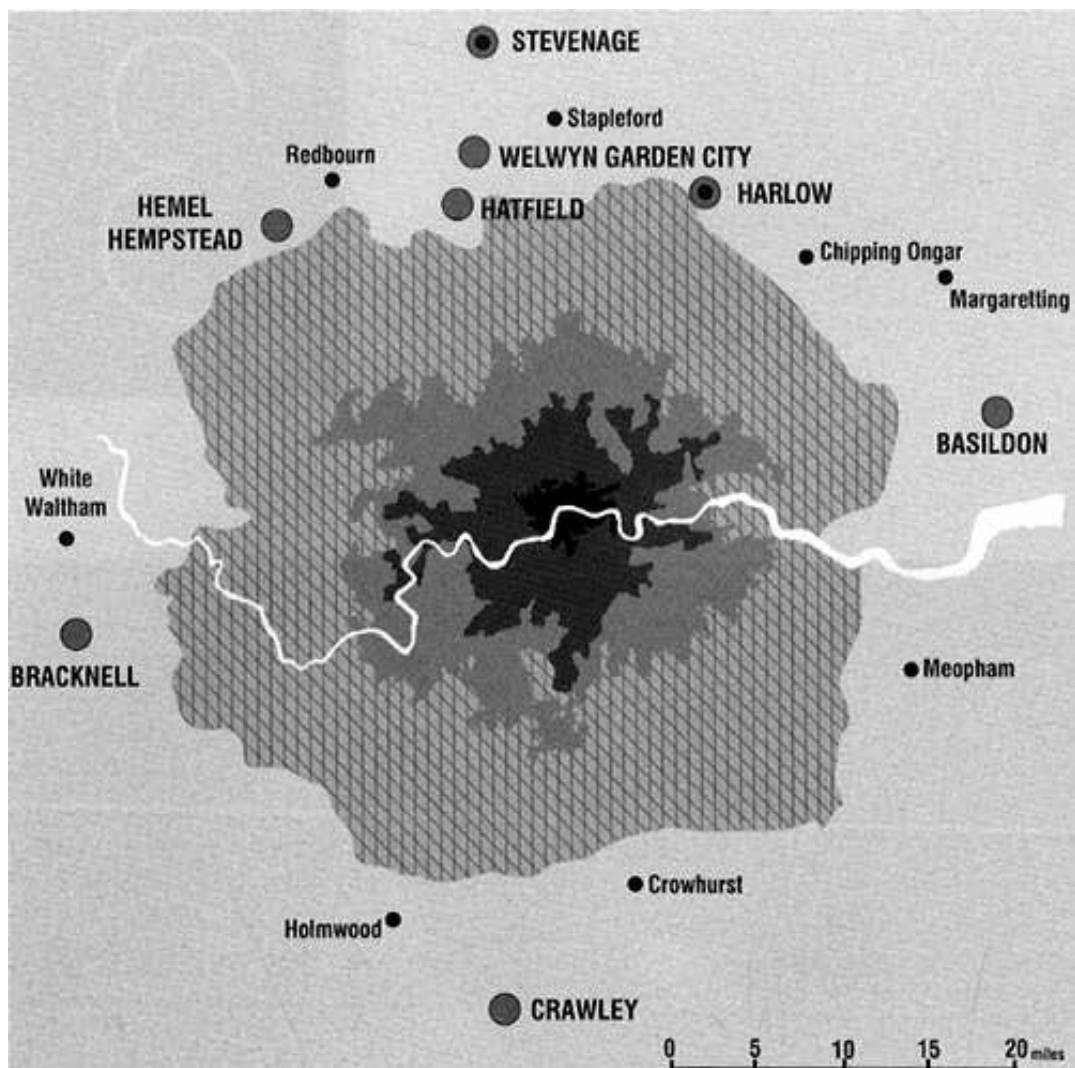


Fig. 85 Diagrama representativo do princípio regulador para a implantação das novas cidades à volta de Londres. (c. 1949)

1.2.2 As *New Towns* inglesas

Na abordagem a este tema será feita uma análise sumária do processo que foi evoluindo ao longo das três fases que marcaram todo o desenvolvimento deste. A razão prende-se com o tema da dissertação que incide com mais objectividade sobre todo o processo das *New Towns*. A *subtopia* e o conceito de *townscape* são duas ideias que tiveram como representantes, Ian Nairn e Gordon Cullen, assim como toda uma divulgação destes autores acerca do processo e dos resultados deste programa urbanístico na *Architectural Review*.

Porém, antes da abordagem ao tema das *New Towns* é oportuno fazer aqui referência a um comentário de um autor sobre o espírito inglês face às adversidades. Da década de 1930 até meados da de 1940 somados os problemas sociais e urbanos que se desenrolaram aos acontecimentos da guerra, Leonardo Benevolo comentou que, «o mérito máximo dos técnicos e das autoridades inglesas consiste em não ter considerado a reconstrução dos danos de guerra como um problema isolado, mas como parte indivisível de um processo total da planificação, por isto, exceptuando os inconvenientes parciais, a experiência inglesa tem uma enorme importância metodológica e é seguida com excepcional interesse em todo o mundo.»¹²³

Em 1945, o Partido Trabalhista chega ao poder e inicia a implementação da sua política social. Nesta política, duas das questões assinaladas eram o programa das *New Towns* e a habitação social. É neste contexto que foi aprovada a *New Towns Act* (um ano mais tarde) e nesta foram estabelecidos o sistema de financiamento e a fixação das normas para a realização das *New Towns*. Um outro instrumento legal relevante neste processo foi delineado e aprovado: a *Town and Country Planning Act*. A partir deste instrumento da legislação urbanística inglesa estava confiado ao Estado a programação das áreas de desenvolvimento industrial ampliando os direitos públicos sobre o controlo do solo.

Contudo, o programa das novas cidades assumiu um carácter extraordinário a partir do momento em que, à diferença do ocorrido na fase pioneira,¹²⁴ corresponde agora ao governo proporcionar o financiamento e a área da edificação. Na eleição dos terrenos para as novas cidades¹²⁵ veio ditado, pelas exigências de um posicionamento óptimo, uma estreita relação com as instalações de aprovisionamento hídrico, eléctrico e a rede de comunicações viárias e ferroviárias.¹²⁶

O procedimento executivo para a edificação das *New-Towns* pode ser resumido de forma esquemática e da seguinte maneira: assinalada a área, estabelecia-se um *development corporation* e com este ficava a incumbência de planificar e gerir o processo de edificação da Nova Cidade num período de cerca de quinze anos. Correspondeu à corporação a redacção do programa geral e, posteriormente a aprovação governativa, com a elaboração de um plano volumétrico executivo.

Aos profissionais e aos promotores privados foi dada a abertura para a possibilidade de projectar e construir edifícios singulares respeitando uma normativa arquitectónica muito rígida.

123 Benevolo, Leonardo – *História da Arquitectura Moderna*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1976; p.648

124 As duas primeiras cidades-jardins, Letchworth e Welwyn, são entendidas como as primeiras experiências urbanas de novas cidades no Reino Unido antes do programa urbanístico das *New-Towns*.

125 Os terrenos para a construção das novas cidades incluíam na maior parte um cinturão verde público não inferior a vinte e dois mil hectares.

126 Benevolo, Leonardo – *História da Arquitectura Moderna*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1976; p.651

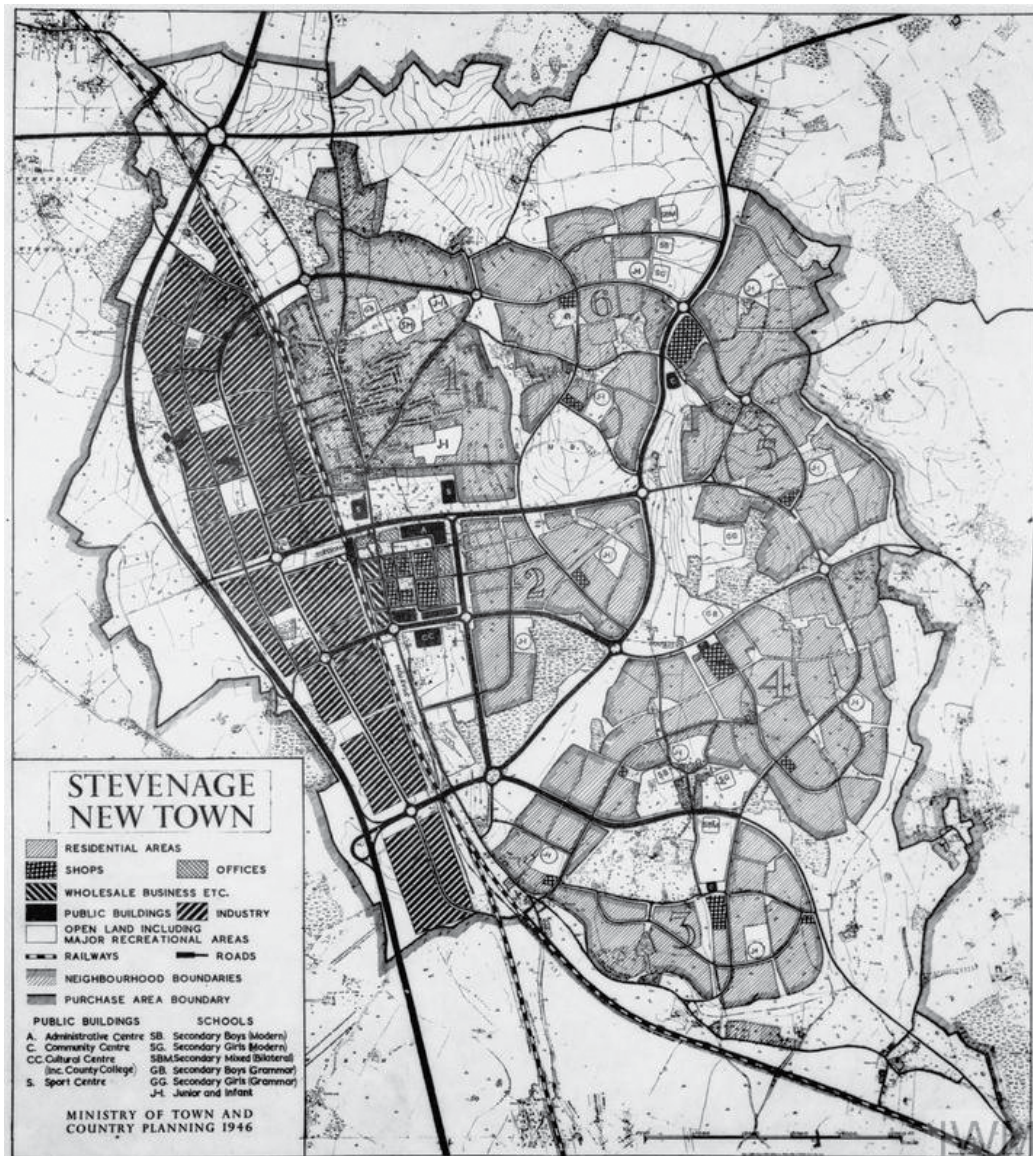


Fig. 86 Plano para a *New Town* de Stevenage com representação do sistema de comunicações e zonamento.



Fig. 87 Habitações-tipo de um bairro de Stevenage segundo os princípios da *Development Corporation*.

Esta normativa não se limitava só a determinar a cubicagem volumétrica, mas também a colocação inclusive das indicações tipológicas e formais. A iniciativa privada ficava, neste sentido, submetida a um desígnio público.¹²⁷

O procedimento estipulado pelo aparelho de estado, levado a cabo pela entidade gestora referida, foi sendo cumprido ao longo das três fases¹²⁸ do programa urbanístico. Abrangendo um período temporal de pouco mais de duas décadas (1946 a 1970). O propósito desta entidade era o controlo arquitectónico de modo a definir no conjunto urbano uma unidade arquitectónica.

É de realçar neste programa a convicção no novo modelo previsto, cujos princípios apesar de similares aos do modelo de E. Howard foi-lhes atribuído um novo valor. Referimo-nos aqui a tais princípios como: «(...) a fraca densidade (grande proporção entre as casas individuais e os jardins), repartidas em unidades separadas por importantes manchas verdes; zonas industriais e de actividades terciárias implantadas à volta do caminho-de-ferro; um centro principal com escritórios e lojas.»¹²⁹

Contudo, a pretensão deste modelo veio a colocar diversos problemas que posteriormente viriam a ser abordados em cada fase mas não desviando muito da fórmula que estava legislada. Da primeira para a segunda fase houve a revisão dos factores da densidade que em torno compactou os núcleos urbanos. E, da segunda para a terceira fase estes foram novamente revistos, devido à alteração na forma de pensar a cidade¹³⁰ e os grandes efectivos de população a alojar. A questão principal esteve, porém, na normativa arquitectónica referida que dava pouca margem para o desvio formal e construtivo que, em torno, tendia a criar ambientes monótonos com edifícios todos iguais. Além do mais, esta entrava em oposição com um outro objectivo lançado pela entidade que consistia na criação de um ambiente urbano diversificado de modo a animar a paisagem dos novos aglomerados.

1.2.3 Subtopia e Townscape

Previamente ao desenvolvimento do tema nuclear desta dissertação inicia-se este com uma breve reflexão sobre os ambientes construídos. As chamadas entidades urbanas, rurais, periféricas ou periurbanas e ainda as mais distantes das urbanas centrais, as suburbanas ou subúrbios, são espaços arquitectónicos potenciados pelas transformações promovidas pela sociedade (pública e/ou privada) e ao longo do tempo.

127 Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 52-53

128 O programa de expansão urbanística das *New-Towns* abrangeu um período de pouco mais vinte anos (1946 a 1970) e esteve repartido em 3 fases. A cada fase estiveram inerentes diferentes objectivos na sua planificação, no efectivo da população e da imagem urbana. A primeira fase compreendeu a distribuição da população por *New Towns* e *Expanding Towns* (cidades existentes que iriam comportar um aumento) e estariam definidas sobre novas regras. Nesta primeira fase (1946 a 1949) são as cidades de: Stevenage, Hemel Hempstead, Crawley, Harlow, Hartfield, Welwyn (ampliação), Basildon, Bracknell, Peterlee, Corby, Newton Aycliffe e Cwmbran. Estas compreendiam um efectivo de população de 25 000 a 85 000 habitantes. A segunda fase (1961 a 1964) foi sujeita a uma reforma no planeamento. Estas foram compactadas e estavam destinadas a um menor efectivo de população não ultrapassando os 60 000 habitantes. A saber: Skelmersdale, Telford, Redditch, Runcorn, Washington e Cumbernauld. A última fase (1956 a 1970) foi concebida consoante o automóvel e a facilidade das telecomunicações numa lógica de dispersão urbana. O efectivo destinado a estas cidades aumentou exponencialmente de 70 000 a 250 000 habitantes. A saber estão: Hook, Runcorn e Milton Keynes. Benevolo, Leonardo – *História da Cidade*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1983; pp.681-685

129 Delfante, Charles - *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*; Lisboa, Instituto PIAGET 1997; p. 341

130 Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 71



Fig. 88 Picadilly Circus, na última década do séc. XIX



Fig. 89 Repetitividade/monotonia

Desde os primeiros assentamentos, o território é o sujeito principal de todas as realizações arquitectónicas. Na construção de qualquer estrutura urbana, rural, ou outra destinada à permanência humana, estas decorrem sempre da vontade necessária à adaptação evolutiva das sociedades. As estruturas urbanas mais destacadas (como as cidades) ou as menores (como pequenos aglomerados ou espaços periféricos suburbanos) compreendem sempre dois espaços nucleares, o espaço público e o(s) espaço(s) privado(s). As relações estabelecem-se sempre numa interdependência entre um e outro.

As transformações e mutações de cada um destes espaços “evoluíram” sempre dentro de tensões do crescimento (expansão) e de dinâmicas sociais, tendo como resultado a reconfiguração destas estruturas.

O território, por vezes, é objecto de realizações utópicas e estas realizações são precedidas de ideais humanistas e sociais concorrentes com as dinâmicas das realidades e relações colectivas.

A riqueza e o carácter dos espaços e ambientes construídos residem efectivamente na sua diversidade e nas transformações que vão ocorrendo, «(...) *porque uma cidade é um evento dramático no seu ambiente (...)*». ¹³¹ Estas transformações ocorrem mais rapidamente (e em maior quantidade) nas grandes urbes em oposição aos pequenos povoados/aglomerados suburbanos e rurais. Os pequenos povoados/aglomerados permanecem quase estáticos ou em alguns casos são palcos de grandes transformações e revoluções que se destacam. Em consequência, o destaque provocado por estas pode ser concorrente ou dissonante na relação com os ambientes característicos dos pequenos povoados/aglomerados. As periferias são entendidas como espaços de potencial alargamento expansivo das grandes urbes e estas por sua vez vão-se afastando cada vez mais do centro urbano assim como os subúrbios. ¹³²

Ainda neste sentido mais concreto da ampliação e transformação das urbes, conhecem-se dois grandes momentos associados à explosão demográfica. A saber: a expansão no final da Idade Média e posteriormente na Revolução Industrial.

É a partir de meados do século XIX que o termo “urbanismo” adquire forma consciente da necessária instrumentalização reguladora. Como resultado desta aquisição foram reconduzidas as actividades urbanas informais para uma dimensão mais formal. Isto é, foi introduzido na actividade urbana uma dinâmica conjunta com regras no sentido de ajustar e disciplinar a sociedade urbana.

Nesta nova dinâmica de regulação das entidades urbanas destaca-se um novo sujeito até agora desconhecido no dinamismo urbano, a utopia. Este interfere na acção construtiva dos espaços arquitectónicos por serem menos firmemente desenhados que os de Amaurota ¹³³, descrita por Thomas More, e os seus territórios.

A “construção” da utopia teve como objectivo principal estabelecer uma nova ordem e esta trouxe uma nova concepção sócio urbana. Esta nova concepção estava carregada de ambientes urbanos ideais em contraponto à degradação expansiva das grandes urbes.

131 Cullen, Gordon – *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa, Portugal (1983); pp. 9-14

132 Sousa Morais, João - *Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vicentina*; Lisboa, Editorial Estampa, 1995

133 Amaurota é a cidade descrita na obra *Utopia* de Thomas More. É a descrição da sociedade (e cidade) perfeita, uma de várias. Quem conhece uma conhece-as todas, tanto se assemelham entre si que apenas as características do terreno permite a distinção das várias. Choay, Françoise – *A Regra e o Modelo, Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Lisboa Portugal, Caleidoscópico - Edição e Artes Gráficas SA, 1ª Edição Abril de 2007



Fig. 90 Periferia descuidada da zona industrial de Londres.

A utopia da regulação trouxe (num primeiro momento da sua aplicação) um campo de ensaio demonstrativo em alternância às grandes urbes e às expansões destas; para de seguida, este campo de ensaio ser adoptado como modelo de estado na regulação sócio urbana.

Posteriormente, ao modo de organização complexo e construído, o novo modelo foi concebido a partir de um número mínimo de unidades cuidadosamente definidas e articuladas consoante regras idênticas. Na base deste modelo estão os elementos integrais: o jardim e a casa individual. Estes combinam-se para formarem uma unidade-tipo superior, o bairro. Este homólogo entre duas unidades, a casa e a igreja. No topo, o bairro, a casa-comum e a igreja associam-se, por sua vez, para constituir um povoado. Este povoado constitui a derradeira unidade que já só entra em novas composições através da replicação.¹³⁴

Os precedentes à instrumentalização da regulação das actividades arquitectónicas foram os tratados clássicos da arquitectura. Estas obras não só indicavam o modo de operar como elucidavam este à fórmula da *venustas*. No entanto, os tratados foram ainda mais longe no seu tempo e abordaram inclusive a cidade e a sua forma. Na abordagem desta estava mencionado nos tratados a organização hierarquizada da cidade, incluindo as preocupações higienistas, num modelo que se pretendia ideal.¹³⁵

Da produção por manufactura à produção por maquinofactura houve enormes transformações nas sociedades urbanas. A ciência, por sua vez, como produto destas transformações passou a estar em conjunto com a utopia.

Com esta breve reflexão ao tema descreve-se uma visão genérica do desenvolvimento urbano transversal a todas as cidades no seu contexto mais lato e universal. O contexto britânico do desenvolvimento urbanístico abordado nesta dissertação não é excepção.

Os países em que o desenvolvimento e expansão urbana foram mais proeminentes (e anteriores em relação ao momento presente) são os do norte da Europa e da América. Noutros países estas transformações foram mais tardias, como por exemplo em Portugal.

A Inglaterra foi o centro da Revolução Industrial, das transformações e expansões urbanas ocorridas e no desenvolvimento de ideias utópicas.¹³⁶ Posteriormente, também o foi na troca de influências urbanísticas num processo que antecedeu o urbanismo formal, ou como F. Choay designou “pré-urbanismo”.¹³⁷

Na continuidade da reestruturação urbana britânica, as reformas urbanísticas seguiam um padrão de rigor apesar dos esforços realizados pelo Estado e pelo Governo na produção do bem-estar social e colectivo. Toda a instrumentalização de controlo, produzida e hierarquizada, esteve acompanhada pelo sistema de financiamento, pela metodologia aplicada ao projecto e pelo zonamento. Como resultado esta instrumentalização produzia cidades com ambientes monótonos e repetitivos. Na opinião de Royston Landau:

134 Choay, Françoise – A Regra e o Modelo, Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo, Lisboa Portugal, Caleidoscópico - Edição e Artes Gráficas SA, 1ªEdição Abril de 2007

135 Choay, Françoise, *op. cit.*

136 Anteriores ao modelo da cidade-jardim são de referir os modelos elaborados para novas comunidades (e posteriormente executados) de Robert Owen entre 1830 e 1840. Como por exemplo: o novo núcleo de New Lanark na Escócia Tityus Salt perto de Bradford em Inglaterra. Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1990; p. 45

137 Não consideramos, perante este contexto, o caso do Plano para Barcelona de Cerdà, em 1859. Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ªEdição; pp. 3-7

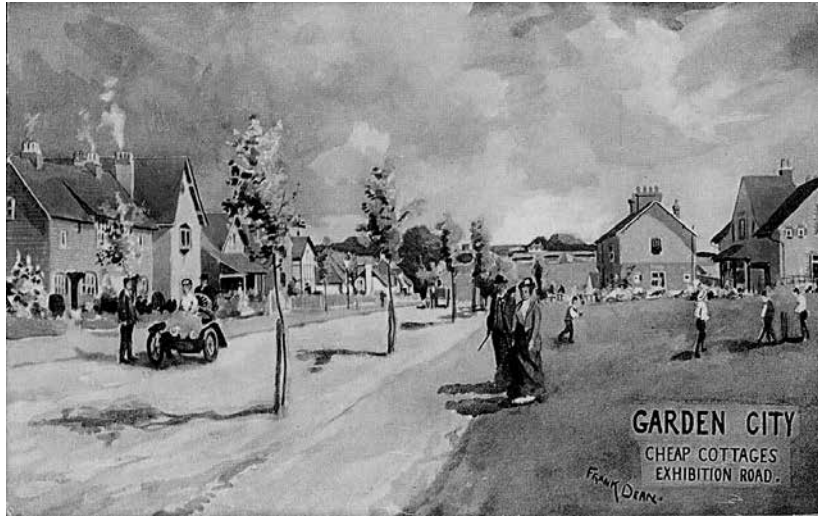


Fig. 91 Ambiente idílico pretendido nas cidades-jardim



Fig. 92 Exemplo do ambiente de um bairro de habitação em Stevenage



Fig. 93 Exemplo do ambiente de um bairro de habitação em Harlow

«O estilo de arquitectura das *New Towns* (...) foi um estilo coerente, especialmente se considerarmos os muitos arquitectos que se responsabilizaram por ele.»¹³⁸

O estilo que este autor se referia é o de um panorama pitoresco. Neste panorama estão contempladas casas muito semelhantes construídas em tijolo aparente que remontam à memória da arquitectura inglesa do séc. XIX. Esta arquitectura em particular é caracterizada pelos muitos jardins e abundância de vegetação criando assim um ambiente bucólico e neste uma concepção puramente visual e paisagística de grupos de casas (em agrupamentos irregulares). R. Landau atenta, também, para o facto das normas de edificação, o limitado orçamento, os materiais e os métodos tradicionais da construção terem sido bastante restritivos.¹³⁹

Neste processo de reconstrução e reestruturação urbana vieram necessidades nostálgicas de continuidade e anseios de renovação. Este conflito incidiu fortemente sobre quais os valores culturais a serem defendidos e como o processo de construção deveria ocorrer. Porém, houve a falha de uma caracterização dos novos lugares produzidos. Esta falha estava reflectida nos instrumentos de regulação aos quais faltou uma análise crítica prévia à sua aplicação; uma análise crítica aos novos lugares produzidos do ponto de vista arquitectónico, social e cultural.

Na estrutura “nuclear” das *New Towns* transpareceram as limitações de uma aproximação excessivamente técnico-funcional. Estas limitações notaram-se não tanto nas que estavam à volta de Londres, mas naquelas que foram fundadas em áreas distantes às cidades históricas. A razão desta desigualdade atribui-se ao facto das *New Towns* que estão próximas das cidades históricas poderem beneficiar das contrapartidas destas. A única satisfação das necessidades primárias, calculadas pela engenharia-social, não trouxe com efeito a mais profunda e ancestral necessidade da cidade ou seja o carácter informal que a cidade possuía e que vinha adquirindo ao longo dos tempos. Este método não estava contemplado na fórmula cidade – jardim – zonamento – planeamento – financiamento. Esta fórmula era uma amarra e não permitia qualquer interferência.

A classe dirigente quis incutir nas *New Towns* um ideário de paisagem urbana e para tal tinham distribuído aos responsáveis pelo desenvolvimento destas uma compilação denominada: «*Método da descrição de casos*».¹⁴⁰ Nesta compilação estiveram uma série de modelos de paisagem, cidade e habitação social. Por conseguinte, o objectivo desta série era procurar estabelecer nas novas cidades uma imagem urbana depurada. Este objectivo, por sua vez, partilhava os mesmos princípios (na oposição aos ambientes insalubres e pobres) que os planeadores do séc. XIX, como Ebenezer Howard, defendiam.

Alguns autores responsáveis pelo planeamento das *New Towns* tentaram superar o ideário de paisagem romântica proposto. Frederick Gibbert, no projecto da *New Town* de Harlow (1947), introduziu na definição do centro urbano alguns edificios altos inspirados na tipologia da torre. Lubetkin, como arquitecto-chefe de Peterlee (Escócia, 1948), traçou para esta um plano onde previa um núcleo central compacto circundado por uma malha edificada com base em modelos racionalistas. Neste último exemplo estava subjacente o desenvolvimento da malha urbana, uma

138 Landau, Royston apud. Montaner, Josep Maria – *Arquitectura e crítica*, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, Espanha (2007), 2ªEdição; p. 138

139 Landau, Royston apud. Montaner, Josep Maria, *op. cit.*

140 Jencks, Charles – *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Coleção: Arquitectura e Urbanismo, Edições 70, Lisboa, Portugal (1983); p. 231



Fig. 94 Ian Nairn na apresentação da edição "Outrage" em 1955

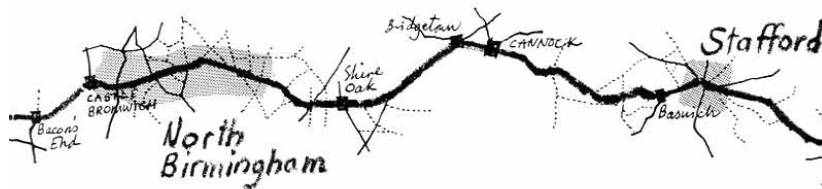


Fig. 95 A descaracterização gerada na periferia britânica pelo desenvolvimento urbano e industrial.

ideia de englobar uma série de povoados pré-existentes mal equipados.¹⁴¹ Apesar do entusiasmo e da capacidade criativa destes profissionais nestas tentativas, os planos eram sempre confrontados face às convenções adquiridas pela classe dirigente.

Todas as *New Towns* tiveram características similares segundo o preceituado e os princípios postulados pelas entidades estatais, tal como o zonamento em três áreas distintas: a área habitacional, industrial e comercial. As viagens encurtaram-se entre zonas e o avanço no desenho urbano foi enorme e até de alguma transcendência. Salvo os aspectos positivos das primeiras cidades o que se constatava era a existência de grandes espaços com muita área livre onde as relações entre edifícios (ou mesmo entre zonas) não existiam. A ideia de cidade era latente e dominante, mas a estas carecia uma compacidade na relação urbana e arquitectónica.

Neste desenvolvimento contínuo salientavam-se as preocupações e alguma insatisfação posteriores à construção da primeira fase das *New Towns*.¹⁴² Estas preocupações também eram partilhadas pela classe dirigente e em especial pela entidade gestora mais próxima de cada *New Town – Development Corporation*. Contudo, esta entidade permanecia condicionada nas suas circunstâncias restritivas tendo por base a legislação associada ao modelo idílico da arquitectura inglesa. As visões sobre o modo de fazer cidade continuavam por força do financiamento inglês na descentralização e na redistribuição da população.

Nos anos posteriores foram-se introduzindo reformas nas cidades da primeira fase. Com a influência dos outros países europeus, as reformas incidiram sobre: os centros comerciais e os espaços de circulação. Nos espaços de circulação foram realizadas novas experiências separando os percursos pedestres das rodovias e o impacto destas foi reduzido.

J. M. Richards no seu artigo, divulgado pela *Architectural Review*, destacou que a falha das necessidades nas *New Towns* não se circunscrevia somente aos aspectos urbanísticos ou sociológicos, salientando neste que o fracasso era sobretudo arquitectónico.

«É um momento triste para ter que admitir o fracasso das *New Towns*. Mas os factos são os factos... no melhor dos casos, acabam por se transformarem em puras “cidades nocturnas”, perigo que se tentou evitar, mas que se acabou por cair devido às suas exigências económicas... De maneira que o bairro perdeu tudo, não tem nem sequer alma...»¹⁴³

O programa urbanístico das *New Towns* prossegue com a chegada do Partido Conservador ao governo britânico em 1951 e com este é alvo de um redimensionamento no financiamento estatal. As razões que marcaram a mudança metodológica que distingue a segunda fase – Mark 2 – foram, em parte, questões internas referentes à disciplina mais do que factores externos da política.

É possível deduzir de todo este primeiro processo de experimentação urbana uma relação utópica entre o modelo de estado e as expectativas criadas aos futuros habitantes desses “modelos-jardins” construídos. Com efeito, o grupo da *Architectural Review* (AR) estigmatizou a primeira fase da experimentação sobre o qualificativo de *Subtopia*: «(...) uma condição nem de cidade nem de

141 Gravagnuolo, Benedetto – *La progettazione urbana in Europa, 1750-1960*, Editori Laterza Bari, Itália, 1991; pp. 116 a 126

142 Após esta última tentativa o nome da associação foi alterado para *Town and Country Planning Association*. Gossop, Chris - *From Garden Cities to New Towns - An Integrative Planning Solution?*; 42nd ISoCaRP, 2006; 2006 [Consulta: 4 Nov. 2016]; Disponível em: <http://www.isocarp.net/data/case_studies/760.pdf>

143 Richards, J.M. apud. Pavesi, Lorenza - *Contra-ataque a Subtopia, Ian Nairn e os caminhos do urbanismo inglês*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, N°6, Fevereiro de 2013, p. 94-100; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco6-pdf/03_refl_risco6.pdf>

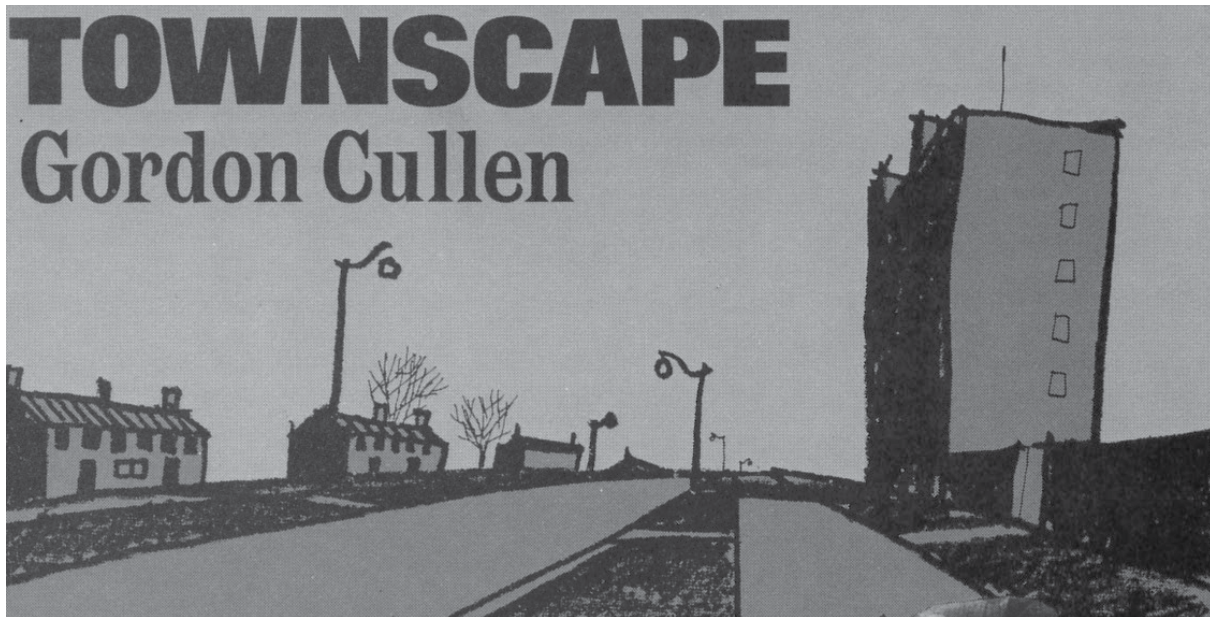


Fig. 96 Apresentação do conceito de Paisagem Urbana - *Townscape* - por Gordon Cullen

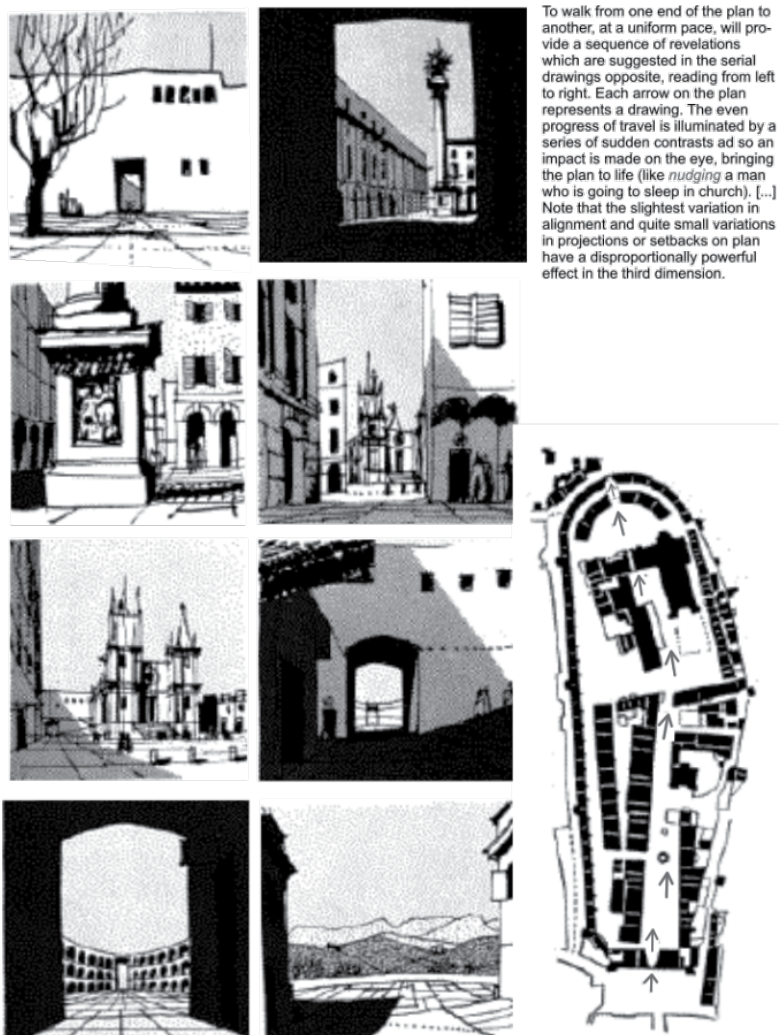


Fig. 97 Análise da percepção do espaço urbano por Gordon Cullen, pág. 19

campo, o mundo da desordem universal de baixa densidade. Subtopia arruína o campo sem fazer cidade: é um inimigo amorfo.»¹⁴⁴

Na estrutura discursiva de *Subtopia* destaca-se a figura de Ian Douglas Nairn (Fig. 94, p.102) (1930-1983), cujo trabalho (desenvolvido em paralelo com Gordon Cullen) está dotado de um olhar cirurgicamente crítico sobre todos os aspectos das realizações urbanas e arquitectónicas. (Fig. 95, p.102) A *Architectural Review* foi, durante muito tempo, a principal fonte divulgadora do seu trabalho escrito. Os seus artigos e opiniões criaram um enorme impacto (e gerou conflitos) na sociedade inglesa.

O termo *Subtopia* é um acrónimo que junta duas designações, subúrbio e utopia. O subúrbio ou subúrbios é uma terminologia para a designação de espaços arquitectónicos mais distantes das cidades. Estes espaços pela sua distância tendem a serem olhados numa visão quase depreciativa, numa acção de “serventes” da cidade.¹⁴⁵ Nalguns casos, estes são locais privilegiados pelas suas condições características. A utopia reúne vários factores associados (já referidos), mas na sua essência designa a acção nova contrária à norma anterior instalada e consolidada. É de lembrar que a utopia no contexto inglês aparece numa associação entre a regra e a idílica arquitectura inglesa do século XIX.

Para Ian Nairn, *Subtopia* é uma patologia (ou condição patológica) dos ambientes construídos na qual concorrem e concorreram diversos factores. Esta condição, por sua vez, só é constatada posteriormente e o recurso para estes ambientes construídos onde se detecta esta condição passa por um processo reactivo valorizando a sua existência.

Da crítica desenvolvida durante anos do estereótipo das primeiras *New Towns* deriva, também, uma nova metodologia de projecto urbano sistematizada depois por Gordon Cullen na definição de *Townscape*.¹⁴⁶ (Fig. 96) Esta metodologia parte de considerações de natureza predominantemente ópticas. G. Cullen reitera a importância dos critérios de combinação dos elementos da paisagem urbana com o objectivo de dotar estes de uma dose de significado emocional nos contextos perceptivos. A posse do lugar¹⁴⁷ e a visão social¹⁴⁸ encontram-se entre os pontos mais notáveis deste método.

«Townscape é a arte da relação, justamente o mesmo que existe uma arte da arquitectura. O seu objectivo é tomar em consideração todos os elementos que concorrem para criar um ambiente: edifícios, árvores, natureza, água, tráfego, anúncios publicitários, etc., e unidos para realizar o drama.»¹⁴⁹

144 Pavesi, Lorenza - *Contra-ataque a Subtopia, Ian Nairn e os caminhos do urbanismo inglês*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, Nº6, Fevereiro de 2013, p. 94-100; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em: http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco6-pdf/03_ref1_risco6.pdf

145 Pavesi, Lorenza – *Ian Nairn: Subtopia e Townscape*, Dissertação de mestrado em Arquitectura na Área de Concentração em Teoria e História da Arquitectura, apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo; Março de 2011, p. 45

146 Cullen, Gordon – *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa, Portugal (1983); pp. 9-14

147 Entendido neste contexto como a relação individual entre o homem e o ambiente. Cullen, Gordon, *op. cit.* pp. 9-14

148 A calculada sequência perceptiva do percurso pedestre. Cullen, Gordon, *op. cit.* pp. 9-14

149 Cullen, Gordon – *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa, Portugal (1983); p. 10

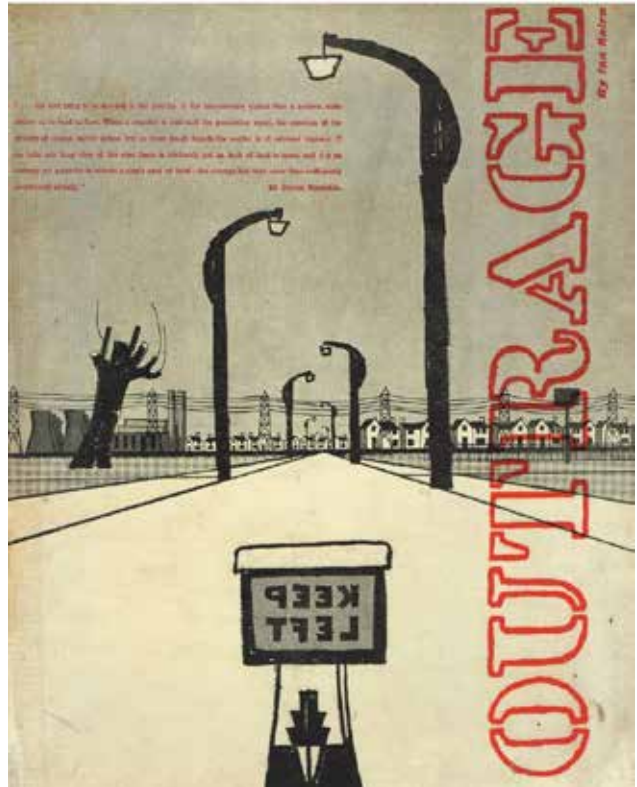


Fig. 98 *Architectural Review*, "Outrage" 1955

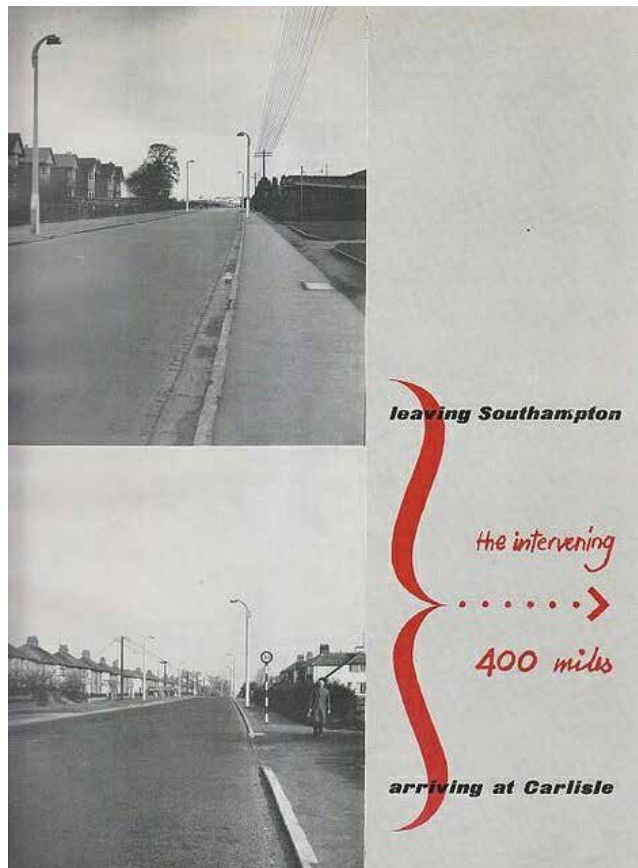


Fig. 99 Percepção dos ambientes descaracterizados de "Subtopia" por Ian Nairn e Gordon Cullen na viagem entre Southampton e Carlisle

A identificação da condição de *Subtopia* e a reflexão sobre *Townscape* apresentaram uma visão de planeamento urbano para além dos sistemas de desenho das *New Towns*. Contudo, esta era uma visão que não chegou a superar os limites do conhecimento empírico. Mais do que uma teoria, as observações de G. Cullen baseiam-se na intuição e no bom sentido.

Gordon Cullen refere-se às questões de percepção (intuídas no quotidiano pelas pessoas) e forma do mapeamento mental dos percursos (Fig. 97, p. 104) como a assimilação dos espaços e objectos arquitectónicos. Estes são referenciados por imagens fragmentadas de pontos ou objectos distintivos desses espaços e ambientes. A *Subtopia* de um espaço produz sensações de vazio e mesmo de alguma inocuidade.

Quando um espaço determinado é preenchido pela repetibilidade dos elementos que o compõe só é possível distinguir as distâncias – principio, meio ou fim e vice-versa. Em espaços muito abertos a ordem dimensional desaparece e a sensação reduz o sujeito às suas fragilidades e a sensação de vazio é maior. Todas estas sensações emotivas afectam o sujeito pelo carácter redutor que estas causam, independentemente da localização ser numa cidade ou noutro lugar.¹⁵⁰ Quer isto dizer que, a condição fragmentária dos espaços onde convivem propostas arquitectónicas distintas (independente do tempo destas) é a mais rica perceptualmente. Em torno, esta condição cria no ser humano sensações de conforto visual, psicológico e cognitivo.

O sujeito é aquele que procura a sua própria ética dentro da diversidade, como é aquele que se pode deleitar com a simultaneidade de todas as correntes (artísticas ou/e outras) e de maneira hedonista eleger entre os diversos impactos estéticos recebidos.

A distinção perceptiva entre I. Nairn e G. Cullen pode definir-se desta forma: o primeiro atribuiu uma voz crítica aos ambientes construídos, independentemente dos caracteres (social e depurado) introduzidos pela classe dirigente; o segundo reage de forma positiva e retira partido das realidades concretas. Nesta dialéctica a primeira acção/reacção vem no sentido de despertar consciências a todas as classes sociais e profissionais (inclusive para a classe dirigente) para o que estava a ser produzido. Estas acções têm o seu momento no manifesto contra a *Subtopia* a partir da edição especial *Outrage*, publicada pela *A. Review* em Junho de 1955. (Fig. 98)

Nesta publicação foi dada ênfase crítica em relação aos pressupostos «*impostos pelo homem moderno*». ¹⁵¹ Estes pressupostos geravam um impacto negativo não só na paisagem como também social:

«... *building affects people, and subtopia produces subtopians, the Review also believes that (...) the consequences of our visual laissez-faire may make us incapable of distinguishing good from bad, and we may be mutated into sub-humans, without ever knowing it happened...*»¹⁵²

Desde as primeiras páginas de *Outrage* é clara a crítica ao modelo da cidade-jardim integrado nas *New Towns*, as baixas densidades e as paisagens monótonas. A obra foi desenvolvida a partir das observações feitas durante a viagem de Ian Nairn e G. Cullen desde Southampton a Carlisle, ou seja do sul de Inglaterra até à fronteira desta com a Escócia. (Fig. 99) Desta viagem, os autores

150 Cullen, Gordon – *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa, Portugal (1983); pp. 135-141

151 Nairn, Ian apud. Pavesi, Lorenza – *Ian Nairn: Subtopia e Townscape*, Dissertação de mestrado em Arquitectura na Área de Concentração em Teoria e História da Arquitectura, apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo; Março de 2011, p. 61

152 Nairn, Ian, *op. cit.* p. 61

concluíram que: «(...) o fim de Southampton é parecido com o começo de Carlisle, e as partes do meio parecem ou com o fim de Carlisle ou com o começo de Southampton.».¹⁵³

Na *Architectural Review* tinham sido publicados outros artigos, como por exemplo o artigo (já referido) «*The Failure of New Towns*» de JM Richards. Posteriormente, este artigo foi alargado pelo de G. Cullen: «*Prairie Planning in the New Towns*». Neste último, o autor refere com o “*Prairie Planning*” e a baixa densidade a exposição às *New Towns* de um culto ao isolacionismo físico e psicológico. Esta condição era típica das *New Towns* e o artigo apontava também o uso inadequado do território e as falhas de escala na relação homem/distância. Devido a esta relação desproporcional os habitantes ficavam condicionados a percorrer grandes distâncias para alcançar os serviços ou o local de trabalho.

No âmbito do debate sobre as questões sociais e da arquitectura, a *AR* encorajou os planeadores e arquitectos a um compromisso. Este seria o de conciliar o modernismo com as tradições locais. Um dos objectivos com este compromisso era o de consciencializar os arquitectos da importância das questões que transcendiam o universo da arquitectura residencial e desta forma despertar as atenções para a diversidade, a variedade e a complexidade dos ambientes construídos. Nesta dinâmica, os editores iniciaram conceitos como *roofscape*, *wallscape*, *floorscape*, entre outros em que ao serem agregados resultavam no conceito de *Townscape*.¹⁵⁴

É de destacar em todo este processo que o principal objectivo dos autores foi a interpretação dos lugares e das implicações psicológicas da arquitectura. *Townscape* não se refere somente ao planeamento urbano e/ou aos ambientes construídos, a ideia subjacente a este é mais transcendente. Nesta ideia está subentendido o “espírito do lugar” – *genius loci*. Este resiste às mudanças ocasionadas pela inserção de diferentes estruturas funcionais e introduz um carácter indelével na paisagem. O *genius loci* torna diferentes os fenómenos arquitectónicos a partir de uma experiência única e reconhecível.¹⁵⁵

Portanto, Ian Nairn e Gordon Cullen tiveram na crítica a capacidade de evocar o *genius loci* dos ambientes construídos que se desenrolavam. Perante estes, os autores não se limitaram a descrever quer os ambientes quer as crises destes. Os autores, acima de tudo, passaram por estudá-los e reflectir sobre eles, e numa acção reactiva conseguiram despertar consciências para as questões fundamentais à vivência das pessoas, como a relação destas com o território em todas as suas dimensões.

153 «(...) the end of Southampton looks like the beginning of Carlisle and the parts in between look the end of Carlisle or the beginning of Southampton.»

Nairn, Ian apud. Pavesi, Lorenza - *Ian Nairn, Townscape and the Campaign Against Subtopia*; In: Focus, Vol. 10, Nº1, Artigo: 28, 2013; [Consultado: 3 Novembro 2016], Disponível em: «<http://digitalcommons.calpoly.edu/focus/vol10/iss1/28>»

154 Nairn, Ian apud. Pavesi, Lorenza, *op. cit*

155 Nairn, Ian apud. Pavesi, Lorenza - *Ian Nairn, Townscape and the Campaign Against Subtopia*; In: Focus, Vol. 10, Nº1, Artigo: 28, 2013; [Consultado: 3 Novembro 2016], Disponível em: «<http://digitalcommons.calpoly.edu/focus/vol10/iss1/28>»



Figs. 100; 101; 102; 103; 104 e 105 Contexto actual da paisagem ao redor da cidade de Sines.

1.3 A condição de *Subtopia* na paisagem urbana de Vila Nova de Santo André

A reflexão sobre a condição de *Subtopia* na paisagem, contextualizado neste trabalho com a industrialização e a experiência urbana inédita das *New-Towns* no Reino Unido, ajuda-nos a compreender melhor o enquadramento paisagístico que decorre no nosso objecto-de-estudo, de Sines a Vila Nova de Santo André (esta em particular).

Como se pôde denotar na abordagem a este¹⁵⁶, as grandes transformações deste território ocorreram com a implantação do complexo portuário e industrial. Em contrapartida, esta decisão veio a alterar o modelo de crescimento associado à (então) Vila de Sines que, há meio século atrás, estava apoiada maioritariamente na actividade piscatória e balnear. No entanto, as condições singulares e ricas que este território ainda apresenta também consistiram num factor preponderante que levou ao estado ditatorial da época a decidir fazer deste espaço o novo pólo industrial e portuário. Por sua vez, constituiria um marco para um novo rumo do desenvolvimento económico nacional.

Neste trabalho não nos propusemos considerar se a decisão tomada foi correcta ou incorrecta. Contudo, é de salientar que todo o esforço gerado pela execução do megaprojecto causou não só transformações no território, mas uma reconfiguração (e alteração) dos códigos do ambiente envolvente que permitem elaborar uma possível interpretação deste.

O projecto foi sendo construído faseadamente e com alguma organização. Através da elaboração de diversos estudos para a localização ideal, de modo a encontrar uma relação de convivência com a realidade envolvente do litoral alentejano. Mas, como em qualquer projecto a longo prazo atravessou diversas vicissitudes que obrigaram a replanear a intenção proposta de início.

Apesar destas serem importantes na compreensão da condição actual, não deixa de ser pertinente a questão utópica do megaprojecto cuja ambição pode encontrar relação no «*optimismo reformista do final do Estado Novo*».¹⁵⁷ Afinal de contas, a hipótese que foi levantada consistiu na alteração do carácter piscatório/campestre/rural da respectiva zona territorial que já estava enraizado na população local. Sines deixaria de ser uma vila piscatória para ser uma cidade industrial.

O projecto começou a ser construído atribuindo a principal importância aos equipamentos industriais e às respectivas infra-estruturas de apoio ao seu funcionamento, destinadas a retirar o maior aproveitamento destes. E, os efeitos da construção na Vila de Sines começaram-se a sentir através da enorme afluência populacional com a chegada dos construtores e respectivas famílias.

Esta circunstância já tinha sido considerada de antemão. O debate da entidade gestora de todo o conjunto (Gabinete da Área de Sines) esteve, na estratégia de planeamento urbano, na zona onde fixar os novos habitantes. A escolha para a realização de uma Cidade Nova afastada quer de Sines quer de Santiago do Cacém que se desenvolveria a partir do núcleo industrial residiu, segundo os autores: no cadastro, de modo a evitar atrasos provocados pelas expropriações; e, na abundância de terrenos à sua disposição que eram propriedade da entidade gestora.¹⁵⁸

156 Abordado na primeira parte deste trabalho, pp. 23-63

157 Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; p.25; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422> »

158 Arq. Francisco Silva Dias in: Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996



Figs. 106; 107; 108 e 109 O ambiente das “New Towns” de Stevenage e Cumbernauld na década de 1960

Contudo, é possível levantar a hipótese que a verdadeira razão de se ter optado pela construção de uma Cidade Nova tenha vindo do optimismo sentido na época e pela vontade de querer demonstrar, com o desenvolvimento lançado, uma perspectiva futura de prosperidade. Através do recurso a modelos estrangeiros como, por exemplo, o das *New Towns* que se encontrava à data na sua última fase. De facto, Florbela Oliveira afirma que: «*A verdadeira razão para se ter optado por uma Cidade Nova é que as décadas precedentes tinham sido fartas em New Towns e Villes Nouvelles. Mais uma vez, Portugal quis seguir atrasadamente, os exemplos europeus. Santo André surge depois da última fase das New Towns britânicas, Milton Keynes (...)*». ¹⁵⁹

Com efeito, a meta estabelecida foi a de uma cidade destinada a cem mil habitantes. E à semelhança do exemplo inglês, a imagem urbana que se pretendia da Cidade Nova de Santo André era de uma cidade moderna apoiada no automóvel e na tecnologia rodeada pela envolvente vegetal. Este modelo também trouxe aos arquitectos/urbanistas a oportunidade de desenvolver e experimentar novos métodos de planeamento e formas arquitectónicas.

Não obstante à oportunidade que se configurava, os autores do novo aglomerado perceberam de início que a grande dificuldade residia na carência de elementos referenciais no território a desenvolver. Sem a definição destes era bastante provável que pudesse haver uma rejeição por parte da população vindoura. Na prática, a preocupação referida já tinha sido o motivo da investigação, exploração e experimentação dos vários exemplos construídos das *New Towns* no Reino Unido compreendido nas duas primeiras fases, ao longo de duas décadas. Stevenage, a primeira *New Town* a ser construída, estabeleceu o padrão para a primeira fase de novos assentamentos. Apoiada num organigrama tripartido entre o centro urbano, a área industrial e o círculo residencial; numa legislação extremamente rígida que ditava a construção da habitação segundo um cânone; e, regulada por princípios de baixa densidade que definiam a construção e previam um número máximo de habitantes por área. Após a construção, os habitantes estiveram na presença de um novo aglomerado urbano com uma organização sofisticada, devidamente infra-estruturada e dotado de um centro muito bem equipado na qualidade e quantidade das suas estruturas. A organização do núcleo habitacional por unidades de vizinhança, com os necessários equipamentos escolares e comerciais levou ao surgimento de algumas pequenas comunidades. Apesar de tudo, a abundância do espaço urbano associado à repetibilidade da construção criou um ambiente monótono e inexpressivo no qual faltava uma identidade ou carácter. ¹⁶⁰

As mudanças introduzidas na segunda fase são significativas, não só por todo o movimento crítico que vinha ocorrendo, mas também da insatisfação social e das crescidas restrições político-económicas.

Como já foi referido, a segunda fase iniciou-se em paralelo à mudança de governo. A nova estrutura governamental promoveu ajustamentos aos planos urbanos, a referir: a maior compacidade e a anulação do conceito de unidade de vizinhança. Quer isto dizer que em vez de várias centralidades foi definido um maior centro cívico e também intermodal. Contudo mantendo

159 Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 74

160 «*Estamos em presença de uma cidade-jardim melhorada, em função do progresso e da necessária adaptação aos novos modos de vida que levam os criadores a produzirem uma organização bastante sofisticada, racional, infelizmente sem espírito: a cidade é eficaz, mas sem poesia. Os únicos elementos que se destacam, em termos de composição urbana, são os grupos de casas, porque o seu planeamento procura um convívio de vizinhança e formação de pequenas comunidades.*»

Delfante, Charles - *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*; Lisboa, Instituto PIAGET 1997; p. 343



Fig. 110; 111; 112 e 113 O ambiente das “New Towns” de Stevenage e Cumbernauld na década de 1960

o mesmo esquema de zonamento: área residencial, centro urbano e área industrial. Os critérios para a área residencial também foram mantidos na concepção. Cumbenauld é um exemplo do anterior. O principal enfoque verificou-se na matriz do projecto, a clarificação do sistema de percursos na relação entre peões e veículos. A concepção desta cidade a partir de uma estrutura rizomática (a primeira fase tinha sido concebida a partir de uma estrutura celular) representou o afastamento da procura do equilíbrio social através da integração completa. Com uma estrutura comunitária menos determinada fisicamente que as *New Towns* da primeira geração permitia uma maior densidade populacional e garantia que toda a gente estava a uma distância razoável das outras pessoas. Nesta lógica, um único edifício (grande estrutura multifuncional e multinivelado) continha em si todas as funções servindo de elemento de ligação de toda a cidade. Ao invés das da primeira geração onde existia uma unidade comercial por cada unidade de vizinhança. Na segunda fase, para se obter artigos de primeira necessidade localizavam-se estrategicamente lojas de esquina e outros serviços necessários.

Apesar dos esforços promovidos pela entidade estatal com o objectivo de reforçar o sentido comunitário, as questões apontadas na crítica à primeira fase de *New Towns* permaneceram. Isto devido a uma legislação intransigente, a cumprir pela entidade gestora de cada *New Town* que tinha fixado um modelo padrão a executar independentemente do contexto de implantação. É um facto que a grande parte das cidades novas britânicas foram sujeitas a uma realização cuidadosa de modo a que cada uma estivesse dotada do necessário para o quotidiano da sua população. Contudo, estas novas cidades em relação às cidades tradicionais, parafraseando a autora, «(...) muitas vezes não têm a capacidade de responder às necessidades humanas, para além das básicas. As pessoas precisam de contacto humano, sentido de comunidade e de se identificarem com o local onde vivem». ¹⁶¹

Devido às circunstâncias, o planeamento da Cidade Nova de Santo André não ocorreu de forma tão aprimorada como o das *New Towns* britânicas, com um sistema de planeamento organizado e coerente. Do ponto de vista formal, a cidade foi sendo planeada e replaneada nas suas três fases de desenvolvimento devido às vicissitudes pelas quais atravessou e estas determinaram o resultado que hoje nos apresenta.

A actual malha ortogonal estruturante enquadra grandes quarteirões para o desenvolvimento urbano. Esta desenvolve-se linearmente e está apoiada na grande rodovia cuja relação através de um nó rodoviário constitui o único ponto de acesso a esta cidade.

Em paralelo, a cidade estrutura-se internamente através do cruzamento de dois eixos viários, a avenida de Sines com a avenida de Santiago. Ambas distribuidoras para toda a cidade. Contudo, este cruzamento não forma a centralidade desta. As leituras do seu edificado, datado pelas suas características formais e pelo conhecimento adquirido, permitem-nos determinar uma cidade a três tempos porque conforme a redefinição dos objectivos no seu planeamento cada intenção de projecto iniciada não era concretizada na sua totalidade. Desde a primeira edificação – Bairro Azul - para acolher os operários não se revela nesta um ponto marcante ou focal. O actual centro estipulado pelo respectivo plano director, localizado abaixo da avenida de Sines, pela sua característica é o que aparenta representar uma relação centro-cidade. Ainda assim, o ambiente envolvente é acentuado pela amplitude dos terrenos que permanecem expectantes a uma potencial ocupação.

A cidade apresenta-se hoje polinucleada porque o centro nunca foi consolidado. A partir das construções erguidas na primeira fase, a prioridade permaneceu sempre no alojamento da po-

161 Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 75



Fig. 114; 115; 116; 117; 118 e 119 Contexto actual da paisagem urbana de Vila Nova de Santo André

pulação deixando para segundo plano a respectiva infra-estruturação e certos equipamentos de necessidade básica em estruturas improvisadas.¹⁶² A mudança do rumo político e a crise energética na década de 1970 vieram a desencadear uma série de acontecimentos que atrasaram e condicionaram o desenvolvimento da Cidade Nova. Porém, com a mudança veio o projecto da malha estruturante, que hoje se compreende em parte, dotada também de um esquema funcional que compreendia desde o espaço público (passeios, parques, praças, ...) à localização dos equipamentos e serviços de primeira necessidade; deste modo, complementando e aproximando os bairros de habitação existentes e em construção que na altura se encontravam dispersos.

A última alteração no plano de desenvolvimento urbano não permitiu a consolidação do plano prévio. Os novos edifícios de habitação estavam inseridos numa outra perspectiva de desenvolvimento assente na densificação e com a falta do apoio industrial, em que este plano estava afirmado e a par com o fim do GAS este também acabou por não se concretizar. Apesar disto, neste último esforço destacam-se os ensaios realizados na composição cromática nas fachadas dos edifícios. Com o intuito de consolidar a imagem urbana da cidade foram realizados pelo GAS diversos inquéritos a diferentes grupos da população. Em torno destes foi possível elaborar uma série de mapas mentais da cidade¹⁶³ que revelaram uma possível toponímia, as zonas de referência, as zonas mais reconhecidas e os equipamentos mais desejados. A consolidação da toponímia já convencional para as ruas, bairros e zonas veio a confirmar a aceitação do aglomerado por parte da população e experiências como o cromatismo das fachadas apenas veio a ajudar, em exemplo está o Bairro das Panteras.

Durante a nossa estada em Vila Nova de Santo André foi possível presenciar e observar a dinâmica deste pequeno aglomerado que apesar de todas as intenções legítimas e da crescente oferta a nível de equipamentos permanece com o seu espaço urbano por consolidar. O conjunto edificado com as suas fachadas de cores vistosas, formas convencionais marcadas pela experimentação arquitectónica e a apropriação da construção pela população em certos bairros realmente vieram a produzir um enquadramento urbano com alguma diversidade. Ainda assim, a segregação dos equipamentos e dos serviços básicos por zonas acentua o carácter monofuncional destas áreas. A grande parte do perímetro urbano de V. N. de Santo André é residencial e os únicos períodos onde se sente alguma actividade são: no início da manhã (saída de casa para o emprego) e ao final do dia (regresso a casa). A actividade urbana está concentrada em apenas dois pontos: no Passeio das Barcas, Bairro do Pica-Pau, que reúne com a habitação alguns equipamentos e serviços no rés-do-chão (cafés, bares, lojas de vestuário e calçado, a biblioteca, ...); e, a poente, na zona das escolas junto ao parque desportivo.

Noutro aspecto, a relação entre estas zonas de maior actividade não se verifica. A rodovia de ligação a Sines está desproporcionada em relação à cidade e os acessos de ligação entre o sector nascente e o sector poente são limitados e condicionados ao automóvel, cujo único acesso pedonal é atravessando sob uma ponte da via rápida. Este facto pode constituir uma questão delicada visto que as escolas, os equipamentos desportivos e de lazer estão no sector poente e a maior percentagem da habitação no sector nascente.

162 «Muitas das características da qualidade de vida urbana haviam sido colocadas num plano secundário e são dessa data a maior parte dos relatórios que tratam o problema urbano e a qualidade de vida de forma autónoma.»

Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000; p. 82

163 Gabinete da Área de Sines – *Imagem da Cidade Nova de Santo André, Percepcionada pelos Alunos das Escolas*; Banco de Dados, Abril de 1982; Arquivo da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Santo André



Figs. 120; 121; 122; 123; 124 e 125 Contexto do local de intervenção de Laboratório de Projecto

De facto, o grande destaque da cidade de Vila Nova de Santo André está no seu ambiente urbano. Na relação contrastante do espaço público abundante caracterizado pela sua vegetação de pinhal com a baixa densidade da construção. As relações estabelecidas do edificado com o território são incoerentes e de grande dispersão. Daqui podemos antever o potencial de crescimento controlado como forma de preencher o vazio e a vitalidade que lhe falta. Só este facto consistiria, na visão de Ian Nairn, para qualificar a paisagem urbana de V. N. de Santo André de *Subtopia*. Todavia, o que se pode notar cada vez mais neste aglomerado é o reforço de um sentido comunitário que vem sendo demonstrado nos investimentos dos equipamentos (requalificação dos bairros, do parque e do espaço público, a introdução de uma ciclovía, ...) e pelo interesse da população.¹⁶⁴

De uma forma geral, a cidade está organizada num enclave paisagístico verdejante. A quatro quilómetros do mar e a quinze quilómetros de Sines, a cidade referencial pelas razões já desenvolvidas e onde a maior parte dos habitantes dependem da empregabilidade. O ambiente urbano encontra-se num processo gradual de consolidação, ainda assim o mesmo não se pode confirmar em determinadas zonas periféricas como a de indústria ligeira (ZIL) e a de lazer e desporto.

Em particular, a área de lazer e desporto apesar de estar definida quer nos instrumentos de regulação quer no mapeamento mental da população possui dois equipamentos em funcionamento permanente: o novo pavilhão desportivo e o campo relvado. Um outro equipamento de ténis com ginásio tem a sua maior afluência nas épocas sazonais e as piscinas ao lado destes estão desactivadas. O restante espaço, não obstante a sua aparência rústica, tem uma ocupação espontânea e amalgamada com uma profusão de barracos e vedações heterogéneas porque nunca foi elaborado para esta zona um desenho estruturador. Usado apenas por alguns habitantes que se apropriaram de partes deste terreno público para o cultivo de produtos agrícolas. O enquadramento resultante é de uma convivência promíscua nem rural, nem urbana, o típico caso de uma paisagem de *Subtopia*.

No desenvolvimento do projecto de ligação entre cidades, em Atelier de Projecto II, esta área em particular foi apontada como um dos destinos do circuito de transporte público e com os equipamentos existentes estava justificado uma possível proposta de remate desta zona particular da cidade. No entanto, após o entendimento da pequena actividade agrícola que vai ocorrendo perante a tónica da proposta geral, deve-se conciliar estas realidades dicotómicas. Através de um sistema estruturador propõe-se relacionar estes equipamentos urbanos com o potencial da actividade agrícola e clarificar/caracterizar uma zona de transição entre o espaço urbano e o espaço rural (ambiente protegido a poente).

164 Campaniço, Bertolino - *A Expansão Urbanística de Santo André*, O Leme, Jornal 475, Santiago do Cacém, 1ª Quinzena de Dezembro de 2007, p. 8

2. Utopias Suburbanas, dois casos-de-estudo

Contemporâneo aos temas que temos vindo a desenvolver nos parágrafos anteriores foram estudados e analisados duas propostas teórico-formais urbanas, de que se extraíram substância e matéria de apoio à formulação de estratégias e desenvolvimento para os projectos curriculares.

Estas propostas foram desenvolvidas em contextos peculiares (históricos e sociais) e em países diferentes. Nestas foram formulados conceitos e ideias para novas vivências principalmente em cidades novas, em oposição às cidades consolidadas (históricas) que se encontravam em processos de expansão, industrialização e/ou ainda de alterações sociopolíticas. Referimo-nos em concreto aos planos/propostas para cidade de Magnitogorsk (Ivan Leonidov, Grupo OSA; 1930, URSS) e da Broadacre City (Frank Lloyd Wright, 1935), ambos não construídos por razões diferentes.

As características principais destes planos destacam-se, objectivamente, pela configuração linear destes, em malha quadrangular ou rectangular. Devido à configuração linear, estes estão apoiados em grandes vias de comunicação terrestres, ferroviária e rodoviária (a par com outras invenções) e de novas sintaxes formais. Estas novas sintaxes, por sua vez, são diferentes dos princípios das novas cidades-jardim ou até das sintaxes das cidades pré-existentes, estes últimos modelos policêntricos.

Nestas propostas são valorizadas (pelos respectivos autores) as relações entre homem e natureza, as relações sociais e de proximidade e a auto-suficiência de cada nova cidade a construir. Em contrapartida, estes princípios foram retirados aos das Cidades-Jardim de Ebenezer Howard. Nestas propostas estão identificados também o espírito de identidade nacional na sua contextualização histórica, social e política, destacando-se de qualquer referência ou significação em relação às cidades existentes. Estas estavam condenadas ao esquecimento (segundo os autores) e foram os males provenientes que desencadearam a realização destas novas utopias suburbanas. O objectivo destas propostas era o desenvolvimento de uma nova vida e o campo de aplicação seria o espaço natural, rural e suburbano.

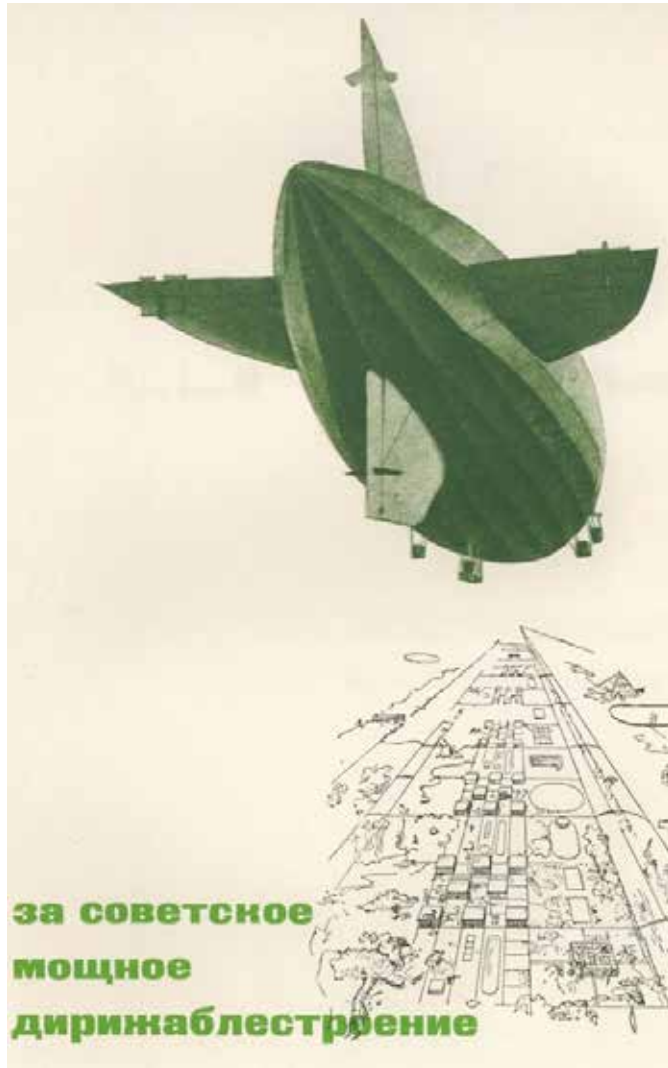


Fig. 126 Cartaz de apresentação do Plano Geral para a cidade de Magnitogorsk

2.1 Plano Geral para a Cidade de Magnitogorsk, URSS (1930)

O plano desta cidade assenta a sua concepção formal nos princípios da cidade linear de Artur Soria y Mata dos finais do séc. XIX.¹⁶⁵ Esta concepção inseriu-se dentro do espírito inventivo da época, comum a todos os países, e foi um reflexo das mudanças sociais no advento da segunda etapa da Revolução Industrial.¹⁶⁶

O plano para a nova cidade de Magnitogorsk (desenvolvido por Ivan Leonidov do Grupo OSA) foi apresentado para o concurso público de 1930. Esta proposta tratava o desenvolvimento urbano (e de ligação) do novo pólo industrial metalúrgico e químico através do espaço rural e natural numa extensão de cerca de vinte e cinco quilómetros. Esta nova extensão (a norte do Vale dos Montes Urais) ligaria o pólo industrial às fazendas agrícolas estatais que estavam destinadas à colectivização, inseridas no plano de desenvolvimento e modernização industrial/urbana. Este plano seria o mais ambicioso (e mais significativo) de um conjunto de novos assentamentos urbanos previstos.¹⁶⁷

Devido ao enquadramento histórico deste caso-de-estudo faremos agora uma abordagem geral do contexto russo pós-revolução.¹⁶⁸ Neste âmbito descrevem-se as ideias do construtivismo, do condensador-social, da standardização científica e do “desurbanismo”. Em associação a estas ideias estão os conceitos sociopolíticos e da ambição de um novo modo de vida, a par com as polémicas e debates que foram ocorrendo durante as décadas de 1920 e 1930.

No contexto pós revolucionário e das alterações político-sociais russas, a principal ênfase da política soviética socialista era a de um novo modo de vida captando as atenções de todos os estratos sociais e intelectuais. No espírito do *Proletkult* - cultura proletária - as artes entraram na revolução de forma integral. Nestas dominavam a invenção de novas formas de concepção e de composição sendo neste processo criativo o principal desafio dos artistas que, em torno, se associaram no sentido da uniformização das ideias.

A criação de novos sistemas de ensino e movimento esteve em sintonia com o espírito social socialista. Na década de 1920 foram criados o Instituto da Cultura Artística – *Inkbur* – e os Ateliers Técnicos Artísticos Superiores do Estado – *vKhutemas* -, este último fundado em 1923 por Nikolai

165 A cidade linear, como modelo, tinha sido concebida pelo arquitecto Artur Soria y Mata em finais do séc XIX e construído como bairro experimental na periferia de Madrid. A cidade linear está ligada em muitos aspectos à questão do transporte, pelo motivo da crescente importância do sistema viário no planeamento da cidade. Embora, na concepção inicial de A. Soria y Mata ter estado ligado ao movimento higienista e de igual forma à questão dos bairros operários. A. Soria y Mata acreditava que a sua cidade se poderia estender pelo território ligando-se umas às outras, e até diferentes países numa grande rede urbana.

Chueca Goitia, Fernando - *Breve história do urbanismo*; Editorial Presença, Lisboa (1982), 9ª Edição, 2014; p.155

166 Curtis, William JR – *Arquitectura Moderna, Desde 1900*; tradução Alexandre Salvaterra, Porto Alegre (Brasil), Bookman, 2008, 3ª Edição; p. 241

167 Gozak, Andrei (Ed) - *Ivan Leonidov, The Complete Works*; Nova Iorque (EUA); Rizzoli International Publications Inc, 1988; p.87

168 A ineficácia na liderança do império russo pelo Czar Nicolau II perante as diversas adversidades da época (Segunda Guerra Mundial, más condições do sector agro-industrial, aumento da pobreza) teve como consequência a deposição deste e a alteração do regime político do país. Após a Revolução de Outubro de 1917 foi instaurado um novo governo liderado pelo Partido Bolchevique (encabeçado por Vladimir Lenine). Este novo governo tinha como base as ideologias sociais de Karl Marx e almejava a transformação da sociedade através da abolição das diferenças entre classes sociais.

New World Encyclopedia contributors - *Russian Revolution of 1917*, 21 Julho 2015, [Consultado a 13 Dezembro de 2016]; Disponível em: «http://www.newworldencyclopedia.org/p/index.php?title=Russian_Revolution_of_1917&oldid=989573»



Fig. 127 Alunos e professores da escola *vKbutemas* nas Workshop's a trabalhar



Fig. 128 Capa de uma das edições da Revista SA



Fig. 129 Membros do Grupo OSA

Ladovsky (membro do *Inkbur*). Na fase inicial, através da procura de influências técnico artísticas, a generalidade dos artistas russos apoiaram-se no movimento italiano do futurismo para iniciar o que seria a corrente do construtivismo (ou produtivismo) russo em 1919.

Em simultâneo com estas iniciativas, todos os arquitectos foram-se reunindo e organizando em diversas associações até estas serem dissolvidas em 1933 «(...) e todos os arquitectos (...) reunidos numa organização mental dirigida de cima (...)».¹⁶⁹ Entre as diversas organizações distingue-se a associação ASNOVA - Associação dos Novos Arquitectos – fundada em 1923. Esta defendia na sua metodologia o uso da intuição em prol da aplicação pura do funcionalismo que era baseado em parte nas teorias da *Gestalt*. Queria isto dizer que «(...) as formas arquitectónicas não deviam seguir passivamente os problemas técnicos e sociais (...) A arquitectura soviética devia ser uma “síntese dialéctica” dos factores económicos, técnicos, plásticos e ideológicos.».¹⁷⁰ Contudo, diante das formulações da associação houve elementos que discordaram com os factores plásticos e económicos. Estes membros da associação eram contrários à doutrina marxista estabelecida – porque esta descartava o factor plástico – e em resultado desmembraram-se.

Pouco tempo depois, este pequeno colectivo formou o Grupo OSA – União dos Arquitectos Contemporâneos – em 1925. No início o grupo era composto somente por arquitectos, posteriormente começou a admitir profissionais de outras áreas como a sociologia e a engenharia. A intenção era de formar um novo profissional que fosse: sociólogo, político e (por último) técnico. Por seu lado, este grupo foi o mais relevante no panorama técnico, artístico e arquitectónico desenvolvendo novos conceitos, estando entre estes o do condensador-social e o do “desurbanismo”.

Com o intuito de divulgar estes novos conceitos o grupo OSA lançou também a principal revista de arquitectura – *Sovremennaya Arkitektura (SA)*. (Fig. 128) Esta publicação periódica esteve dedicada à prática arquitectónica e nesta a incorporação de métodos científicos. A pretensão do grupo não foi a de condescender com os formalismos da *vKhutemas* – ainda sobre a influência de N. Ladovsky -, nem com a cultura produtivista do *Proletkult* mas sim a “condensação social”.¹⁷¹ Esta ideia consistia na sobreposição de funções e na reunião das classes sociais num determinado espaço, presente em equipamentos (como o clube dos trabalhadores) ou na habitação comunitária. A pretensão do grupo era, então, de estimular a acção social e não de a ditar.¹⁷²

Das associações referidas apenas uma foi responsável pela desagregação do Grupo OSA, a VOPRA – Sociedade Pan Russa de Arquitectos Proletários.¹⁷³ Esta associação (criada em 1929) era composta por elementos do proletariado que defendiam uma posição conservadora. Nesta, os membros da VOPRA reivindicaram o monopólio da ortodoxia marxista criticando o oportunismo idealista (e do pequeno-burguês) a par de outras significações.

Todavia, o Grupo OSA não deixou de ter estado na vanguarda estético-política a par com artistas como El Lissitzky. Este grupo construtivista procurou associar o idealismo socialista às artes

169 Zevi, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*; Editora Arcádia, Lisboa, Portugal (1970), 1ª Edição, 1970; p. 184

170 Zevi, Bruno, *op. cit.* p.185

171 Era entendido por “condensador-social” as casas colectivas, os clubes operários, os teatros e demais edifícios que reunissem um certo número de pessoas e actividades. De modo a estimular a interacção entre os vários grupos sociais.
«Programatic layering upon vacant terrain to encourage dynamic coexistence of activities and to generate through their interference, unprecedented events.»
Koolhaas, Rem - *Content*, Koln (Alemanha), Editora Taschen; 2004; p. 73

172 Frampton, Kenneth – *História Crítica da Arquitectura Moderna*; São Paulo (Brasil), Martins Fontes, 1997, 1ª Edição, p. 210

173 Zevi, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*; Editora Arcádia, Lisboa, Portugal (1970), 1ª Edição, 1970; p. 186

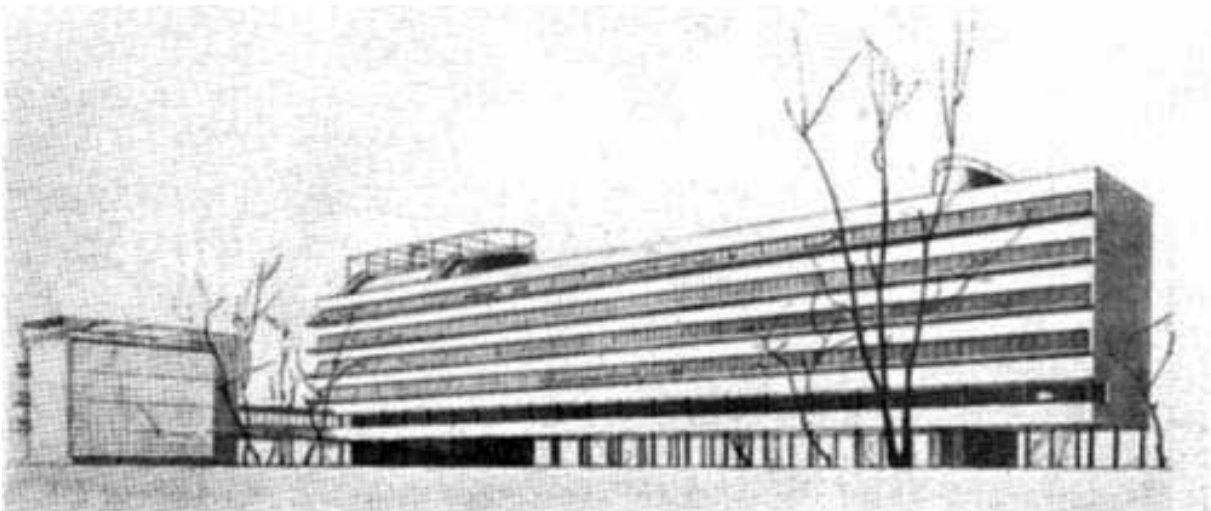


Fig. 130 Dom Narkomfim, AA. I. Milinis e M. Ginzburg, Moscovo,1930

em geral e em particular à arquitectura em todas as suas dimensões. O resultado foi a tradução da aclamação do novo governo nas representações figurativas (pintura e escultura) e nas edificações estatais.

Os construtivistas negaram uma arte pura e tentaram a negação de que esta era uma criação humana. Eles pretendiam encontrar no método funcional a expressividade, que a arte e as obras fossem úteis e não apenas estético-funcionais. No espírito da época (*zeitgeist*¹⁷⁴) a outra intenção deste grupo era de substituir nas artes a tradição clássica pela cultura da máquina. O ideal do grupo seria então a arte e a arquitectura unificadas, expresso numa “arquitECTURA prática”. Pretendiam que esta não fosse superior às outras artes mas que todas estas tivessem a mesma validade. Este sentido de equidade era uma característica adoptada do socialismo e estava definida no primeiro ponto do construtivismo.¹⁷⁵

O «condensador da vida social» apresentado na revista SA (já referido) demonstrava uma forma de conceber a arquitectura por uma via que levava em conta principalmente a relação desta com as actividades humanas no espaço e na história. «(...) declaramos que na época da construção do socialismo, o papel da arquitectura é sobretudo o de inventar novos tipos de arquitectura, novos condensadores da vida social.»¹⁷⁶

O grupo procurou desta forma promover bases teóricas que fornecessem a mudança que reivindicavam, ao mesmo tempo que desenvolviam as formas urbanas do futuro. Os investigadores, como Moisei Ginsburg (1892-1946), convictos do modo de vida colectiva em comunidade procuraram encontrar os «(...) instrumentos arquitectónicos da nova cultura socialista. (...) a natureza do trabalho do arquitecto contemporâneo surge modificada radicalmente, pela consciência que ele tem. De que a sua tarefa não consiste em seguir ordens particulares, senão criar standards arquitectónicos capazes de organizar novas casas e novas cidades e em aperfeiçoá-las continuamente em harmonia com a marcha geral da produção e com o nível alcançado pela técnica construtiva nacional e internacional (...)».¹⁷⁷

Em simultâneo com o desenvolvimento das novas formas arquitectónicas, os planos urbanísticos passaram a traduzir uma ideia de dispersão da população. Esta ideia tinha presente a eliminação da dicotomia cidade/campo por meio da aproximação dos espaços rurais e urbanos. Várias experiências urbanas soviéticas foram influenciadas pelas cidades-jardim. Estas experiências eram dirigidas à população de baixos rendimentos através de projectos de bairros compostos por apartamentos individuais com cozinhas comunitárias e equipamentos públicos agregados. Aqui foram aplicados os conceitos do “condensador social” e da standardização numa produção em larga escala. Como se nota no exemplo do edifício *Dom Narkomfm* (Moscou, 1928/1932), da autoria de M. Ginsburg e I. Milinis, entre outros projectos e propostas destes autores com os respectivos colaboradores.¹⁷⁸ (Fig. 130)

174 Montaner, Josep Maria – *Arquitectura e crítica*, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, Espanha (2007), 2ª Edição; p. 47

175 AAVV – *Textos de Arquitectura de la Modernidad*, Editorial Nerea SA, Madrid Espanha (1994), 2ª Edição, Setembro de 1999; p. 232

176 Kopp, A. apud. Matias, Iraldo Alberto - *Projecto, Utopia e Revolução: Introdução ao debate entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” Soviéticos*; Artigo publicado na *Revista Contra a Corrente*, ano 2, nº3, pp. 58-63: Abril de 2010 [Consultado a 21 Novembro de 2016] Disponível em: «http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910»

177 Ginsburg, Moisei apud. Rodrigues, José Manuel (Ed.) – *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, Outubro de 2010; p. 152-155

178 No grupo de colabores encontrava-se o arquitecto Ivan Leonidov. Autor coordenador do caso-de-estudo que se desenvolve. Lucarelli, Fosco – *The Narkomfm Building in Moscow (1928-1929): a Built Experiment on Everyday Life*, 12 Abril de 2014 [Consultado em: 23 de Dezembro de 2016]; Disponível em: «<http://socks-studio.com/2012/07/14/mikhail-okhitovich-and-the-disurbanism/>»

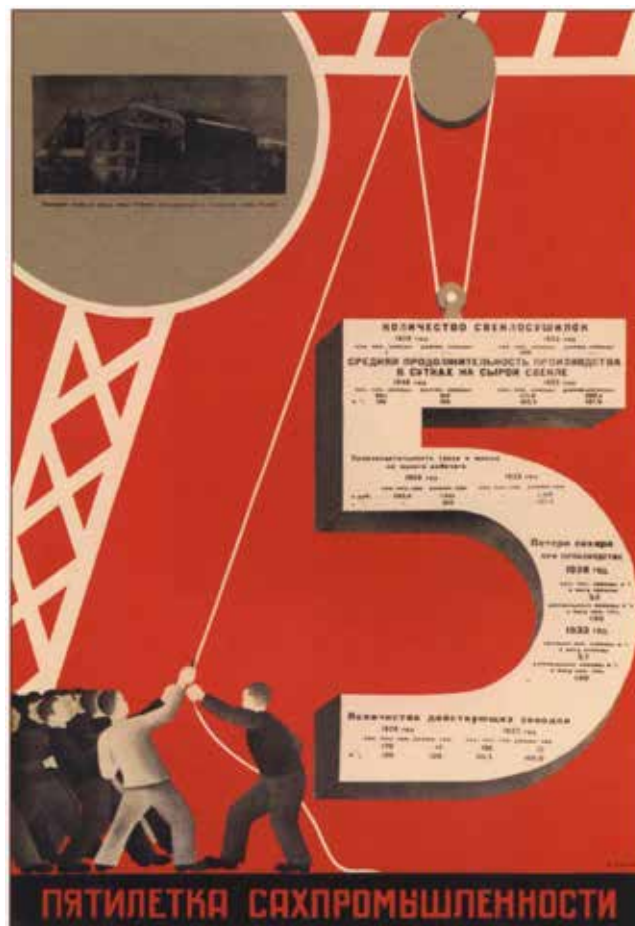


Fig. 131 Um dos cartazes de propaganda aos Planos Quinquenais.

Em paralelo foram lançados os planos urbanísticos soviéticos. O Grupo OSA defendia as ideias (já referidas) da dispersão da população e eliminação da dicotomia cidade/campo num princípio que o colectivo entendeu como “desurbanismo”. Este estava (de acordo com o grupo) dentro dos ideais socialistas e socializantes, mais tarde o princípio veio a ser questionado pelos arquitectos/urbanistas da facção mais conservadora do regime.

Não obstante a esta interpelação acerca das ideias do Grupo OSA na reconstrução da vida urbana, o colectivo inclinou-se a defender pontos de vista utópicos (e mais tarde polémicos) como o “desurbanismo”. Num editorial da revista SA (publicado em 1930) intitulado «Pelo Desurbanismo» este referia:

«(...) exige-se que sem um profundo estudo das condições de vida, sem um sério e concreto conhecimento das tendências do desenvolvimento económico de uma determinada região, não é possível transformar a família do tipo patriarcal ou pequeno-burguesa em utilizadora do novo habitat socialista.»

179

O cenário social, económico e político soviético foi alterado com a morte de Lenine em Janeiro de 1924 e teve grande impacto na cultura e nas artes. A partir da década de 1930 deixou de existir a exuberância das ideias surgidas no período pós-revolucionário (1917 a 1924). A maior parte dos artistas afastaram-se dos debates sobre espaços e utopias. O Grupo OSA manteve-se activo até ao início da década de 1930 reunindo grande parte dos arquitectos do construtivismo, como os irmãos Vesnin, M. Ginsburg, I. Leonidov, entre outros. O colectivo foi mantendo também a revista SA que se encontrava à época bastante difundida e contou com colaboradores estrangeiros como Le Corbusier.

O ambiente económico e social foi transformado com a implementação dos planos quinquenais a partir de 1928. (Fig. 131) Com estes planos veio um intenso programa de industrialização que seria implementado com base no planeamento económico. Foram construídas indústrias em todo o país que, em torno, aumentou consideravelmente o número de operários. De modo a terminar com a desigualdade social tomaram-se medidas como a nacionalização da terra e a expropriação de grandes edifícios revertendo ambas para o domínio público.¹⁸⁰

Perante o contexto soviético as utopias político-económicas dos primeiros anos do urbanismo adoptaram formas e técnicas diferentes daquelas que foram debatidas à época no restante contexto europeu.

No desenvolvimento em curso do regime comunista o planeamento esteve nas metas do estado. A lei de 1922 (abrangente ao território soviético) obrigou à planificação urbanística das cidades. Contudo, ao urbanismo soviético não tinha sido implementado um grande projecto em concreto, assim como até 1926 não foi abordado a questão da cidade socialista. Apesar de a arquitectura ter sido o tema central na produção estética soviética desde 1917 é o plano (de acordo com A. Kopp) que vai abrir espaço para implementar um urbanismo «inteiramente novo». Os

179 Cecarelli apud. Miguel, Jair Dinis – “Estilo e Época”: Por uma teoria arquitectónica do construtivismo soviético, III Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP, 2007 [Consulta: 24 Março 2017]; Disponível em: «<http://www.unicamp.br/chaal/cha/atas/2007/MIGUEL,%20Jair%20Diniz.pdf>»

180 A Colectivização Agrícola foi uma medida adoptada (e forçada) pelo regime no âmbito do Plano Quinquenal nos finais dos anos 20 que teve como principal objectivo suprimir a monopolização agrícola privada. A preponderância das fazendas familiares (kulaks) acarretava a discrepância entre fazendeiros como também facilitava a especulação por parte destes aos seus produtos. O regime procedeu à supressão das fazendas privadas e ao estabelecimento de fazendas colectivas (kolkhoz) e fazendas estatais (sovkhoz). A transição gerou controvérsia ao levar ao exílio, prisão, execução e morte pela fome de muitas famílias que não pretenderam colaborar marcando o período de 1928 a 1940 como um dos períodos mais violentos do Regime Comunista.
Encyclopedia of Russian History - *Collective Farm*, [Consultado a 26 Dezembro de 2016]; Disponível em: «<http://www.encyclopedia.com/plants-and-animals/agriculture-and-horticulture/agriculture-general/collective-farm#1G23404100270>»

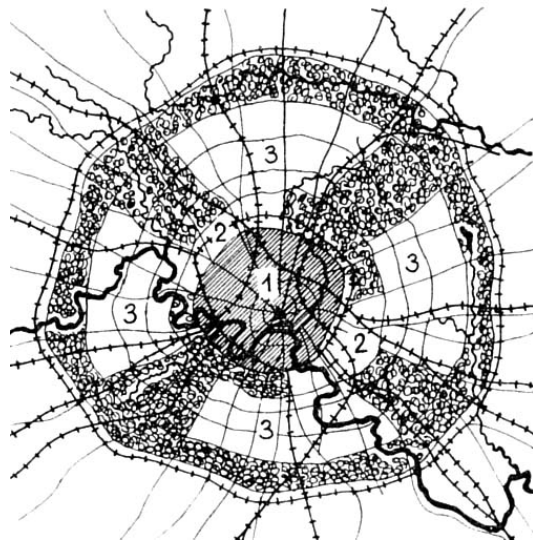


Fig. 132 Diagrama do plano desurbanista «Moscovo Verde»

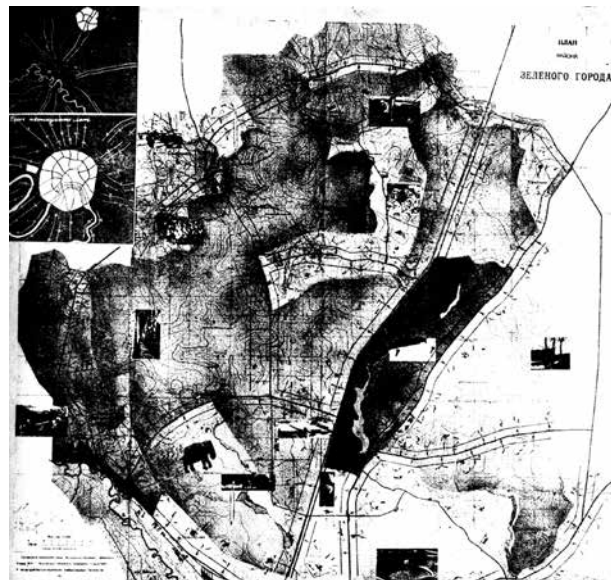


Fig. 133 Plano «Moscovo Verde», M.Ginsburg e MO Barshch

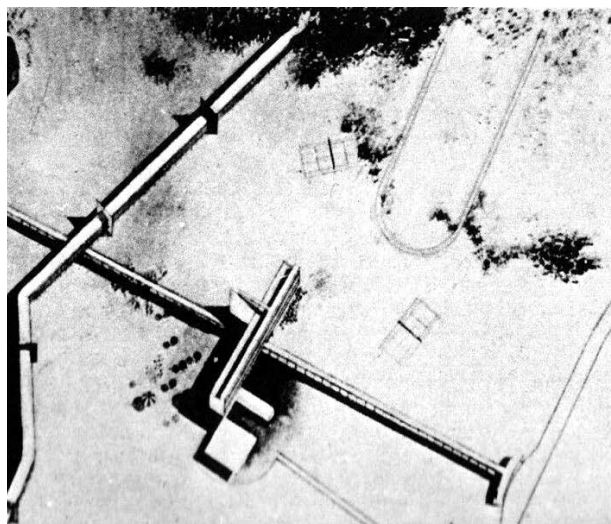


Fig. 134 Pormenor de um dos edifícios do plano

arquitectos (e urbanistas) começam a questionar a natureza socioeconómica (e o carácter capitalista) das cidades ocidentais, postulando um novo tipo de assentamento coerente com as «*novas relações sociais*».¹⁸¹

Os debates polémicos entre “urbanistas” e “desurbanistas” acentuaram-se quando foi lançado o programa para a reestruturação da capital Moscovo. (Fig. 132) Este programa acabou por requerer uma significativa representação de projectistas europeus de modo a ir de encontro à «*concepção da cidade socialista*».¹⁸² Entre estes estiveram: Ernst May, Hannes Meyer, Martin Wagner, Mart Stam, André Lucart e outros. Além destas personalidades redigirem os estudos e planos para a modificação de pequenas cidades existentes ajudaram também à fundação de cerca de 60 cidades novas (entre estas Magnitogorsk e Orsk).

Ainda sobre o programa urbanístico para Moscovo debateu-se o tema “Moscovo Verde” após a tomada de conhecimento do princípio “desurbanista” do Grupo OSA. (Fig. 133) Neste reuniram-se para esta proposta questões de influência modernista¹⁸³ como a baixa ocupação de território e a *tabula rasa* (demolição total da cidade). Ainda assim, esteve presente a intenção de manter apenas os edifícios mais significativos como: o Kremlin, a catedral de S. Basílio e o Mausoléu de Lenine. Este idílico bucólico (e anti urbano) de M. Ginsburg e M. O. Barshch (membros OSA) foi contraposto com uma lógica funcionalista da metrópole moderna. A destruição da cidade histórica constituía o prelúdio a este plano de reconstrução de uma cidade de alta densidade articulada por duas grandes artérias principais (o eixo “administrativo” Norte/Sul e o eixo “cultural” Este/Oeste) sobre os bairros “cartesianos”.

No entanto, os “desurbanistas” orientados pelas temáticas de K. Marx e F. Engels a respeito da dicotomia entre cidade e campo recusaram qualquer concepção que procurava a reforma das cidades tradicionais nos modelos socialistas. Para estes, esta maneira de enfrentar tais contradições baseava-se «*numa aritmética demasiado primitiva: aqui se recorta, aqui se cola, isto, evidentemente, levará à nivelção, mas os centros urbanos continuam existindo*».¹⁸⁴ Posto isto, os “desurbanistas” recusaram-se a ser «*(...) os cirurgiões da cidade capitalista a agir somente à custa de arranjos parciais e de modificação quantitativas*».¹⁸⁵ Este grupo colocou em causa a própria cidade na sua globalidade. Mikhail Okhitovich (considerado o principal teórico do “desurbanismo”) afirmou literalmente:

«*A cidade deve perecer nas ruínas do modo de produção capitalista, porque a cidade era uma necessidade da sociedade capitalista de mercadorias. Estas necessidades desaparecerão, a própria cidade desaparecerá, enquanto produto destas. A cidade é a forma, a condição das relações sociais desta sociedade.*»¹⁸⁶

181 Kopp, A. apud. Matias, Iraldo Alberto - *Projecto, Utopia e Revolução: Introdução ao debate entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” Soviéticos*; Artigo publicado na *Revista Contra a Corrente*, ano 2, nº3, pp. 58-63: Abril de 2010 [Consultado a 21 Novembro de 2016] Disponível em: «http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910»

182 Delfante, Charles; *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*; Lisboa, Instituto PIAGET 1997; p. 359

183 Gravagnuolo, Benedetto – *La progettazione urbana in Europa, 1750-1960*, Editori Laterza Bari, Itália, 1991; p. 277

184 Kopp, A. apud. Matias, Iraldo Alberto - *Projecto, Utopia e Revolução: Introdução ao debate entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” Soviéticos*; Artigo publicado na *Revista Contra a Corrente*, ano 2, nº3, pp. 58-63: Abril de 2010 [Consultado a 21 Novembro de 2016] Disponível em: «http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910»

185 Kopp, A. apud. Matias, Iraldo Alberto, *op. cit.*

186 Okhitovich, Mikhail apud. Matias, Iraldo Alberto - *Projecto, Utopia e Revolução: Introdução ao debate entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” Soviéticos*; Artigo publicado na *Revista Contra a Corrente*, ano 2, nº3, pp. 58-63: Abril de 2010 [Consultado a 21 Novembro de 2016] Disponível em: «http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910»



Fig.135 Esquema de desenvolvimento do plano, do lado este dos montes Urais circundado pelos seus lagos

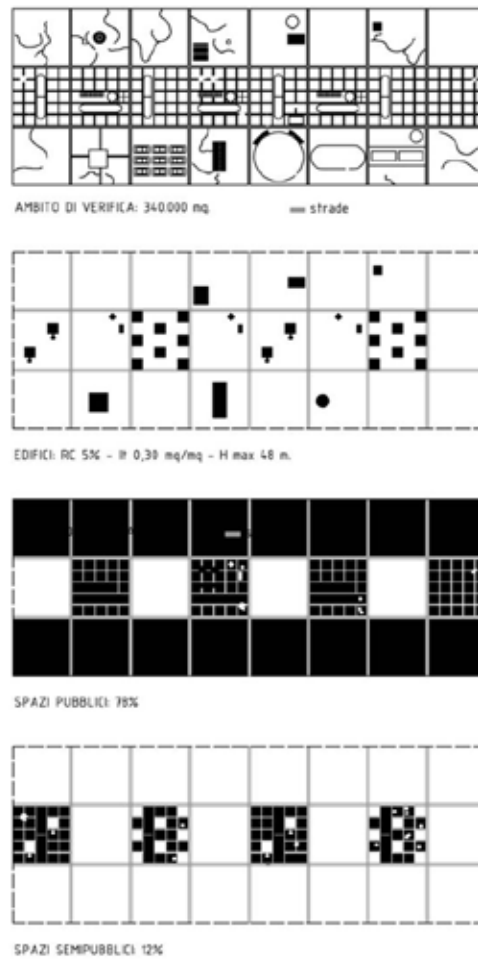


Fig.136 Esquema viário, densidade de construção, percentagem do espaço público e habitação comunitária

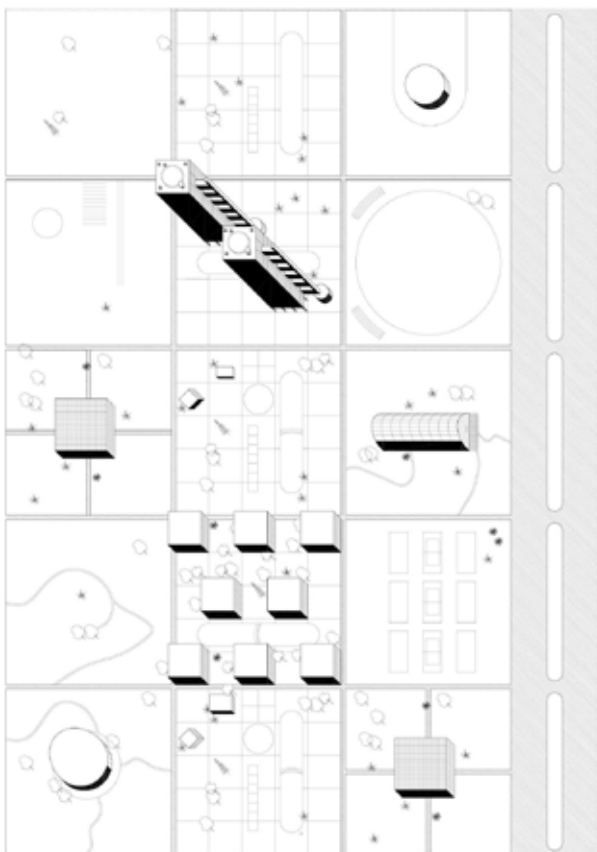


Fig.137 Secção do plano de Magnitogorsk

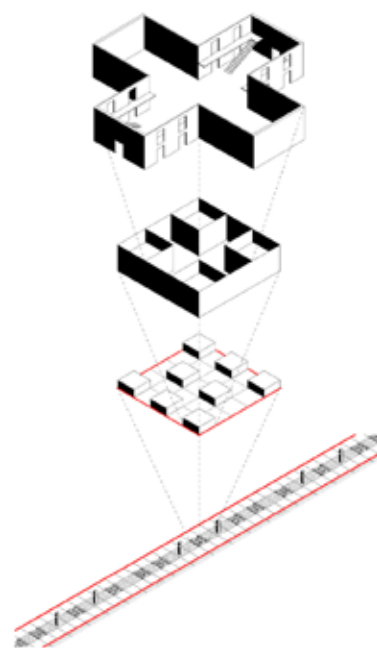


Fig.138 Esquema da subdivisão da malha, da escala do plano às casas comuna

M. Ginsburg e M. O. Barshch no projecto para a reconstrução da capital compararam a cidade a um doente e as restantes reformas urbanísticas a um recurso fraco consistindo apenas em construção de cidades de repouso. O que os “desurbanistas” propunham era, basicamente, um ordenamento territorial (e de produção) descentralizado através de «*unidades económicas regionais*».¹⁸⁷ Estas estender-se-iam ao meio urbano e rural de forma a acabar com o antagonismo existente e, desta forma, é que criar-se-iam as bases para as novas formas de assentamento humano. Em torno, garantiriam também uma maior qualidade de vida para os trabalhadores quer rurais quer urbanos combatendo o isolamento (e envelhecimento) do campo e aproximando os operários fabris à natureza.

Os autores do projecto “desurbanista” da cidade industrial de Magnitogorsk (posteriormente não aprovado pelo governo soviético) defendiam este princípio, da proximidade do operário com a fonte das matérias-primas, de energia e com o consumo. Para além deste princípio, defendiam também a utilização de materiais locais e de construção desmontável que favorecesse uma mobilidade contra o imobilismo da vida nos grandes centros urbanos.¹⁸⁸

Neste esquema, o desenvolvimento do sistema de transportes tinha um papel fundamental. Este assentamento teria uma forma linear através de três “bandas de colonização” (Fig. 137) numa distribuição territorial dentro de um traçado ortogonal. Por sua vez, este traçado seria por eixos de serviços em intervalos regulares que garantissem a dispersão populacional e produtiva. Todos constituíram os fundamentos de um «*modo de organização socialista do espaço (...) numa descentralização orgânica em oposição à divisão técnica e social do trabalho.*»¹⁸⁹

Portanto, o plano proposto pelo grupo OSA (com Ivan Leonidov como líder da equipa) é a tradução formal das intenções até agora descritas. Esta proposta consistiria (como foi referido) numa cidade linear ao longo de uma extensão de vinte e cinco quilómetros. (Fig. 135) Esta extensão teria como suporte uma rota de comunicação que ligaria o pólo industrial até às fazendas agrícolas estatais e estaria disposta num padrão modular de base quadrada. (Fig. 138) A paisagem e a urbanização seriam reconciliadas com todas as funções construídas e estas construções distribuídas num ambiente natural de baixa densidade, numa referência directa às teorias “desurbanistas”. (Fig. 136)

Na faixa central da cidade encontrar-se-iam os edificios residenciais. Estas construções seriam constituídas por torres de vidro alternadas com estruturas baixas situadas em zonas verdes e desfasadas umas das outras de modo a proporcionar a melhor exposição ao ar e à luz solar. Os edificios públicos e os espaços de lazer tomariam diferentes formas, distribuídos livremente numa das faixas laterais e localizados conforme o módulo quadrado da malha.

Na habitação, as casas colectivas de dois pisos seriam projectadas para dezasseis pessoas com um grande espaço de serviço comum na forma de uma cruz central. Enquanto os espaços privados estariam localizados nos cantos em grupos de dois.

A praça é o princípio geométrico da malha reticular que organiza todo o projecto/plano. Como tal, este princípio abrange todas as escalas desde a habitação ao contorno da cidade. Através deste princípio este modelo permaneceria disponível a um aumento por meio da adição de outros quadrados.

187 Okhitovich, Mikhail apud. Matias, Iraldo Alberto- *Projecto, Utopia e Revolução: Introdução ao debate entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” Soviéticos*; Artigo publicado na *Revista Contra a Corrente*, ano 2, nº3, pp. 58-63: Abril de 2010 [Consultado a 21 Novembro de 2016] Disponível em: «http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910»

188 Okhitovich, Mikhail apud. Matias, Iraldo Alberto, *op. cit.*

189 *Ibidem*

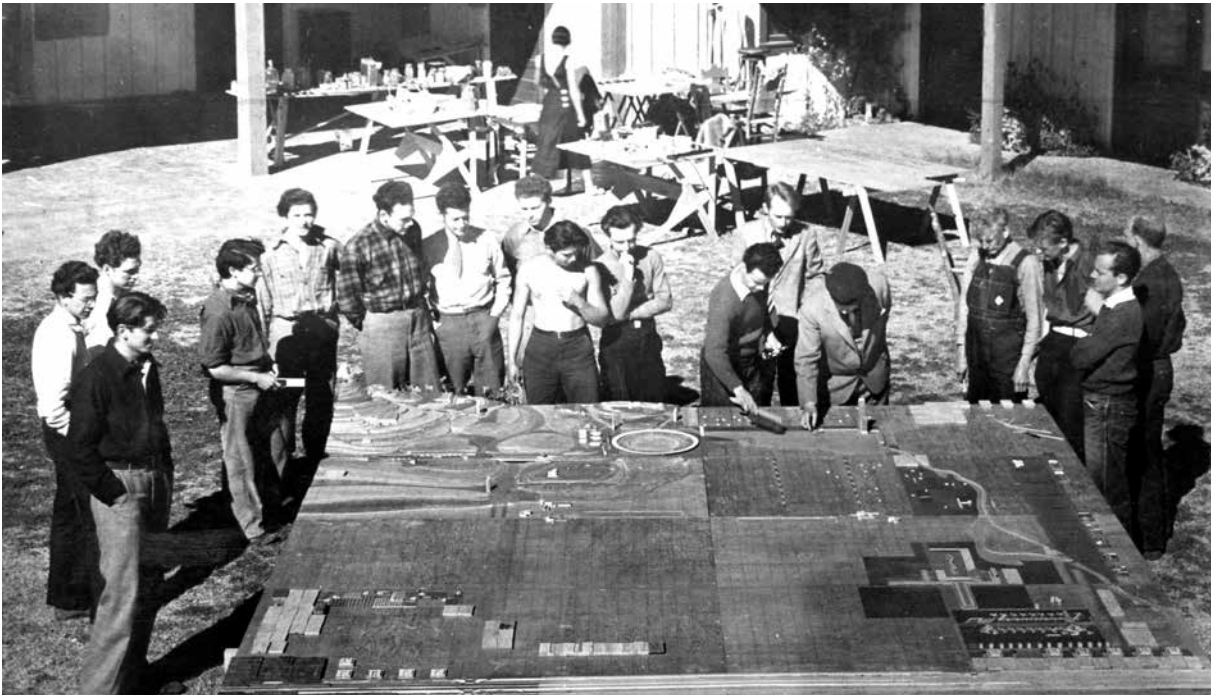


Fig.139 Frank Lloyd Wright na construção da maquete com os seus alunos

Contudo, qualquer adição estaria condicionada pela lógica do sistema prévio. Quer isto dizer que as novas adições teriam de seguir o princípio *standard* que já estava definido no sistema, conforme uma lógica matemática de múltiplos e submúltiplos.

2.2 *Broadacre City*, EUA (1935)

A proposta da *Broadacre City* do arquitecto americano Frank Lloyd Wright é trazida aqui como contraponto ao plano da cidade de Magnitogorsk. A descrição desta proposta surgida em 1958 na publicação da obra *The Living City* da autoria do arquitecto. Porém, a ideia da *Broadacre* não seria inédita pois a definição desta já teria surgido antes, em 1932, no livro *The Disapearing City*¹⁹⁰ também da autoria do mesmo.

Este plano consistia numa cidade imaginada na pradaria suburbana. A proposta concebida por este arquitecto surgiria em oposição às cidades modernas da sua época. A cidade de referência foi Chicago que F. L. Wright tão bem conhecia e contestava. Esta foi vivenciada pelo arquitecto em todos os desenvolvimentos artísticos, construtivos, tecnológicos, sociais e na época a segunda maior cidade do país.

Na concepção de cidade de F. L. Wright os tópicos principais foram a descentralização e a baixa densidade como forma de minimizar ao máximo os impactos da cidade na paisagem natural. Esteve associado também nesta concepção a sua visão humanista pela percepção que o autor tinha da grande urbe. Esta visão é contextualizada na abordagem a este caso-de-estudo devido ao percurso de vida do próprio autor, cujos valores e ensinamentos quis transmitir na sua proposta.

Para F. L. Wright, a cidade enredada pela máquina tinha perdido a essência interna e reflectia-se nos cidadãos a falta desta essência. Estes tinham perdido as suas referências e alterado (na visão do arquitecto) a forma de estar para uma posição mais adequada ao espírito industrial assente na produção, rentabilização e multiplicação; devido à grande cidade industrializada ter abandonado o valor da terra «(...) enquanto apanágio do homem, ou do homem enquanto herança fundamental da terra, tornam-se-lhes agora estranhos e incompreensíveis nas grandes cidades (...)».¹⁹¹

Por conseguinte foi a grande cidade industrial com todas as atracções provenientes que levou a uma crise de valores e ao esquecimento do verdadeiro valor do ser humano. F. L. Wright afirmou que «(...) a felicidade do cidadão convenientemente urbanizado, consiste em aglutinar uns aos outros dentro da desordem, iludido como é pelo calor hipnótico e pelo contacto com a multidão. A violência e o rumor mecânico da grande cidade agitam a sua cabeça urbanizada (...)».¹⁹²

A personalidade de F. L. Wright também vinha carregada com uma história subjectiva, partidária e plena de egotismo na qual a necessidade consistia em saber separar os excessos de propaganda e isolar as observações mais significativas. Este arquitecto foi um revolucionário e opositor da moral utilitária da sociedade da época e à educação académica tradicional ou moderna.¹⁹³

190 Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p. 235

191 Choay, Françoise, *op. cit.* p.235

192 Wright, Frank Lloyd apud. Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ª Edição; p.236

193 Zevi, Bruno - *História da Arquitectura Moderna Vol. II*; Editora Arcádia, Lisboa, Portugal (1970), 1ª Edição, 1970; pp. 488-491

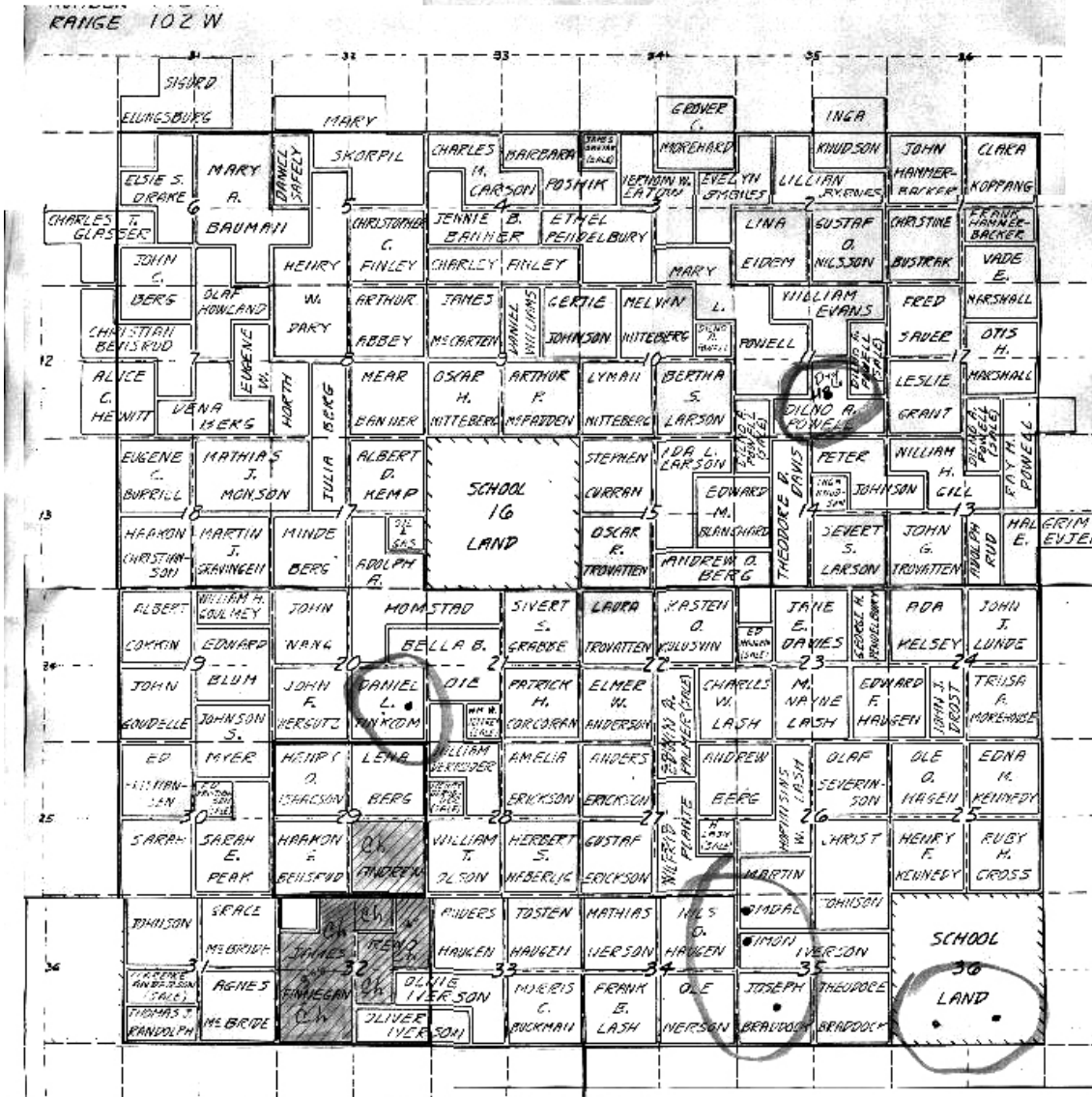


Fig.140 Subdivisão da cidade de Moline nos Estados Unidos segundo o princípio do Homestead

HOMESTEAD.

Land Office at *Brownville, Neb*
January 20th 1868.

CERTIFICATE, } (APPLICATION,
No. 1 } No. 1

It is hereby certified, That pursuant to the provisions of the act of Congress, approved May 20, 1862, entitled "An act to secure homesteads to actual settlers on the public domain,"

Daniel Gorman has made payment in full for *SW 1/4, NW 1/4, SE 1/4, and SW 1/4 of T. 67 N. of R. 102 W.* of Section *26* in Township *fourth N* of Range *five (5) E* containing *160* acres.

Now, therefore, be it known, That on presentation of this Certificate to the COMMISSIONER OF THE GENERAL LAND OFFICE, the said *Daniel Gorman* shall be entitled to a Patent for the Tract of Land above described.

Wm. M. Ottinson Register.

Fig.141 Exemplo do certificado de atribuição de um Homestead

«(...) uma arquitectura orgânica implica uma sociedade orgânica (...) onde não existe para o homem um sistema justo de vida concordante com o seu desenvolvimento e capaz de torna-lo melhor, não creio que haja esperança para uma boa arquitectura.»¹⁹⁴

Para F. L. Wright, a vida e a arquitectura eram os pilares estruturais da existência humana não condizentes com as más construções (ou fragilidades dessas estruturas) e com a cidade. No que lhe concerne, a cidade teria que ser orgânica, proporcionar ao individuo a plenitude da sua existência e dos seus sentidos.

Apesar de toda a sua prosa teórica encontra-se na obra do arquitecto (e neste plano) a procura de um sentido de identidade nacional. Esta intenção provinha da influência familiar no seu crescimento e da aprendizagem da história norte-americana.

No contexto histórico norte-americano, a população tomou conhecimento – no início do séc. XIX – das ideias do então presidente Thomas Jefferson (1743-1826) para uma nova república.¹⁹⁵ A visão de T. Jefferson para os Estados Unidos foi a de uma nação agrícola (à sua época e condições) de pequenos agricultores. Este visionário também associou as grandes cidades à execração humana pelo facto de alterarem o modo de vida rural/campestre da população para esta se dedicar à manufactura. Ao pensamento de F.L. Wright esteve subjacente então a visão de T. Jefferson – *Jeffersonian Ideal* – e certos princípios de identidade nacional desta, estando nas suas formulações urbanas uns princípios mais vincados que outros. Referimo-nos aqui ao princípio do *Homestead* que tinha sido convertido na *Homestead Act* em 1862.¹⁹⁶ (Fig. 140)

Segundo esta acta, o Estado americano diminuiria o crescimento demográfico que se registava à época nas grandes cidades através de uma política de distribuição das terras regulando a ocupação humana. De acordo com esta legislação seria concedido a determinado requerente um terreno de 160 acres de terras devolutas.¹⁹⁷ (Fig. 141) Deste modo estaria controlada a rápida e extensa expansão urbano-industrial.

Ainda assim, a partir deste contexto surgiu também no séc. XIX o movimento para a preservação da natureza.¹⁹⁸ Os preservadores norte-americanos propuseram áreas de conservação do ambiente natural nas quais a população urbana pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem – *wilderness*. Esta concepção de áreas naturais protegidas foi implementada inicialmente nos Estados Unidos.¹⁹⁹ As medidas de protecção surgiram com o intuito de preservar a vida selvagem que

194 Zevi, Bruno – *História da Arquitectura Moderna Vol. II*; Editora Arcádia, Lisboa, Portugal (1970), 1ª Edição, 1970; pp. 488-491

195 Thomas Jefferson (1743-1826) tinha denominado de *Agrarian Democracy*: o igualitário direito agrário à posse de um terreno no qual cada cidadão pudesse explorar permitindo a sua independência enquanto produtor.
US History Organisation - *Jeffersonian Ideology*, 1 Jan 2016, [Consultado: 2 Dez 2016], Disponível em «www: <http://www.ushistory.org/us/20b.asp>»

196 Homestead Act foi a legislação aprovada em 1862 durante a presidência de Abraham Lincoln (1809-1865) que visou encorajar a migração para o campo através do aluguer de uma porção de território (160 acres) a um cidadão de modo a incentivar a produção agrícola na qual este poderia após um tempo poder vir a tornar-se proprietário.
The Library of Congress - *Primary Documents in American History, Homestead Act*, 19 de Março 2015, [Consultado: 30 de Novembro 2016], Disponível em: «<https://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/Homestead.html>»

197 Ibidem

198 Della Manna, Eduardo – *Broadacre City: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia social*, Abril de 2008, [Consultado: 7 de Novembro de 2015] Disponível em: «<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/148>»

199 Della Manna, Eduardo, *op. cit.*

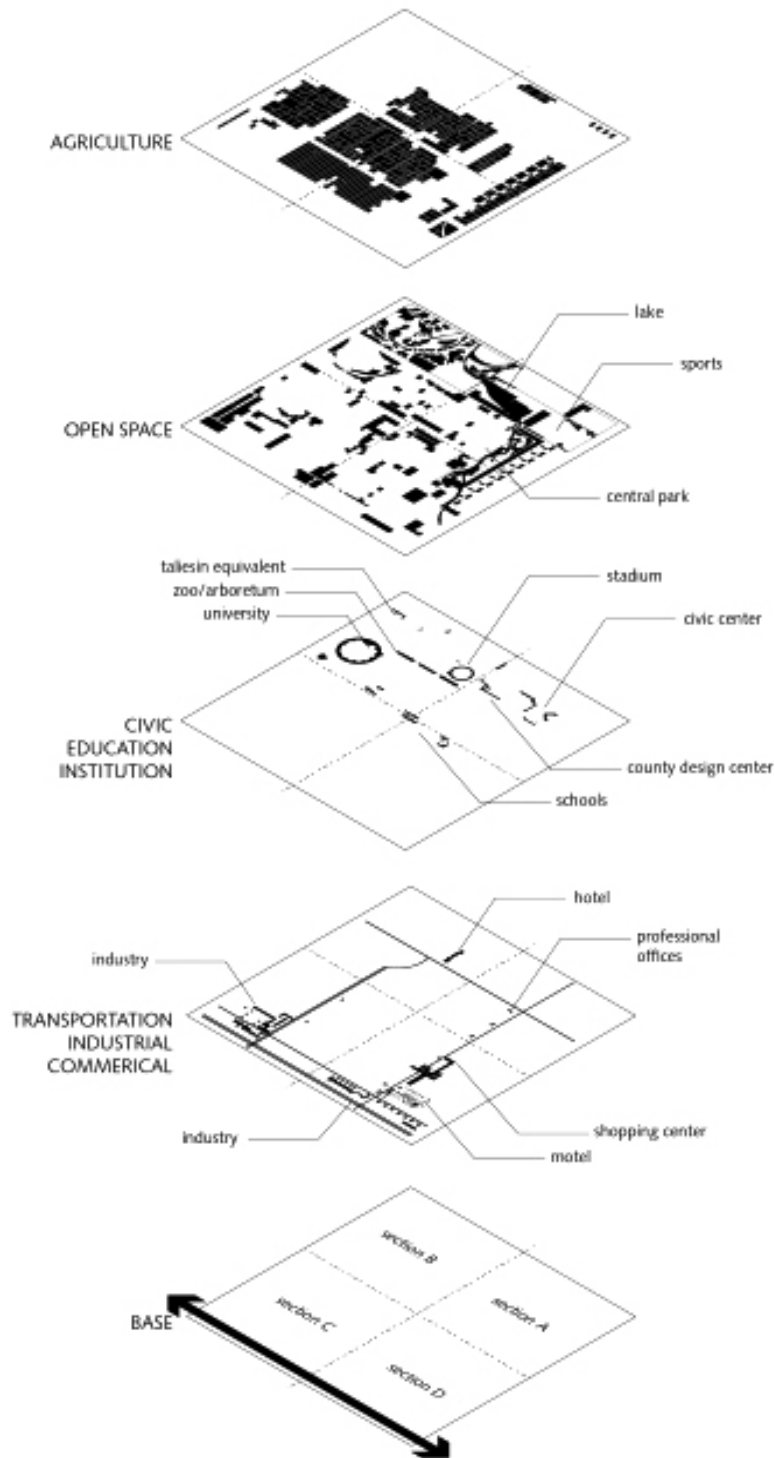


Fig.142 Diagrama de sobreposição das diferentes actividades, sistema de comunicação, equipamentos e habitação da *Broadacre City*

se encontrava ameaçada (segundo os instituidores destas) pelo crescimento da civilização urbano-industrial.²⁰⁰ Este princípio conservador da natureza é também visível na *Broadacre City*.

Com a combinação destes dois princípios (*Homestead* e a reserva/conservação do espaço natural) F. L. Wright pretendia que a sua proposta para uma sociedade descentralizada não tivesse apenas bases duradouras que garantissem o estabelecimento de relações harmoniosas entre a natureza e o homem, mas que fosse possível uma nova dimensão no relacionamento harmonioso entre os próprios.

Nos conceitos de baixa densidade e da descentralização no modelo de cidade de F. L. Wright pode-se constatar uma analogia aos preceitos dos “desurbanistas” soviéticos.²⁰¹ Para além destes, os “desurbanistas” também defendiam a abolição gradual da dicotomia cidade/campo através de uma distribuição equitativa da população e da terra. De facto, Kenneth Frampton afirmou que «(...) uma das ironias do nosso século (XX) está no facto da *Broadacre City* ter correspondido, mais estritamente do que qualquer outra forma de urbanismo radical, aos preceitos centrais do Manifesto Comunista de 1848, que defendia a abolição gradual da distinção entre cidade/campo, de uma distribuição mais uniforme da população da terra.».²⁰²

O plano idealizado por Frank Lloyd Wright está estruturado numa malha em quadrícula. Por sua vez, esta pode ser entendida como a forma mais fácil de traçar um plano urbano e muitas das cidades americanas foram traçadas conforme um sistema reticulado. Contudo, a este traçado muitas vezes não estiveram associadas as condições morfológicas do terreno, deste modo surgem novos problemas para vencer grandes declives

A tradição urbanística norte-americana careceu de um significado artístico até à última década do séc. XIX. Esta fundava-se numa regra, a aplicação uniforme do princípio da malha quadrangular. Em seguida, pela referência dos preceitos barrocos aplicava-se sobre esta uma segunda malha alargada, na diagonal. Esta última estaria direccionada aos pontos focais e esquadrejava a malha urbana de ruas paralelas sem um fim aparente. Referimo-nos (por exemplo) aos casos do plano de Washington D.C. (1787) de Charles L'Enfant ou ainda o plano da cidade de Chicago do arquitecto Daniel Burnham (1909).

De facto, o primeiro exemplo da urbanística moderna no país foi produzido em 1928. Henry Wright e Clarence Stein fundaram nos subúrbios de Nova Iorque o pequeno aglomerado de *Radburn, New Jersey*. O plano deste foi desenvolvido tendo presente o automóvel e a referência da cidade-jardim das concepções de Ebenezer Howard, foi anunciada na época como “cidade motorizada” – “*A town for the Motor Age*”.²⁰³

Apesar dos exemplos desenvolvidos consoante os conceitos da cidade-jardim ou até do movimento *City Beautiful* – O plano da cidade de Chicago – as cidades planeadas até estas novas formas foram sempre lançadas num sistema rectilíneo ortogonal e baseavam-se no princípio de objectos soltos circundados por espaços.²⁰⁴

200 Della Manna, Eduardo – *Broadacre City: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia social*, Abril de 2008, [Consultado: 7 de Novembro de 2015] Disponível em: « <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/148>»

201 Frampton, Kenneth - *História Crítica da Arquitectura Moderna*; São Paulo (Brasil), Martins Fontes, 1997, 1ª Edição; p. 227

202 Frampton, Kenneth, *op. cit.*, p. 227

203 Radburn Association – *History of Radburn*, , [Consultado: 4 de Abril de 2017] Disponível em: «<http://www.radburn.org/geninfo/history.html>»

204 Curtis, William JR – *Arquitectura Moderna, Desde 1900*; tradução Alexandre Salvaterra, Porto Alegre (Brasil), Bookman, 2008, 3ª Edição; p. 34

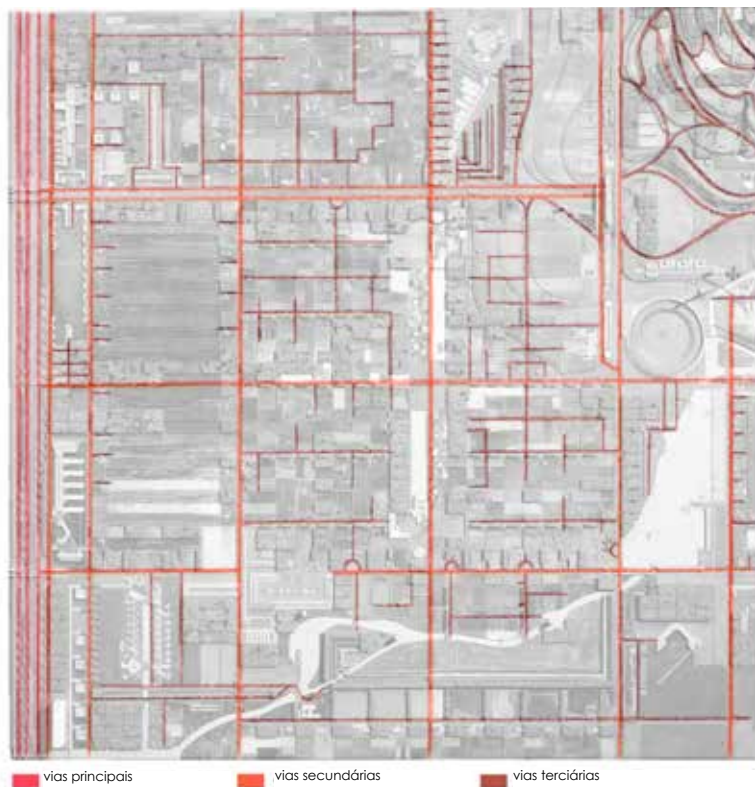


Fig.143 Sistema rodoviário e ferroviário

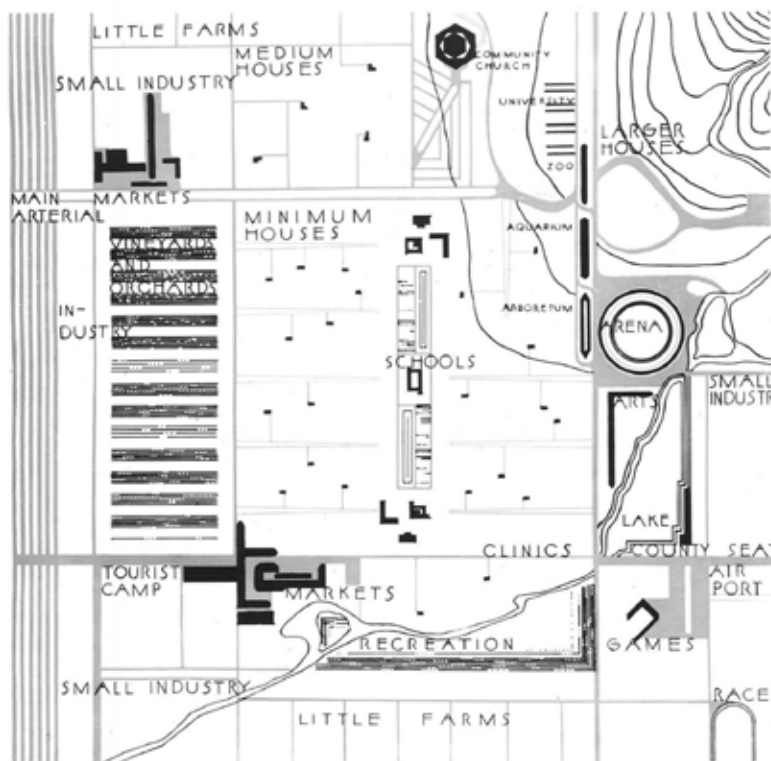


Fig.144 Esquema de zonamento da habitação, indústria e equipamentos

«Transferida para as grades e os quarteirões da cidade industrial americana, caixas rectangulares e tramas estruturais dos edifícios comerciais, essa mentalidade produziu um vernacular neutro específico – um registo directo da especulação fundiária e de módulos padronizados do espaço: um estilo norte-americano inconsciente. (...) Embora a cidade industrial norte-americana tivesse planta e constituição diferente de suas primas europeias (que normalmente possuíam camadas de malhas urbanas lançadas ao longo de séculos), os processos de modernização tecnológica tinham certas características genéricas em comum (...)»²⁰⁵

F. L. Wright estava ciente que a evolução do automóvel como transporte privado viria condicionar o planeamento urbano (e neste vinham associadas novas formas urbanas),²⁰⁶ mas o arquitecto questionou os resultados destas experiências urbanas.²⁰⁷ Os seus argumentos estavam baseados na circulação e no espaçamento geométrico regular. Para o arquitecto esta última condição tendia a tornar os espaços monótonos que, por sua vez, acentuava o anonimato dos cidadãos e contribuía para a perda de identidade destes.

«(...) sus proyectos reducen todo a una estructura insignificante (...) geométricamente espaciada. Para conservar el aire y el paso, esta futura ciudad relega al individuo humano como unidad (...) n.º 3376, cuadra A, calle n.º127 (...) y no hay nada que pueda distinguir el n.º337611 del n.º 337610 (...)»²⁰⁸

Até aqui procuramos formalizar um contexto que permitisse enquadrar não só a proposta urbanística de Frank Lloyd Wright mas a generalidade de um tempo que originou novas apropriações urbanas, novos modos de encarar a cidade, de a projectar, pensar e planear.

A maquete do plano para a *Broadacre City* tem as dimensões de 3.65x3.65 metros e encontra-se bem detalhada. Esta foi apresentada ao público no *Rockefeller Center* em 1935 juntamente com os desenhos desta obra.

O plano de *Broadacre* está assente sobre uma malha ortogonal estabelecida segundo uma medida agrária de lotes de um acre (cerca de 4 038 m²) em referência ao princípio do *Homestead*. Este consiste num aglomerado disperso na zona central onde estão os referidos lotes que seriam concedidos a cada requerente (ou família) para a construção da casa (tipo *usonian*). O restante espaço do lote estaria destinado à agricultura de subsistência.

Na maquete toda a cidade organiza-se num espaço quadrangular. No centro axial estão as escolas, na periferia estão vários géneros de equipamentos: administração, aeroporto, zona de desportos, escritórios, estádio, hotel, hospital, pequena indústria, pequenas quintas, parques, motel, armazéns de mercadorias, igreja, cemitério entre outros. Todos estes equipamentos estão apoiados num grande sistema rodoviário e ferroviário lateral estruturante no qual se apoia um outro traçado ortogonal mais informal. No interior de cada quadrícula surge um terceiro nível viário para servir os referidos lotes das habitações, os serviços e indústrias.

205 Curtis, William JR – *Arquitectura Moderna, Desde 1900*; tradução Alexandre Salvaterra, Porto Alegre (Brasil), Bookman, 2008, 3ª Edição; p. 34

206 «(...) what form would these new communities take, and what opportunities for a new American civilization did they offer?» Fishman, Robert - *Urban Utopias in the Twentieth Century Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright and Le Corbusier*; Cambridge (Mass.) MIT Press, 1982; p. 116

207 «(...) it also embodied his emerging conviction that the democratic way of life required some firmer foundation than a suburban lot.» Fishman, Robert, *op cit*, p. 123

208 Wright, Frank Lloyd – *La ciudad, El Futuro de la Arquitectura*; trad. E. Goligorsky, Barcelona (Espanha), Ed. Gustavo Gilli, 1978

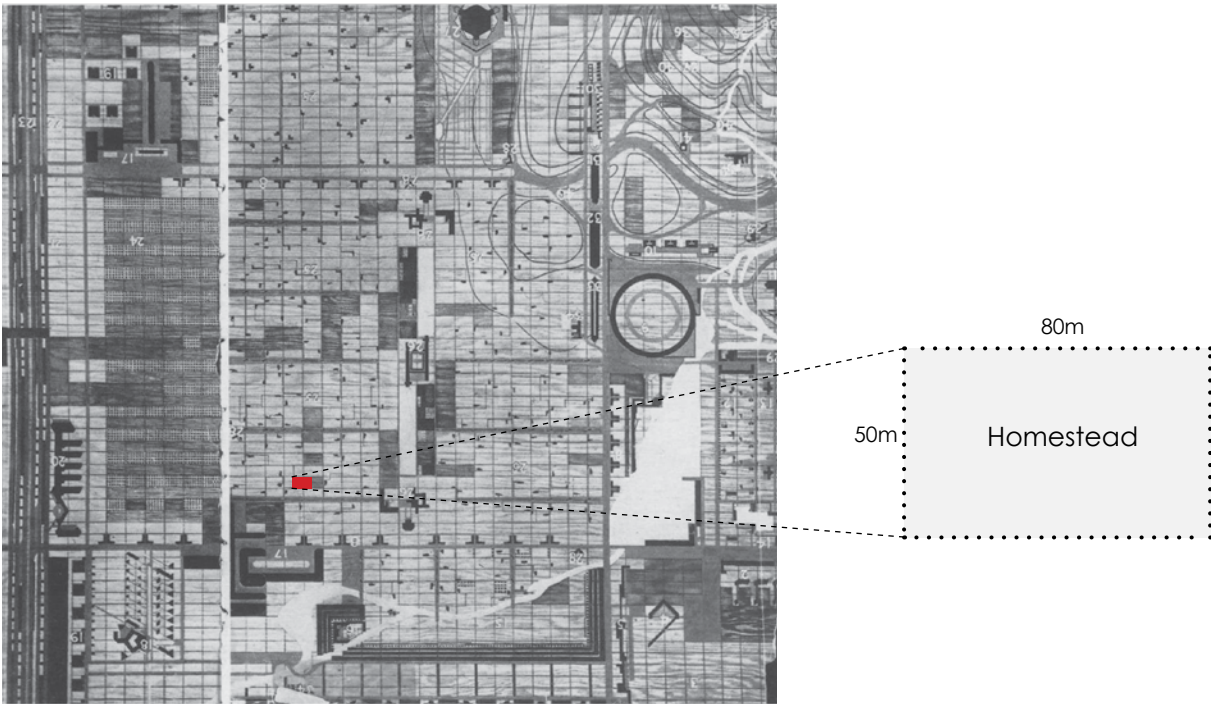


Fig.145 Princípio do Homestead aplicado na *Broadacre City*

No total a secção da cidade que F. L. Wright representou em maquete compõe uma área de quatro milhas quadradas (cerca de 10 356 Km²) e estava prevista para uma população de 1400 famílias ou cerca de 7000 habitantes.

F.L. Wright concebeu, então, um sistema acêntrico composto por elementos graduais e pontuais inseridos numa rede de circulação disposta em três níveis. Esta rede rodoviária foi conjugada com várias peças arquitectónicas (compostas à semelhança dos equipamentos por uma riqueza formal) tais como pontos focais, nós de ligação (e transição) rodoviária e pistas de aterragem.

A intenção da proposta de F. L. Wright é dotar as pequenas comunidades de uma economia equilibrada e vigorosa. O autor pretendeu com este desenvolvimento uma comunidade relativamente auto-suficiente que dependesse do meio ambiente para a sua subsistência. F. L. Wright acreditava que com a sua proposta os cidadãos norte-americanos passariam a sentir um novo respeito pelas inter-relações orgânicas que garantiriam a sua subsistência.

2.3 Análise formal dos casos de estudo

Ambas as propostas apresentam semelhanças mesmo ao nível dos objectivos temporais. Apesar dos contextos nacionais ou políticos, as propostas revelam novas formas de abordagem conceptual. Contudo, estão isoladas dos assentamentos historicamente consolidados e não interpelam ligações possíveis ou uma interacção formal com estes. A razão para esta opção (por parte dos respectivos autores) cingiu-se, como vimos, a determinados factores quer políticos quer pessoais que, em função do espírito da época, foram ajustando a sua posição em relação ao modelo das cidades pré-existentes.

Como resultado as cidades pré-existentes estavam, segundo estes, desadequadas à época e então propuseram a substituição destas por novos modelos urbanos. Sendo assim, a análise destes casos-de-estudo apenas pode ser feita em relação aos objectos (e objectivos).

Não é de menosprezar, porém, que a vida e o território vivem da riqueza dos vários momentos da história. Esta na sua dimensão constitui um referencial para a convivência e continuidade, da evolução e de novas formulações. Em ambos os casos estão saliente a ausência da preocupação com a economia do território, mas está subjacente (e hoje é um tema actual) a necessidade de não danificar a natureza com as marcas do progresso.

Em ambas as propostas o carácter linear afasta-se da essência formal da cidade linear de Artur Soría y Mata. Para este autor, a rua era central, estrutural e distribuidora em todo o seu desenvolvimento urbano (sem fim). Ou seja, a ênfase do seu plano centrava-se numa única comunicação terrestre contínua onde estariam reunidos as ruas, a linha ferroviária e os passeios, enfileirados num alinhamento arborizado ao modo dos grandes *boulevards*.²⁰⁹

Como vimos, no plano de Magnitogorsk este carácter estendeu-se ao longo de uma malha rígida quadricular, onde se notam 3 bandas principais. Esta malha, por sua vez, apoia-se lateralmente na estrutura viária e ferroviária. Na banda central da malha destacam-se as torres envidraçadas multi-habitacionais em contraste com os blocos de habitação colectiva e os restantes equipamentos estariam nas bandas laterais. Estes equipamentos teriam uma cêrcea mais baixa para que se notasse a diluição com a paisagem natural no perfil urbano.

Ao contrário da anterior, a proposta da *Broadacre City* na sua forma prescinde de acentuar o carácter linear desta e a rigidez da malha para dispor de uma vasta diversidade no modo como os vários elementos urbanos possam relacionar com o ambiente natural/rural. A malha tem por base uma via rodoviária/ferroviária estruturante e lateral ao desenvolvimento urbano. As vias secundárias distribuidoras da via principal, estão inseridas numa quadrícula com cerca de um quilómetro e apresentam-se mais informais nas suas interrupções, fazendo o desvio para o terceiro nível de circulação.

Em oposição à proposta soviética, os edifícios mais altos são colocados em pontos estratégicos. Devido à horizontalidade do perfil do conjunto das habitações, equipamentos, espaços de lazer e campos os edifícios em torre servem como elementos focais e orientadores do espaço urbano que se encontra integrado com as quintas agrícolas e os ambientes naturais.

Foi a partir da leitura (e análise) de ambos os casos que se procurou extrair ideias para um desenvolvimento teórico-formal de suporte ao nosso trabalho de projecto.

Na escolha destes casos estiveram presentes as condicionantes do território costeiro entre Sines e Vila Nova de Santo André assim como do enunciado. Estes dois aglomerados estão relacionados por uma via de transporte rodoviário que enfatiza a característica linear da costa. Pelo enunciado proposto na disciplina de Atelier de Projecto II esta via podia constituir um ponto de partida para o estabelecimento de uma eventual relação entre as diferentes áreas deste território e potenciar um desenvolvimento ordenado do território agrícola entre cidades. Tratava-se nesse sentido de um plano urbano-agrícola onde se pudessem incluir outras actividades como a pequena indústria, a actividade turística e habitação colectiva apoiadas numa rede de transportes que em torno faria a relação/ligação entre as duas cidades.

Assim sendo, é nesta ideia que estão contextualizados os dois casos-de-estudo e onde nos apoiamos, como referência, para resolver uma questão pertinente: a relação dicotómica entre campo/cidade, homem/natureza e dos ambientes urbanos/rurais. Esta última foi abordada num enquadramento particular em Vila Nova de Santo André, num trabalho individual desenvolvido na disciplina de Laboratório de Projecto.

Parte III
Os Projectos



Fig. 146 Diagrama com a localização das zonas mais relevantes e ligações.

1. Ligando a Vila Velha à Vila Nova, através de uma agro-cidade reticular

*«Não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda, e se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá disso sinais, para além do pouco tempo e muito espaço para compreender ou digerir as massas e formas como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços.»*²¹⁰

O último capítulo desta dissertação descreve os projectos académicos elaborados ao longo dos dois semestres em Ateliê e Laboratório de Projecto. É o resultado de todo o trabalho correspondente ao conhecimento do território de intervenção, localizado no litoral alentejano, mais em particular ao espaço entre as cidades de Sines e Vila Nova de Santo André (também incluídas), cerne de todo o trabalho desenvolvido.

O levantamento e conhecimento da sua génese, os instrumentos de regulação do território, os modelos de referência como suporte e aproximação ao processo de análise formal e de investigação foram as ferramentas que levaram à formulação de ideias e consequentes propostas em consonância com as características territoriais e urbanas. As mesmas contribuíram para a materialização dos dois projectos-planos - um em cada semestre. O primeiro mais abrangente, à escala do território elaborado e desenvolvido em grupo, compreende uma planificação estruturada que liga as duas cidades acima referidas. O segundo projecto, à escala da cidade e desenvolvido individualmente, desenha em pormenor uma área de equipamento urbano, definida no respectivo instrumento de regulação desta segunda cidade.

A grande extensão do território compreendido entre as duas cidades, com aproximadamente quinze quilómetros, ligadas apenas pela grande via rodoviária acentua o carácter linear do mesmo. A superfície do território caracteriza-se por um desenvolvimento orográfico, pouco relevante, acompanhado de extensas zonas planas. Esta superfície é também denominada por uma riqueza natural com um metabolismo uno, contínuo e ecologicamente congruente. Constitui na superfície deste território um sistema diversificado protagonizado pelo coberto vegetal que integra o solo. Neste estão identificados os seguintes elementos: água potável, animais selvagens e a população. Ao território está associado uma lenta ocupação concentrada em povoados pontuados cujos povos desenvolveram as suas actividades principais na agricultura e na pesca.

As estruturas verdes presentes no território são cruciais para a regeneração dos recursos naturais fundamentais, para a qualidade de vida, para a conservação da diversidade ecológica e sensorial. Nesta diversidade destacam-se a radiação solar, o ar respirável, o solo fértil, o espaço livre acessível e a elevada biodiversidade.

Entre a promoção da qualidade ambiental e do conforto humano é de ressaltar os factos desta porção de território, nomeadamente o de constituir um recurso compensador para a moderação da emissão de dióxido de carbono, de favorecer a permeabilidade do solo na circulação natural da água e da formação de uma barreira depurada com elementos filtrantes contra ventos e poluição (atmosférica, hídrica, sonora e visual).

SÍNTESE

-Medidas mais restritas e limitadas (a vermelho) ao trabalho de um edifício encontram-se no literal, nomeadamente as Áreas Classificadas.
-A maioria situa-se em contextos menos restritos, tanto caso a RAN e a REN.
-Possibilidade de pedir as entidades responsáveis a licencição de certas áreas, caso se justifique.



Fig.147 Esquema síntese das zonas protegidas.

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

Entidade responsável: ICNF

ÁREAS CLASSIFICADAS

Apesar de serem consideradas Áreas Classificadas, o arquiteto pode intervir nestas zonas de uma forma sustentável e respeitadora ao máximo o património existente.

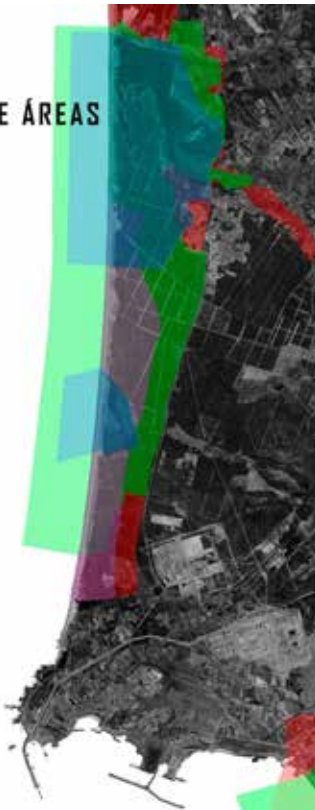


Fig.148 Esquema síntese das áreas classificadas.

É de relembrar que a escolha deste território para a instalação da grande indústria petroquímica e construção do maior porto artificial incidiu nas suas condições naturais. A sua localização geoestratégica no contexto europeu, a estrutura natural do território, a baía com águas profundas e o estudo da poluição ambiental de 1971,²¹¹ mostravam que Sines era a localidade menos poluída e também a que possuía as melhores condições geofísicas para a dispersão de gases. As indústrias a instalar apesar de devidamente equipadas eram extremamente poluentes.²¹²

A escolha de Sines para a instalação da referida indústria petroquímica e das suas infra-estruturas – *pipelines* – criaram uma coroa delimitadora a uma possível expansão urbana. O esvaziamento de povoados deste território foi a consequência da grande relevância do porto industrial de Sines como maior pólo empregador e de suporte económico da região. A nova actividade industrial sobrepôs-se às actividades seculares que caracterizavam este litoral alentejano, tendo como resultado a diminuição da produção agrícola da região. Actualmente, a actividade do sector primário é baseado na pequena produção destinada ao consumo local e familiar.²¹³

A indústria petroquímica de Sines é actualmente a principal fonte de entrada de abastecimento energético em Portugal (gaz natural, carvão, petróleo e seus derivados).

A partir da década de 1970 foi promovido em consequência a planificação e construção de uma nova cidade para alojar e albergar os trabalhadores a empregar neste grande complexo industrial e portuário. Isto realizou-se numa época onde a previsão do crescimento demográfico seria dez vezes maior relativo ao número de habitantes actualmente recenseados – cerca de onze mil habitantes.²¹⁴

Os planos inicialmente traçados passaram por algumas vicissitudes nas décadas iniciais relacionadas pelo excesso de optimismo da chamada “Primavera Marcelista”. Os mesmos enfrentaram dois acontecimentos críticos, paralelos e simultâneos ao processo de urbanização e industrialização. A saber: a crise petrolífera internacional e a revolução do 25 de Abril de 1974. O rumo político nacional e a descolonização das chamadas províncias ultramarinas colaboraram para o abrandamento do desenvolvimento urbano de V. N. de Santo André. Esta esteve sujeito a reformulações no desenho urbano durando este processo até à década de 1990 com a extinção do GAS – Gabinete da Área de Sines. Nesta década, a nomeação da delegação da V. N. de Santo André para a administração de Santiago do Cacém dotou a esta de autonomia própria como sede de junta de freguesia.

Ainda assim, este território de construção recente apresenta uma forma linear e o projecto traduz essa formalização. No entanto, durante o processo de aproximação analítica recorreram-se a modelos que pudessem trazer contributos analógicos caracterizadores, com os requisitos que lhe eram inerentes. Certos modelos como ferramenta constante do trabalho de arquitectura foram também referências presentes para a planificação da cidade de Vila Nova de Santo André.

211 Martins, António – *Três notas prévias. Cascais: [s.n.], 2004*. Comunicação apresentada nas Jornadas do Porto de Sines2004; [Consultado a: 15 Janeiro de 2017]; Disponível em: «https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_de_Sines#refMartins2004»

212 Martins, António, *op. cit.*

213 As cidades portuguesas cresceram contidas e compactadas praticamente até ao séc. XX delimitadas por rios, estruturas muralhadas, conventos e quintas. O campo era próximo do centro urbano e a cidade tradicional apenas se abria ao exterior em ruas, largos e praças. A cidade dependia do campo próximo que diariamente providenciava produtos frescos e ares renovados. Sines, por sua vez, era uma estrutura urbana que até à década de 1970 vivia desta dinâmica rural e das pescas assim como os restantes povoados deste território.

Rossa, Walter - *A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Coimbra, Editor Livraria Bertrand, Outubro 2002

214 INE (2015). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Alentejo* (PDF). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 95. [Consultado em 3 de Novembro de 2015], Disponível em: «http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros»



Fig.149 Primeiro esquiço da proposta geral

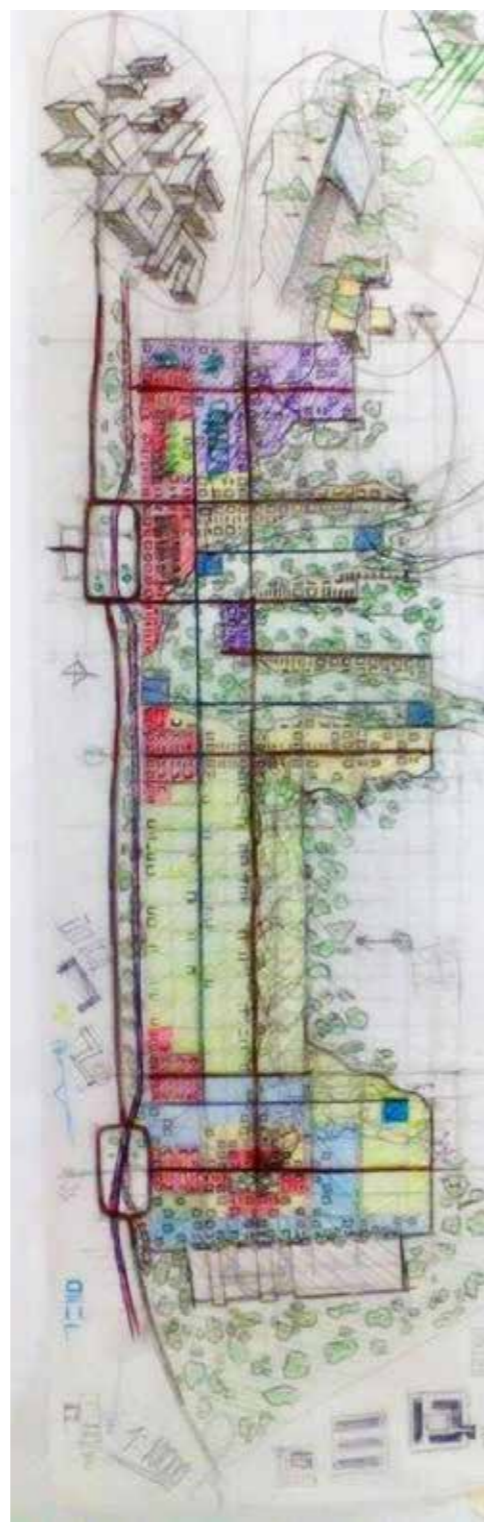


Fig.150 Definição da malha estrutural, vias principais e zonamento (por cores).



Fig.151 Esquiço da relação da malha reticular com os diagramas de usos, actividade agrícola e sistema viário

Esta cidade nova, analisada em detalhe cujo plano teve por base um desenho formal suportado numa quadrícula linear, é fruto das opções e referências em planos desenvolvidos em Portugal e com base nos modelos ingleses da terceira fase do *New Towns Act* (a cidade de Milton Keynes enquanto plano modernista).

Já a cidade de Sines, também analisada, é mais ancestral. Nesta cidade foram encontrados vestígios quase milenares. O assentamento não configurava uma cidade romana, apenas um pequeno núcleo que se instalou à volta da baía cuja actividade era a pesca. O desenvolvimento mais distante conhecido e identificado está concentrado na malha em quadrícula de ordenamento medieval chamado de *Vila Nova*.²¹⁵ Esta cidade cresceu envolvendo este núcleo com ordenamentos formais até ao coroamento industrial.

No primeiro projecto, do primeiro semestre, o tema da ligação da cidade velha à cidade nova era a tónica principal da disciplina de Atelier de Projecto II, inserida também no âmbito da Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016. O propósito consistiu no desenvolvimento de expansão (ligação urbana) numa ideia formal de plano linear apoiada na via rodoviária existente. (Fig. 149) Por sua vez, esta iniciativa para uma possível proposta de um desenvolvimento linear seria desenvolvida em trabalho de grupo. A que se apresenta nesta dissertação foi a proposta elaborada pelos seguintes mestrandos: Bárbara Brandão, Daniela Pereira, David Coelho, Effie Arapakou, Inês Batanete, Luís Miguel Almeida e Walldmar Pereira.

Para o trabalho de “ligação da Vila Velha à Vila Nova” estiveram como referência de estudo e análise modelos, embora utópicos, desenvolvidos em contextos diferentes.

Como vimos antes, o projecto para a cidade de Magnitogorsk desenvolvido pelo grupo encabeçado pelo arquitecto Ivan Leonidov esteve após a Revolução Russa, na razão da mudança política e afirmação de um novo estado. Na afirmação deste decorreu um forte período de experimentalismo e reorganização, em que afectou tanto a indústria como as artes muito particularmente a arquitectura. Este projecto apresentava uma proposta linear num contexto real ligando a indústria às fazendas estatais.

Em contraponto a esta proposta, a da *Broadacre City* (do arquitecto Frank Lloyd Wright) consiste também num desenvolvimento urbano linear cujo intuito é a convivência entre ambientes, a habitação, a indústria, os diversos equipamentos e serviços. No entanto, o ordenamento proposto (também regrado numa malha ortogonal) não se apresenta tão rígido como o da proposta soviética. Apesar desta proposta estar disposta consoante um território virtual os vários elementos arquitectónicos que a compõe dispõe de uma inter-relação diversificada que, em torno, enriquecem este plano. Esta proposta foi tida em conta pelo grupo pelo facto de no território a intervir já ter sido alvo de intervenções nas quais teríamos que relacionar com o nosso plano.

Os referidos projectos têm em comum com o nosso território os factos formais do projecto linear e também a indústria cujo desenvolvimento atravessa uma envolvente rural/agrícola.

O plano de Magnitogorsk apresenta um esquema de desenvolvimento urbano linear acêntrico. Este esquema é regulado por uma malha quadriculada que, por sua vez, é apoiada lateralmente pela principal via de transporte. No plano, esta via rodoviária é o principal elemento distribuidor e a malha contém um limite de desenvolvimento na largura desta. Como o território a intervir já contém uma via de ligação rodoviária, o esquema urbano desta referência é aplicado como princípio regulador do novo desenvolvimento urbano que propomos.



Fig.152 Maquete da proposta da ligação de Sines a Santo André

215 Município de Sines - *História de Sines*, [Consultado a: 23 Janeiro de 2016], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/311>»



Fig. 153 Proposta de grupo da Ligação de Sines a Santo André.

O desenho incluído numa malha em quadrícula assumiu esta base em contínuo ao desenho formal da cidade nova. A largura da nova malha urbana paralela à rodovia seria de aproximadamente um quilómetro desenvolvida para nascente. No novo perfil da rodovia foi definido que a seguir à margem desta haveria uma faixa/barreira onde seriam implantadas infra-estruturas paralelas. E estas seriam: uma linha de metro de superfície, barreiras sonoras vegetais e demais estruturas sinaléticas. Este perfil seria continuado com a ocupação/urbanização rural agrícola e residencial.

A decisão estratégica de definição do espaço a intervir assentou também na consulta dos instrumentos de regulação do território. Pela referência destes instrumentos estava apontada como área potencial e urbanizável o lado nascente. O lado poente da referida via ficou definido como área de salvaguarda da protecção natural, ambiental e costeira que já tinha sido também aquando da instalação do complexo industrial.

A estas premissas foram adicionadas duas outras na configuração do nosso projecto/plano: a contextualização e integração com o meio; e, numa outra vertente a dinâmica do turismo que tem vindo a crescer neste território.

Na dimensão urbana foi tida a integração do plano nas relações existentes entre cidade, indústria e campo. Deste se destaca o skyline do complexo industrial com a sua forte presença a esboroar a periferia urbana e a paisagem rural que se desenrola até à cidade de Vila Nova de Santo André. Esta relação foi entendida no nosso projecto como um facto.

Nesta relação este complexo encaixa no desenvolvimento longitudinal de ligação das duas cidades assumindo este facto como objecto arquitectónico e potencial elemento arqueológico como marca de uma época. Esta definição de uma nova relação ao complexo sugere a referência a Ian Nairn no desenvolvimento do tema que «(...) cada pedaço do mundo visível pode ser estimulante, expressivo e individual.»²¹⁶

Na vertente do planeamento rural agrícola e urbano colocou-se a questão se deve o arquitecto planear/projectar o espaço rural agrícola tendo presente de que estes espaços são na sua maior parte heranças de gerações, Sousa Morais refere que «O território e o homem são indissociáveis. No entanto, a actividade deste último se não for regulada, corre riscos de danificar os recursos existenciais no território, perdendo este a respectiva identidade.»²¹⁷

Na conjugação a planear entre as cidades o espaço rural já tinha sido intervencionado por actos arquitectónicos isolados. Destes actos arquitectónicos podem-se enumerar a auto-estrada, os aceiros, a marcação do aeródromo a instalar e as zonas industriais. Na elaboração do projecto, tendo por base a referida quadrícula modular foi potenciado um desenvolvimento com base na ocupação agro-industrial. Esta ocupação, com uma baixa impermeabilização edificatória, estaria suportada maioritariamente nesta dinâmica industrial agrícola a par com a habitação e alguns equipamentos; sendo o mais notório destes equipamentos o aeródromo. Prosseguindo com esta dinâmica agrícola ponderou-se no projecto áreas para a edificação hoteleira.

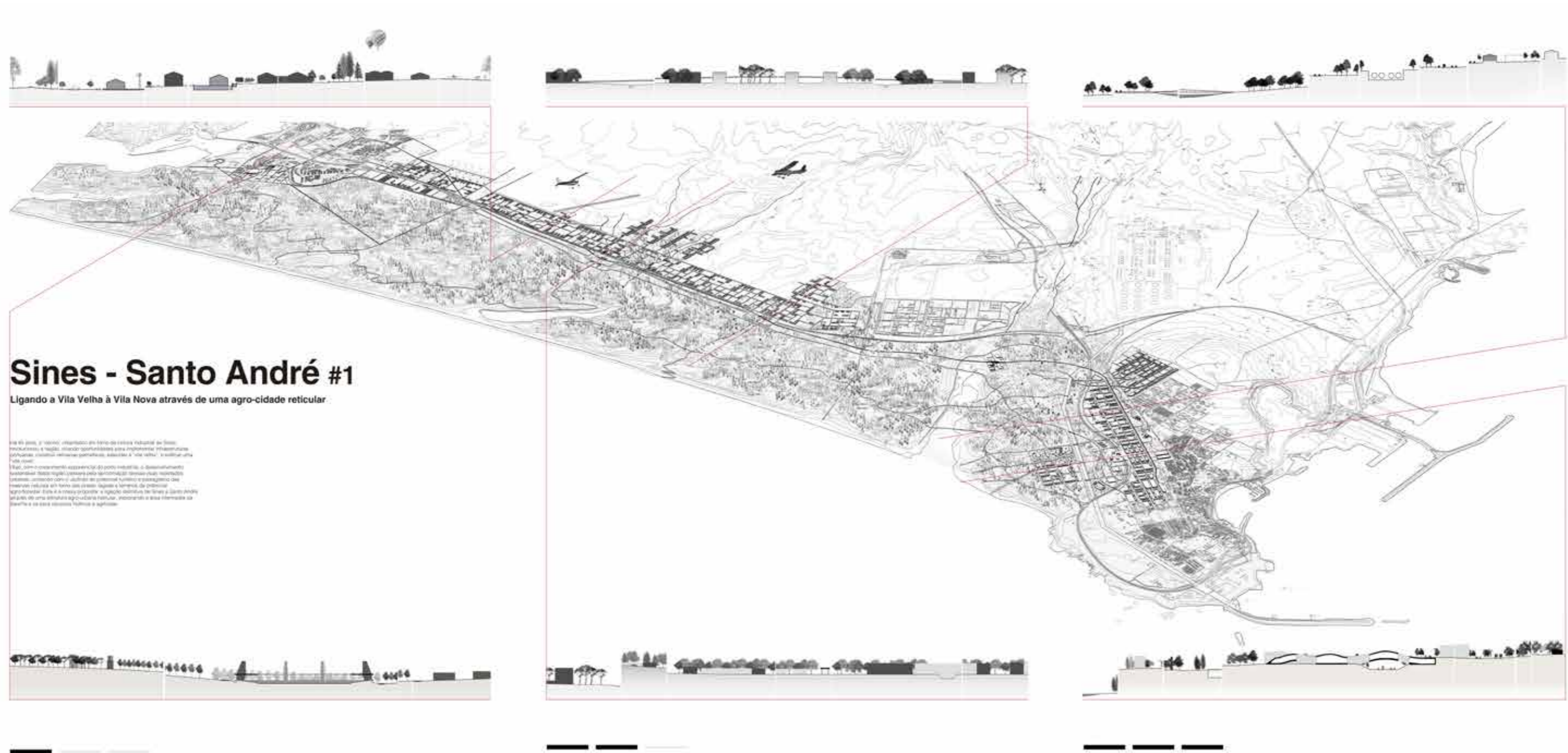
Ainda na conjugação das definições de ocupação e planeamento referidas no parágrafo anterior há a salientar no projecto as preocupações tidas com as relações envolventes. Os espaços naturais protegidos a poente, com algumas bolsas de água pontoadas (Lagoa da Sancha) estabelecem uma relação de proximidade com as praias. Constituindo as praias como local de interesse foram

²¹⁶ Pavesi, Lorenza - *Ian Nairn e o manifesto subtopia*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, Nº5, Janeiro de 2007, p. 139-145; [Consultado: 4 Novembro 2016]. Disponível em: http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf/ref_4_risco5.pdf

²¹⁷ Sousa Morais, João - *Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vicentina*; Lisboa, Editorial Estampa, 1995; p. 13



Fig.154 Proposta da ligação de Sines a Santo André, maquete apresentada à Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016



Sines - Santo André #1

Ligando a Vila Velha à Vila Nova através de uma agro-cidade reticular.

Este é o plano, o "mapa", elaborado em torno de eixo industrial de Sines, procurando e criando oportunidades para desenvolver "ilhas" urbanas articuladas através de estruturas portadoras, ligando a "vila velha" à "vila nova".
 Este, com o crescimento exponencial do pólo industrial, é desenvolvido sustentado pelo regime urbano para proporcionar melhores condições habitacionais, com o intuito de promover o bem-estar e proporcionar melhores condições de vida. Ligando e tornando de potencial agro-urbano. Este é a "nova ligação" a ligação estrutural de Sines à Vila Nova, ligando a Vila Velha à Vila Nova através de uma estrutura reticular, promovendo a sua identidade de Sines e de Vila Nova, ligando a Sines.

Fig. 155 Painel da proposta apresentado à Trienal de Lisboa 2016: «Sines - Santo André #1»

estabelecidos trilhos de ligação a estas de modo a não perturbar tanto o delicado ecossistema. De modo a que fosse retirado proveito da área protegida foi promovido a inter-relação destes percursos. No epicentro do ecossistema desta área protegida (Lagoa da Sancha) é apenas pontuado em equipamento destinado à observação deste espaço natural. Este equipamento vem no sentido de experienciar a importância destes espaços.

É de relembrar que no domínio das infra-estruturas foi definido um corredor para a instalação de uma linha de metro de superfície (género *tram-train*) destinada ao transporte público. Este meio de transporte serve de ligação entre as duas cidades e a toda a extensão urbanizada. Inserida num corredor verde, já referido, esta linha tem início em Sines partindo do antigo percurso ferroviário. A linha liga Sines a Vila Nova de Santo André passando pelo centro desta cidade até à área de equipamento desportivo.

Esta infra-estrutura de transporte público foi pensada como resposta a vários factos que são relevantes nestas cidades e restante território: a existência deficitária de uma rede de transporte público e a deslocação de um grande efectivo de V. N. de Santo André para Sines em transporte privado. Acrescendo a estes factores, a planificação desta nova faixa de transporte que tem em consideração o aumento de pessoas a transitar e, numa outra dimensão, a libertação da infra-estrutura rodoviária para o (eventual) transporte comercial. Esta decisão prevê a diminuição das emissões de dióxido de carbono e de poluição sonora.

Relativamente à rodovia propõe-se nós rodoviários no sentido do abrandamento e como pontos de ligação/distribuição à faixa urbanizada.

O plano/projecto remata nas suas extremidades com inserções nas duas cidades conectando as áreas periféricas destas.



Fig. 156 Contexto actual da frente porntre de Vila Nova de Santo André



Fig.157 Apropriação do espaço público/zonas verdes para pequena agricultura junto ao bairro Porto Velho na década de 1970



Figs.158; 159; 160 e 161 Actual campo de Treinos e o pavilhão desportivo; Terrenos cultivados junto ao estádio e respectivas instalações improvisadas

Agro-cidades: adaptação ao eixo Sines - Sto. André

Subtopia, Requalificação e Remate da frente poente de Vila Nova de Santo André

O tema de dissertação aqui apresentado assenta na premissa de uma ligação urbana entre Sines e Santo André. Dois núcleos urbanos distintos, separados entre si por uma distância física e por um conjunto de barreiras logísticas associadas à organização territorial envolvente. Onde a única relação de possíveis trocas se realiza através de uma infra-estrutura viária.

Percebendo o território nas suas diversas manifestações ao longo do tempo - através de registos gráficos e imagens - podemos concluir, na observação atenta do estado actual do território, um conjunto confuso e incoerente de elementos que constituem a paisagem urbana. Resultado esse, que torna notório a presença de uma oposição entre diferentes contextos. Evidenciando desta maneira o choque entre o que é a realidade, e o que pretende (ou pretendeu) ser.

Revelando esta dicotomia, que caracteriza todo o território compreendido entre Sines e Sto. André, o objectivo do trabalho proposto pretende o desenvolvimento de uma possível proposta de estratégia urbana para uma área pré-estabelecida em Sto. André.

Sabe-se que o território foi, durante um longo período temporal, caracterizado por uma realidade rural e que sofreu um choque tremendo com a chegada da industrialização que adivinhava a transformação para uma realidade urbana. Neste sentido, o território sofreu de um desenho que o deixou descaracterizado. Visto não se cumprir esta transformação na sua totalidade, levando a uma perda de identidade.

A questão então coloca-se: como desenhar uma eventual proposta através de uma estrutura ortogonal reticulada que redesenhe o espaço e que comunique de maneira coerente uma identidade rural que tanto a caracteriza? Ou seja, como se redesenha o espaço desenhado de forma a fazer a transição entre o campo e a cidade?

A estratégia resume-se assim: num espaço de transição entre a cidade e a «reserva», onde se localizava o campo de jogos, propõe-se o desenho de um estádio de atletismo. A este, e à melhoria dos equipamentos desportivos que lá se encontra, complementa-se um espaço público, de estar, com serviço de transporte público (tram-train) e um centro jovem. Junto ao limite da «reserva natural», é proposto um equipamento agrícola destinado à população.



Fig. 162 Axonometria do Plano Urbano Geral e Renderização da proposta individual

2. Requalificação e Remate da frente poente, de Vila Nova de Santo André

O projecto do segundo semestre, desenvolvido em Laboratório de Projecto a nível individual, incidiu no tratamento e redesenho de uma área urbana preestabelecida do plano/projecto desenvolvido em grupo. Esta área a tratar, na cidade de V. N. de Santo André, está destinada ao lazer e desporto e que por sua vez faz a transição entre o espaço urbano e o espaço rural, também definido por área de preservação rural/natural da orla costeira.

Numa primeira análise verificou-se que o espaço público da cidade tem vindo a receber melhorias na sua rede rodoviária e pedestre. Nesta está a definição de uma rede de ciclovia que percorre a maior parte da cidade e que contorna o espaço público desportivo.

Actualmente, a zona desportiva conta com os seguintes equipamentos: um campo de futebol com perímetro estabelecido, um novo pavilhão gimnodesportivo com respectivos acessos e duas construções que compreendem os campos de ténis, ginásio e piscinas (estas últimas encontram-se abandonadas). (Fig. 156, p.161)

Nesta fase de redesenho dos espaços públicos concluiu-se que a área de equipamento desportivo apenas engloba um conjunto de equipamentos dispostos naquele espaço particular sem qualquer ordenamento. Em consequência, a falta de um desenho urbano apropriado entra em dissonância com a cidade planificada do século XX.

Para além do mais, a localização desta área periurbana na faixa limite transitória da área costeira protegida e de salvaguarda do ecossistema levanta uma atenção para a definição de uma relação para com o uso destinado no tratamento desta zona.

Tendo presente este pensamento foi desenvolvido, numa primeira fase, um esquema de ordenamento com uma base reticular apoiada no desenvolvimento do equipamento principal: o campo de futebol. Esta base estaria adapta-se à malha urbana circundante e nesta estabelece-se o limite que fixa o desenvolvimento urbano.

Nesta produção do espaço urbano de área de equipamento desportivo podem-se constatar dois tipos de abordagem não podendo existir uma sem a outra: a renovação e a reabilitação. Nestas abordagens estão englobadas o redesenho de uma nova estrutura pública e a consequente reconversão do campo desportivo conferindo-lhe um novo significado. Por outro lado liga-se também à produção de um tecido urbano coerente.

Numa segunda abordagem, mais atenta, deste espaço elegeu-se o campo de futebol como o grande elemento urbano conferindo-lhe a função estruturante na reorganização do desenho geral. Durante o processo de elaboração/construção da cidade estava indicado nos planos de distribuição de áreas, o destino deste para o parque desportivo. Pouco tempo depois o GAS elaborou com a população e com os alunos das escolas locais um estudo com o objectivo de construir a imagem da nova cidade de Santo André. Neste estudo, por diversos motivos, o campo de futebol (e respectiva zona desportiva) foi identificado, nos denominados “mapas visuais”, pelos alunos como um dos elementos mais citados.²¹⁸ O investimento recente do município numa dinâmica de novos equipa-



Fig. 163 Esquízo da proposta da malha estruturante com os equipamentos

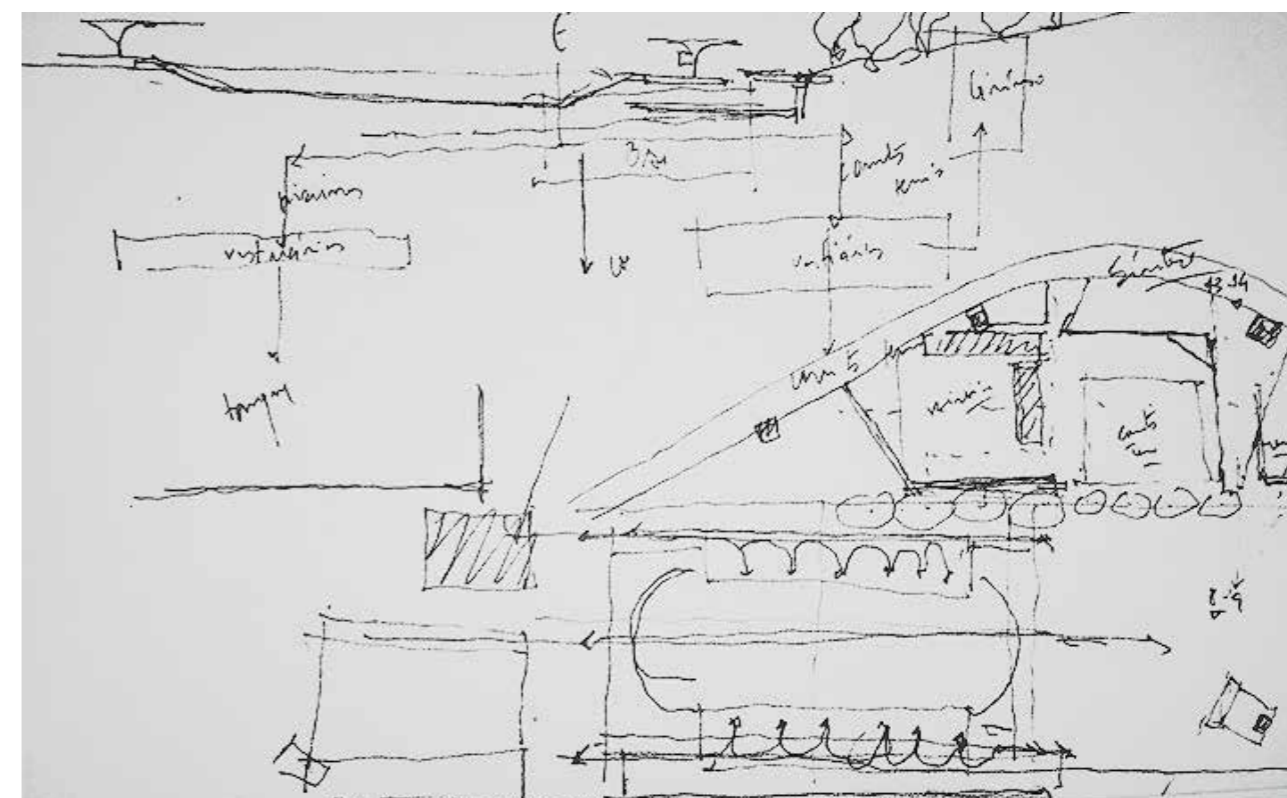
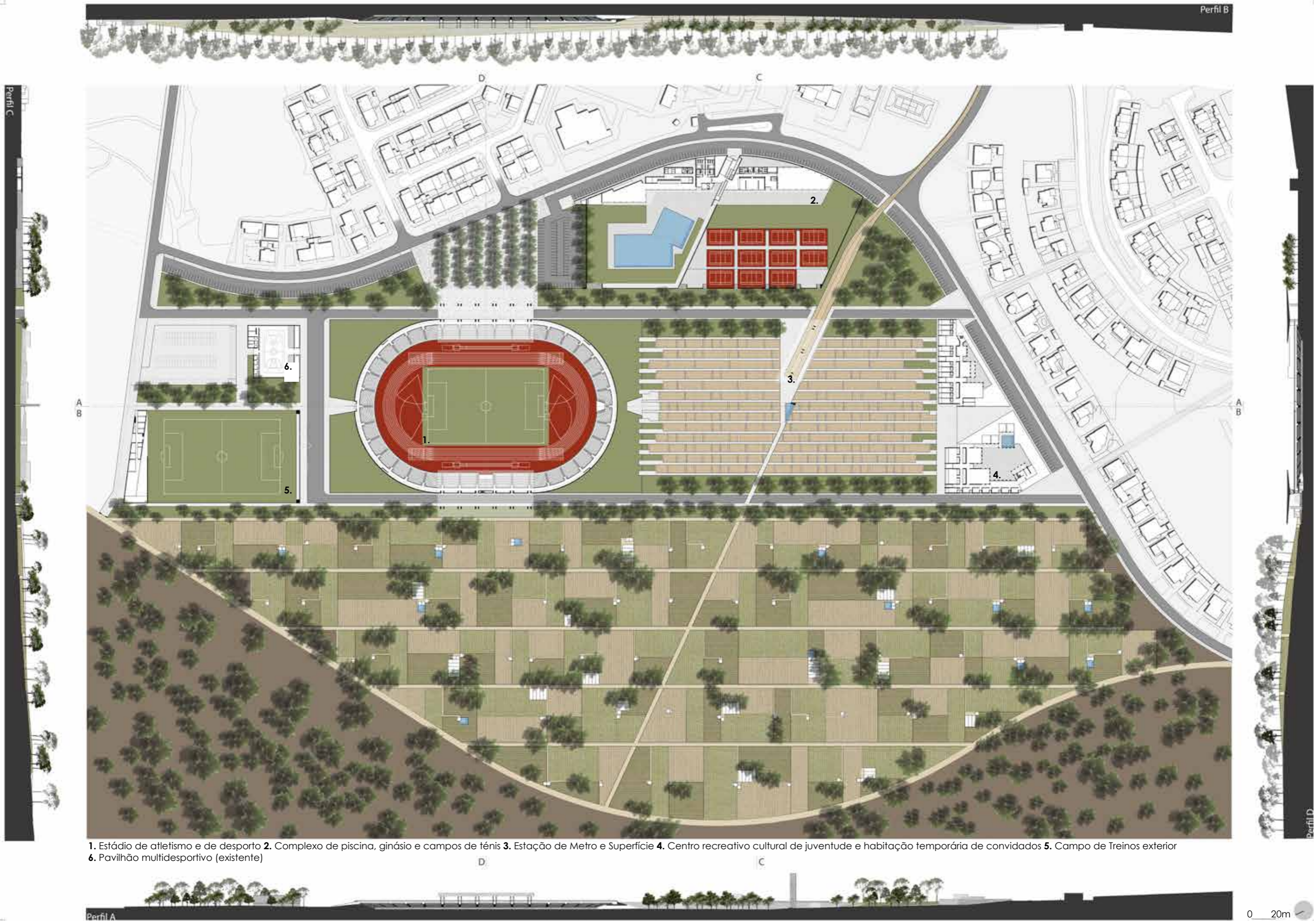


Fig. 164 Esquízo da relação do Estádio com a envolvente

218 Gabinete da Área de Sines – *Imagem da Cidade Nova de Santo André, Percepcionada pelos Alunos das Escolas*; Banco de Dados, Abril de 1982; Arquivo da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Santo André



1. Estádio de atletismo e de desporto 2. Complexo de piscina, ginásio e campos de ténis 3. Estação de Metro e Superfície 4. Centro recreativo cultural de juventude e habitação temporária de convidados 5. Campo de Treinos exterior 6. Pavilhão multidesportivo (existente)

Fig. 165 Plano Urbano de Pormenor, Implantação e Perfis

mentos (por exemplo, o novo pavilhão gimnodesportivo) apenas reforçam a sugestão para a eleição deste elemento urbano como estruturador.

No entanto é de salientar que esta zona não se trata de uma composição com autonomia própria, sobretudo do ponto de vista formal, mas sim de uma intervenção num quadro amorfo da periferia citadina. Portanto, a este espaço corresponde uma modificação calculada e ordenada num ambiente casual e desordenado caracterizado por duas realidades distintas que se interferem e contrastam reciprocamente.

Nestas duas realidades é de destacar a apropriação de parte do espaço com a produção agrícola familiar consentida, mas não de carácter permanente, num convívio com as estruturas desportivas.

A apropriação deste espaço para a prática agrícola advém da cultura da população que reconhece as suas origens na região do Baixo Alentejo. Uma percentagem de população fixou-se em V. N. de Santo André pela oportunidade de emprego advinda do complexo industrial e a melhoria da qualidade de vida, afastando-se do seu anterior quotidiano rural que pressuponha a lavoura intensa do campo. Apesar disso, permanecia intrínseca a necessidade da produção alimentar.²¹⁹ Uma das primeiras manifestações de apropriação do espaço pela população durante a construção da cidade nova fez-se através do uso do espaço público junto às habitações para ali criar pequenas hortas. (Fig. 157, p. 161) Com o decorrer do tempo estas pequenas hortas foram transportadas para o local junto ao campo de futebol pela disponibilidade do espaço e pelos solos férteis que caracterizam aquela parte do território.

Esta dicotomia - entre as actividades desportiva e rural foi uma das questões trazidas para o projecto sendo necessário dar uma resposta clara a esta coexistência.

Partindo do elemento estruturador atribui-se-lhe uma malha possível como princípio de organização ajustada aos objectos entendidos como fixos e referenciais. Seguido deste gesto vem uma definição de utilização a cada quadrícula. Esta definição conclui com o desenho de uma faixa central com duas ruas paralelas dentro do polígono da zona desportiva. Estas ruas vêm na relação de dois percursos pedonais que começam no Bairro Atalaia Sul e fazem a relação com a zona desportiva. Na faixa central implanta-se o pavilhão gimnodesportivo, já existente, o estádio, agora redesenhado, e uma grande praça aberta, proposta pelo nosso plano. (Fig. 165, p. 165)

Esta praça de apoio ao complexo desportivo, é também a plataforma de chegada/recepção de pessoas afirmada pela estação terminal dos transportes públicos “*tram-train*” ou metro de superfície. Esta estação identifica-se por uma pala de protecção e situa-se junto ao reservatório. A área desenhada desta praça suporta além das funções já referidas, outras de carácter lúdico, como eventos musicais. Trata-se, em suma, de um espaço polifuncional.

É rematada a sul e a nascente por estruturas desportivas e logísticas, formando uma frente face ao arruamento circundante desta zona de equipamento desportivo.

Na redefinição e desenho de ordenamento deste espaço, introduziram-se alterações programáticas e tipológicas no reequipamento deste espaço, caracterizado por um novo edifício de apoio logístico às actividades desportivas, centro de acolhimento temporário de atletas e centro de juventude. Este edifício remata o sul da praça e desenvolve-se num só piso, aproveitando o declive natural do terreno e a extensão frontal voltada para o arruamento, permitindo uma leitura global de

219 Mendes, Cristina Galhardo - *Percursos de Integração, Identidade e Pertencas, Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém*; Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Univerdidade Aberta; Dezembro de 2012; p. 54-55



Fig. 166 Maquete da proposta individual de requalificação e remate da frente poente de V Nª de Santo André

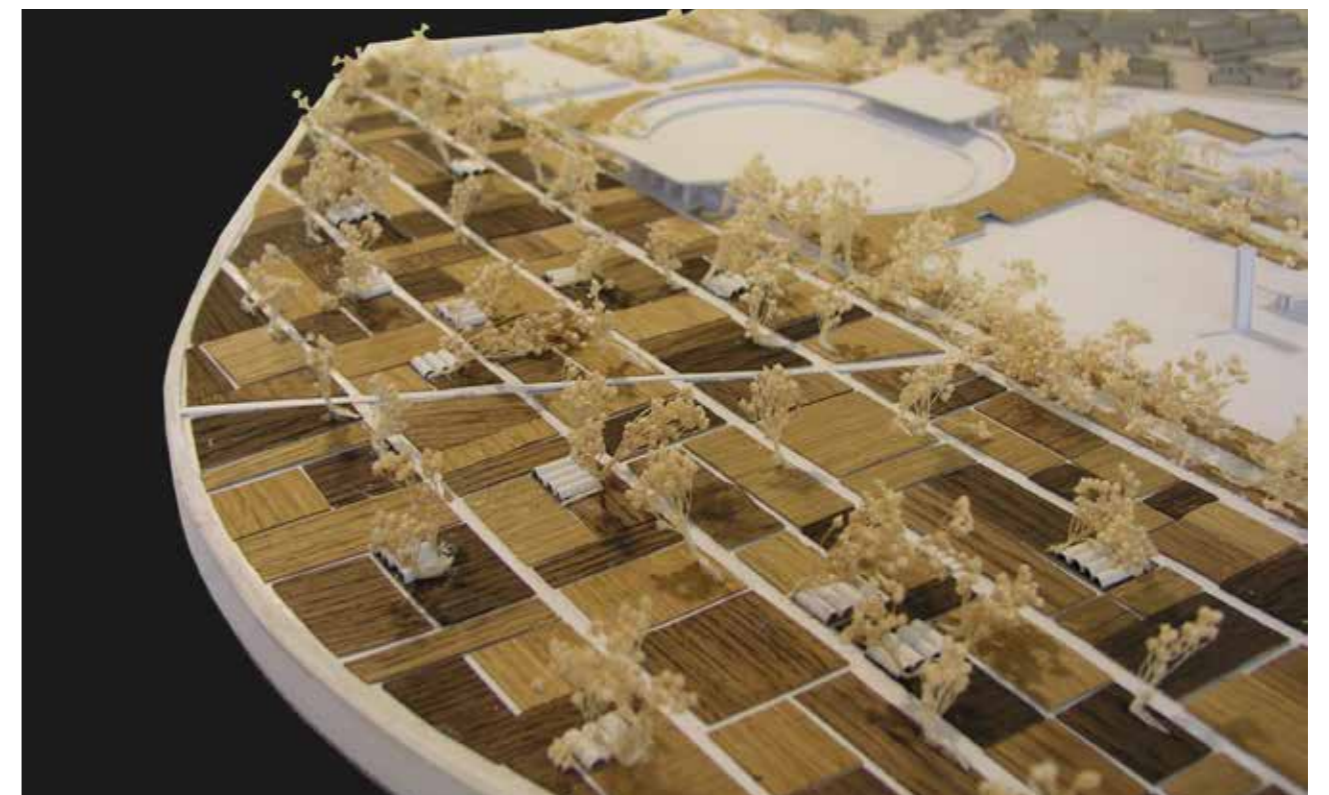


Fig. 167 Pormenor dos campos agrícolas representado na maquete individual

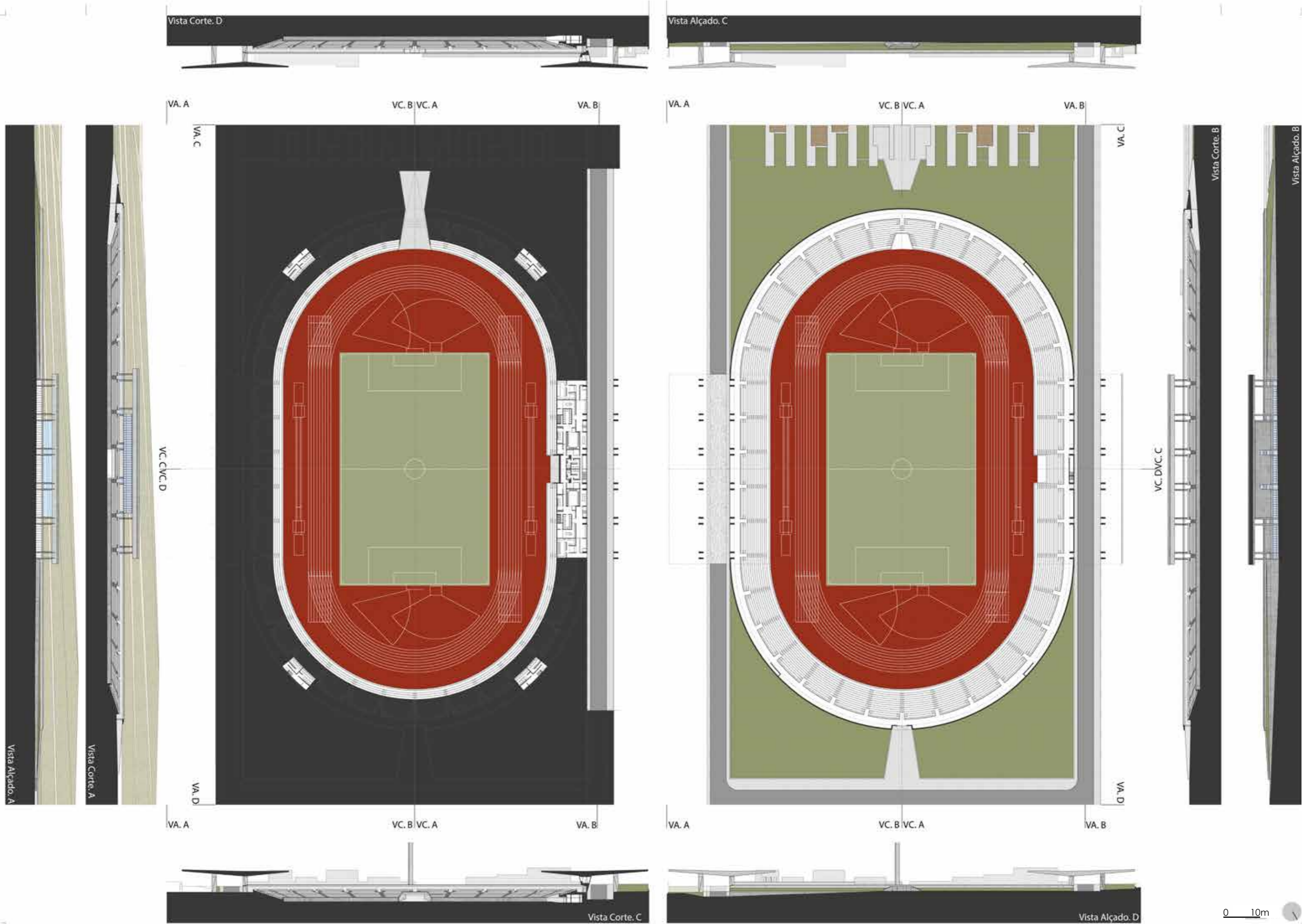


Fig. 168 Pormenor do Equipamento Principal (Estádio), plantas, cortes e alçados

todo o complexo desportivo destacando o estádio de futebol e a praça das actividades já referidas. O mesmo está marcado por três acessos sendo dois laterais, intencionalmente dividido em dois sectores como estratégia de gestão do edifício, podendo acolher em separado categorias profissionais ou ser usado parcialmente como centro de estágios. A terceira entrada ou acesso é axial constituída por uma grande rampa exterior de acesso à praça.

O programa para este edifício contempla a ala de quartos voltados para o interior do complexo desportivo, e delimitados por pequenos pátios exteriores. As actividades logísticas/administrativas e de formação foram definidas em espaços ou gabinetes no edifício de maior dimensão (no lado poente da rampa). Outros espaços polifuncionais que podem ser convertidos em pequenos auditórios ou salas de formação, actividades de lazer e/ou estar foram voltadas para os pátios interiores de cada edifício. O edifício a nascente da rampa, pelas suas dimensões e área, foi eleito como o edifício administrativo.

Quanto aos equipamentos existentes, piscinas, campos de ténis e ginásio procedeu-se a uma requalificação e aumento das suas capacidades. Optou-se pela mesma estratégia do edifício anteriormente descrito, ou seja, aproveitando o desnível natural do terreno, semi-enterrando formalmente estes equipamentos, marcando-os apenas com uma entrada comum aos dois, com acesso a partir do arruamento circundante, ao longo do qual se localiza a faixa de estacionamento.

A ampliação dos equipamentos descritos é justificada por todo o potencial atribuído às estratégias de expansão/ligação das duas cidades, e pelo facto de Sines poder usufruir deste complexo desportivo, dadas as limitações do seu espaço territorial.

A praça aberta destina-se ao apoio do estádio, sendo lugar de actividades lúdicas, sociais e receptora de uma estação terminal do metro de superfície. A escolha deste programa é justificada pela proximidade dos equipamentos escolares e pelo efectivo de população jovem.²²⁰

Do lado oposto, a poente da grande praça foi transferida a produção agrícola familiar com o sentido de manter a função rural e agrícola. A partir da referência da *Broadacre City* apenas se disciplinou a ocupação/exploração deste espaço a uma escala mais reduzida. No espaço de transição entre a faixa que contém o estádio e a área protegida propõe-se uma ordem de ocupação adaptada à topografia do terreno. Os acessos aos lotes dos terrenos agrícolas são feitos por um percurso em terra batida marginal à área protegida cruzada por um percurso secundário. Nesta ordem o lote é arrendado a quem estiver interessado em faixas de 15 x 35m de largura não podendo um arrendatário ter na sua posse mais do que quatro faixas. As estufas, os abrigos para as alfaías agrícolas e os depósitos de água são equivalentes ao número de lotes de cada arrendatário.

Quanto ao estádio, este foi objecto de uma reformulação conferindo-lhe um carácter arquitectónico renovado, ampliado e dimensionado em consonância com o carácter da envolvente. (Fig. 168, p.169) O estádio foi objecto de uma reformulação conferindo-lhe um novo carácter arquitectónico, ampliado e dimensionado em consonância com o carácter da envolvente. O estádio foi dotado de uma superfície para a prática do atletismo e o relvado redimensionado para acomodar outras modalidades para além do futebol. Este foi dotado de bancadas (até hoje inexistentes) com capacidade máxima para dez mil espectadores e de coberturas nas bancadas laterais. Estas coberturas servem também de elementos marcantes nos acessos público e de recepção aos atletas. A capacidade foi calculada tendo em conta, e como já foi referido o potencial de crescimento que esta cidade oferece e pelas infra-estruturas de transportes introduzidas. Neste sentido, na identificação

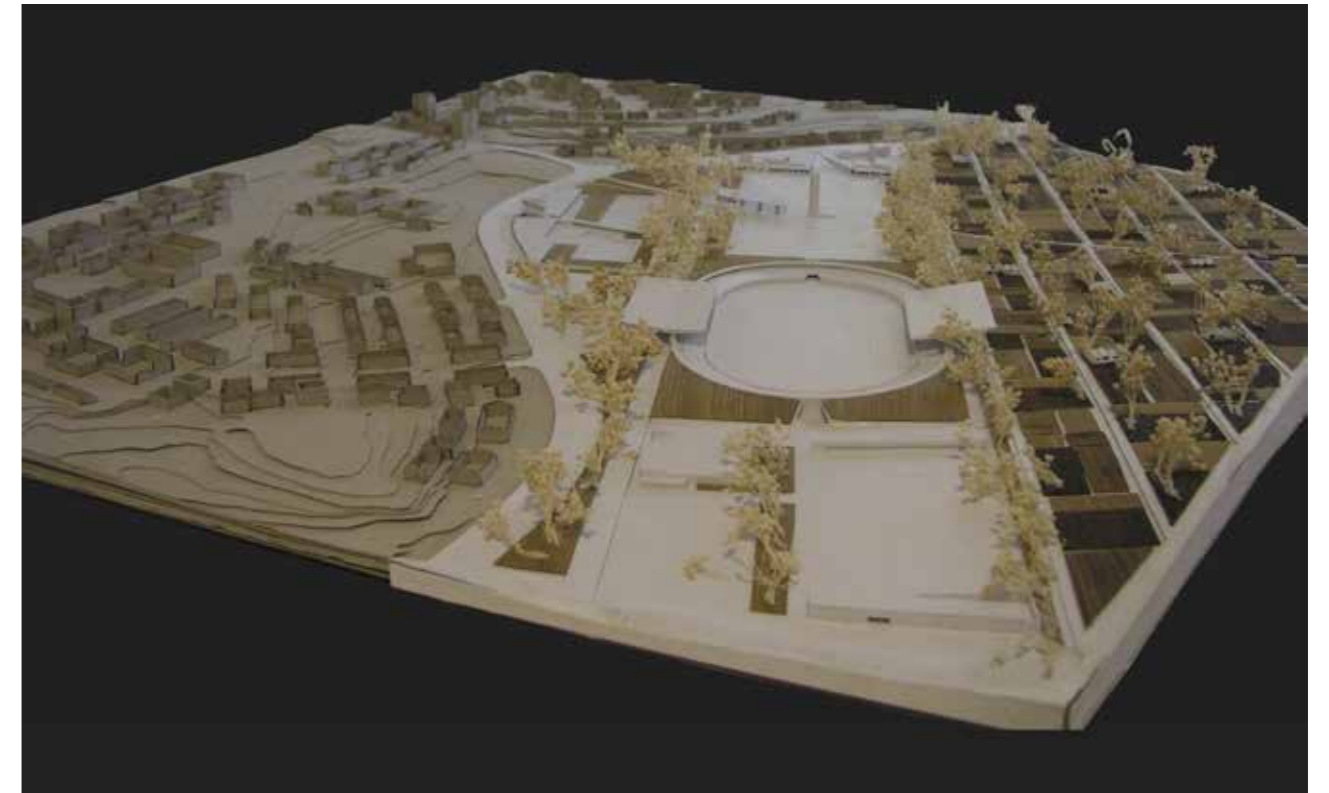


Fig. 169 Vista da faixa central da proposta na maquete individual

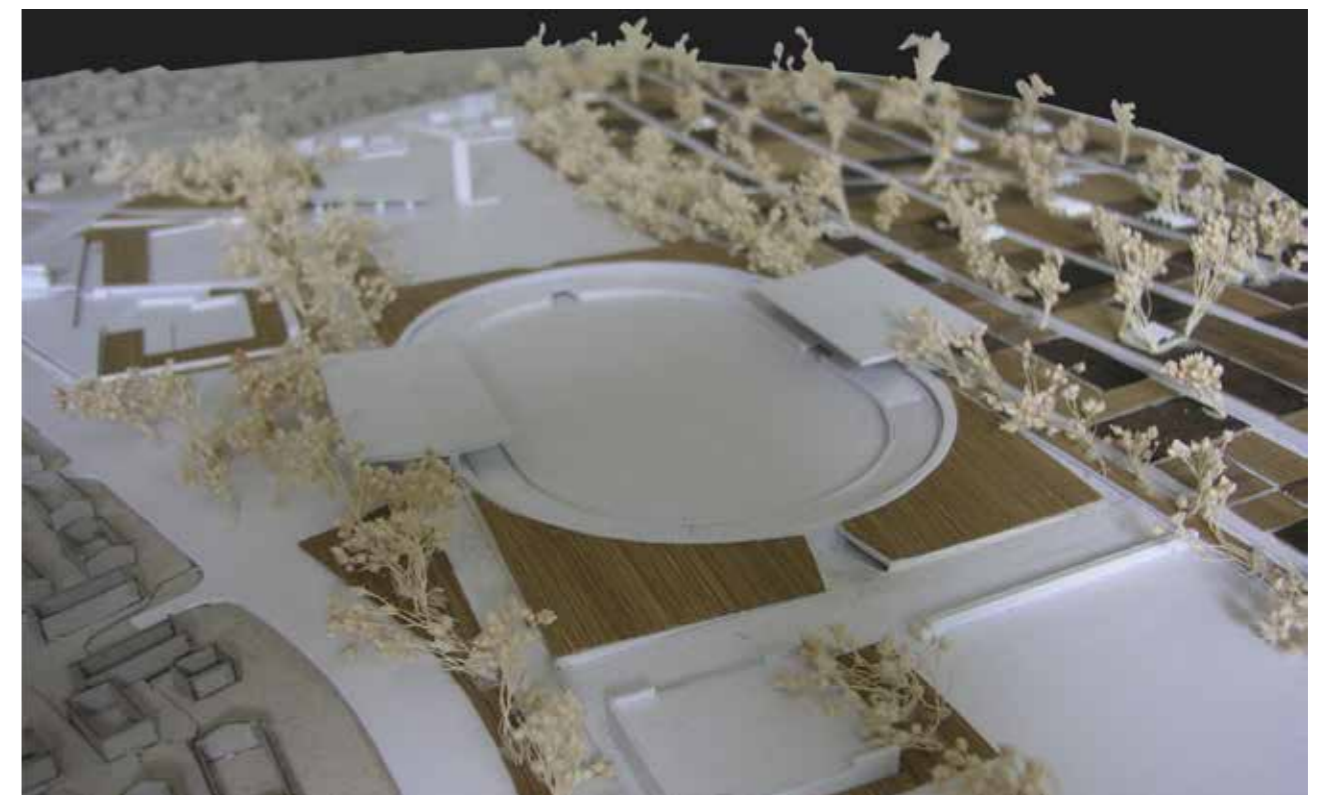


Fig. 170 Pormenor do Estádio com os campos agrícolas ao fundo na maquete individual

220 INE (2015). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Alentejo* (PDF). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 95. [Consultado em 3 de Novembro de 2015], Disponível em: «http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros»

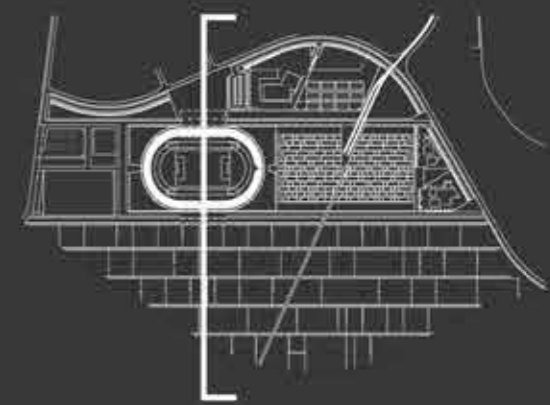
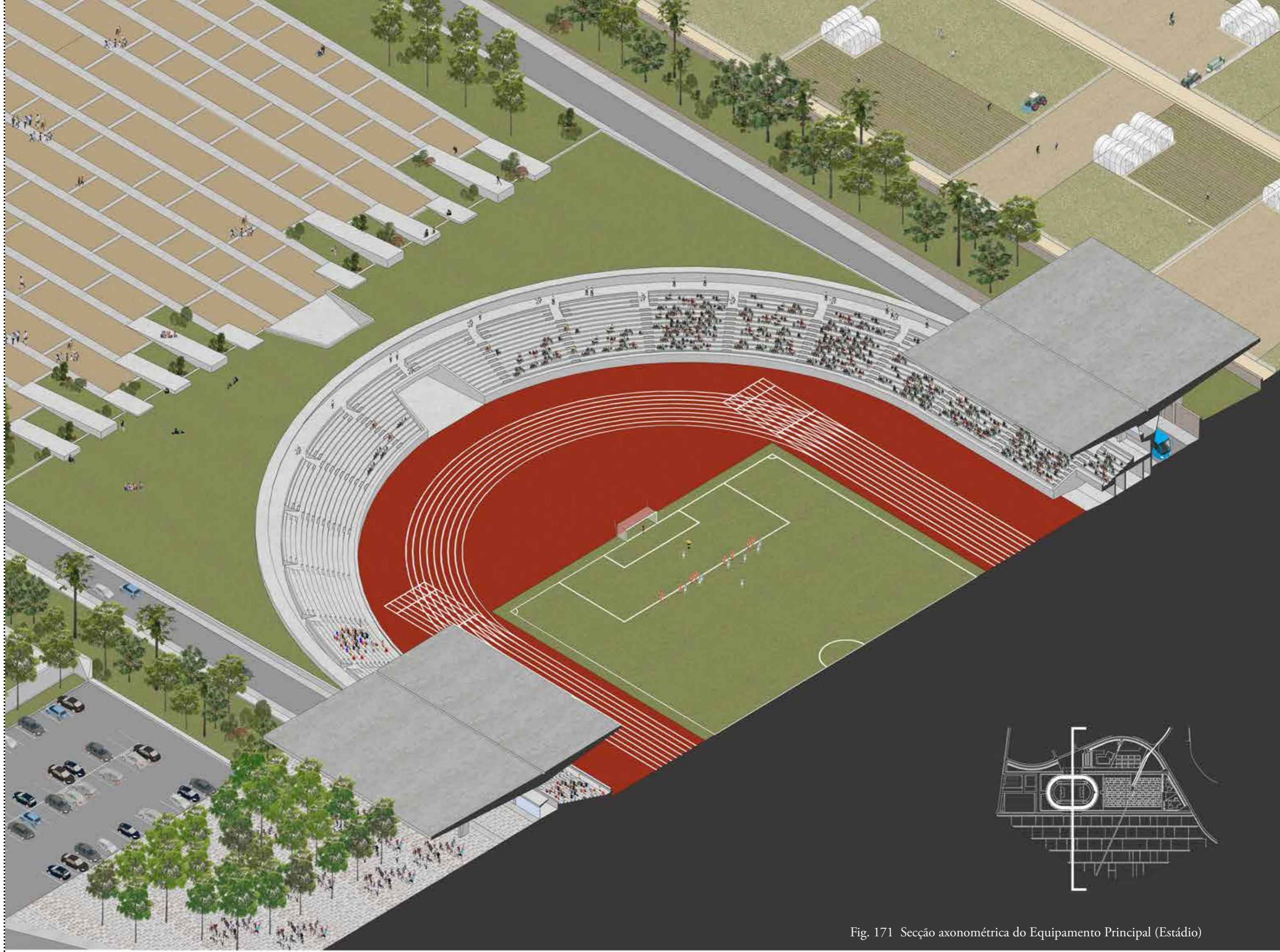


Fig. 171 Secção axonométrica do Equipamento Principal (Estádio)

do acesso público foi definido uma grande praça arborizada que faz a relação com a cidade. Ainda como complemento ao estádio foi redesenhado, a norte o campo de treinos, um edifício de apoio. Aproveitou-se ainda o desaterro do campo de treinos, já iniciado pelo município, mantendo-se o local de implantação deste.

Numa clara definição da rua urbana periférica e de servidão deste complexo desportivo toda a sua extensão foi objecto também de um novo desenho. Ao perfil existente com passeio e ciclovia foi acrescentado uma via de circulação interna de distribuição para o estacionamento. Esta decisão vem no sentido de libertar a rua existente de possíveis constrangimentos de trânsito.

Mediante a redefinição do perfil rodoviário redesenhou-se as estruturas das piscinas, campos de ténis e ginásio. Nestes equipamentos foi rebaixada a cota do perfil no sentido de ampliar a panorâmica visível de toda a área desportiva, assume-se ainda uma baixa densidade no conjunto edificado em contraponto com a vegetação característica do local. Desta forma o único elemento que permanece em destaque assumindo uma função identificadora é o reservatório junto à estação de metro de superfície.

Por fim, foi fechada toda a intervenção na zona a norte com uma clara definição de acessos ao pavilhão gimnodesportivo e campo de treinos, também servidos por um pequeno parque de estacionamento autónomo.

Considerações Finais

No contexto nacional assistiu-se em muitas cidades à substituição (ou alteração) das funções que lhes deram origem o que resultou na adaptação a novas realidades e funções. Formal e historicamente, a urbanização correspondeu a um processo de concentração populacional em espaços reduzidos que resultou, em geral, da transferência de população dos territórios rurais para os aglomerados urbanos e da progressiva adaptação a novas actividades e modos de organização social e económica.

Como realidade social, a urbanização marca também os ciclos e a intensidade dos processos históricos associados à evolução das sociedades e dos seus comportamentos. O que faz com que as cidades, independentemente da sua dimensão sejam, em simultâneo, realidades territoriais e fenómenos sociais. Mais do que aglomerações de pessoas e de funções diferenciadas são formas de relação territorial, social e de apropriação e uso do espaço disponível.

O território estudado foi palco de transformações urbanas e industriais. A produção de uma nova cidade mono funcional operária e a mega concentração industrial na periferia da cidade foram dois acontecimentos inter-dependentes com crescimento contrastantes. O primeiro pela distância e o segundo pela proximidade periférica. O resultado desta concentração industrial periférica assentou no facto, já referido, de coroar o território da cidade procurando contê-la.

Daqui ressaltam os resultados deste metabolismo urbano na constatação de que Vila Nova de Santo André é uma cidade com autonomia, preenchendo-se de estruturas dinamizadoras da vida urbana, a norte, e que a grande área industrial de Sines tem vindo a ser reestruturada, sobretudo em direcção a sul. Ambas as cidades mostram que no meio de tantos acontecimentos vão seguindo no sentido do equilíbrio social e urbano. Neste sentido o contributo da nossa proposta aponta um caminho possível nesta dinâmica apostando na requalificação do território.

Contudo, como se denotou na relação entre Sines e Santo André (objecto-de-estudo) e o conceito-de-referência, *Subtopia*, o tempo de transição das mudanças foi gerador de impasses e de expectativas na (re)construção do território. Mas, na maior parte dos casos, a falência das intervenções realizadas esteve na adaptação dos objectivos ambicionados à realidade local gerando, em contrapartida, uma estagnação ou desconsideração de certas áreas territoriais.

No caso da área urbana escolhida para realizar a proposta individual, em V. N. Santo André, a interrupção no seu desenvolvimento deixou o aglomerado num estado expectante e a falta de conclusão do seu planeamento foi sendo alvo de apropriações improvisadas e de construções incoerentes que, em torno, ajudou à criação de uma paisagem difusa, indefinida e inacabada; portanto, de uma *Subtopia*, tal como a definimos em capítulos anteriores.

Podemos deduzir que a um planeamento concertado corresponde uma visão global pelo interesse do desenvolvimento, a partir dos elementos físicos locais e regionais do território, caracterizadores do território. Os primeiros compõem o enquadramento do segundo, mais do que qualquer intervenção isolada.

Através da análise ao objecto-de-estudo podemos observar que o território é um sistema complexo que integra espaços urbanizados, espaços rurais e espaços naturais. Sobre esse território, de forma dinâmica e interactiva, organiza-se a vida através da conjugação da intensidade de usos e tecnologias disponíveis, assim como da reacção dos sistemas naturais às alterações sofridas. O uso contínuo do território produziu uma constante fragmentação espacial especialmente quando se adensou a rede viária e se acentuaram as mudanças do seu uso por efeito da expansão urbana e da substituição de culturas (e práticas) agrícolas e florestais.

No estudo sobre a condição de *Subtopia* na paisagem é possível determinar que ao território (lugar), local ou regional está subjacente um carácter que o torna identificável – *Genius Loci* – e que é sustentado pela acção humana independentemente das transformações ou mudanças efectuadas ao longo dos tempos.

A ideia base e subjacente ao território analisado assentaram mais do que nos experimentalismos do planeamento do megaprojecto industrial e urbano ou até dos atropelos político-económicos e sociais na ausência de uma leitura regional deste território. Esta ideia residiu quer no trabalho de grupo quer no trabalho individual numa leitura mais aproximada dos contextos regionais e locais.

Como se pôde constatar, a descaracterização deste território não esteve apenas na mudança/ alteração dos sectores económicos da Cidade Nova, mas também no fraco aumento demográfico previsível e na instalação da actividade industrial que acabou por não ter o desenvolvimento esperado. A mesma também se deveu a uma desconsideração das tradições, usos e realidades daquele território que, por vontade da organização estatal, ficaram para segundo plano.

A ideia base de ambas as propostas está, de acordo com o referido, na (re)caracterização das componentes deste território e na possibilidade de estabelecer novas relações. Esta passou primeiro pela análise dos elementos territoriais físicos desde as várias estruturas verdes, aos dois núcleos urbanos e às estruturas viárias e industriais. E, depois, na procura de uma possível solução, sustentada pela observação de casos-de-estudo que, apesar das devidas distâncias geográficas, temporais e culturais, possuíam pontos similares.

A proposta de ligação entre as duas cidades trata, portanto, o desenvolvimento urbano através de um sistema ortogonal envolvendo desde o espaço físico das duas realidades até ao tratamento das suas envolventes. A partir da malha é reconfigurado o ambiente recorrendo às características locais e regionais que estão suportadas no território, no seu solo agrícola e no seu valor produtivo, paisagístico, natural e turístico.

A proposta individual explora para além das questões referidas a aproximação formal e a disposição urbana dos equipamentos consoante o paradigma da proposta geral num contexto particular. Devido a este, os equipamentos foram redimensionados e afeiçãoados ao território mantendo uma cêrcea baixa e apenas com certos elementos referenciais, conjugando com a vegetação de pinhal envolvente.

O destaque esteve no equipamento principal - o estádio desportivo. A decisão da renovação deste para um equipamento capaz de albergar várias modalidades desportivas e um efectivo de 10 000 espectadores teve também como base o reforço das relações entre municípios, uma vez que Sines não possui um equipamento semelhante. A ocupação agrícola neste local foi redimensionada para o uso familiar de acordo com as práticas locais do momento. A decisão estratégica de implantar esta actividade junto ao limite da zona protegida visa uma melhoria nas relações dinâmicas entre a componente urbana edificada e a componente natural.

Conscientemente, após todo o processo de análise, estudo do território e desenvolvimento das referidas propostas este exercício serviu também de reflexão.

Por fim, conclui-se com uma consciencialização de que o estudo do território e da cidade é tão amplo e complexo que a abordagem por uma só pessoa é impossível se tivermos em conta a vastíssima gama de conhecimentos que ela teria de acumular. A tarefa do estudo urbano e territorial terá sempre em conta uma articulação interdisciplinar devido à complexidade de temas a tratar. Esta consciência é necessária e corresponde à noção de que qualquer acção do homem sobre o território terá o objectivo do bem-comum. Todo o processo requer tempo e constância, porque a cidade é um processo “em construção” permanente e não acabado.

Bibliografia

Monografias

- AAVV – *Textos de Arquitectura de la Modernidad*, Editorial Nerea SA, Madrid (Espanha), 2ªEdição, Setembro de 1999
- Benevolo, Leonardo – *História da Cidade*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1983
- Benevolo, Leonardo – *História da Arquitectura Moderna*, Editora Perspectiva SA, São Paulo (Brasil) 1976
- Benevolo, Leonardo - *As origens da urbanística moderna*, colecção dimensões; Editorial Presença, Lisboa (Portugal), 1981
- Choay, Françoise – *A Regra e o Modelo, Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Lisboa (Portugal) Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas SA, 1ªEdição Abril de 2007
- Choay, Françoise - *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; São Paulo (Brasil), Perspectiva, 2007, 6ªEdição
- Chueca Goitia, Fernando - *Breve história do urbanismo*; Editorial Presença, Lisboa (Portugal) 9ª Edição, 2014
- Curtis, William JR – *Arquitectura Moderna, Desde 1900*; tradução Alexandre Salvaterra, Porto Alegre (Brasil), Bookman, 2008
- Cullen, Gordon – *Paisagem Urbana*, Lisboa (Portugal), Colecção: Arquitectura e Urbanismo, Edições 70, 1983
- Delfante, Charles - *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*; Lisboa, (Portugal) Instituto PIAGET, 1997
- Domingues, Álvaro - *Vida no Campo*; Porto (Portugal) Edição Dafne Editora, 1ª Edição, 2011
- Fishman, Robert - *Urban Utopias in the Twentieth Century Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright and Le Corbusier*; Cambridge (Massachusetts, USA) MIT Press, 1982
- Frampton, Kenneth - *História Crítica da Arquitectura Moderna*; São Paulo (Brasil), Martins Fontes, 1997, 1ª Edição
- Gozak, Andrei (Ed) - *Ivan Leonidov, The Complete Works*; Nova Iorque (EUA); Rizzoli International Publications Inc, 1988
- Jencks, Charles – *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Lisboa (Portugal) Colecção: Arquitectura e Urbanismo, Edições 70, 1983
- Koolhaas, Rem - *Content*, Koln (Alemanha), Editora Taschen; 2004
- Mattoso, José (dir.) - *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)* Vol. VII; Lisboa (Portugal) Círculo de Leitores Lda. e Autores, 1ªEdição, Junho de 1994

- Menezes, Filipe Ribeiro - *Salazar, Uma Biografia Política*; Lisboa (Portugal) Publicações Dom Quixote, 2010, 4ªEdição
- Mendes, Maria Clara - *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia, Evolução e Tendências*. Lisboa (Portugal); Publicações Dom Quixote, 1990
- Montaner, Josep Maria – *Arquitectura e crítica*, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona (Espanha) 2007, 2ªEdição
- Mumford, Lewis - *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*; São Paulo (Brasil), Livraria Martins Fontes Editora Lda (Ensino Superior), 1982, 2ªEdição
- Rodrigues, José Manuel (Ed.) – *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, Lisboa (Portugal), Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, Outubro de 2010
- Gregotti, Vittorio - *Território da Arquitectura*; São Paulo (Brasil), Editora Perspectiva S.A., 3ªEdição, 2001
- Sousa Morais, João - *Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vicentina*; Lisboa (Portugal), Editorial Estampa, 1995
- Zevi, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*; Editora Arcádia, Lisboa (Portugal), 1ª Edição, 1970
- Wright, Frank Lloyd – *La ciudad, El Futuro de la Arquitectura*; trad. E. Goligorsky, Barcelona (Espanha), Ed. Gustavo Gilli, 1978

Teses, dissertações e outras provas académicas

- Mendes, Cristina Galhardo - *Percursos de Integração, Identidade e Pertenças, Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém*; Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta; Dezembro de 2012
- Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000
- Pavesi, Lorenza – *Ian Nairn: Subtopia e Townscape*, Dissertação de mestrado em Arquitectura na Área de Concentração em Teoria e História da Arquitectura, apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo; Março de 2011
- Pulido, Javier Castellano - *El Patrimonio Fértil, Transferencias entre el paisaje agrario y la arquitectura de los crecimientos urbanos*; Prova Final de Doutoramento em Expresión Gráfica, Cartografía y Proyecto Urbano; Universidad de Granada, Junio 2015
- Rodrigues, Maria João - *O Preconceito no Conteúdo da Cidade: A cidade Nova de Santo André no projecto Estruturante de Sines*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa, 1997

Artigos electrónicos

Almeida, São José – *Retornados, Uma história de sucesso por contar*; 20 de Abril de 2014 [Consultado: 27 de Novembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>»

Armando, José – *Estado Novo*, 20 de Fevereiro de 2001 [Consultado a: 15 de Abril de 2017] Disponível em: «<http://www.prof2000.pt/users/trinita/Armando/Ruralismo.htm>»

CCDR, Alentejo - *Programa Regional de Ordenamento do Território da região do Alentejo*, [Consultado a: 2 de Outubro de 2015] Disponível em: «<http://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ord/prot-alentejo>»

Della Manna, Eduardo – *Broadacre City: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia social*, Abril de 2008, [Consultado: 7 de Novembro de 2015] Disponível em: «<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/148>»

Encyclopedia of Russian History - *Collective Farm*, [Consultado a 26 Dezembro de 2016]; Disponível em: «<http://www.encyclopedia.com/plants-and-animals/agriculture-and-horticulture/agriculture-general/collective-farm#1G23404100270>»

Gossop, Chris - *From Garden Cities to New Towns - An Integrative Planning Solution?*; 42nd ISoCaRP, 2006; 2006 [Consulta: 4 Nov. 2016]; Disponível em: http://www.isocarp.net/data/case_studies/760.pdf

INE (2015). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Alentejo* (PDF). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 95. [Consultado em 3 de Novembro de 2015], Disponível em: «http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros»

Lucarelli, Fosco – *The Narkomfin Building in Moscow (1928-1929): a Built Experiment on Everyday Life*, 12 Abril de 2014 [Consultado em: 23 de Dezembro de 2016]; Disponível em: «<http://socks-studio.com/2012/07/14/mikhail-okhitovich-and-the-disurbanism/>»

Macalister, Terry - *Background: What caused the 1970's oil price shock?*; 3 de Março de 2011 [Consultado a: 27 de Setembro de 2016] Disponível em: «<https://www.theguardian.com/environment/2011/mar/03/1970s-oil-price-shock>»

Matias, Iraldo Alberto- *Projecto, Utopia e Revolução: Introdução ao debate entre “Urbanistas” e “Desurbanistas” Soviéticos*; Artigo publicado na *Revista Contra a Corrente*, ano 2, nº3, pp. 58-63; Abril de 2010 [Consultado a 21 Novembro de 2016] Disponível em: «http://lastro.ufsc.br/?page_id=1910»

Martins, António – *Três notas prévias. Cascais: [s.n.], 2004*. Comunicação apresentada nas Jornadas do Porto de Sines 2004; [Consultado a: 15 Janeiro de 2017]; Disponível em: «https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_de_Sines#refMartins2004»

Miguel, Jair Dinis – *“Estilo e Época”: Por uma teoria arquitectónica do construtivismo soviético*, III Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP, 2007 [Consulta: 24 Março 2017]; Disponível em: «<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/MIGUEL,%20Jair%20Diniz.pdf>»

Município de Sines - *História de Sines*, [Consultado a: 23 Janeiro de 2016], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/311>»

Município de Sines - *Centro Histórico de Sines*, [Consultado a: 23 Janeiro de 2016], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/698> »

Município de Sines - *Arquivo Municipal de Sines nos Séculos XVII-XIX*, [Consultado a: 17 Abril de 2017], Disponível em: «http://45.33.69.154/index.php/?sf_culture=pt »

Município de Sines – *A Igreja Matriz de S. Salvador*, [Consultado a: 17 Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/705>»

Município de Sines – *Relatório e Memória Descritiva do Plano de Urbanização de Sines*, [Consultado a: 10 Abril de 2017], Disponível em: «http://www.sines.pt/uploads/document/file/3167/PU_Sines_-_Relat_rio.pdf »

Município de Santiago do Cacém - *Arquifolha, Jornal Trimestral com Notícias do passado*, Publicação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém - Arquivo, nº 13, 2012, pp. 1-18 [Consultado a: 10 Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/13-Arquifolha-n.%C2%BA-13.pdf>»

Município de Santiago do Cacém - *1º encontro nacional sobre o complexo de Sines : consolidar, construir o futuro. - Sines : Câmara Municipal, [1986]* Fundo Regional - Alentejo Litoral; [Consultado em: 9 de Abril de 2017]; Disponível em: «<http://servicos.cmsantiagocacem.pt/catalogo/plinkres.asp?Base=ISBD&Form=ISBD&StartRec=0&RecPag=5&NewSearch=1&SearchTxt=%22TCO%201%BA%20encontro%20nacional%20sobre%20o%20complexo%20de%20Sines%20%3A%20consolidar%2C%20construir%20o%20futuro%22%20%2B%20%22TCO%201%BA%20encontro%20nacional%20sobre%20o%20complexo%20de%20Sines%20%3A%20consolidar%2C%20construir%20o%20futuro%24%22>»

Município de Santiago do Cacém – *Plano Director Municipal de Santiago do Cacém*, [Consultado a: 4 de Abril de 2017], Disponível em: «<http://www.cm-santiagocacem.pt/ordenamento-do-territorio/planeamento-urbanistico/planos-em-vigor/>»

New World Encyclopedia contributors - *Russian Revolution of 1917*, 21 Julho 2015, [Consultado a 13 Dezembro de 2016]; Disponível em: «http://www.newworldencyclopedia.org/p/index.php?title=Russian_Revolution_of_1917&oldid=989573»

Patrício, Maria Teresa - *A estratégica política e económica do Estado Português num pólo de crescimento, O Projecto de Sines*, Revista Sociologia-Problemas e Práticas do ISCTE, N°10, 1991, pp. 9-19 [Consultado em: 15 de Janeiro de 2017]; Disponível em: «<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1071>»

Pavesi, Lorenza – *Contra-ataque a Subtopia, Ian Nairn e os caminhos do urbanismo inglês*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, N°6, Fevereiro de 2013, p. 139-145; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em:«http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf/ref_4_risco5.pdf»

Pavesi, Lorenza - *Ian Nairn e o manifesto subtopia*; In: Risco, revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo, N°5, Janeiro de 2007, p. 139-145; [Consultado: 4 Novembro 2016], Disponível em:«http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf/ref_4_risco5.pdf»

PORTUGAL. Arquivo Distrital de Setúbal-DigitArq [Em linha].Setúbal: ADSTB, 2009-.[Consultado a: 17 de Outubro de 2016]. Atualização diária. Disponível em WWW:URL:<http://adstb.dgarq.gov.pt>

Radburn Association – *History of Radburn*, , [Consultado: 4 de Abril de 2017] Disponível em: «<http://www.radburn.org/geninfo/history.html>»

Ribeiro, Raquel - *Santo André, a cidade que 40 anos depois continua por fazer*; p.25; 17 de Agosto de 2014[Consultado:27 de Setembro de 2016], Disponível em: «<https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422> »

Souza, J. Fernando – *A Conclusão do Ramal de Sines*, Gazeta dos Caminhos-de-ferro, Revista Quinzenal Fundada em 1888, Nº 1170, Ano XLVIII, 16 de Setembro de 1936, pp. 483-485 [Consultado a: 8 de Abril de 2017], Disponível em: «http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1936/N1170/N1170_master/GazetaCFN1170.pdf»

The Library of Congress - *Primary Documents in American History, Homestead Act*, 19 de Março 2015, [Consultado: 30 de Novembro 2016], Disponível em: «<https://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/Homestead.html>»

União de Freguesias (2013). *Reorganização Administrativa das Freguesias em Portugal*, [Consultado em 9 de Abril de 2017] Disponível em: «<http://uniaofreguesias.codigo-postal.pt/santiago-do-cacem/>»

US History Organisation - *Jeffersonian Ideology*, 1 Jan 2016, [Consultado: 2 Dez 2016], Disponível em «www: <http://www.ushistory.org/us/20b.asp>»

Video, artigos e documentos não publicados

Campaniço, Bertolino - *A Expansão Urbanística de Santo André*, O Leme, Jornal 475, Santiago do Cacém, 1ª Quinzena de Dezembro de 2007,

Gabinete da Área de Sines – *Imagem da Cidade Nova de Santo André, Percepcionada pelos Alunos das Escolas*; Banco de Dados, Abril de 1982; Arquivo da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Santo André

Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo arq. Manuel Graça Dias; Emissão, via RTP2, 1996

Fonte das Imagens

1. Maquete da proposta de grupo

Fotografia do grupo

2. Maquete da proposta de grupo apresentada à Trienal

Fotografia do autor

3. Maquete da proposta individual

Fotografia do autor

4. Imagem panorâmica actual de Sines

<http://revistabusinessportugal.pt/a-dimensao-do-porto-de-sines-traduz-se-em-factos/>

**5. Planta da situação actual da Cidade de Sines com a infraestrutura industrial e portuária
Plataforma informática da Trienal de Arquitectura Lisboa de 2016**

6. Planta da primeira estrutura urbana da Vila de Sines, c. Séc. XVII

Quaresma, António Martins - Litoral Alentejano: dois séculos de cartografia (XVII e XVIII), IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, Universidade do Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

7. Evolução do perímetro territorial administrativo de Sines e Santiago do Cacém, Séc. XV

<http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/284>

8. Evolução do perímetro territorial administrativo de Sines e Santiago do Cacém, Séc. XVI

<http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/284>

9. Evolução do núcleo urbano de Sines, 1790

https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/282093452016330/PU_Grupo%20_Genese%20Historia%20e%20Patrimonio.pdf

10. Evolução do núcleo urbano de Sines, 1960

https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/282093452016330/PU_Grupo%20_Genese%20Historia%20e%20Patrimonio.pdf

11. Evolução do núcleo urbano de Sines, 1988

https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/282093452016330/PU_Grupo%20_Genese%20Historia%20e%20Patrimonio.pdf

12. Evolução do núcleo urbano de Sines, 2005

https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/282093452016330/PU_Grupo%20_Genese%20Historia%20e%20Patrimonio.pdf

13. Panorâmica da Vila de Sines na década de 1960

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

14. Panorâmica da Vila de Sines em 1975

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

15. Representação do perímetro territorial de actuação do Gabinete da Área de Sines

Desenho do autor

16. Primeiro esquema de ordenamento territorial

Oliveira, Florbela - *Planeamento e Realidade na Cidade Nova de Santo André*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dezembro de 2000

Enquadramento de Sines antes das obras do complexo: (17.) a Baía; (18.) a vista a partir do castelo, (19.) a praia de banhos e (20.) a actividade piscatória

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

Enquadramento de Sines durante as obras do complexo coordenado pelo GAS: (21.) a reconversão da Baía e (22.) da costa; e, (23.) a construção dos cais e (24.) do porto industrial

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

25. Plano Director Municipal de Sines em vigor

<http://www.sines.pt/frontoffice/pages/649>

26. Mapa global do complexo portuário e industrial consoante o PDM de Sines

<https://pt.slideshare.net/apsinesalgarve/porto-de-sines-porta-atlantica-da-europa>

27. Relação entre a Vila Nova de Santo André e Sines

Plataforma electrónica da Trienal de Arquitectura Lisboa de 2016

28. Freguesias de Santiago do Cacém após a reorganização administrativa de 2013

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Santiago_do_Cac%C3%A9m_freguesias_2013.svg

29. Delimitação territorial da Freguesia de Santo André

<http://www.cm-santiagocacem.pt/municipio/freguesias/>

30. Perímetro delimitador das Reservas Naturais

http://santoandre.blogspot.pt/2006/11/expanso-urbanistica-da-cidade-de-santo_11.html

31. Enquadramento à chegada do local da construção da Cidade Nova (c. 1972)

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

32. Limpeza dos terrenos da Cidade Nova com os primeiros pavilhões para albergar os construtores/operários

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

33. As seis opções estudadas para a localização da Cidade Nova com esquema viário de ligação a Sines e Santiago do Cacém

Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

34. A primeira construção da Cidade Nova - “Bairro Azul”

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

35. e **36.** Panorama actual do Bairro Azul

Fotos do autor

37. Primeiro esquema matemático para a definição e catalogação do território de implantação

Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996

- 38.** Esquema matemático com as diversas manchas que definem uso e ocupação
Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996
- 39.** Esquema tardio que mostra a sobreposição do esquema matemático com a malha urbana estipulada na segunda fase do planeamento
Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996
- 40.** Esquema da proposta original
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=352034&page=21>
- 41. 42. 43. e 44.** Primeira fase da construção
<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>
- 45.** Esquema das ruas pedonais, praças e comércio de proximidade (2ª fase, arq. Silva Dias)
Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996
- 46.** Esquema urbano com a praça central e equipamentos a azul
Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996
- 47.** Mapa das diferentes fases de construção da Cidade Nova
Construção do autor
- 48.** Jornal “Cidade Aberta”
Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996
- 49.** Proposta de densificação (3ª Fase)
Programa *Ver Artes: A Cidade Nova de Santo André*; apresentado pelo Arq. Manuel Graça Dias; Emissão via RTP2, 1996
- 50.** Vista da Praça da Concórdia
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2013/04/vila-nova-de-santo-andre.html>
- 51.** Vista da Área Comercial e Zona Industrial Ligeira (ZIL)
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2013/04/vila-nova-de-santo-andre.html>
- 52.** Vista do Bairro das Torres e Atalaia Norte
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2013/04/vila-nova-de-santo-andre.html>
- 53.** Avenida de Santiago e Zona Comercial
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2013/04/vila-nova-de-santo-andre.html>
- 54.** Representação das Áreas Protegidas
(Esquema de análise elaborado pelo grupo de mestrandos: Jorge Cardoso, Marlene David e Cláudio Duarte no âmbito de Atelier de Projecto II)
<http://www.icnf.pt/portal>

55. Representação dos Sítios de Importância Comunitária

(Esquema de análise elaborado pelo grupo de mestrandos: Jorge Cardoso, Marlene David e Cláudio Duarte no âmbito de Atelier de Projecto II)

<http://www.icnf.pt/portal>

56. Rede RAMSAR

(Esquema de análise elaborado pelo grupo de mestrandos: Jorge Cardoso, Marlene David e Cláudio Duarte no âmbito de Atelier de Projecto II)

<http://www.icnf.pt/portal>

57. Rede Natura, Zonas de Protecção Especial

(Esquema de análise elaborado pelo grupo de mestrandos: Jorge Cardoso, Marlene David e Cláudio Duarte no âmbito de Atelier de Projecto II)

<http://www.icnf.pt/portal>

58. Representação da primeira actividade industrial no meio rural junto ao rio.

Philip James de Louthembourg and William Pickett: *Iron Works*, Colebrookdale, 1805; aquatint <https://gerryco23.wordpress.com/tag/industrial-revolution/>

59. Modificação da paisagem rural pela proliferação da actividade industrial

<https://blogdoenem.com.br/revolucao-industrial-historia-enem-2/>

60. Intensificação da população e do movimento na cidade de Londres devido ao aumento da população; *A Pilgrimage*, (1872) gravura de Gustave Dorè

<https://abeautifulbook.wordpress.com/category/18th-century/>

61. Vista dos subúrbios de Londres sem qualquer ordenamento

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/78/Stand_Lane_Radcliffe_looking_north_1902.jpg

62. Actividade industrial do Cachão

Domingues, Álvaro - *Vida no Campo*; Porto, Edição Dafne Editora, 1ª Edição, 2011

63. A paisagem envolvente do Complexo Industrial de Sines

<https://olhares.uol.com.br/central-termoelectrica-de-sines-foto7352449.html>

64. Viaduto a atravessar os campos agrícolas

Domingues, Álvaro - *Vida no Campo*; Porto, Edição Dafne Editora, 1ª Edição, 2011

65. Descaracterização da paisagem rural pela sobreposição da actividade industrial

<https://www.scienceandmediamuseum.org.uk/objects-and-stories/history-photography>

66. Cartaz de propaganda ao modo de vida saudável da cidade-jardim

<https://scodpub.wordpress.com/2011/03/01/garden-cities-by-ebenezer-howard/>

67. Diagrama do modelo da cidade-jardim para 32 000 habitantes de Ebenezer Howard

<http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/howard.htm>

68. Secção do modelo da cidade-jardim, do centro às quintas (atravessando a avenida principal)

<http://cidadejardimecidadeindustrial.blogspot.pt/>

- 69.** Esquema de relação do conjunto de várias cidades-jardim formando um aglomerado maior para 280 000 habitantes
<https://scodpub.wordpress.com/2011/03/01/garden-cities-by-ebenezer-howard/>
- 70.** Esquema dos três ímanes demonstrando as vantagens e desvantagens da cidade e do campo
<https://scodpub.wordpress.com/2011/03/01/garden-cities-by-ebenezer-howard/>
- 71.** Plano da primeira cidade-jardim de Letchworth, 1903
http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden_cities/2011_garden_cities_links_en.shtml
- 72.** Plano da segunda cidade-jardim de Welwyn, 1920
<http://u3asitec.org.uk/sites/c/chorleywood/welwyngardencityplan1920small.jpg>
- 73.** Perfis-tipo das ruas que configuram os bairros de Letchworth, pretendia-se o estabelecimento deste por todos os modelos
<http://www.hgs.org.uk/history/h00012000.html>
- 74.** Comparação entre dois ambientes do modelo da cidade-jardim, o primeiro (cima) na cidade de Letchworth com o segundo (baixo) no maior subúrbio-jardim de Londres, Hampstead
<http://cashewnut.me.uk/WGCbooks/web-WGC-books-1970-6.php>
<http://archiseek.com/2009/1910-houses-on-the-hampstead-garden-suburb-london/>
- 75.** Expansão do subúrbio-jardim de Hampstead, Londres, conforme o modelo da casa unifamiliar do conceito de E. Howard. Deste, apenas foi retirado o princípio da casa unifamiliar com jardim próprio.
http://www.britainfromabove.org.uk/asearch?name=HAMPSTEAD%20GARDEN%20SUBURB&gazetteer=HAMPSTEAD%20GARDEN%20SUBURB&POPULATED_PLACE=HAMPSTEAD%20GARDEN%20SUBURB&ADMIN_AREA=Barnet
- 76.** Ambiente nos subúrbios da classe operária de Londres.
http://gittermangallery.com/exhibition/2/exhibition_works/1005
- 77.** A falta de um dispositivo ordenador na periferia urbana de modo a controlar o crescimento industrial levou à degradação dos espaços públicos.
<http://www.tate.org.uk/art/artworks/killip-playground-with-three-girls-p81020>
- 78.** Ensaio da aplicação do modelo de E. Howard com uma sobreposição deste na área metropolitana de Londres.
<http://www.archdaily.com/545656/urbed-s-bold-proposal-to-reinvigorate-the-garden-city-movement>
- 79.** Proposta para o plano regional de comunicações ferroviárias e viárias, assim como a adaptação ao caso de Letchworth.
<http://www.letchworth.com/heritage-foundation/blog/wolfson-winner-announced-with-exhibition-coming-to-letchworth>
- 80.** Diagrama da evolução/crescimento da população à volta de Londres a partir dos finais do séc. XIX
<https://barneystriker.wordpress.com/2014/07/28/is-london-too-small/>

- 81.** Planta analítica social e funcional da grande Londres por Patrick Abercrombie, 1942.
<http://www.urbanrealm.com/blogs/index.php/2011/02/21/map-of-london-social-and-functional-analysis-1943-jpg?blog=12>
- 82.** Antes da proposta de R.Unwin foi elaborado o plano para as áreas rurais e de espaço verde da Grande Londres, 1829.
<http://www.landscapearchitecture.org.uk/london-landscape-open-space-planning/>
- 83.** Plano de desconcentração da Grande Londres de P. Abercrombie e JH Forshaw com a proposta do “Green Belt” e a localização das “New Towns”.
<http://www.antiquemapsandprints.com/greater-london-plan-four-rings-green-belt-suburbs-abcrombie-1944-old-map-232054-p.asp>
- 84.** Ambiente urbano constante de habitação, pontoado por vezes com um comércio de esquina.
<https://taginstant.com/pinterest/coldcall/>
- 85.** Diagrama representativo do princípio regulador para a implantação das novas cidades à volta de Londres. (c. 1949)
<http://www.aadip9.net/>
- 86.** Plano para a *New Town* de Stevenage com representação do sistema de comunicações e zonamento.
http://www.iwm.org.uk_www.iwm.org.uk/collections/item/object/205132811
- 87.** Habitações-tipo de um bairro de Stevenage segundo os princípios da *Development Corporation*.
<http://www.talkingnewtowns.org.uk/content/category/topics>
- 88.** Picadilly Circus, na última década do séc. XIX
<http://spitalfieldslife.com/2012/11/23/the-streets-of-old-london/>
- 89.** Repetitividade/Monotonia
<http://wilmotst.com/>
- 90.** Periferia descuidada da zona industrial de Londres.
<http://www.britishphotography.org/artists/19122/e/1868/colin-jones-colin-jones-street-life?p=all>
- 91.** Ambiente idílico pretendido nas cidades-jardim
<https://deanlreeves.wordpress.com/2013/07/28/an-extract-from-garden-cities-of-tomorrow-by-ebenezer-howard/>
- 92.** Exemplo do ambiente de um bairro de habitação em Stevenage
<https://municipaldreams.wordpress.com/2013/11/05/stevenage-new-town-building-for-the-new-way-of-life/>
- 93.** Exemplo do ambiente de um bairro de habitação em Harlow
<https://municipaldreams.wordpress.com/2016/07/05/harlow-new-town-part-one/>
- 94.** Ian Nairn na apresentação da edição “Outrage” em 1955
<http://www.historytoday.com/david-mckie/ian-nairn-neglected-no-more>

95. A descaracterização gerada na periferia britânica pelo desenvolvimento urbano e industrial.

<https://simonleerobinson.wordpress.com/category/research/page/2/>

96. Apresentação do conceito de Paisagem Urbana - *Townscape* - por Gordon Cullen

<http://englishbuildings.blogspot.pt/2008/06/concise-townscape.html>

97. Análise da percepção do espaço urbano por Gordon Cullen

Cullen, Gordon – *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa, Portugal (1983), pág. 19

98. *Architectural Review*, “Outrage” 1955

<https://www.architectural-review.com/rethink/campaigns/outrage/ian-nairn-the-pioneer-of-outrage/8661937.article>

99. Percepção dos ambientes descaracterizados de “*Subtopia*” por Ian Nairn e Gordon Cullen na viagem entre Southampton e Carlisle

<https://www.architectural-review.com/rethink/campaigns/outrage/ian-nairn-the-pioneer-of-outrage/8661937.article>

Contexto actual da paisagem ao redor da cidade de Sines.

100.; 101.; 102.; e 103.;

Fotos do Autor

104. e 105.

<https://olhares.uol.com.br/central-termoeletrica-de-sines-foto7352449.html>

106.; 107.; 108. e 109. O ambiente das “New Towns” de Stevenage e Cumbernauld na década de 1960

<http://aliciapatterson.org/stories/disappointing-new-towns-great-britain>

110.; 111.; 112. e 113. O ambiente das “New Towns” de Stevenage e Cumbernauld na década de 1960

<http://aliciapatterson.org/stories/disappointing-new-towns-great-britain>

114.; 115.; 116.; 117.; 118. e 119. Contexto actual da paisagem urbana de Vila Nova de Santo André

Fotos do autor

120.; 121.; 122.; 123.; 124. e 125. Contexto do local de intervenção de Laboratório de Projecto

Fotos do autor

126. Cartaz de apresentação do Plano Geral para a cidade de Magnitogorsk

<https://thecharnelhouse.org/2015/08/25/ivan-leonidov-artist-dreamer-poet/>

127. Alunos e professores da escola *vKhutemas* nas *workshop's* a trabalhar

<http://www.thepolisblog.org/2009/12/>

128. Capa de uma das edições da Revista SA

<https://thecharnelhouse.org/2014/06/24/assorted-soviet-propaganda-posters-1918-1939/>

129. Membros do Grupo OSA

<https://thecharnelhouse.org/tag/osa/>

- 130.** Dom Narkomfim, AA. I. Milinis e M. Ginzburg, Moscovo, 1930
<https://thecharnelhouse.org/2014/01/14/narkomfim-a-new-web-documentary-by-luciano-spinelli-and-natalia-melikova/>
- 131.** Um dos cartazes de propaganda aos Planos Quinquenais.
<https://thecharnelhouse.org/tag/five-year-plan/>
- 132.** Diagrama do plano desurbanista «Moscovo Verde»
<http://www.thepolisblog.org/2009/12/imagining-socialist-city.html>
- 133.** Plano «Moscovo Verde», M. Ginsburg e M. O. Barshch
<http://www.recentering-periphery.org/disurbanism/>
- 134.** Pormenor de um dos edifícios do plano
<http://www.recentering-periphery.org/disurbanism/>
- 135.** Esquema de desenvolvimento do plano, do lado este dos montes Urais circundado pelos seus lagos
<http://ivarskalvans.blogspot.pt/2015/12/>
- 136.** Esquema viário, densidade de construção, percentagem do espaço público e habitação comunitária
<http://www-5.unipv.it/carlista/progetti/modelli/scheda3.htm>
- 137.** Secção do plano de Magnitogorsk
<http://ivarskalvans.blogspot.pt/2015/12/>
- 138.** Esquema da subdivisão da malha, da escala do plano às casas comuna
<http://ivarskalvans.blogspot.pt/2015/12/>
- 139.** Frank Lloyd Wright na construção da maquete com os seus alunos
<http://paleofuture.gizmodo.com/broadacre-city-frank-lloyd-wrights-unbuilt-suburban-ut-1509433082>
- 140.** Subdivisão da cidade de Moline nos Estados Unidos segundo o princípio do *Homestead*
<http://homepages.rootsweb.ancestry.com/~ecross/Cross/Moline%20Township%20page.htm>
- 141.** Exemplo do certificado de apropriação de um *Homestead*
<https://www.archives.gov/education/lessons/homestead-act>
- 142.** Diagrama de sobreposição das diferentes actividades, sistema de comunicação, equipamentos e habitação da *Broadacre City*
https://entrebastidores.wordpress.com/2011/09/26/broadacre-city_-flw/
- 143.** Divisão hierárquica do sistema de comunicação viária e ferroviária
<http://doyoucity.com/proyectos/entrada/678>
- 144.** Esquema de zonamento da habitação, indústria e equipamentos
<http://images.lib.ncsu.edu/luna/servlet/view/all/who/Wright,%20Frank%20Lloyd/what/Architecture/?widgetFormat=html&widgetType=thumbnail&showAll=where&embedded=true&os=850>

145. Princípio do Homestead aplicado na *Broadacre City*

Pulido, Javier Castellano - *El Patrimonio Fértil, Transferencias entre el paisaje agrario y la arquitectura de los crecimientos urbanos*; Prova Final de Doutoramento em Expresión Gráfica, Cartografía y Proyecto Urbano; Universidad de Granada, Junio 2015

146. Diagrama com a localização das zonas mais relevantes e ligações.

Diagrama elaborado pelo Grupo

147. Esquema síntese das zonas protegidas.

(Esquema de análise elaborado pelo grupo de mestrandos: Jorge Cardoso, Marlene David e Cláudio Duarte no âmbito de Atelier de Proyecto II)

<http://www.icnf.pt/portal>

148. Esquema síntese das áreas classificadas.

(Esquema de análise elaborado pelo grupo de mestrandos: Jorge Cardoso, Marlene David e Cláudio Duarte no âmbito de Atelier de Proyecto II)

<http://www.icnf.pt/portal>

149. Primeiro esquiço da proposta geral

Desenho do Grupo

150. Definição da malha estrutural, vias principais e zonamento (por cores)

Desenho do Grupo

151. Esquico da relação da malha reticular com os diagramas de usos, actividade agrícola e sistema viário

Desenho do Grupo

152. Maquete da proposta da ligação de Sines a Santo André

Fotografia do grupo

153. Proposta da Ligação de Sines a Santo André.

Desenho do Grupo

154. Proposta da ligação de Sines a Santo André, maquete apresentada à Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016

Fotografia do autor

155. Painel da proposta apresentado à Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016: «Sines - Santo André #1»

Desenho do Grupo

156. Contexto actual da frente poente de Vila Nova de Santo André

Plataforma Google Earth

157. Apropriação do espaço público/zonas verdes para pequena agricultura junto ao Bairro Porto Velho na década de 1970

<https://pt.slideshare.net/dpires/vila-nova-de-santo-andre>

158.; 159.; 160. e 161 Actual campo de treinos e o pavilhão desportivo; Terrenos cultivados junto ao campo e respectivas instalações improvisadas

Fotos do autor

- 162.** Axonometria do Plano Urbano Geral e Renderização da proposta individual
Desenho do autor
- 163.** Esquízo da proposta da malha estruturante com os equipamentos
Desenho do autor
- 164.** Esquízo da relação do Estádio com a envolvente
Desenho do autor
- 165.** Plano urbano de pormenor, Implantação e perfis
Desenho do autor
- 166.** Maquete da proposta individual de requalificação e remate da frente poente de V. N^a de Santo André
Fotografia do autor
- 167.** Pormenor dos campos agrícolas representado na maquete individual
Fotografia do autor
- 168.** Pormenor do Equipamento Principal (Estádio) plantas, cortes e alçados
Desenho do autor
- 169.** Vista da faixa central da proposta na maquete individual
Fotografia do autor
- 170.** Pormenor do Estádio com os campos agrícolas ao fundo na maquete individual
Fotografia do autor
- 171.** Secção axonométrica do Equipamento Principal (Estádio)
Desenho do autor

Anexo I
Fotografias das maquetes realizadas





Imagem do Autor

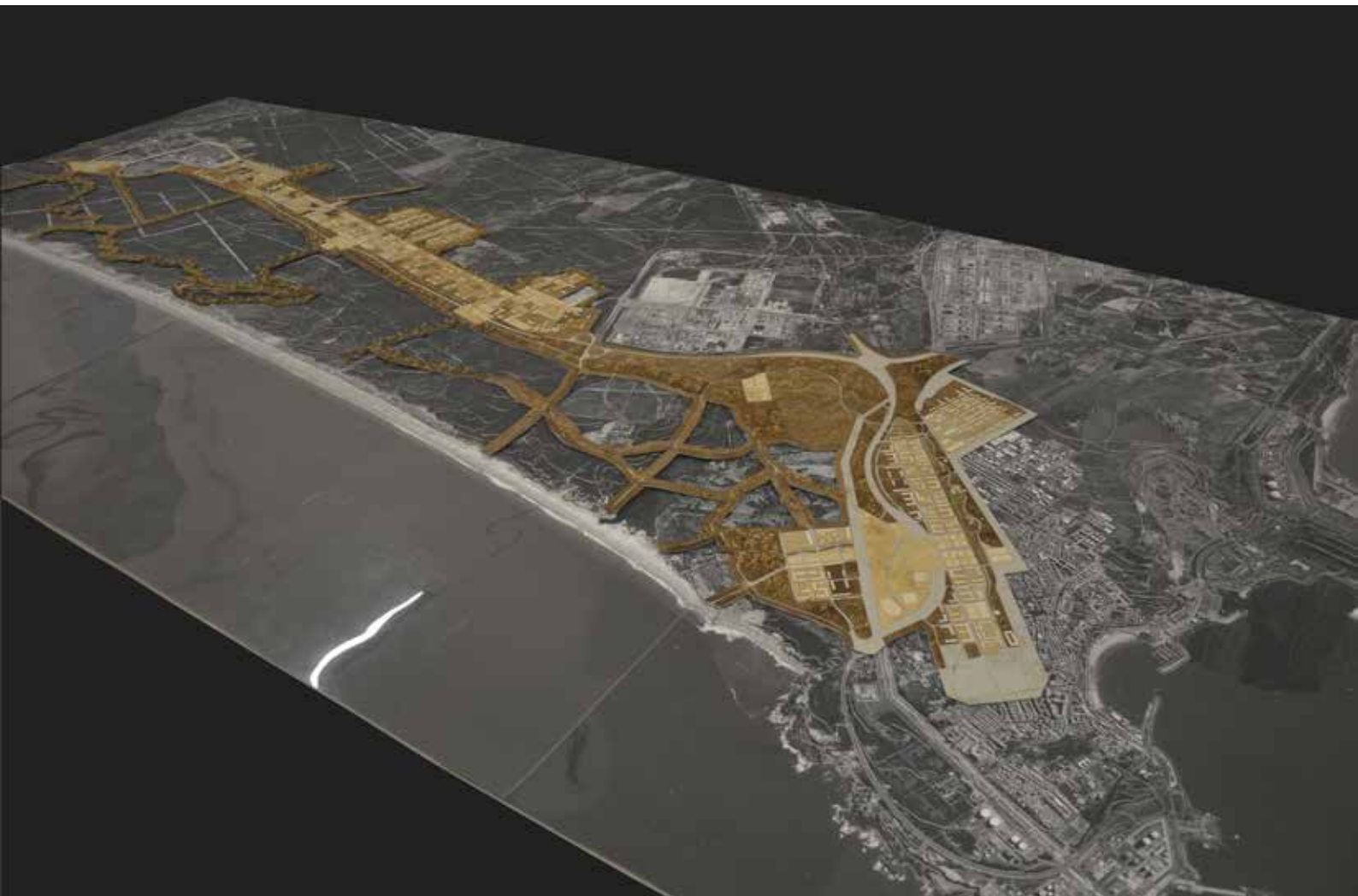


Imagem do grupo de trabalho



Imagem do Autor



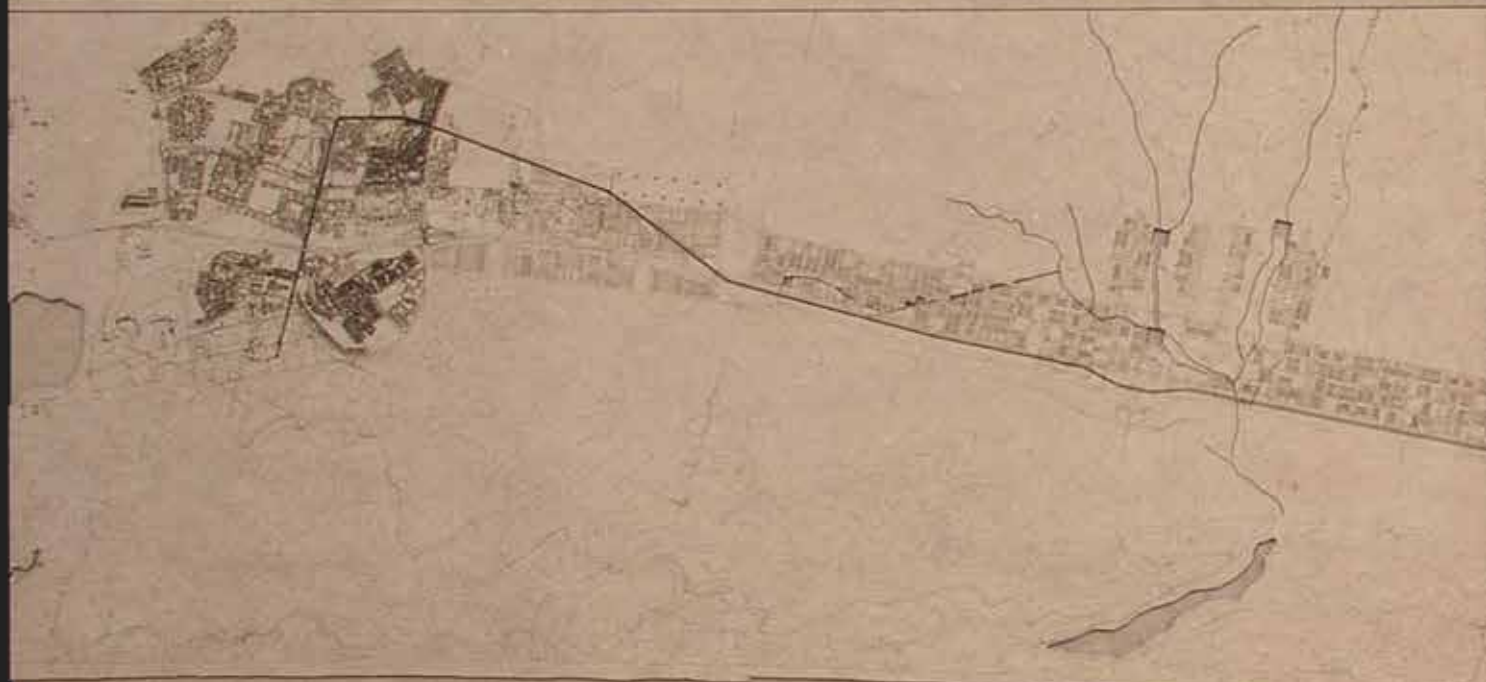
Imagens do grupo de trabalho



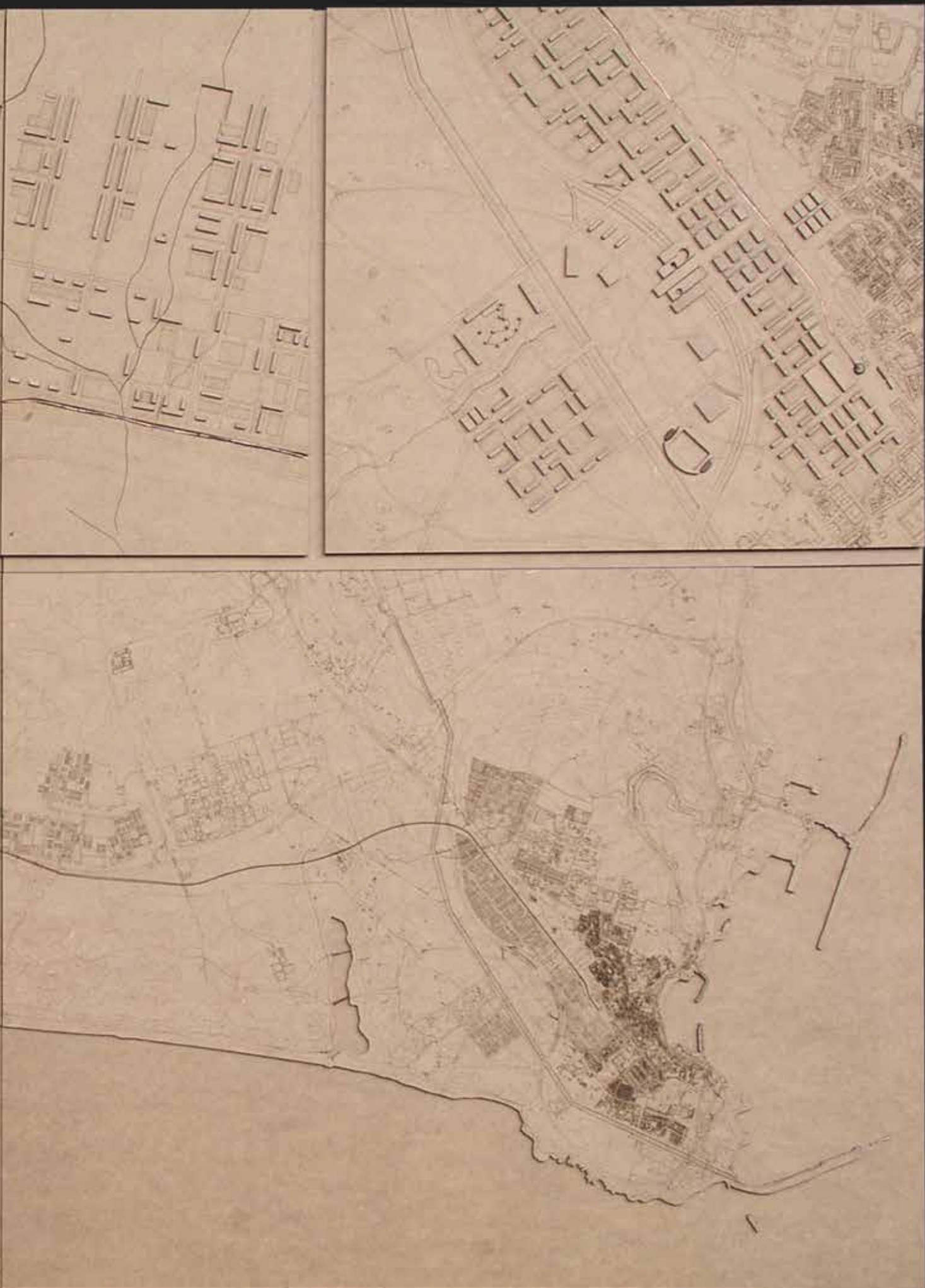


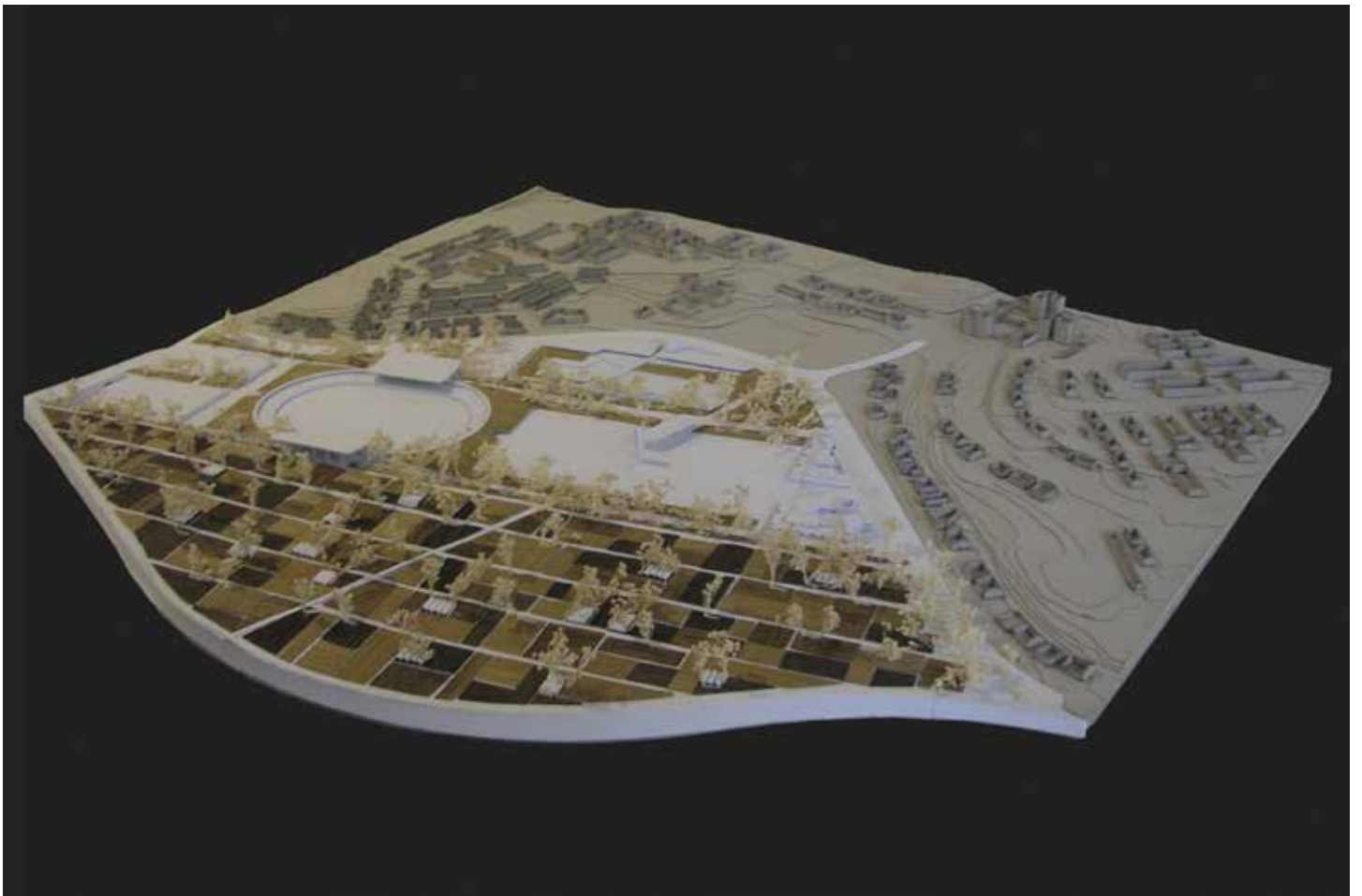
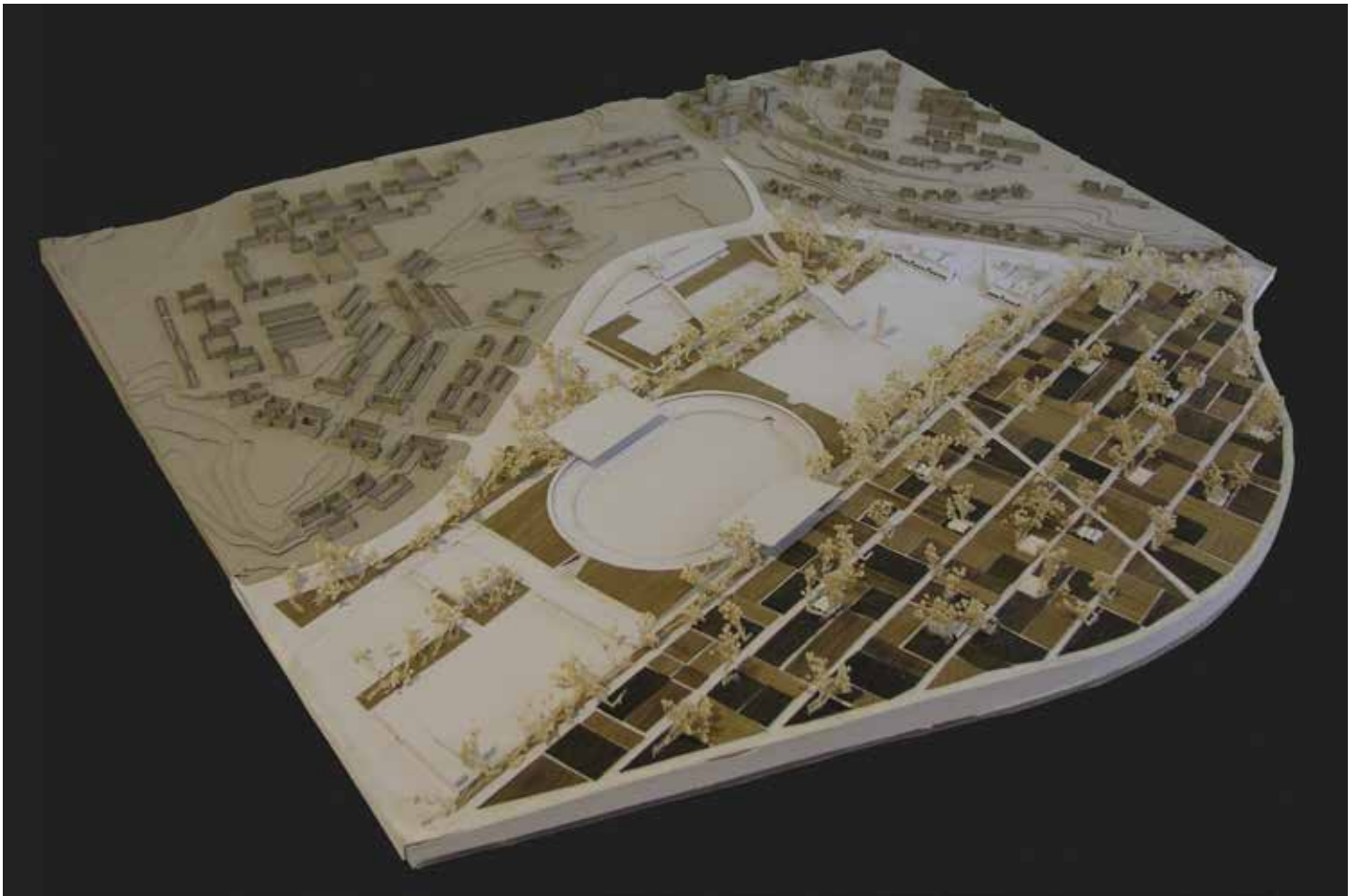
Imagens do grupo de trabalho

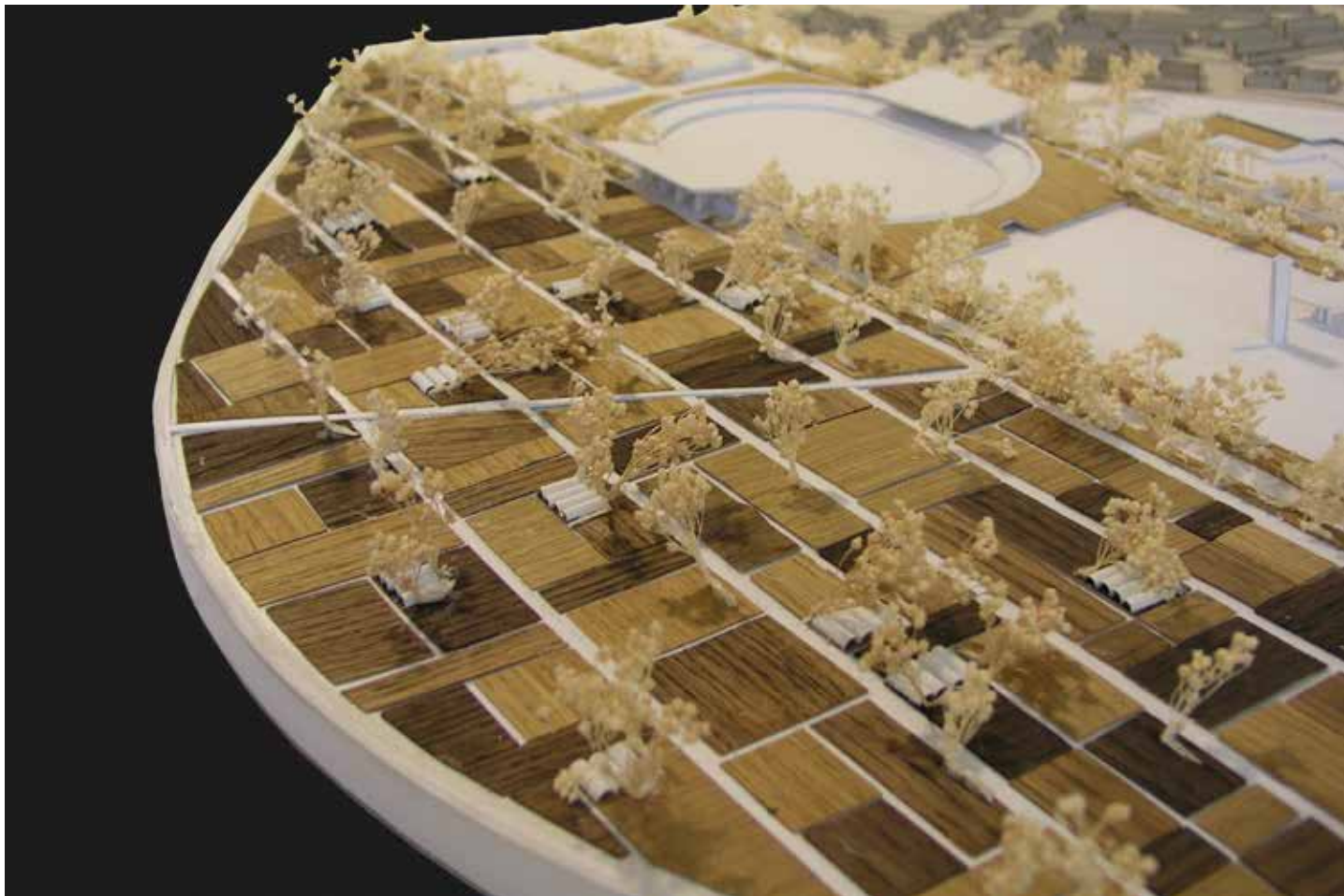


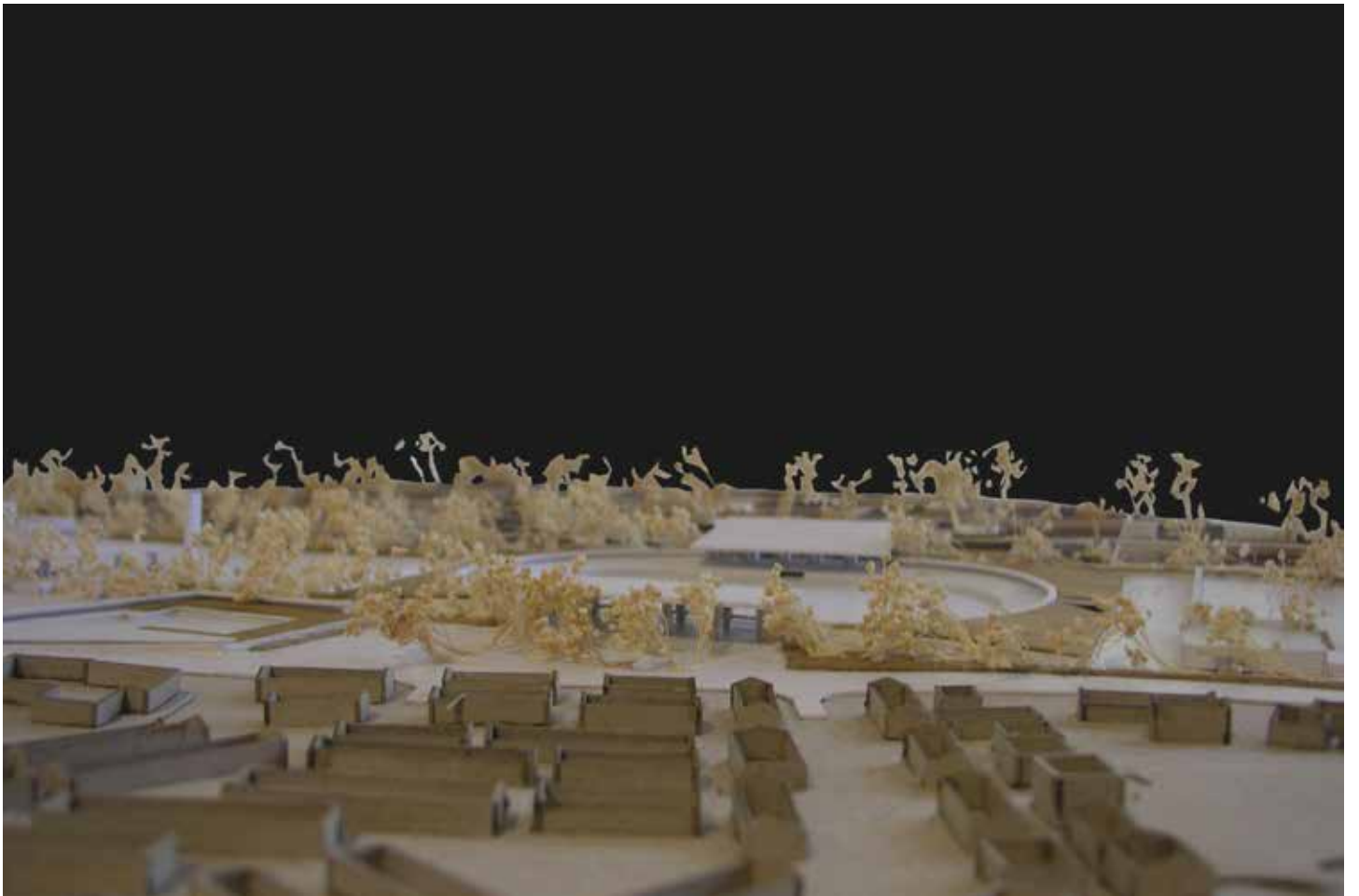


Directorio de la Universidad de Chile
Departamento de Estudios de Geografía y Urbanismo
Carrera de Urbanismo y Ordenamiento Territorial









Imagens do autor

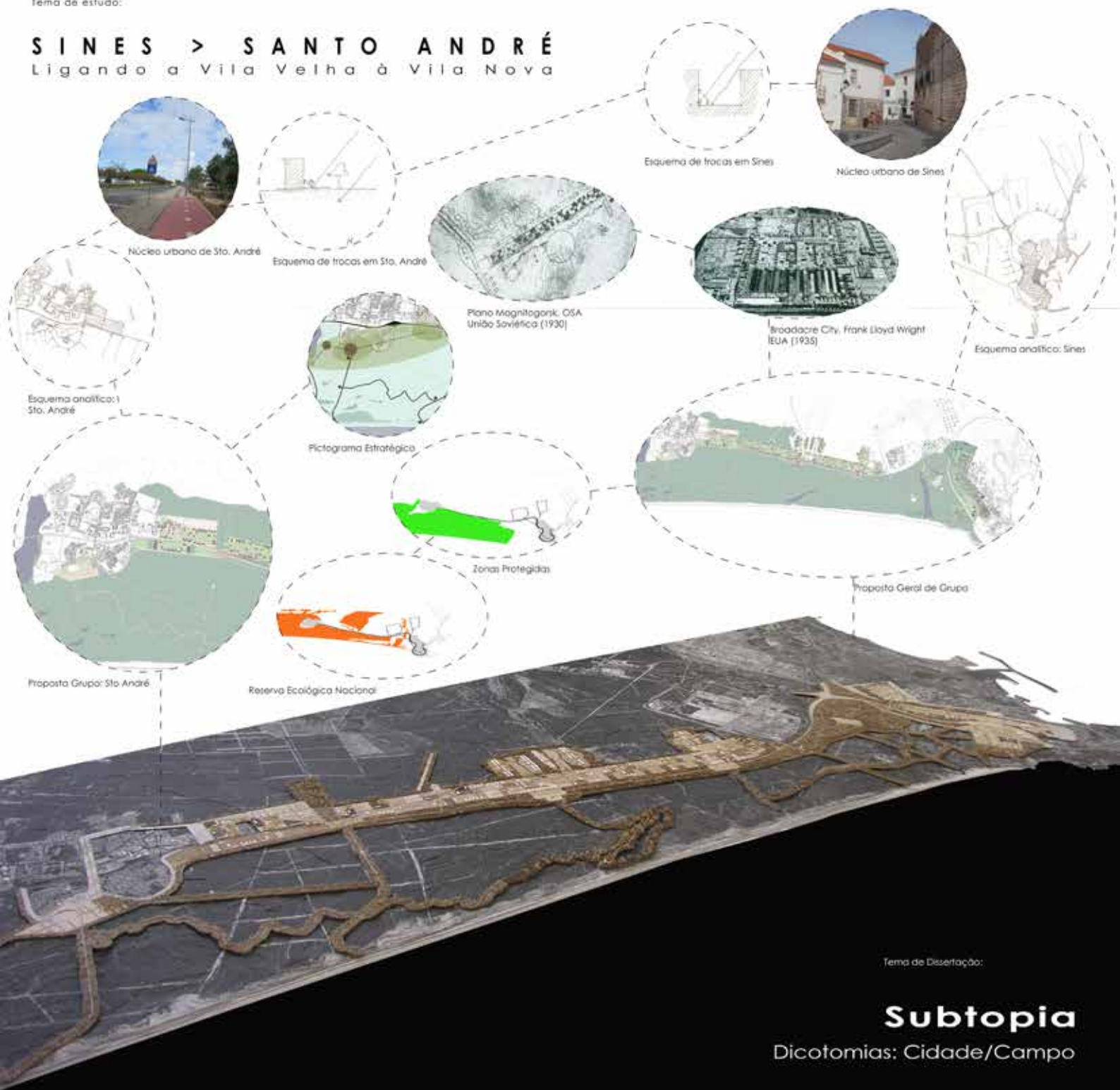


Imagens do autor

Anexo II
Painel de Apresentação de Seminário | Projecto Tese

SINES > SANTO ANDRÉ

Ligando a Vila Velha à Vila Nova



Tema de Dissertação:

Subtopia

Dicotomias: Cidade/Campo

O tema de dissertação aqui apresentado assenta na premissa de uma ligação urbana entre Sines e Santo André. Dois núcleos urbanos distintos, separados entre si por uma distância física e por um conjunto de barreiras logísticas associadas à organização territorial envolvente. Onde a única relação de possíveis trocas se realiza através de uma infra-estrutura viária.

Percebendo o território nas suas diversas manifestações ao longo do tempo - através de registos gráficos e imagens - podemos concluir, na observação atenta do estado actual do território, um conjunto confuso e incoerente de elementos que constituem a paisagem urbana. Resultado esse, que torna notória a presença de uma oposição entre diferentes contextos. Evidenciando desta maneira o choque entre o que é a realidade, e o que pretende (ou pretendeu) ser.

Revelando esta dicotomia, que caracteriza todo o território compreendido entre Sines e Sto. André, o objectivo do trabalho proposto pretende o desenvolvimento de uma possível proposta de estratégia urbana para uma área pré-estabelecida em Sto. André.

Sabe-se que o território foi, durante um longo período temporal, caracterizado por uma realidade rural e que sofreu um choque tremendo com a chegada da industrialização que adivinhava a transformação para uma realidade urbana. Neste sentido, o território sofreu de um desenho que o deixou descaracterizado. Visto não se cumprir esta transformação na sua totalidade, levando a uma perda de identidade.

A questão então coloca-se: como desenhar uma eventual proposta através de uma estrutura ortogonal reticulada que redesenhe o espaço e que comunique de maneira coerente uma identidade rural que tanto a caracteriza? Ou seja, como se redesenha o espaço desenhado de forma a fazer a transição entre o campo e a cidade?

Esta problemática não se expõe como uma estreia e sobre esta problemática da dicotomia, explorar-se-á o conceito da «Subtopia». Subtopia, trata-se da conjugação de duas terminologias: Subúrbio + Utopia. E sua definição centra num desenvolvimento suburbano que invade a área rural, contudo aparenta oferecer as «atrações» da vida campestre aos seus moradores.

Anexo III
Painéis de Apresentação em Laboratório de Projecto
(ver caixa)

- Painel 1.** Axonometria do Plano Urbano Geral e Renderização
- Painel 2.** Plano Urbano de Pormenor, Implantação e Perfis à escala 1/1000
- Painel 3.** Pormenor do Equipamento Principal (Estádio) à escala 1/500
- Painel 4.** Secção axonométrica do Equipamento Principal (Estádio) à escala 1/200
- Painel 5.** Plano Geral da proposta «Ligando a Vila Velha à Vila Nova», planta à escala 1/15000 e perfis à escala 1/1000

Agro-cidades: adaptação ao eixo Sines - Sto. André

Subtopia, Requalificação e Remate da frente poente de Vila Nova de Santo André

O tema de dissertação aqui apresentado assenta na premissa de uma ligação urbana entre Sines e Santo André. Dois núcleos urbanos distintos, separados entre si por uma distância física e por um conjunto de barreiras logísticas associadas à organização territorial envolvente. Onde a única relação de possíveis trocas se realiza através de uma infra-estrutura viária.

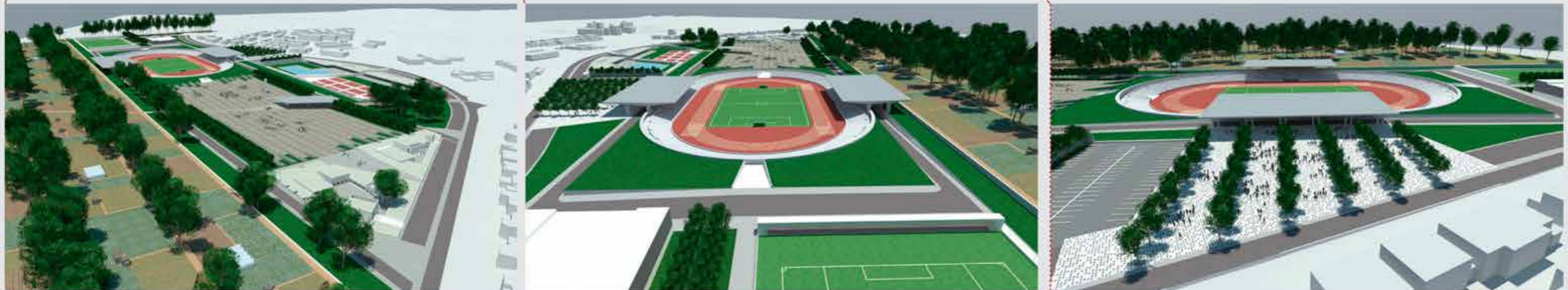
Percebendo o território nas suas diversas manifestações ao longo do tempo - através de registos gráficos e imagens - podemos concluir, na observação atenta do estado actual do território, um conjunto confuso e incoerente de elementos que constituem a paisagem urbana. Resultado esse, que torna notório a presença de uma oposição entre diferentes contextos. Evidenciando desta maneira o choque entre o que é a realidade, e o que pretende (ou pretendeu) ser.

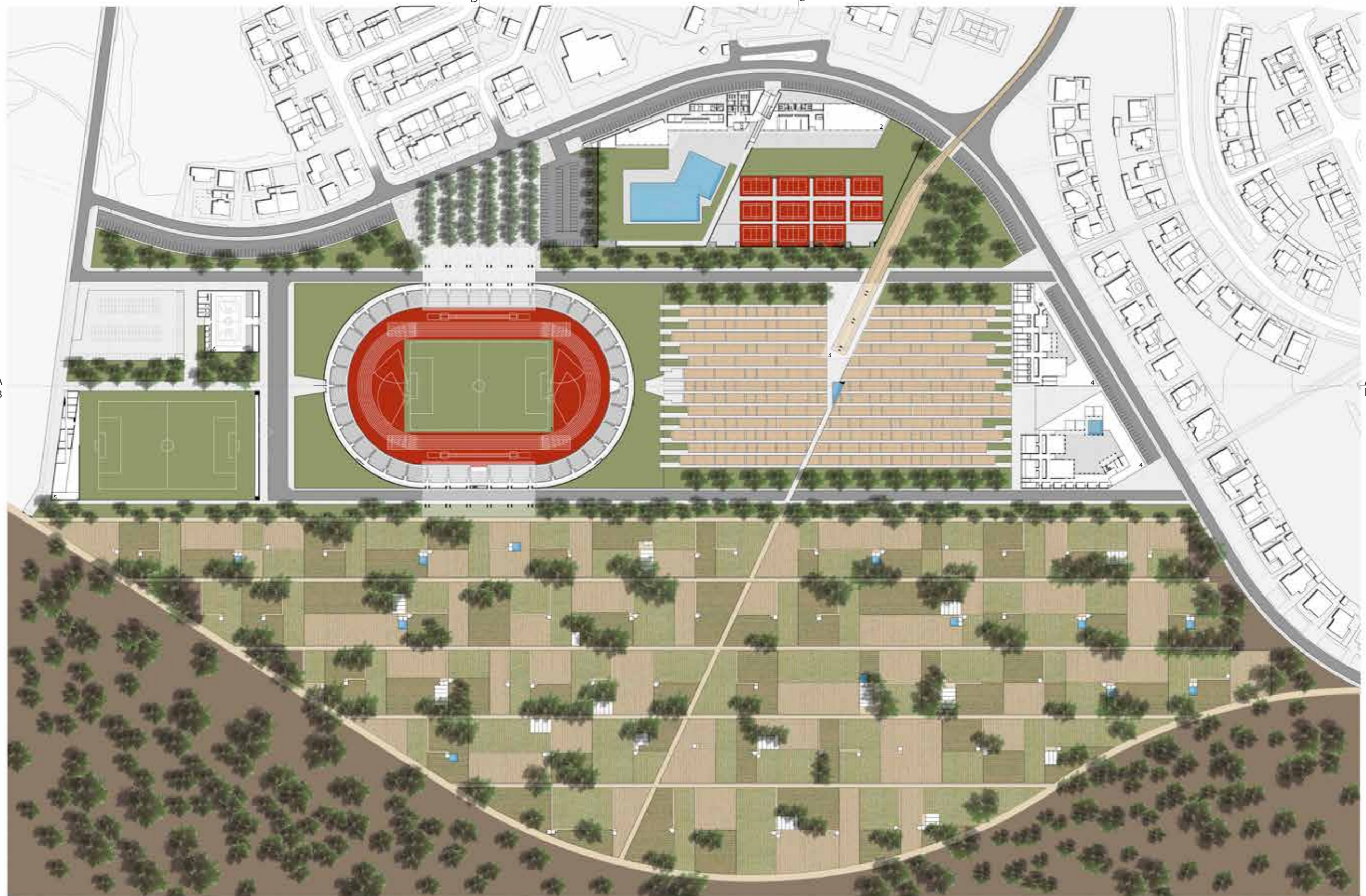
Revelando esta dicotomia, que caracteriza todo o território compreendido entre Sines e Sto. André, o objectivo do trabalho proposto pretende o desenvolvimento de uma possível proposta de estratégia urbana para uma área pré-estabelecida em Sto. André.

Sabe-se que o território foi, durante um longo período temporal, caracterizado por uma realidade rural e que sofreu um choque tremendo com a chegada da industrialização que adivinhava a transformação para uma realidade urbana. Neste sentido, o território sofreu de um desenho que o deixou descaracterizado. Visto não se cumprir esta transformação na sua totalidade, levando a uma perda de identidade.

A questão então coloca-se: como desenhar uma eventual proposta através de uma estrutura ortogonal reticulada que redesenhe o espaço e que comunique de maneira coerente uma identidade rural que tanto a caracteriza? Ou seja, como se redesenha o espaço desenhado de forma a fazer a transição entre o campo e a cidade?

A estratégia resume-se assim: num espaço de transição entre a cidade e a «reserva», onde se localizava o campo de jogos, propõe-se o desenho de um estádio de atletismo. A este, e à melhoria dos equipamentos desportivos que lá se encontra, complementa-se um espaço público, de estar, com serviço de transporte público (tram-train) e um centro jovem. Junto ao limite da «reserva natural», é proposto um equipamento agrícola destinado à população.





Legenda: 1. Estádio de Atletismo e desporto ; 2. Complexo de piscina, ginásio e Courts de Tênis ; 3. Estação de Metro de Superfície ; 4. Centro recreativo cultural de Juventude e Habitação temporária de convidados ; 5. Campo de Treinos exterior ; 6. Pavilhão Multidesportivo (existente)

Vista Corte. D



Vista Alçado. C



VA. A

VC. B | VC. A

VA. B

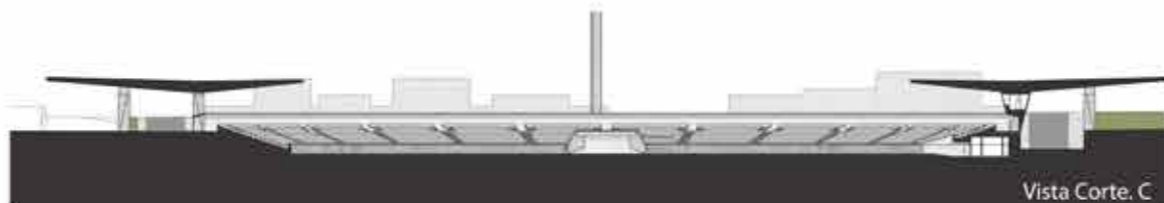


VC. C | VC. D

VA. D

VC. B | VC. A

VA. B



Vista Corte. C

VA. A

VC. B | VC. A

VA. B

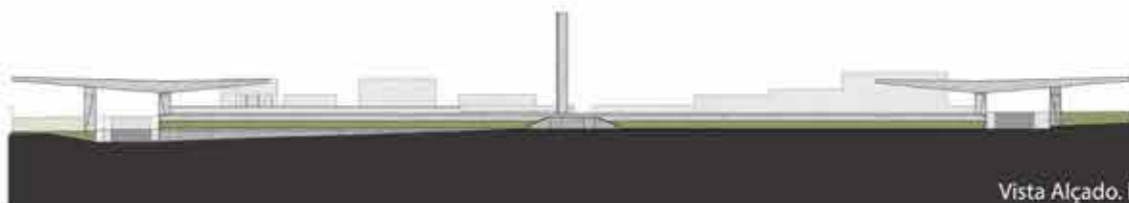


VA. C

VA. D

VC. B | VC. A

VA. B



Vista Alçado. D

Vista Corte. B



VC. D | VC. C

Vista Alçado. B



